O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Segunda-feira 27 de MARÇO de 2023 • R$ 6,00 • Ano 144 • Nº 47277
estadão.com.br

FELIPE RAU/ESTADÃO

Novo Pacaembu: falta a execução de 60% das obras

Vista aérea do estádio, que deve ser reaberto em janeiro de 2024, com novas arquibancadas, restaurantes e grama sintética para hospedar jogos e shows. __A18

Gastos públicos __A7

União gasta R$ 3 bi por ano com pensão de filha solteira de ex-servidor

__ Segundo a CGU, benefício é pago irregularmente a 4 mil pensionistas casadas ou com emprego público

O pagamento de pensões com valores de até R$ 39 mil a 60 mil filhas de ex-servidores públicos custa, por ano, R$ 3 bilhões. A Controladoria-Geral da União (CGU) identificou nesse contigente de pensionistas 4 mil mulheres que recebem o benefício de forma irregular. A CGU cruzou dados de cartórios e descobriu que 2,3 mil se casaram ou mantêm união estável. Outras 1,7 mil ingressaram no serviço público. Essas duas condições são vetadas às beneficiárias. A pensão para filhas solteiras de servidores de algumas categorias, como diplomatas, auditores fiscais e desembargadores, foi instituída em 1958. Em 1990, o governo deixou de reconhecer novas beneficiárias, mas a pensão continua a ser paga a quem já a recebia, como duas filhas do poeta Vinícius de Moraes, que foi servidor do Itamaraty.

> **R$ 145 milhões**
> **é o gasto anual com pensões pagas indevidamente, segundo a CGU, a mulheres casadas ou com emprego público**

Saúde __A12

Internações por câncer de intestino crescem 64% em dez anos

Aumento do consumo de alimentos ultraprocessados e redução de fibras na dieta, somados ao sedentarismo, tabagismo e alcoolismo, são as principais causas.

Argentina __A11

Macri desiste da Casa Rosada e abre espaço para novos nomes na oposição

Saída de Mauricio Macri do páreo presidencial abre caminho para outros nomes da coalizão antiperonista.

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO

Na garagem do Bandeirantes __A8

O depósito onde estão os presentes de Tarcísio

C2 Juca Chaves 1938-2023 __C5

Humorista e compositor usou ironia contra ditadura militar

Tragédia no Itaim __A14

Morre miss que se jogou de prédio para fugir de incêndio

E&N Infraestrutura __B1 e B2

Retomada de grandes obras por Lula gera desconfiança

Notas e informações __A3

Candidato a imperador da Câmara

Felipe Moura Brasil __A8

Lula quer o monopólio da condição de vítima

Oliver Stuenkel __A11

Os riscos do plano de Lula para a Ucrânia

Luiz Carlos Trabuco __B8

O legado de Rui ao debate social

Tempo em SP
20° Mín. 24° Máx.

ISSN - 1516-293-1

MARIANA CARNEIRO
COM JULIA LINDNER, GUSTAVO CÔRTES e BEATRIZ BULLA
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/MARIANA-CARNEIRO

Coluna do Estadão

Risco de perda de prefeitos faz PSDB acelerar formação de federação com o Podemos

Com medo de perder filiados para legendas maiores, o PSDB, que já é federado ao Cidadania, tenta acelerar a possível federação com o Podemos ainda no primeiro semestre deste ano como forma de sobreviver às eleições de 2024. A pressa se deve ao fato de prefeitos da sigla já serem cortejados por outros partidos, como o PL e o Republicanos, em Estados como São Paulo, principal reduto tucano. "Vão ter cinco, seis partidos no máximo (na próxima eleição). Se você ficar isolado, morre. Exatamente porque o pessoal pensa na frente, na questão de fundo partidário, de tempo de televisão", disse o líder do PSDB no Senado, Izalci Lucas (DF). No próximo mês, as legendas devem definir o "contrato" com as regras do acordo.

● **TROCA.** O PSDB defende modificar os critérios adotados na federação com o Cidadania, que se baseava nas bancadas de cada um na Câmara para definir as candidaturas em cada Estado.

● **VOLTA.** Aliado de Arthur Lira (PP-AL), o prefeito JHC (PL) quer que o ex-presidente Jair Bolsonaro, que tem volta ao Brasil prevista para quinta-feira, 30, inicie um tour pelo Nordeste, ainda neste ano, por Maceió, capital do Estado. Segundo aliados, a proposta foi levada ao presidente do PL, Valdemar Costa Neto, que gostou da ideia. JHC também esteve com Lira na última semana, em Brasília.

● **FORÇA.** Partiu de Bolsonaro o pedido para que Costa Neto desse mais tempo para o deputado federal Ricardo Salles (PL-SP) se provar um candidato viável à Prefeitura de São Paulo antes de o partido bater o martelo sobre eventual apoio à reeleição de Ricardo Nunes (MDB).

● **FILA...** O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) pretende concluir na próxima semana a minuta de decreto que vai possibilitar a liberação de quase R$ 6 bilhões remanescentes do orçamento secreto que foram destinados à pasta no final do ano passado. O documento ainda será submetido à Casa Civil, que não tem prazo para analisá-lo. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tem pressionado o Planalto pela execução dessas verbas.

● **...DE ESPERA.** Integrantes do MDR afirmam que o decreto é necessário para disciplinar como devem ser pagas as emendas do orçamento secreto que foram empenhadas antes de o STF acabar com o dispositivo.

● **MOEDA.** Aliados do governo na Câmara dizem que a execução destes recursos deve fazer parte das negociações pela formação da base aliada, e que nem tudo deve ser pago automaticamente.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Eduardo Leite (PSDB),
governador do Rio Grande do Sul

● **ETIQUETA.** Criticado no governo e por parlamentares, o ministro Rui Costa pretende mudar a rotina na Casa Civil para evitar deixar autoridades esperando na antessala.

● **SEM CLIMA.** Em meio à disputa com Lira, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ainda não indicou um representante do Senado para acompanhar as discussões da reforma tributária na Câmara. Ele tem conduzido as conversas com o relator da matéria, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que sugeriu a Vanderlan Cardoso (PSD-GO), da CAE, que os senadores apontem logo um nome.

PRONTO, FALEI!

Juliano Medeiros
Presidente do PSOL

"O teto de gastos foi um desastre. Espero que a regra que será apresentada nos próximos dias não prejudique os necessários investimentos do Estado."

CLICK

Instagram/@carloshbfavaro - 26/03/2023

Carlos Fávaro
Ministro da Agricultura

Em Pequim, onde segue agenda de trabalho apesar do cancelamento da viagem de Lula, se reuniu com o ministro de Assuntos Rurais chinês, Tang Renjian.

O ESTADO DE S. PAULO
Publicado desde 1875

NOTAS E INFORMAÇÕES

Candidato a imperador da Câmara

Neste ano, após sua impressionante vitória, Arthur Lira intensificou o modo rolo compressor, ignorando ritos e limites. É preciso detê-lo. A Câmara tem de ser sinônimo de democracia

O País tem um problema a resolver. O presidente da Câmara, Arthur Lira, vem atuando como se fosse um monarca absolutista, sobre o qual os limites da Constituição não teriam efeito. Perante as leis da República, ele estaria acima do bem e do mal. Seu comportamento em relação à tramitação das medidas provisórias (MPs), descumprindo e desautorizando o rito constitucional, é apenas a ponta de um iceberg de uma compreensão absolutamente distorcida sobre as funções e os contornos da presidência da Câmara dos Deputados.

Em fevereiro, Arthur Lira teve uma vitória absolutamente espetacular na recondução à direção da Câmara por mais um biênio (2023-2024). De um total de 513 deputados, 464 votaram nele. Na história recente nacional, considerando os últimos 50 anos, foi a maior votação absoluta de um candidato à presidência da Câmara. O segundo colocado, o deputado Chico Alencar, obteve 21 votos, o que corresponde a menos de 5% do total dado a Arthur Lira. Num país polarizado política e ideologicamente, o deputado do PP de Alagoas reuniu em torno de si todo o mundo da política, do bolsonarismo ao lulopetismo. Teve nada mais nada menos do que o apoio de 20 partidos, incluindo duas federações.

O resultado da votação para a presidência da Câmara diz muito sobre as disfuncionalidades do sistema representativo nacional e o próprio comportamento dos partidos, com um pragmatismo que asfixia qualquer pretensão de identidade programática. Mais do que apoio genuíno, a votação acachapante foi o símbolo do receio, compartilhado pela grande maioria das legendas, de se opor a Arthur Lira. Ninguém ousou enfrentá-lo.

Fosse o presidente da Câmara um exemplo de obediência à Constituição, à lei e ao Regimento Interno, a inexistência de resistência ao seu comando já seria bastante problemática para a vida institucional do País. No Estado Democrático de Direito, o exercício do poder sempre exige controle. E parte importante do controle do poder político fica a cargo da oposição.

No entanto, o que se vê em Arthur Lira é uma situação bem diferente. Ele não é afeito aos ritos institucionais. No biênio 2021-2022, a presidência da Câmara foi marcada por atos de abuso de poder, atropelos, manobras regimentais e descumprimento da legislação. Ele pôs em marcha um movimento de alteração profunda da dinâmica parlamentar, com efeitos de curto, médio e longo prazos. Por exemplo, a mudança do Regimento Interno da Câmara, realizada em maio de 2021, reduziu, num rito já facilitado pela pandemia, ainda mais o espaço da oposição para fazer obstrução, o que afeta diretamente a qualidade do debate e da representação parlamentar.

No entanto, em algumas circunstâncias, mesmo esse rito alterado não foi seguido. Por exemplo, Arthur Lira valeu-se de sessões de um minuto, às seis da manhã, para a contagem do prazo regulamentar. Pôs em votação o projeto de lei sobre o Imposto de Renda (IR) sem divulgar aos próprios deputados o texto final que estava sendo apreciado.

Outra frente de distorção da representação e do debate é o uso abusivo de grupos de trabalho, sobre os quais o presidente da Câmara tem mais discricionariedade e controle, em vez das comissões especiais, cuja composição precisa expressar a representatividade dos partidos. O caso paradigmático do momento é o principal tema em tramitação na Câmara, a reforma tributária, que está sendo analisada em um grupo de trabalho, e não em uma comissão especial.

Esse histórico de rolo compressor de Arthur Lira traz sérias preocupações. E o pior é que, além de ter sido incapaz de suscitar oposição, foi o que lhe rendeu 464 votos na eleição de fevereiro. Os partidos e o sistema político como um todo têm sido coniventes.

É preciso vigilância. Não cabe na República exercício do poder além do que dispõe a Constituição. Jair Bolsonaro tentou e foi contido pelo Judiciário e pelo eleitor nas urnas. Agora, é preciso conter Arthur Lira. Na República, não há imperadores. O funcionamento da Câmara tem de ser expressão de democracia, e não o contrário. ●

Despreparo que penaliza os jovens

O divórcio entre a educação e o mundo do trabalho é um erro que custa caro. O Brasil tem o dever de investir na formação profissionalizante da juventude, a maior vítima do desemprego

A falta de experiência profissional já é um desafio para quem tenta ingressar ou está começando no mercado de trabalho. Para milhões de jovens no Brasil, porém, há obstáculos muito maiores, e é preciso agir logo para reverter esse quadro – sob pena de que uma parcela significativa da juventude continue condenada a engrossar as estatísticas do desemprego ou a depender de programas assistenciais para sobreviver. Não bastassem as deficiências da educação básica, que tanto deixa a desejar, o País falha na oferta de ensino técnico e profissionalizante, seja por oferecer vagas em número inferior à demanda ou, não raro, por ignorar as profundas transformações que vêm remodelando a economia e o mercado de trabalho.

Um diagnóstico desse desarranjo, motivo de tantos prejuízos, acaba de ser lançado – e deveria ser lido com atenção pelas autoridades responsáveis pela Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Trata-se da pesquisa *O futuro do mundo do trabalho para as juventudes brasileiras*, elaborada pelo Instituto Cíclica, em parceria com o Instituto Veredas e apoio do Itaú Educação e Trabalho, da Fundação Roberto Marinho e da Fundação Telefônica Vivo, entre outras entidades.

Infelizmente, o ponto de partida é o atual cenário em que a taxa de desemprego na faixa de 18 a 24 anos corresponde a mais que o dobro da média geral do País. Outro dado grave diz respeito à chamada geração "nem-nem", formada por quem não trabalha nem estuda – situação de um a cada quatro jovens de 18 a 29 anos. É desolador, para dizer o mínimo, perceber a falta de perspectivas em que um contingente tão expressivo da juventude brasileira está mergulhado. Vale indagar: aonde o País espera chegar abrindo mão do potencial de tamanha quantidade de jovens?

A pesquisa ouviu 34 organizações da sociedade civil envolvidas com a inclusão produtiva de jovens, além de revisar mais de 500 publicações sobre o tema. Os resultados reforçam o "divórcio entre educação e trabalho", na acertada expressão da superintendente do Itaú Educação e Trabalho, Ana Inoue, em entrevista ao *Valor*. Para 82% das organizações, os empregadores não encontram jovens com a devida qualificação para as vagas de trabalho anunciadas; para 77%, os jovens estão mal informados sobre o funcionamento do mundo do trabalho e sobre as carreiras do futuro; para 59%, os cursos de formação profissional não são atualizados nem estão em sintonia com o mundo do trabalho.

O estudo chama a atenção para o impacto da digitalização da economia, que cada vez mais substitui postos de trabalho, especialmente em funções que exigem menor qualificação. Um gargalo que se estreita, portanto, para a maior parte da juventude, considerando que cerca de dois terços dos jovens que conseguem seu primeiro emprego ganham até um salário mínimo. Eis outro aspecto que merece atenção das autoridades educacionais. Claro está que não basta apenas expandir os cursos técnicos e profissionalizantes: é preciso repensá-los à luz das novas tecnologias. A digitalização e as inovações tecnológicas, como se sabe, também criam oportunidades, a começar pelo setor de tecnologia da informação (TI) – no qual, aliás, é comum faltar mão de obra especializada.

Nesse sentido, o estudo lista carreiras consideradas promissoras para a inclusão profissional de jovens – e defende que os cursos de EPT sejam expandidos também para atender quem já concluiu o ensino médio. A chamada economia verde, por exemplo, demanda profissionais para a instalação de equipamentos de energia solar, para a manutenção de turbinas eólicas e para o processamento de biocombustíveis. No caso da economia digital, um dos nichos é o de operador de drones. Já o envelhecimento da população faz crescer a procura por cuidadores de idosos.

A menos que o Brasil tenha compromisso com o atraso, é preciso qualificar a formação da atual e das novas gerações. Criar condições para que um número cada vez maior de jovens conquiste empregos e ajude o País a crescer. O divórcio entre a educação e o mundo do trabalho não interessa a ninguém. ●

ESPAÇO ABERTO

O STF precisa dizer 'não'

Sebastião Ventura Pereira da Paixão Jr.

Aos olhos de quem vê e procura entender os fatos sociais, exsurge nítido traço de proeminência do Supremo Tribunal Federal (STF) no atual arranjo do poder republicano. Antes de análises qualitativas, o fundamental é reconhecer a realidade posta, buscando suas causas e razões superiores. Sabidamente, é lição antiga que as lógicas de poder são fluidas e dinâmicas, amoldando-se às conformações da circunstância histórica e a seus enredos inesperados. Daí, a velha máxima de Otávio Mangabeira de que "ninguém pode tudo. Sobretudo, ninguém pode sempre".

Tal compreensão da imponderabilidade do futuro informa antiga tradição política de absoluta cautela e prudência no trato dos altos assuntos do poder. Isso não significa que a ousadia e o ímpeto sejam elementos desprezíveis, apenas que não bastam por si só. Afinal, o ousado burro, na ânsia do querer, meramente vai até ali, enquanto o ímpeto desmedido abre perigosamente o flanco, criando vulnerabilidades, e não forças de sustentação. Por assim ser, os movimentos do poder exigem tato, inteligência e antevisão estratégica, evitando projeções intempestivas e holofotes que ofuscam a razão pensante. No deslinde de situações nodais, o trabalho silencioso é infinitamente mais poderoso que o barulho das superfícies.

Sem cortinas, as hipertrofias de poder resultam de atrofias institucionais paralelas. Ou seja, o acentuado protagonismo da Suprema Corte não caiu do céu nem traduz ato de vontade divina. O fato é que o Executivo e o Legislativo estão, faz anos, a conceder, paulatina e sucessivamente, fatias de poder político democrático para a esfera judicial. O medo e a covardia na assunção de responsabilidades políticas – em tese, intransferíveis –, gerando indecisões, conflitos e tensionamentos no ambiente social, acabaram por fragilizar o núcleo de representatividade da política, outorgando ao STF, por vias transversas, larga capacidade de decisória que, não raro, transpõe os limites do jurídico para a vastidão do universo político.

> *O processo de pedagogia democrática não se faz com atropelos republicanos nem com atalhos institucionais*

Quanto ao ponto, é dito e redito por aí que, uma vez provocado, o Supremo tem que decidir. A expressão, todavia, merece temperamentos. Isso porque, do alto de sua autoridade, cabe à Corte analisar se a questão posta é realmente jurídica ou se apenas fantasiada em algum instrumento processual vazio. Em outras palavras, a subversão das instituições jurídico-processuais, com indevida provocação da Suprema Corte sobre matérias genuinamente políticas, deveria ensejar o não conhecimento de tais expedientes judiciais fantasiosos. Numa sentença irrecorrível, a garantia do devido processo legal não tolera a indevida provocação do Tribunal Constitucional. Aliás, o manejo processual para fins ilegais é causa bastante de litigância de má-fé, nos termos da lei.

O Supremo, portanto, precisa começar a dizer "não", pois, ao dizer "sim" para tudo, acaba por banalizar sua própria autoridade. Em palavras memoráveis, a nobre inteligência de Louis Barthou, ex-ministro da Justiça da França, assentou não estar "longe de acreditar que a civilização de um país se mede pela opinião que se tem de sua magistratura, da autoridade ou do descrédito desta, do seu brilho ou de sua fraqueza, de sua imparcialidade ou de sua subserviência. A Justiça é o símbolo e o reflexo dos costumes públicos. Cada povo tem a magistratura que merece". E, ao lembrar de Pedro Lessa, Amaro Cavalcanti, Philadelpho Azevedo, Victor Nunes Leal, Prado Kelly, Oswaldo Trigueiro, Aliomar Baleeiro, Paulo Brossard, entre tantos nomes superiores, não faltam lustros a enaltecer a suprema magistratura brasileira.

À luz de referências categóricas, é preciso olhar ao alto, elevar o sentimento de justiça perante a Nação e deixar que os assuntos de política ordinária sejam resolvidos por suas próprias forças. Decididamente, não cabe ao Supremo assumir responsabilidades que não são suas. Se a política for precária e insuficiente, é preciso que tal precariedade e insuficiência fique exposta aos olhos do povo. O processo de pedagogia democrática não se faz com atropelos republicanos nem com atalhos institucionais. A boa intenção, por instrumentos errados, produz resultados defectivos. Um povo que não é ensinado a escolher bem estará reiteradamente condenado a maus governos.

No cair da noite, a decadência do ensino público nacional atende a interesses definidos, totalmente alheios à elevação moral e intelectual dos brasileiros e de nossa democracia política. O domínio pela ignorância é linearmente mais fácil do que por métodos de persuasão racional. Na antessala dos acontecimentos, quando a razão cala, a emoção ganha voz, guiando as escolhas pelo calor de apetites passageiros. Despida de razoabilidade crítica, a democracia vê-se desorientada entre irracionais (e rasos) polos antagônicos. Ao final, ao invés de maiorias consensuais, temos apenas frágeis vitórias emocionais de ocasião. Uma fragilidade política essencialmente humana que não se corrige por sentenças judiciais.

Por tudo, antes de decidir muito, o Supremo deve decidir bem. E, para decidir bem, é preciso, fundamentalmente, respeitar os limites jurídicos do possível. ●

ADVOGADO, É CONSELHEIRO DO INSTITUTO MILLENIUM

FÓRUM DOS LEITORES

O **Estado** reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas.
Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada ● **E-mail:** forum@estadao.com

Congresso Nacional

Tramitação de MPs

Com a falta de entendimento entre as duas Casas Legislativas em relação à tramitação das Medidas Provisórias (MPs) – instrumento adotado pelo Executivo federal que garante, assim que editado, que os atos previstos entrem em vigor imediatamente –, o Brasil é lançado como um meteoro na insegurança jurídica. A Câmara ignora um rito previsto na Constituição que, em virtude da emergência sanitária da covid-19, foi suprimido para acelerar a implementação de ações urgentes e indispensáveis. Com isso, o Senado, considerado a casa revisora, tornou-se uma instância sem relevância no processo de análise das MPs. A Lei Maior é clara quanto ao rito a ser seguido. É lamentável que os deputados federais estejam, neste momento, apoiando uma atitude imoral e ilegal encampada pelo presidente da Casa.

Willian Martins
martins.willian@yahoo.com.br
Guararema

Operação Sequaz

País enlouquecido

Quem será o mais louco: o que declarou que os planos para sequestrar e matar Sérgio Moro foram feitos pelo PT ou o que declarou que esses planos foram uma armação do ex-juiz? Êta país enlouquecido!

Valdemar W. Setzer
setzerv@gmail.com
São Paulo

Destino do brasileiro

É selado o destino de sambacanção do povo brasileiro. Encantar-se com candidatos a presidente da República "errados", passar o tempo do mandato maldizendo o engano, até que a próxima campanha eleitoral fará renascerem as ilusões de que daqui para a frente tudo vai ser diferente. Sonhos tão mesquinhos. Logo, logo reduzidos a pó.

Patricia Porto da Silva
portodasilva@terra.com.br
Rio de Janeiro

Sistema representativo

Voto em lista ordenada

A sempre interessante coluna de João Gabriel de Lima traz comentário do respeitado cientista político Antonio Lavareda propondo a adoção do voto em lista ordenada, como existe em vários países da Europa, e dá como exemplo a Alemanha (*Partidos para a vida inteira*, 25/3, A16). Gostaria de lembrar que na Alemanha o eleitor dá dois votos, um para o candidato de seu distrito e outro para a lista partidária. É o chamado voto distrital misto, que parece ser o melhor sistema conhecido e existe em outros países, com detalhes diferentes. O voto distrital misto vincula o eleitor ao partido que escolheu e, ao mesmo tempo, vincula o eleito pelo distrito com seus eleitores. Estes têm assim a possibilidade de cobrar de seu deputado, que é definido e próximo, e do partido. O voto em lista organizada já foi objeto, há muitos anos, de negociação no Congresso e de uma proposta de reforma política com apoio popular, coordenada pelo então juiz Márlon Reis, um dos fundadores do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, com a participação ativa de Celina Marrone e outros. Nos dois casos o projeto não avançou pela resistência dos partidos menores e de outros interessados no *status quo*. Já o projeto de voto distrital misto, que teve como relator o ex-deputado Vicente Cândido, está no Congresso, à espera de ser pautado, o que esperamos aconteça em breve.

Mario Ernesto Humberg
marioernesto.humberg@cl-a.com
São Paulo

Eleições legislativas

Em muito boa hora, a coluna de João Gabriel de Lima traz para o debate político brasileiro uma questão central do alicerce da democracia, que é o Poder Legislativo, o Congresso Nacional. Não sei o que estamos esperando para instituir no Brasil as eleições legislativas separadas das eleições executivas, como acontece nos Estados Unidos e em vários países europeus. As eleições de senador, deputados federal e estadual e vereador não podem ser apêndice, mas precisam adquirir a centralidade que merecem, com calendário exclusivo. Acho que já passou da hora de uma profunda reforma político-eleitoral que corrija as patologias do atual sistema e melhore a qualidade da representação, do debate e da democracia. Embora eu concorde que não exista um modelo de representação ideal, como afirmado na coluna, é preciso corrigir nosso carcomido sistema representativo, vulnerável a "aventureiros e picaretas com anel de doutor".

João Pedro da Fonseca
fonsecaj@usp.br
São Paulo

ESPAÇO ABERTO

A questão democrática

Denis Lerrer Rosenfield

Uma atitude ou concepção democrática não se caracteriza apenas pela negação de um caso particular de autoritarismo, como ocorreu com a frente democrática apoiada pelo então candidato Lula e o PT. O fato de o hoje presidente e de seu partido criticarem – com razão, aliás – as posições de Bolsonaro, que claramente afrontou o regime democrático com a contestação das urnas eletrônicas, o enfrentamento com o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e as tentativas golpistas não os torna democratas por si sós. Razões eleitorais são insuficientes, se não vierem acompanhadas de esclarecimentos necessários sobre o que bem entendem por democracia.

O presidente Lula e parte de seu partido, pois há outras que começam a se demarcar, sempre tiveram uma afinidade eletiva com ditaduras de esquerda, compactuando com seu desrespeito aos direitos humanos, às regras democráticas e o uso sistemático da violência. Condenações, se as há, são sempre fracas, se não coniventes, como se observa recentemente com o ditador Ortega, da Nicarágua, cujo poder é exercido sem nenhuma limitação. Nem a Igreja Católica é mais respeitada, e é objeto de perseguição. A Venezuela de Maduro e, antes, de Chávez, levada por eles à miséria, à emigração e à riqueza de poucos, foi e é sempre tratada com tolerância e compreensão. Isso para não falar da já longeva ditadura cubana. O que isso significa? O direito de a esquerda no poder oprimir seu próprio povo em nome do socialismo ou do comunismo?

O argumento apresentado é o de que esses países têm direito à autodeterminação, não devendo haver, aqui, nenhuma ingerência externa. Ou seja, o que esses governantes fazem com o seu próprio povo seria assunto exclusivo deles. Ora, se esse argumento é válido, deveria servir também para as ditaduras de direita, pois também elas teriam direito a usarem da violência contra os seus. Nesta linha de raciocínio, o fascismo e o nazismo não deveriam ser tampouco condenados, visto que essas nações assim se autodeterminaram, inclusive ganhando eleições. O fato de Hitler ter eliminado milhões de judeus, poloneses, ciganos, homossexuais, comunistas, social-democratas, entre outros, deveria ser, então, compreendido sob a ótica da autodeterminação dos povos?

> ***O PT e o presidente Lula deveriam escolher entre o que entendem por autodeterminação dos povos e o princípio dos direitos humanos***

Logo, o PT e o seu presidente deveriam escolher entre o que entendem por autodeterminação dos povos e o princípio dos direitos humanos, pois este está alicerçado numa concepção universal, cuja validade se situa acima das fronteiras territoriais e estatais. O partido defender o direito das minorias, por exemplo, resulta de uma posição universal, contra discriminações e perseguições, venham de onde vierem, no Brasil e alhures. Das duas, uma: ou a democracia é um princípio universal e os direitos humanos valem para todos, sem nenhuma distinção de esquerda ou de direita, ou os particulares Estados nacionais estão autorizados a fazerem qualquer coisa com seus respectivos povos.

A atitude petista em relação à invasão da Ucrânia é outra faceta da mesma moeda. Lula tem reiteradas vezes sustentado uma suposta igualdade entre as partes, como se o invasor e o invadido, o atacante e o atacado devessem ser dignos da mesma consideração. Isso seria equivalente a considerar em igualdade de condições o estuprador e a sua vítima, devendo o promotor e o juiz estabelecerem um diálogo entre eles, numa mútua compreensão. Não deveria haver condenação e julgamento?

Daí se seguiria, então, a não condenação da Rússia por seus atos. Além de o Brasil não ter força diplomática e militar para pretender se postular como um mediador, há, aqui, uma condescendência com atitudes autoritárias, que se traduzem pelo fato de um país – no caso, a Rússia – simplesmente desconsiderar a Ucrânia como se não fosse nem devesse ser um Estado independente. Seria "russo", governado, em sua peculiar linguagem, por "nazistas". Imaginem se geopoliticamente a moda pega. Seria a completa desestruturação de todo o equilíbrio geopolítico construído a duras penas após a 2.ª Guerra Mundial e, agora, a perigo.

Durante os diferentes governos petistas, essas ambivalências e contradições sempre estiveram presentes, e foram escamoteadas das mais diferentes maneiras. O dito orçamento participativo, autointitulado de democracia direta para corrigir os "defeitos" da democracia representativa, foi outra farsa para enraizar o PT nos setores mais carentes da população, tornando-os uma mera clientela política. As ditas "assembleias" eram totalmente controladas pelo partido, com presença massiva dos seus membros, no melhor procedimento stalinista e castrista. Foi uma "experiência" vendida para incautos.

Ocorre que, hoje, a situação se tornou ainda mais aguda, considerando que o atual governo é posterior à experiência bolsonarista da extrema direita no poder. Qualquer ambiguidade ou tergiversação sobre o significado da democracia, em sua validade universal, pode ter consequências nefastas. ●

PROFESSOR DE FILOSOFIA NA UFRGS
E-MAIL: DENISROSENFIELD@TERRA.COM.BR

TEMA DO DIA

LUCAS VERMELLIO/PLAY9 CANAL GB

No YouTube

'Revigorado', Galvão começa jornada fora da Globo com bronca

Galvão Bueno abriu uma transmissão de um jogo da seleção brasileira fora da Globo neste sábado, 26. Apesar de alguns erros técnicos nos primeiros minutos, o narrador admitiu estar aproveitando o novo momento. ●

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "Galvão Bueno é uma lenda na transmissão esportiva. Doa em quem doer!"
JOÃO LUIS SIMÕES

● "Feliz aquele que consegue continuar a carreira de seu jeito, na sua velocidade."
CELSO GAGLIARDO

● "Tudo tem seu tempo. Galvão já foi ótimo! Mas hoje não é mais aquele incrível narrador."
MARIA SOUZA

● "Mesmo assim, a Seleção continuou a não colaborar com Galvão Bueno."
ROGERAN VIANA

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
www.estadao.com.br/e/linkdabio

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

GLEB GARANICH/REUTERS

Chernobyl

Cientistas buscam efeitos da radiação em cães da região. ●
https://bit.ly/3K31KWn

Blog do Empreendedor

Programa capacita micro empresários via WhatsApp. ●
https://bit.ly/3FIHZAP

Podcast

'Estadão' Notícias: análises do Brasil e do mundo. ●
https://spoti.fi/3Nz5oXX

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 6,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 6,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 8,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo).**BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 10,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo).● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

Gastos públicos

União paga 4 mil pensões irregulares a filha solteira de ex-servidores, diz CGU

Mesada custa R$ 3 bi por ano e beneficia 60 mil herdeiras de ex-diplomatas, ex-juízes e outras categorias públicas; auditoria vê prejuízo anual de R$ 145 mi com recebimentos ilegais

TÁCIO LORRAN
BRASÍLIA

Filha do poeta e compositor Vinícius de Moraes, Georgiana de Moraes recebe todos os meses do governo federal R$ 13 mil. Na condição de filha de diplomata – carreira menos conhecida de Vinícius –, ela ganhou o direito de ser remunerada pelo Estado brasileiro após a morte do pai, em 9 de julho de 1980. Assim como Georgiana, 60 mil filhas de ex-servidores públicos recebem pensão de até R$ 39 mil por mês por serem solteiras. A despesa custa aos cofres públicos, por ano, aproximadamente R$ 3 bilhões.

Uma auditoria do governo identificou que 4 mil mulheres burlaram a legislação que lhes garantiu o benefício, mas seguem recebendo a mesada. O pente-fino da Controladoria-Geral da União (CGU) cruzou dados de cartórios de todo o País e descobriu que 2,3 mil se casaram ou mantêm união estável. Outras 1,7 mil ingressaram no serviço público. Essas duas condições são vetadas pela lei. Os pagamentos irregulares resultam num prejuízo de R$ 145 milhões por ano ao País.

> ***“Não podemos desconsiderar o direito adquirido das pessoas. Para quem já recebe, é devida a manutenção”***
> **Diego Cherulli**
> Vice-presidente do Instituto de Direito Previdenciário

Georgiana vive atualmente com um companheiro, que se apresentou como Carlos Alberto. Ao **Estadão**, ele disse que os dois são “casados”. Ela confirmou que os dois moram juntos “há algum tempo”, mas negou o matrimônio. Questionada sobre as condições da união, Georgiana não atendeu mais a reportagem. Outra filha de Vinícius de Moraes, Maria Gurjão de Moraes recebe pensão pela morte do pai desde os dez anos. Hoje, com 53 anos, o valor do benefício é de R$ 13.684. O advogado dela foi procurado, mas não respondeu.

As irmãs e outras beneficiárias tiveram a mesada cancelada em 2016, após uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) considerar irregular o pagamento a mulheres que possuíssem renda própria, como emprego na iniciativa privada ou atividade empresarial, por exemplo. Georgiana é psicóloga, cantora e empresária. Maria é empresária, nas áreas de cultura e publicidade.

SUPREMO. A decisão do TCU foi suspensa menos de dois anos depois pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin. O ministro afirmou que o Tribunal de Contas não poderia retirar um benefício previsto em lei e determinou a volta do pagamento a filhas de servidores mesmo se elas trabalhassem (*mais informações nesta página*). Com isso, a mesada foi retomada e as beneficiárias também receberam valores retroativos ao período – no caso das filhas de Vinícius de Moraes, a soma foi de R$ 381 mil.

No mês passado, o governo gastou R$ 235 milhões com as 60 mil filhas solteiras de ex-servidores, de acordo com dados do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos compilados pelo **Estadão**. A despesa anual de R$ 3 bilhões bancaria, durante um ano, 180 mil aposentadorias do INSS no valor de R$ 1.302 pagas a quem tem 15 anos de trabalho e 60 anos de idade.

LEI. A mesada começou a ser paga às filhas de funcionários públicos no governo de Juscelino Kubitschek, em 1958, quando foi aprovada a Lei 3.373, com a justificativa de que as mulheres não poderiam se sustentar sem pai ou marido. Depois disso, apesar das mudanças sociais e de costumes, a pensão foi mantida. Em 1990, o governo deixou de reconhecer novas beneficiárias, mas a mesada continuou para quem já estava na folha de pagamento.

Recebem o benefício filhas solteiras de ex-juízes, auditores fiscais, defensores públicos, escrivães, procuradores, delegados, desembargadores, assistentes jurídicos, peritos, professores e policiais. Há, ainda, filhas de diplomatas, ministros de Estado e ministros do Supremo, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do TCU.

No Itamaraty estão filhas pensionistas de servidores conhecidos da história do Brasil. Além das herdeiras de Vinícius de Moraes, a lista inclui Anna Maria da Câmara Canto, filha do ex-embaixador no Chile Antônio Cândido da Câmara Canto. São figuras de lados opostos da história. Vinícius foi cassado pela ditadura militar brasileira. Já Câmara Canto se aproximou da ditadura do chileno Augusto Pinochet.

Ao **Estadão**, Anna Maria disse que passou a vida inteira sozinha e é solteira. “Eu gostaria de ter casado e de ter tido filhos, mas, lamentavelmente, não tive essas duas coisas”, afirmou. Assim, ela recebe do governo brasileiro R$ 27.369 todos os meses.

A dentista Elisa Beatriz Ramalho Trigueiro Mendes, de 53 anos, é filha do ex-auditor fiscal da Receita Federal Durval Bartolomeu Trigueiro Mendes. Tinha 12 anos quando o pai morreu, em 1981, e herdou dele uma pensão. Desde então, recebe o benefício. Hoje, o valor é de R$ 26.075,71.

Apesar disso, registros públicos indicam que Elisa tem um companheiro, o médico Antônio de Aracoeli Lopes Ramalho, e duas filhas. As redes sociais dele têm fotos ao lado da família. “Parabéns para minha linda esposa e eterna namorada”, postou o médico no dia 12 de junho do ano passado.

Procurada, Elisa alegou que a ligação estava falhando assim que a reportagem informou o assunto da conversa. Depois, ela não atendeu mais e não respondeu aos contatos, feitos também por meio de aplicativo de mensagens.

VALORES. Entre as filhas de ex-servidores que recebem os maiores valores está Maria Lucia Rangel de Alckmin, de 79 anos. Ela é filha do ex-ministro do Supremo José Geraldo Rodrigues de Alckmin e prima do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB). Dados do governo mostram que ela ganha, por mês, R$ 39.293. É o mesmo valor do salário do presidente da República. Em janeiro, a mesada de Maria Lucia foi de R$ 58.939, porque o benefício teve o acréscimo de “gratificação natalina”.

Filhas de ex-deputados e ex-senadores que morreram até 1990 também têm direito à mesada do governo por essa condição. O País gasta cerca de R$ 30 milhões por ano com 194 mulheres filhas de parlamentares. No caso dos congressistas, bastava ser eleito para um mandato para garantir o pagamento para filhas solteiras.

Uma das maiores pensões do Congresso é paga à filha de um ex-analista do Senado. Ela recebe R$ 37.992,32 de pensão por mês, benefício do qual usufrui desde 1989. Um grupo de aproximadamente mais 30 mulheres recebe R$ 31.197,09 (cada uma) de pensão – todas são dependentes de ex-servidores da Casa e estão incluídas na categoria “filha maior solteira” na folha de pagamento.

Vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, o advogado Diego Cherulli foi responsável por uma parcela das ações que chegaram ao Supremo contestando a determinação do TCU de bloquear a mesada das filhas que têm outra renda.

Ele reconheceu que pagar pensões a filhas solteiras de ex-funcionários não condiz com o atual momento do País. Por outro lado, defendeu ser necessário respeitar “o direito adquirido”, sob pena de, segundo ele, comprometer planejamentos pessoais e gerar injustiças. “Não podemos desconsiderar o direito adquirido e o planejamento das pessoas. A pessoa se planejou para receber, durante a vida toda, R$ 15 mil, R$ 20 mil. Entendo que, para quem já recebe, é devida a manutenção”, disse Cherulli.

ANÁLISE. Procurado pela reportagem, o Ministério da Gestão e da Inovação informou que ainda não tomou providências sobre os benefícios irregulares. A pasta justificou que recebeu o resultado da auditoria somente em janeiro. “O relatório ainda está sendo analisado por alguns setores, que irão verificar todos os apontamentos da CGU, dentro de sua área de competência”, afirmou a pasta. “O resultado final será respondido, oportunamente, ao órgão de controle interno.”

O Itamaraty disse que não se manifestaria. O Ministério das Relações Exteriores afirmou apenas que os processos de concessão, alteração e cancelamento de pensão civil são acompanhados pelo TCU. ●

Pente-fino

60.131
mulheres constam atualmente na folha de pagamento da União como “filhas maiores de 21 anos solteiras”

R$ 3,058 bi
É o valor gasto por ano com o pagamento do benefício

3.955
mulheres recebem a pensão irregularmente, segundo auditoria da CGU – ou são casadas ou trabalham em cargo público

R$ 144,9 mi
é o valor gasto por ano com esses pagamentos irregulares

FONTE: MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO

Para lembrar

Fachin determinou retomada de pagamentos

● **Legislação**
A mesada passou a ser paga às filhas de funcionários públicos em 1958, quando foi aprovada lei segundo a qual mulheres não poderiam se sustentar sem pai ou marido

● **TCU**
Em 2016, o Tribunal de Contas da União realizou pente-fino e considerou irregular o pagamento a filhas que possuíssem renda própria

● **Supremo**
Em 2018, Edson Fachin ordenou a volta da mesada; para ele, a pensão só poderia ser cortada se a mulher se casasse ou fosse servidora pública

---

Congresso
Filhas de parlamentares que morreram até 1990 também recebem pensão; gasto é de R$ 30 mi/ano

Felipe Moura Brasil

E-mail: *felipe.brasil@estadao.com*

O monopólio da condição de vítima

"O político Lula, depois que se tornou presidente, sempre que esteve em situação de vítima saiu lucrando."

Foi o que declarou o então marqueteiro dele, João Santana, em 2006, à *Folha de S.Paulo*, ao explicar a conquista do segundo mandato do petista com a teoria da figura dupla que ele encarna: o "fortão" humilde que virou poderoso e o "fraquinho" sob ataque das elites: "Quando Lula é atacado, o povão pensa que é um ato das elites para derrubar o homem do povo que está lá. 'Só porque ele é pobre', pensam. Nesse caso, vira o bom e frágil 'fraquinho' que precisa ser amparado e protegido".

Lula nunca deixou de explorar esse papel, nem mesmo após ter enchido os cofres do seu instituto e de sua empresa de palestras com doações e pagamentos milionários feitos pelas empreiteiras de elite envolvidas no petrolão, duas das quais (Odebrecht e OAS) proporcionaram mordomias de que ele usufruiu pelo menos 111 vezes no sítio de Atibaia, que tinha a mesma cozinha do triplex do Guarujá, os pedalinhos com nomes dos netos e o barco com seu nome e de sua então esposa, entregue na propriedade sob encomenda. A Odebrecht ainda doou R$ 4 milhões ao instituto e pagou R$ 2,8 milhões à empresa, que também recebeu R$ 1,9 milhão da OAS; R$ 1,9 milhão da Andrade Gutierrez; R$ 1,4 milhão da Camargo Corrêa; R$ 1,1 milhão da Queiroz Galvão; e R$ 357 mil da UTC Engenharia.

> ***Lula acusou Moro daquilo que ele próprio sempre fez***

Mas Lula foi amparado e protegido por advogados de elite e manobras jurídicas de ministros do STF que levaram à prescrição dos casos dos imóveis, de modo que suas relações financeiras e imobiliárias com empresários que faturavam contratos públicos bilionários nos governos do PT, inclusive no esquema de corrupção na Petrobras, não lhe deixaram pendências na esfera judicial, apesar do desgaste moral de sua imagem; apenas o ódio e o desejo de vingança contra uma "elite" muito específica, encarnada por Sérgio Moro, o ex-juiz que teria tentado derrubar o "homem do povo" que "chegou lá".

Questionado sobre os planos do PCC para sequestrar o atual senador, que, na cadeia, ele só pensava em "foder" para se "vingar", como confessara dois dias antes, Lula afirmou, por um motivo simples, que "é visível que é uma armação do Moro": o presidente sabe, há pelo menos 17 anos, da força eleitoral da condição de vítima e não admite que logo Moro a assuma em seu lugar; então abstraiu a facção criminosa e acusou o senador de ter feito o que Lula sempre fez: forjar essa condição, para obter lucros políticos.

Haja amparo e proteção para o bom e frágil "fraquinho". ●

COLUNISTA DO 'ESTADÃO' E ANALISTA DE ASSUNTOS POLÍTICOS

SEG. Carlos Pereira e Felipe Moura Brasil (quinzenalmente) ● **TER.** Eliane Cantanhêde ● **QUA.** Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● **QUI.** William Waack ● **SEX.** Eliane Cantanhêde ● **SÁB.** João Gabriel de Lima ● **DOM.** Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

São Paulo

Presentes no porão de Pinda ou com teto de R$ 100

Estado e Prefeitura têm fiscalização e regras distintas para brindes; sala do Bandeirantes guarda mimos de Tarcísio

MARCELO GODOY
PEDRO VENCESLAU

Uma camiseta do São Paulo autografada e com o nome "Tarcísio", duas miniaturas de carros da Polícia Civil, dois relógios Orient avaliados em R$ 300 cada, uma *Bíblia*, uma miniatura do Monumento das Bandeiras, um calendário e um livro sobre Xi Jinping, além de placas com homenagens. Todos são presentes que o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) ganhou desde a posse.

> *"É muito custo manter um acervo que não faz sentido"*
> **Marília Barbour**
> **Advogada e curadora do arquivo do Palácio dos Bandeirantes**

Os brindes recebidos nos primeiros três meses de mandato estão amontoados nas prateleiras de uma sala de 9 m² na garagem do Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo, e ficarão por lá até o último dia do governo, quando um conselho curador vai se reunir para definir o que tem valor histórico ou financeiro e o que pode ser levado para a casa como lembrança. Caso Tarcísio não se interesse por nada, todo esse material será descartado para o espaço abrigar as bugigangas do próximo governador.

Se o chefe do Executivo estadual receber alguma obra de arte, objeto decorativo ou prataria com valor histórico, o item vai para outro espaço, bem maior e climatizado, onde estão as 4 mil peças do acervo do museu do palácio, que é aberto à visitação com hora marcada. "É muito custo manter um acervo que não faz sentido", disse a advogada Marília Barbour, curadora do arquivo.

Enquanto no plano federal o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) se envolveu em polêmica sobre joias incorporadas a seu acervo pessoal, o governo paulista e a Prefeitura da capital têm protocolos diferentes para o recebimento de presentes.

Segundo o Código de Ética da Administração Pública, de 2014, o agente público não receberá presentes, "salvo nos casos protocolares". Não se consideram presentes brindes "sem valor comercial ou que não tenham valor elevado e sejam distribuídos a título de cortesia, divulgação ou por ocasião de eventos especiais".

Já o Código de Conduta da Prefeitura, de 2016, veda a aceitação de presentes, exceto os decorrentes de premiações e brindes sem valor comercial ou dados como cortesia, propaganda ou em eventos, que não ultrapassem R$ 100. Acima disso, fica com a Prefeitura.

FOTOS DANIEL TEIXEIRA / ESTADÃO

Assessor Ricardo Ferreira com calendário no acervo do Bandeirantes; presente da delegação chinesa

Relógio que Tarcísio de Freitas ganhou; acervo do palácio

Na maioria dos casos, os presentes se tornam um problema no fim do mandato. As 1.928 peças do acervo da primeira passagem de Geraldo Alckmin pelo governo paulista ficaram encaixotadas em um porão do museu histórico de Pindamonhangaba (SP), cidade onde o ex-tucano nasceu.

MUSEU. Doados de maneira informal por Alckmin ao museu – não há documento que comprove como se deu a transferência –, os objetos estão fora do alcance do público, que desde 2007 só pode conhecer parte das peças. Em 2016, o diretor do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Gustavo Tótaro, entrou com representação no Ministério Público questionando o caso. A prefeitura da cidade não comentou. Alckmin não disse o que foi feito do seu "acervo".

Desde 2006, apenas cinco casos foram abertos pela Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público para apurar o recebimento de presentes por autoridades. Hoje, não há nenhum caso em andamento. O mesmo ocorre nos Tribunais de Contas do Estado e do Município.

As regras diferentes para os presentes e a fiscalização têm uma razão. Segundo o procurador-geral do Ministério Público de Contas de São Paulo, Thiago Pinheiro Lima, isso ocorre porque a Constituição diz que cada ente da Federação deve regular a atuação dos funcionários.

A Prefeitura de São Paulo afirmou que "todos os presentes estão em áreas distintas da administração, não havendo lugar específico para o depósito dos bens". Disse ainda que abriu três procedimentos sobre presentes e já houve uma punição e uma absolvição. Um terceiro caso está em andamento. ●

Agenda internacional

Xi Jinping envia mensagem a Lula e sugere encontro 'o mais cedo possível'

FELIPE FRAZÃO
ENVIADO ESPECIAL / PEQUIM
JULIA AFFONSO
BRASÍLIA

O presidente da China, Xi Jinping, enviou ontem uma mensagem para Luiz Inácio Lula da Silva desejando a pronta melhora do presidente brasileiro. Diagnosticado com broncopneumonia bacteriana e influenza A, Lula teve de cancelar a viagem ao país asiático.

O líder chinês manifestou solidariedade ao petista e sugeriu "uma visita o mais cedo possível e em data oportuna para ambos os lados", de acordo com informações de um porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China.

Lula cancelou a visita que faria à China por recomendações médicas. O médico Roberto Kalil, que cuida da saúde do presidente, afirmou que a recuperação de um quadro leve, como o de Lula, costuma levar, em média, sete dias. Segundo Kalil, o cancelamento "foi mais por bom senso".

Lula se encontraria amanhã com o presidente chinês. Inicialmente, o petista embarcaria para a Ásia anteontem. Após passar por exames na quinta-feira, o presidente brasileiro havia remarcado a viagem para domingo. Na manhã de sábado, cancelou a agenda internacional por completo.

O governo da China informou, em outra manifestação, que mantém contato com o governo brasileiro para o reagendamento da visita de Estado de Lula ao país. Uma possível data, em avaliação por autoridades no Brasil, seria a segunda quinzena de maio.

O Ministério das Relações Exteriores da China também se manifestou sobre a decisão de Lula de postergar a visita de Estado. "Nós compreendemos e respeitamos essa decisão", disse um porta-voz da chancelaria chinesa. "Seguiremos em contato com o lado brasileiro sobre a visita."

Pequim desejou a rápida recuperação do brasileiro. "Enviamos nossos calorosos pensamentos ao presidente Lula da Silva e desejamos-lhe uma rápida recuperação", afirmou a diplomacia chinesa.

REUNIÕES. A possibilidade de cancelamento da viagem preocupava diplomatas, empresários e autoridades brasileiras em Pequim. Um dia antes do embarque, o governo brasileiro divulgou nota sobre o estado de saúde de Lula. Mais de cem empresários já estavam na capital chinesa, além do ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, que conduzia reuniões institucionais e de trabalho antecipadamente.

Integrantes do governo e empresários do agronegócio brasileiro sugeriram que Lula viaje em maio, por volta do dia 18, para aproveitar uma feira de alimentação local, a Sial, que costuma ter a presença de Xi Jinping. Lula poderia, então, emendar a visita de Estado à China com a ida à cúpula do G-7, no Japão.

Diplomatas, no entanto, avaliam potenciais sensibilidades chinesas e a disponibilidade na agenda do presidente do país. Fávaro confirmou a proposta da viagem em maio, mas disse que a nova data depende da China. "A gente tem que respeitar a diplomacia." ●

Brasil e China adiam assinatura de 20 acordos

PEQUIM

Único integrante do alto escalão do governo Luiz Inácio Lula da Silva na China, o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, disse ontem que o cancelamento da visita de Estado adiou a assinatura de acordos de cooperação entre os países. O Itamaraty havia informado a expectativa de ao menos 20 acordos serem firmados, em setores distintos da economia.

Conforme Fávaro, no entanto, negócios entre empresas brasileiras e chinesas deverão ser anunciados porque a agenda empresarial foi mantida. "Acordos importantes seriam e serão assinados, mas, por óbvio, quando for remarcada a agenda", disse o ministro. Fávaro afirmou que o adiamento da missão não compromete, apenas atrasa a consolidação de entendimentos bilaterais.

VACA LOUCA. O ministro disse que os chineses já indicaram disposição em rediscutir o protocolo que prevê o autoembargo – quando surge um caso suspeito, o envio da carne à China é embargado de imediato até a investigação ser concluída. Para Fávaro, é o momento de se revisar o acordo de 2015. ● F.F.

Guerrilha high-tech

Kiev amplia guerra de drones dentro da Rússia

Nos últimos meses, território russo foi alvo de 28 ataques de aviões não tripulados ucranianos, o que obrigou Putin a reforçar a defesa de Moscou

MOSCOU

Um drone ucraniano atingiu ontem a cidade russa de Kireievesk e feriu três pessoas, segundo a agência russa *Tass*. O ataque ocorreu a 300 quilômetros da fronteira da Rússia com a Ucrânia e a 180 km de Moscou, e é o último de uma série de operações conduzidas pelas Forças Armadas da Ucrânia na Rússia. O objetivo dessa missão é levar ao menos uma fração da guerra para o território inimigo.

Mais de um ano depois da invasão, a guerra agora também é combatida em território russo, e Moscou enfrenta dificuldades para proteger suas fronteiras. Com uma frequência cada vez maior – ainda que em escala menor se comparada ao que ocorre na Ucrânia – civis russos têm relatado incêndios, ataques de drones e bombardeios em cidades cada vez mais longe da fronteira.

Nos últimos meses, houve pelo menos 28 ataques de drones contra alvos importantes dentro da Rússia, principalmente bases militares, aeroportos e instalações de energia. Em alguns casos, drones caíram ou foram derrubados antes de alcançar seus alvos. Pelo menos três deles caíram na região de Astracã, no Mar Cáspio, próximo de onde a Rússia dispara mísseis contra a Ucrânia. Belgorod, perto da fronteira, é um alvo constante.

Autoridades ucranianas reconhecem privadamente a autoria de alguns dos ataques, entre eles a explosão de uma ponte na Crimeia, em outubro.

AVANÇO. Nos meses iniciais da invasão, apenas locais muito próximos à fronteira eram alvo de drones. Os alvos mais comuns eram depósitos de munição e de combustível. Com o tempo, o alcance desses ataques se estendeu e chegou cada vez mais perto de Moscou.

Em fevereiro, um drone militar tentou atacar uma estação de compressão de gás natural em Kolomna, cerca de 80 quilômetros ao sul do Kremlin, de acordo com autoridades russas. Em dezembro, drones ucranianos realizaram um ataque duplo contra a Base Aérea Engels-2, em Saratov, que abriga bombardeiros nucleares estratégicos russos. O alvo de ontem, a 300 quilômetros da fronteira, é um a exemplo cada vez maior da audácia dos drones ucranianos.

MORAL. Embora os ataques não tenham causado danos significativos em ativos militares, serviram para destroçar o moral das forças russas, de acordo com o analista militar russo Ian Matveev. "Quando você usa um drone que carrega pequenos explosivos, é improvável que ele cause muito dano físico, mas o golpe reputacional é enorme", disse.

Ainda assim, esses ataques a armazéns militares e depósitos de munição próximos à fronteira ucraniana tem como objetivo dilapidar as linhas de abastecimento dos russos. Já alvos de infraestrutura e de energia são menos valiosos.

"A eficácia de mirar depósitos de petróleo é provavelmente mais baixa, mas ainda é possível ocasionar crises locais mirando instalações que armazenam combustível urgentemente necessário naquela região", afirmou Matveev.

REAÇÃO. Em resposta, os russos fortificaram suas posições para se proteger dos drones. Desde dezembro, a Rússia acionou novas defesas antiaéreas para proteger Moscou.

Nos meses recentes, sistemas de defesa antiaérea, como Pantsir-S1 e S-400, foram erguidos por guindastes gigantescos e instalados no topo de edifícios e em parques da cidade. Analistas notaram que três sistemas instalados na região central de Moscou — nos telhados das sedes dos Ministérios da Defesa e do Interior e de um centro comercial — formam efetivamente um domo sobre o Kremlin.

"Moscou tem provavelmente a cobertura de defesa antiaérea mais densa do que qualquer outra cidade na Terra", afirmou Dara Massicot, pesquisadora da Rand Corp. ● AP E NYT

Protestos em Israel

Bibi demite ministro da Defesa que alertou para risco à democracia

JERUSALÉM

O primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, demitiu ontem o ministro da Defesa Yoav Gallant, um dia depois de ele criticar a reforma judicial que limita o poder da Suprema Corte e torna mais fácil para o Executivo nomear juízes. Poucas horas depois da demissão, milhares de pessoas tomaram as ruas de Israel em protesto contra a medida.

Sob pressão de militares críticos ao projeto, Gallant defendeu no sábado a suspensão da tramitação da reforma na Knesset, o Parlamento de Israel, em meio a manifestações populares que acusam Netanyahu de enfraquecer a democracia no país. Segundo o ministro demitido, a reforma está provocando revoltas dentro do Exército e, no limite, pode se tornar um problema para a segurança de Israel.

A demissão, anunciada num lacônico comunicado de uma linha, deve agravar a crise política no país e provocar dúvidas sobre a estabilidade da coalizão de Netanyahu, que voltou ao poder este ano depois de se aliar a extrema direita e nacionalistas religiosos.

Gallant, de 64 anos, foi nomeado há menos de três meses, afastando-se da concorrência de um membro mais extremista da coalizão com muito menos experiência militar.

Sua nomeação aliviou os temores em Washington de que Netanyahu pudesse nomear um legislador de extrema direita para supervisionar o poderoso Exército de Israel, que recebe considerável ajuda e assistência técnica dos EUA.

Um ex-comandante da Marinha, Gallant recebeu ligações de ex-colegas militares para se manifestar contra a reforma judicial.

Dois aliados moderados de Netanyahu apoiaram o pedido de Gallan. Se um terceiro seguir o exemplo, o governo pode perder a maioria.

Netanyahu quer votar no começo desta semana um dos artigos da reforma que trata da remoção de juízes da Suprema Corte.

Críticas
"Não farei parte da divisão política que contamina o Exército", disse o ministro demitido por Bibi

O premiê enfrenta uma série de processos na Justiça e é acusado por seus críticos de tentar mudar a lei em benefício próprio. ● NYT

Oliver Stuenkel oliver.stuenkel@fgv.br

Os riscos do plano de paz de Lula

A proposta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de criar um "clube da paz" para a Ucrânia é um sinal claro de que o governo brasileiro buscará articular uma diplomacia mais ativa, envolvendo-se diretamente no debate geopolítico mais relevante do momento.

Em princípio, trata-se de uma boa notícia. Tradicionalmente pouco representada à mesa dos poderosos, a América Latina tem o potencial de assumir papel-chave em vários debates: o aquecimento global, a crise internacional de refúgio, a saúde mundial, a redução da pobreza, o crime organizado, entre outros.

Mais engajamento por parte de um país não envolvido diretamente na guerra entre Rússia e Ucrânia também pode ser positivo: na década de 1990, por exemplo, o governo FHC liderou, juntos com os EUA, a negociação de um acordo de paz entre Peru e Equador depois de um breve conflito entre os dois países.

À primeira vista, também parece uma iniciativa de baixo risco: o pior a acontecer seria as tentativas brasileiras de promover um diálogo entre Moscou e Kiev não surtirem efeito.

No entanto, seria um erro acreditar que o ativismo diplomático brasileiro em relação à guerra na Ucrânia seja sem risco para o Brasil. O governo Lula tem tentado, de fato, manter certo equilíbrio, tanto na retórica presidencial quanto nas votações na ONU. Antes da eleição, disse à *Time* que Volodmir Zelenski seria tão responsável pela guerra quanto Putin, opinião fortemente criticada no Ocidente. Em fevereiro, recusou pedido alemão de compra de munição para tanques a serem enviados à Ucrânia sob o argumento de que o Brasil é um país de paz.

Em gesto que alguns interpretaram como retaliação, a Alemanha embargou a exportação de blindados brasileiros para as Filipinas, usando seu direito de veto por deter a propriedade intelectual de alguns componentes dos veículos. Por outro lado, em fevereiro, o Brasil foi o único país do grupo Brics a votar, na Assembleia Geral da ONU, a favor da resolução que pedia a retirada imediata das tropas da Ucrânia. Lula também chamou a invasão de erro histórico.

CETICISMO. Mesmo assim, há profundo ceticismo no Ocidente quanto ao ativismo brasileiro em relação à Ucrânia, em parte porque, aos olhos de Kiev, Varsóvia, Berlim e Washington, a narrativa brasileira – "é preciso começar a falar sobre a paz" – acaba legitimando implicitamente o discurso russo de que o Ocidente teria interesse em prorrogar o conflito e não a dialogar.

Diplomatas europeus e americanos apontam que diálogos e negociações ocorrem desde o início do conflito, em fevereiro de 2022.

REUTERS – 23/11/2009

Petista tentou em 2010 intermediar acordo nuclear no Irã

> *Cresce na Europa e nos Estados Unidos a leitura de que o Brasil se alinha à China e à Rússia*

Da mesma forma, na leitura ocidental, o plano apresentado pela China serve acima de tudo para criar uma imagem segundo a qual a continuação da guerra se deve a uma falta de disposição ocidental de sentar-se à mesa de negociação — e não à recusa russa de retirar suas tropas da Ucrânia o e encerrar o que é visto na Europa como uma guerra de agressão.

ALINHAMENTO. A percepção ocidental de que o Brasil pode acabar adotando uma postura mais afinada com Moscou e Pequim foi reforçada pelo aparente desalinhamento em uma chamada entre Zelenski e Lula em fevereiro – os dois descreveram a conversa em termos muito diferentes depois – e a decisão do presidente Lula de declinar o convite a Kiev.

A expectativa do anúncio do "clube da paz" durante a visita de Lula a Pequim (adiada por motivo de doença do presidente brasileiro), e não em ambiente mais neutro, como a ONU, dificilmente ajudou a reverter essa percepção.

TEERÃ. A sinalização brasileira de querer assumir um papel de destaque no diálogo sobre a paz na Ucrânia tem alguns paralelos com a decisão de Lula de negociar um acordo nuclear com o Irã em 2010.

Em abril daquele ano, o presidente dos EUA, Barack Obama, escreveu carta a Lula pedindo que não se deixasse engabelar por Mahmoud Ahmadinejad, então presidente iraniano. Um mês depois, Lula apresentou, junto com o então premiê turco Recep Erdogan e Ahmadinejad, um acordo nuclear que não obteve apoio ocidental e gerou uma crise entre Brasília e Washington.

Nada disso quer dizer que o resultado do atual esforço brasileiro será o mesmo, mas é preciso estar ciente dos riscos de a iniciativa acabar causando fricção, seja com o lado ocidental, seja com o lado sino-russo. Afinal, a Ucrânia hoje está no olho do pior furacão geopolítico em mais de três décadas. ●

É ANALISTA POLÍTICO E PROFESSOR DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA FGV EM SÃO PAULO

Argentina

Macri desiste de candidatura e abre caminho para prefeito de Buenos Aires

BUENOS AIRES

O ex-presidente da Argentina Mauricio Macri desistiu ontem de se candidatar ao cargo novamente nas eleições deste ano. Com isso, ele abre caminho dentro da coalizão de oposição ao peronismo para o prefeito de Buenos Aires, Horacio Larreta. Corre por fora a ex-ministra do Interior Patricia Bullrich.

Do lado governista, a ex-presidente Cristina Kirchner, com problemas na Justiça, disse em dezembro que não disputaria o cargo

"Não serei candidato nas próximas eleições", anunciou o ex-presidente da Argentina, Mauricio Macri, em um vídeo de seis minutos publicado nas redes sociais.

"Estou convicto de que devemos alargar o espaço político para a mudança que iniciamos e que temos de inspirar outros com as nossas ações", declarou o ex-presidente argentino, que governou o país entre 2015 e 2019 e perdeu as últimas eleições para o atual presidente, Alberto Fernández.

O mau desempenho da economia sob sua gestão contribuiu para a baixa avaliação de Macri perante o eleitorado. Ele encerrou o mandato com a Argentina com a maior dívida de toda a sua história, com o Fundo Monetário Internacional (FMI), cerca de US$ 44,5 bilhões (mais de R$ 235 bilhões).

Esse resultado ruim acabou abrindo espaço dentro da coalizão Juntos pela Mudança para outros nomes. Larreta é o mais forte deles, impulsionado pela gestão da pandemia na capital e pelo Orçamento da prefeitura, um dos maiores do país.

CRÍTICAS. No vídeo publicado nas redes sociais neste domingo, Macri critica Fernández, afirmando que agora a Argentina está "à deriva, sem liderança" e isolada do resto do mundo. No entanto, o ex-presidente declarou sentir que "este período sombrio já começou a acabar" e disse confiar que os argentinos votariam por um novo caminho em outubro.

Eleito em 2019, Fernández agravou a crise econômica do país, com a inflação saindo de controle e chegando a 100% ao ano. No último ano, a alta dos preços, agravada pela pandemia e a guerra da Ucrânia, derrubou seu índice de aprovação. Segundo as pesquisas mais recentes, Alberto Fernández tem uma imagem negativa para três em cada quatro argentinos.

ELOGIOS. O anúncio foi bem recebido por figuras da oposição que concorrem à Casa Rosada. No Twitter, os candidatos demonstraram apoio a decisão do ex-presidente.

"Macri deixou "clara sua enorme visão, sua generosidade, coragem e amor pelo povo argentino", disse Larreta.

Pelo governo, a disputa também está em aberto. Ainda não se sabe se Alberto Fernández tentará a reeleição. Outros nomes, como o embaixador argentino no Brasil, Daniel Scioli , Sergio Massa, ministro da Economia são citados.

Independente, o deputado ultraliberal Javier Millei também deve se candidatar. ● AFP

Disputa opositora

● **Horacio Larreta**
Prefeito de Buenos Aires, é, segundo as pesquisas, o nome bem mais colocado na oposição para desafiar o peronismo em outubro. É bem avaliado na capital, mas pouco conhecido no interior

● **Patricia Bullrich**
Ex-ministra de Macri, corre por fora. Descende de uma família de políticos que remonta ao século 19

● **Javier Millei**
Recordista de votos, o deputado ultraliberal se coloca como independente

SAÚDE

Internação por câncer de intestino cresce 64% em uma década

Alimentação rica em ultraprocessados, sedentarismo e tabagismo ajudam a explicar alta

ROBERTA JANSEN
RIO

O número de internações por câncer de intestino (colorretal) aumentou 64% nos últimos dez anos, um resultado que preocupa especialistas de diferentes áreas. Todos apontam as mesmas causas para esse crescimento tão significativo: alimentação e estilo de vida. Com isso, os tumores de cólon já constituem o segundo tipo mais prevalente da enfermidade entre homens e mulheres, atrás apenas de próstata e mama, respectivamente. O levantamento inédito foi realizado pela Sociedade Brasileira de Endoscopia Digestiva (Sobed), Sociedade Brasileira de Coloproctologia (SBCP) e Federação Brasileira de Gastroenterologia (FBG).

Médicos explicam que o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados e a redução do consumo de fibras, somados a sedentarismo, tabagismo e alcoolismo, são as principais causas do crescimento dos cânceres intestinais.

"O câncer colorretal sempre foi prevalente, mas os números vêm aumentando, e ele já é o segundo mais comum

Incidência
Tumor de cólon já é o segundo mais prevalente entre homens e mulheres no Brasil

tanto para homens quanto para mulheres", explicou o cirurgião Marcelo Averbach, do Hospital Sírio-Libanês, coordenador nacional da campanha março azul para prevenção do câncer de intestino. "O aumento do número de casos é decorrente, basicamente, de condições ambientais, sobretudo da dieta, rica em alimentos ultraprocessados e embutidos, baixa ingestão de fibras e de líquidos. Além disso, há outras questões comportamentais, como sedentarismo, tabagismo e alcoolismo."

Segundo o trabalho, os registros de internação trazem números alarmantes: foram 657.183 hospitalizações só no Sistema Único de Saúde (SUS) para o tratamento dessa doença entre 2012 e 2021, com impactos imensuráveis para milhares de famílias brasileiras. Neste mesmo período, foi observado um crescimento de 64% das internações.

Já os dados de mortalidade decorrentes desse tipo de neoplasia indicam que, somente em 2021, foram registrados 19.924 óbitos por câncer do cólon, da junção retossigmoide e do reto, alta de 40% em relação a 2012.

ALIMENTAÇÃO. "A associação entre estilo de vida e câncer colorretal vem sendo demonstrada em vários estudos científicos", afirmou a professora do Instituto de Nutrição Josué de Castro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Wilza Peres. "Isso envolve a má qualidade da alimentação e também o consumo de álcool, o tabagismo e o sedentarismo. A qualidade da alimentação vem piorando muito nos últimos anos, não só no Brasil mas em todos os países ocidentais."

De fato, a última Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que o brasileiro come, por exemplo, cada vez menos feijão com arroz, prato considerado excelente por nutricionistas, por reunir proteínas, carboidratos e fibras.

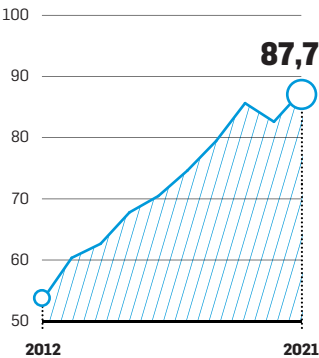
Entre a pesquisa realizada em 2002/2003 e a última, de 2017/2018, a média per capita anual de consumo de feijão caiu de 12,4 quilos para 5,9 quilos – uma redução de 52%.

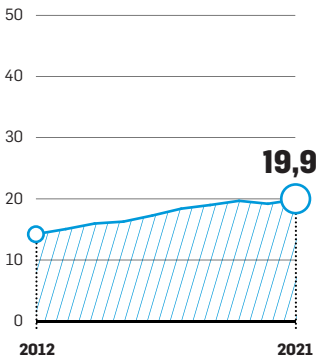
Por outro lado, alimentos preparados e misturas industriais registraram alta de 56%, e as bebidas alcoólicas, de 19%.

A proporção de pessoas com obesidade na população com 20 anos ou mais de idade mais que dobrou no País entre 2003 e 2019, passando de 12,2% para 26,8%, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) do IBGE, de 2020. ●

CASOS EM ALTA

Número de internações e mortes por câncer de intestino cresceu em uma década

Internações
EM MILHARES

Óbitos
EM MILHARES

ENTRE 2012 E 2021, INTERNAÇÕES AUMENTARAM ▸ 64%

ENTRE 2012 E 2021 ÓBITOS AUMENTARAM ▸ 40%

FONTES: SOBED, SBCP E FBG / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Campanha foca em mudança de hábitos

No início deste ano, a cantora Preta Gil foi diagnosticada com câncer de intestino, depois de passar mal em casa e ter uma hemorragia. Em entrevista ao *Fantástico*, da TV Globo, a cantora admitiu que seus hábitos alimentares nunca foram os ideais e contou que está tentando melhorá-los durante o tratamento, que inclui quimioterapia, radioterapia e cirurgia.

"Tenho consciência de que meus hábitos alimentares não eram os mais saudáveis", disse. "Agora, estou mudando meus padrões alimentares, meu estilo de vida, minhas horas de sono. É um desafio, mas estou viva, tenho oportunidade de me tratar, uma grande rede de apoio e Deus no coração. Isso tudo vai passar e vai ser um grande aprendizado."

A campanha de conscientização e prevenção ao câncer de intestino tem como slogan este ano "Saúde é prevenção. Cuide de você, evite o câncer de intestino". Além de recomendações para que as pessoas se alimentem bem, se exercitem e não consumam álcool em excesso, os especialistas citam a prevenção secundária, com a realização de exames de colonoscopia e busca de sangue oculto nas fezes para quem tem mais de 45 anos.

"Cerca de 90% dos casos de câncer de intestino têm origem a partir de um pólipo, um tipo de lesão na mucosa do intestino que pode se transformar em câncer", explicou o coloproctologista Antônio Lacerda Filho, presidente da SBCP. "Em uma colonoscopia, esses pólipos podem ser retirados, prevenindo, assim, a doença." ● R.J.

PREVISÃO DO TEMPO

HOJE: MANHÃ 20° | TARDE 24° | NOITE 21° | VOLUME DE CHUVA 20MM | UMIDADE RELATIVA 42%

TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
19°/ 25°	20°/ 28°	19°/ 29°	19°/ 29°

SOL
NASCENTE: 6H12
POENTE: 18H10

LUA: **NOVA**

NOVA	21/3	14H26
CRESCENTE	28/3	23H32
CHEIA	6/4	1H34
MINGUANTE	13/4	6H11

● Dia mais encoberto com chuva a qualquer momento e temperaturas amenas.

Tábuas das marés: Porto de Santos

NO 10 nós | 0,8m

HOJE		
0h53	↓	0,7
4h45	↑	0,8
10h01	↓	0,5
21h58	↑	0,9

TERÇA, 28		
3h04	↓	0,7
5h47	↑	0,8
10h37	↓	0,6
12h55	↑	0,6

QUARTA, 29		
4h17	↓	0,7
7h45	↑	0,8
16h25	↓	0,5
23h25	↑	1,1

QUINTA, 30		
4h56	↓	0,6
9h36	↑	0,9
17h06	↓	0,5
23h46	↑	1,2

Capitais	MÍN./MÁX.		MÍN./MÁX.
ARACAJU	24°/30°	MACEIÓ	23°/30°
BELÉM	23°/33°	MANAUS	24°/28°
BELO HORIZONTE	19°/33°	NATAL	24°/30°
BOA VISTA	23°/34°	PALMAS	24°/32°
BRASÍLIA	19°/29°	PORTO ALEGRE	16°/26°
CAMPO GRANDE	22°/33°	PORTO VELHO	23°/32°
CUIABÁ	23°/36°	RECIFE	23°/30°
CURITIBA	17°/21°	RIO BRANCO	23°/31°
FLORIANÓPOLIS	21°/27°	RIO DE JANEIRO	23°/31°
FORTALEZA	24°/29°	SALVADOR	24°/30°
GOIÂNIA	19°/31°	SÃO LUÍS	23°/32°
JOÃO PESSOA	24°/30°	TERESINA	23°/31°
MACAPÁ	23°/32°	VITÓRIA	22°/35°

Confira a previsão para os próximos dias: **www.estadao.com.br/clima-e-tempo/sp-sao-paulo**

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.		FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0	18°/32°	MÉXICO	-3	19°/29°
ATENAS	5	14°/20°	MIAMI	-1	21°/33°
BARCELONA	4	10°/18°	MONTEVIDÉU	0	14°/24°
BERLIM	4	1°/7°	MOSCOU	5	2°/7°
BRUXELAS	4	2°/8°	NOVA YORK	-1	6°/12°
BUENOS AIRES	0	19°/24°	PARIS	4	4°/10°
CARACAS	-1	18°/26°	ROMA	4	10°/17°
CHICAGO	-3	2°/3°	SANTIAGO	0	14°/26°
ESTOCOLMO	4	-4°/-2°	SYDNEY	14	17°/23°
GENEBRA	4	-6°/1°	TEL-AVIV	5	12°/19°
JOHANNESBURGO	3	14°/22°	TÓQUIO	12	9°/13°
LIMA	-2	22°/23°	TORONTO	-2	2°/5°
LISBOA	3	8°/22°	WASHINGTON	-1	9°/15°
LONDRES	3	1°/8°			
LOS ANGELES	-5	12°/22°			
MADRID	4	5°/18°			

CLIMATEMPO
A StormGeo Company

São Paulo

Morre miss que se jogou do 6º andar para escapar de incêndio no Itaim Bibi

Mayara Nitão tinha 26 anos e era da Paraíba; irmão de 23 foi internado após inalar fumaça, mas passa bem

GIOVANNA CASTRO

Mayara Ingrid Silva Nitão, de 26 anos, Miss Sertão Paraibano e ex-Miss Paraíba, morreu ontem após ter pulado da janela do apartamento do 6.º andar do prédio em que morava com o irmão no Itaim Bibi, na zona sul de São Paulo, na tentativa de escapar de um incêndio. Ela chegou a ser socorrida com parada cardiorrespiratória e levada em estado grave para o Hospital das Clínicas, na zona oeste. O irmão de Nayara, Cesar Nitão, de 23 anos, foi internado após inalar fumaça, mas passa bem.

Os irmãos moravam no apartamento havia um ano e meio, segundo contou o pai, o jornalista paraibano Cesar Nitão, ao **Estadão**. Ele e a mulher, que são da Paraíba, se deslocaram até São Paulo assim que receberam a notícia para encontrar o filho e cuidar das questões burocráticas para a liberação do corpo de Mayara. O velório e enterro serão em João Pessoa, capital paraibana. O prefeito da cidade de Itaporanga (PB), onde Mayara foi eleita miss este ano, decretou luto oficial por três dias.

Apesar de as causas do incêndio ainda estarem sendo investigadas pela Polícia Civil, segundo a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP), Nitão acredita que a falta de manutenção no apartamento que a filha alugava pode ter sido um dos motivos. Ele afirmou que o prédio, na Rua do Rócio, foi construído há mais de 35 anos e que o apartamento nunca havia sido reformado, nem sequer recebeu manutenção em relação às instalações elétricas e de gás.

Fogo
Polícia investiga as causas; pai diz que prédio é antigo e apartamento alugado não tinha manutenção

SOFÁ. "O fogo começou na sala, no sofá, e se alastrou rápido", disse Nitão, com base nos relatos do seu filho. Mayara, que estava no outro quarto, não teria conseguido sair a tempo. O irmão chegou a chamar por ela, mas não escutou resposta. A miss teria, então, pulado pela janela. "Ela fez isso tão consciente que antes jogou a bolsa", afirmou o pai.

Nitão disse que ainda não conseguiu processar a tragédia. "É muito difícil aceitar a morte de uma filha que há 15 dias atrás estava com você. Eu ligava para ela todos os dias. Desde ontem não consigo comer, nem dormir", afirmou. "Perder uma filha é a pior coisa do mundo. É tudo o que um pai não quer."

O Corpo de Bombeiros foi acionado por volta das 11 horas de sábado e enviou 13 equipes ao local. As chamas teriam se concentrado no 6.º andar, mas a fumaça, bastante espessa, se espalhou para outros apartamentos. Vídeos divulgados por vizinhos nas redes sociais mostram o estrago principalmente em sacadas e na fachada do prédio. O 14º Distrito Policial (Pinheiros) investiga as causas. ●

SÃO PAULO RECLAMA

Leitora cobra conserto de calçada de atacadista

Reclamação de Simone Ferreira: "Venho pedir apoio sobre uma queixa com relação ao Assaí Atacadista da Avenida Nordestina, na zona leste da capital paulista. Já faz vários meses que a calçada está quebrada, com canos expostos e que podem provocar acidentes graves, principalmente no período noturno, quando não dá para ver direito a calçada. É importante que a unidade verifique melhorias que também devem ser feitas na parte externa do estabelecimento, uma vez que a área da calçada é responsabilidade particular de cada proprietário. Reforço que é importante que a loja faça um monitoramento constante para verificar quais ações são necessárias para que a infraestrutura dos arredores da loja seja conservada e de fácil e seguro acesso aos seus frequentadores."

Resposta do Assaí Atacadista: "A companhia esclarece que realizou os reparos mencionados e, adicionalmente, informa que vistoriou o calçamento em torno de sua loja. Permanecemos à disposição para mais esclarecimentos." ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ UM SÉCULO

Ribeirão Preto

Alliciador de Colonos - Perante a delegacia regional de policia, o dr. Penteado Steveson, 2.º promotor publico, requereu a abertura de um inquerito a fim de apurar a responsabilidade de Nino Constante que, por meio de seducções, fez com que duas famillias de colonos abandonassem a propriedade em que trabalhavam, para obterem serviços em outra.

Trem apedrejado - O chefe da estação da Mogyana levou ao conhecimento da policia que varios individuos apedrejaram o expresso de São Joaquim.

CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)99123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

Maria de Lourdes Gomides Costa – Aos 89 anos. Era viúva de Jurandir Rodrigues Costa. Deixa os filhos Sidnei, Silva, Silvanei, Sinval, Sueli, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.
Emilia Ferreira Teixeira – Aos 83 anos. Era viúva de Palimersio Teixeira. Deixa os filhos Alexandre, William, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.
Sandra Maria Malzone Penteado – Aos 76 anos. Filha de Domingos Jose Malzone e Claudy Melchioretto Malzone. Era viúva. Deixa a filha Claudy, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério da Paz.
Sonia Maria Avelar de Oliveira – Aos 69 anos. Era viúva de Albino Vaz de Oliveira. Deixa filhos, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.
João Vieira – Dia 24, aos 94 anos. Filho de Antonio Vieira e Conceição de Oliveira. Era casado com Aparecida Bueno Vieira. Deixa os filhos Ana Cristina, Cristiane, Daniel, Elizabete, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério da Paz.
Claudio Eugenio Stiller Galeazzi – Aos 82 anos. Filho de Alberto Galeazzi e Eugenia Stiller Galeazzi. Era casado. Deixa filhos, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.
Lidio Nascimento Jambeiro – Aos 77 anos. Era casado com Crispina de Souza. Deixa filhos, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.
Juraci Oliveira Santos – Aos 63 anos. Era casado com Rosaria Aparecida Oliveira Santos. Deixa os filhos Fernando, Tatiana, Alecsandro, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

MISSAS

João Baptista Monteiro da Silva Filho – Hoje, às 18h30, na Paróquia São Gabriel Arcanjo, na Av. São Gabriel, 108, Jardim Paulista (3 anos).
Flaminío Araujo de Castro Rangel – Amanhã, às 12 horas, na Paróquia da Santíssima Virgem, na Av. Lucas Nogueira Garcez, s/nº, Jardim do Mar, São Bernardo do Campo (61 anos).
Ramon Américo Vasques – Amanhã, às 19h30, na Paróquia São Gabriel Arcanjo, na Av. São Gabriel, 108, Jardim Paulista (1 mês).

Clima

Chuvas causam estragos no Norte e no Nordeste

Milhares estão desabrigados em seis Estados; ministros vistam a região e prometem ajuda do governo federal

GIOVANNA CASTRO
ÍTALO LO RE

Os últimos dias foram de chuva intensa nas regiões Norte e Nordeste do País. As cheias de rios provocam estragos em ao menos seis Estados: Acre, Amazonas, Rondônia, Pará, Tocantins e Maranhão.

Só no Maranhão, 31,2 mil famílias já foram afetadas de forma direta e indireta pelas tempestades, e 49 cidades estão em situação de emergência, segundo autoridades, com 5,8 mil desabrigadas. Seis pessoas morreram em pouco mais de uma semana no Estado. No Acre, cerca de 32 mil moradores foram atingidos. Já no Pará, ao menos 1,8 mil pessoas de uma cidade do interior tiveram de deixar suas casas e estão em abrigos.

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o ministro da Integração e Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, estiveram no Acre ontem para avaliar os estragos e anunciaram ajuda do governo federal. A capital, Rio Branco, está em situação de emergência após o Rio Acre ultrapassar a marca de 16 metros – a partir de 14 metros já é considerado transbordamento – e deixar bairros submersos.

SEVERA. "Temos mapeados 1.058 municípios brasileiros que sofrerão com mais frequência a incidência de grandes volumes de chuva ou estiagens severas", afirmou Marina, destacando a intensificação de eventos extremos devido às mudanças climáticas. "Vamos apresentar um projeto para que estas cidades possam estar permanentemente em situação de emergência para que a ajuda do governo federal seja feita com rapidez."

Balanço
Maranhão tem 49 cidades em situação de emergência e 5,8 mil famílias desabrigadas

Em sua conta no Twitter, Góes disse que ainda visitaria Manaus, que também tem sofrido com as chuvas, para mapear a ajuda necessária à região. Um vídeo compartilhado em rede social mostra uma casa de palafita sendo levada pela água após o volume de um canal subir e invadir uma região da capital amazonense. Segundo a prefeitura, 172 famílias perderam suas moradias e estão sendo acolhidas em escolas municipais. "O Ministério do Desenvolvimento Regional e a Defesa Civil Nacional acompanham a situação desde o primeiro momento e todas as providências foram tomadas pra garantir o apoio à população", afirmou Góes.

Como mostrou o **Estadão**, após três anos de influência no clima global, chegou ao fim no último mês o La Niña, fenômeno climático caracterizado pelo resfriamento das águas do Oceano Pacífico equatorial. Com isso, teve início a transição para o El Niño, que deve elevar as temperaturas em todo o planeta a partir de maio, além de provocar chuvas prolongadas.

A previsão é de mais temporais nas regiões já afetadas nos últimos dias (*Mais informações nesta página*).●

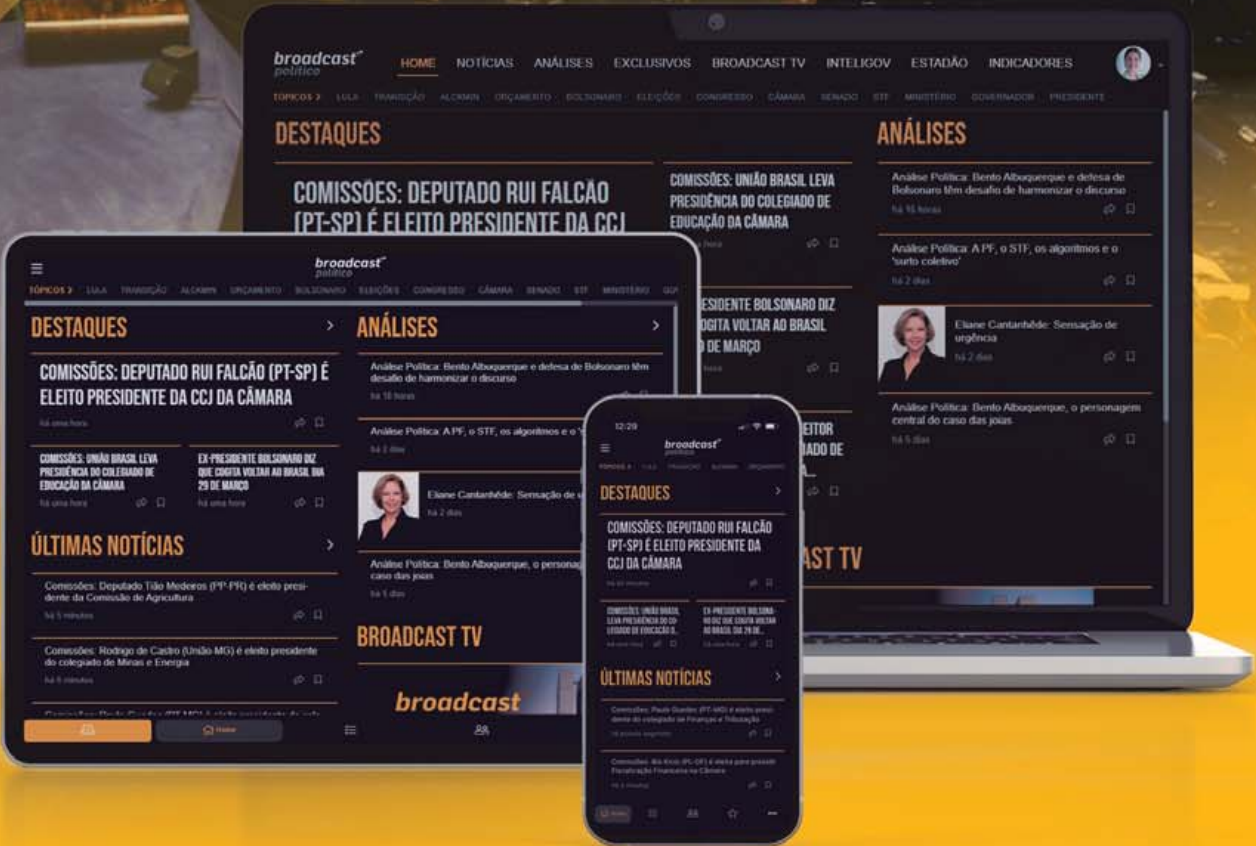
Inmet emite alerta de mais tempestades nas regiões

O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) emitiu um alerta laranja para chuvas intensas nas regiões Norte e Nordeste do País . O órgão classificou a situação como de perigo. A previsão é de tempestades, entre 30 e 60 milímetros por hora ou de 50 a 100 milímetros por dia, e de ventos fortes, que podem ir de 60 a 100 quilômetros por hora.

"Risco de corte de energia elétrica, queda de galhos de árvores, alagamentos e de descargas elétricas", diz o órgão.

Além de Estados do Norte e do Nordeste, o alerta inclui também cidades mais ao norte de Goiás e Mato Grosso, no Centro-Oeste do País. O alerta, emitido na manhã de ontem, tem validade até as 11h desta segunda-feira.

Em comunicado sobre riscos geo-hidrológicos, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI), classificou como alta a possibilidade de movimentos de massa na Região Metropolitana da capital amazonense por causa das chuvas.

O órgão também alertou para eventos de inundação na mesorregião Vale do Acre, com atenção para Rio Branco, Brasileia e Assis. ● Í.L.R.

NOTAS E INFORMAÇÕES

Câmeras policiais ganham o País

O uso de câmeras nas forças nacionais e subnacionais levará a uma polícia mais civilizada, eficaz e segura

Como reportou o **Estadão**, o governo federal está elaborando um programa para incentivar Estados e municípios a adotarem câmeras corporais nas polícias militares e guardas civis. Além disso, o próprio governo vai adotar o equipamento nas forças policiais da União: Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional de Segurança Pública e Polícia Federal. Trata-se de uma bem-vinda iniciativa que reproduz programas de sucesso já aplicados há anos em países como EUA, Inglaterra ou Alemanha, e cujos efeitos em um curto espaço de tempo são visíveis em Estados como Santa Catarina, Rondônia e notadamente São Paulo.

Estados que optarem pelo modelo serão beneficiados com recursos especiais do Fundo Nacional de Segurança Pública. O governo negocia ainda um suporte do Banco Interamericano de Desenvolvimento para ajudar a custear os programas.

Após oito anos de estudos e maturação, a Polícia Militar de São Paulo introduziu as câmeras em junho de 2021 por meio do Programa Olho Vivo. Segundo estudo da FGV, em um ano o número de mortes decorrentes de intervenção policial caiu 80% e o de lesões, 61%.

A principal reserva dos críticos é de que as câmeras inibiriam a proatividade dos policiais, prejudicando a repressão ao crime. Mas esse receio não é apoiado pelas evidências. Na comparação entre áreas que receberam as câmeras e as demais, não houve variação nas taxas de flagrantes e de crimes como roubos e homicídios.

Isso não significa que o sistema não tenha impacto sobre a eficácia da polícia no combate à criminalidade. De imediato, ocorrências que costumavam ser subnotificadas, como violência doméstica, tiveram aumento expressivo nos registros, como se a corporação adotasse a política de tolerância zero. Além disso, as imagens podem ser analisadas pela cadeia de comando, contribuindo, a médio prazo, para aperfeiçoar treinamentos, protocolos e abordagens. Os bons policiais podem ser valorizados, e os maus, corrigidos. Naturalmente, as condutas valorosas serão prestigiadas; as inadequadas, inibidas; e as criminosas, punidas. Assim, as câmeras contribuem para a segurança da própria polícia. Com quadros mais bem preparados, a tendência é de redução das mortes e lesões dos policiais.

Isso não significa que as câmeras sejam uma panaceia. A redução da letalidade policial em São Paulo, por exemplo, está associada à adoção de outras tecnologias, como armas não letais de imobilização – por exemplo, os *tasers* de eletrochoque. Além disso, o efeito das câmeras de adequar o comportamento dos agentes aos protocolos só é potencializado se complementado por bons programas de treinamento, sistemas de supervisão e mecanismos de prestação de contas.

De resto, ao contribuir para uma polícia não só mais civilizada no trato com os cidadãos, mas mais eficaz no combate aos criminosos, as câmeras contribuem, direta ou indiretamente, para solucionar graves deficiências de segurança pública, como a corrupção nas corporações, as condições desastrosas dos presídios ou as baixas taxas de elucidação de crimes e de repressão aos mercados ilegais.●

São Carlos

Homem mata dois em festa e é morto pela polícia

Um homem foi morto por policiais militares anteontem à noite após atirar em participantes de uma festa em São Carlos, no interior de São Paulo. Uma mulher de 37 anos e um homem de 41 morreram no local e dois homens, de 36 e 50 anos, ficaram feridos.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, que não confirmou as identidades dos envolvidos, o atirador, de 36 anos, foi expulso do evento por estar supostamente importunando outras pessoas, retornou ao local armado e efetuou os disparos.

O homem tentava fugir quando foi abordado por policiais militares que estavam próximos ao local. Ele não respeitou a ordem de parada e teria apontado a arma contra os PMs, que reagiram atirando no suspeito, que morreu no local, ainda de acordo com a SSP-SP. O caso foi registrado como homicídio, tentativa de homicídio e morte decorrente de intervenção policial pela Delegacia Seccional de São Carlos. ● GIOVANNA CASTRO

Futebol e eventos

Pacaembu terá 20 jogos em 2024 e negocia com clubes

Tradicional estádio paulistano será reinaugurado em janeiro do ano que vem; local pode ser sede da Copa do Mundo Feminina

RICARDO MAGATTI

Palco de jogos memoráveis nas lembranças de muitos paulistanos, o estádio do Pacaembu será reinaugurado em janeiro de 2024 com muitas diferenças em relação ao projeto original. O novo Pacaembu não terá alambrado, a grama será sintética e o espaço não será mais restrito a partidas de futebol e a apresentações musicais. Está nos planos dos administradores da arena que ela seja uma das sedes da Copa do Mundo de futebol feminino de 2027, caso o Brasil seja escolhido o país-sede do Mundial.

A promessa da Allegra Pacaembu, concessionária detentora da outorga por 35 anos, é de que o complexo esportivo será democrático e plural. "Será o estádio mais acessível do Brasil", prevê Paulo Coutinho, engenheiro responsável pelas obras. "Foi feita toda uma engenharia ou arquitetura de projetos pra permitir que haja acesso a todos os setores".

O **Estadão** visitou as obras e conversou com o engenheiro responsável pelo projeto de reforma, modernização e restauro do Pacaembu e com o CEO da Allegra, Eduardo Barella. Hoje, 40% das obras foram executadas. Resta dez meses para a reinauguração, prevista para 25 de janeiro, data da final da Copa São Paulo de Futebol Júnior do ano que vem. O tempo curto não preocupa a concessionária, uma vez que o "trabalho sujo" já foi feito.

WERTHER SANTANA/ESTADÃO

Novo estádio está com 40% das obras concluídas; para abrigar jogos e shows, gramado será sintético

"A gente fez muito trabalho demorado e custoso, que foi a parte de subfundação das estruturas históricas. Depois vem o pré-moldado. Isso é rápido", explica Coutinho. "A estrutura de pré-moldado, quando vier aqui, é como um lego: só encaixar. No segundo semestre, o estádio vai ter uma outra cara", assegura Barella.

> ***"O nosso projeto diz muito sobre o fluxo de pessoas. A gente quer que as pessoas venham e fiquem mais no estádio"***
> **Eduardo Barella**
> **CEO da Allegra**

ESPAÇO MULTIUSO. A ideia da empresa é tornar o Pacaembu um espaço multiúso, ampliando áreas monetizáveis para gerar retorno financeiro com o negócio à Allegra. Segundo Barella, em 2024, o estádio vai receber 450 eventos, considerando todos os sete espaços reservados para eventos que o conjunto vai abrigar, desde o salão nobre, passando pelo centro de convenções, até o campo, com capacidade para 40 mil pessoas em apresentações musicais. Estão previstos 80 shows e ao menos 20 partidas de futebol. "A projeção de 20 jogos é bastante conservadora, na nossa visão", pondera o administrador.

Ele tem se reunido com dirigentes de clubes que desejam jogar no estádio a partir do ano que vem. Já existe acordo com um time para ao menos duas partidas. O modelo que ele julga ideal não é o tradicional aluguel do espaço, mas a divisão das receitas entre a concessionária e o clube, num formato em que os dois sejam sócios.

O plano do líder do consórcio vencedor da concessão é utilizar o Pacaembu em sua plenitude e reter as pessoas mais tempo no completo, com ações de marketing e oferta de restaurantes e bares que não havia anteriormente.

"O nosso projeto diz muito sobre o fluxo de pessoas, a taxa de utilização dos nossos espaços e também o tempo de permanência das pessoas no ambiente. A gente quer que as pessoas venham e fiquem", diz. "Tem que deixar de ser um lugar de passagem para se tornar um destino em que as pessoas venham e fiquem mais. A experiência de duas horas em um jogo pode passar para seis".

Embora ainda não dê para projetar o valor que será cobrado pelas entradas, é certo que o ticket médio vai aumentar. Mas para o CEO da concessionária, haverá espaço para o público com maior poder aquisitivo e também para aqueles que não podem pagar muito para assistir a um jogo ou evento musical. Sem o tobogã, o estádio terá sua capacidade reduzida para 26 mil pessoas.

Nesse projeto, a Allegra pôs abaixo as arquibancadas leste e oeste, mas garante que serão refeitas com a mesma geometria das originais. Serão construído banheiros, bares e restaurantes sob as novas estruturas nas centrais. Debaixo da laranja, haverá uma arena de eSports com capacidade para 2 mil pessoas e um restaurante com 400 cadeiras VIPs. Do outro lado, onde era a arquibancada manga e as numeradas, haverá camarotes.

Os torcedores não ficarão mais pendurados nos alambrados porque não haverá mais alambrados. A área entre a arquibancada e o antigo gradil será rebaixada em um metro, formando um fosso baixo. A distância para o campo será a mesma. Para ao menos 100 eventos entre shows e jogos, o gramado tem de ser sintético.

"A gente tem olhado a experiência dessas tecnologias aqui no Brasil e também olhando algumas coisas lá fora. É uma decisão que possibilita que a gente possa usar o campo não só para o futebol, mas para outros eventos, até para jogos de rúgbi", diz Barella. ●

Concessionária alega prejuízo e quer Praça Charles Muller

A concessionária assinou o contrato com a Prefeitura de São Paulo em setembro de 2019 e começou a operar o complexo em janeiro do ano seguinte. Com o investimento de R$ 500 milhões – além do pagamento de R$ 111 milhões pelo direito de gerir o local por 35 anos – as obras só começaram em junho de 2021.

Meses depois, a Allegra fez um pedido de reequilíbrio contratual à Prefeitura sob três justificativas: prejuízo estimado em R$ 3,9 milhões em decorrência da pandemia de covid, atraso de quatro meses na emissão de alvarás para início das obras e erro de metragem na área concedida (10 mil metros quadrados entre o que a Prefeitura informou no edital de concessão e o que a concessionária alega ter, de fato, em toda a área do Pacaembu).

A concessionária apresentou três alternativas como forma de reequilíbrio contratual: extensão do prazo de concessão, desconto no valor de outorga e inclusão da Praça Charles Miller na concessão.

Caso tenha o direito de administrar a praça, a empresa planeja investir R$ 40 milhões para requalificá-la e garante que não vai acabar com as tradicionais feiras alocadas nesta área há muitos anos.

"Entendemos que essa é a melhor equação do ponto de vista público e privado. A prefeitura vai ter um porcentual sobre a receita que eventualmente for obtida com a praça e será desonerada", considera Barella. Ele argumenta que hoje, a praça é um lugar "árido", "vazio" e "pouco frequentado" pela população.

Em setembro, o prefeito Ricardo Nunes rejeitou entregar a praça à Allegra. "Não será feito nenhuma ação que coloque ela dentro do reequilibro da concessão. Esse assunto está superado", dissera Nunes. "Eles podem pleitear outros valores e prazos, mas a Charles Miller eu, enquanto prefeito, não vou admitir".

No entanto, o assunto ainda está sendo discutido por uma comissão criada pela SP Regula, a autarquia criada para analisar o reequilíbrio financeiro dos contratos de concessão do município de São Paulo.

"O pedido de reequilíbrio continua sendo avaliado pela comissão de transição até o momento", disse a Prefeitura, em nota enviada ao **Estadão**.

Barella afirma que não pode esperar por muito mais tempo. "Ou a prefeitura decide isso logo ou a gente não tem mais interesse. O momento de se fazer é agora", afirmou o CEO da concessionária. ● R.M.

> **Prefeito refuta a ideia**
> **Ricardo Nunes já rejeitou entregar a praça à Allegra. 'Enquanto prefeito, eu não vou admitir isso'**

Robson Morelli E-mail: robson.morelli@estadao.com

Galvão arrebenta no streaming

A vida não acaba aos 70. Galvão Bueno que o diga. E tantos outros profissionais do esporte e também de outras áreas de atividade que estão na labuta. Quero usar este espaço hoje para fazer uma reverência ao narrador brasileiro que todos nós temos como amigo, tamanha as vezes que ele entrou em nossas casas nas transmissões esportivas. A TV GB, de Galvão Bueno, estreou no sábado no YouTube para 12 milhões de pessoas. Galvão e amigos, como Zico e Casagrande, mostraram o amistoso do Brasil com Marrocos – derrota por 2 a 1 da seleção brasileira. Como já escrevi aqui, Tite não deixou legado para o time nacional. Mas essa é outra história.

Quero focar no Galvão. Aos 72 anos, o narrador deixou a Globo e se reinventou, mostrando para todos que é possível se repaginar profissionalmente em qualquer fase da carreira. É claro que Galvão Bueno é um ícone da comunicação brasileira, cujo sucesso foi construído ao longo dos mais de 40 anos de trabalho. Mas todos nós acima dos 50 também estamos nessa corrida, cada um na sua área de atuação, com mais ou menos destaque.

Ocorre que Galvão, depois de assimilar que a emissora não precisava mais dele, tratou de se movimentar para seguir fazendo o que mais gosta. Seu amor ao esporte, particularmente ao futebol, foi mais forte do que uma possível aposentadoria tranquila ou à entrega única e exclusivamente para sua produção de vinho.

Narrador abre horizontes aos 72 e derruba barreiras em canais tidos para jovens

Aos que acham que tudo parece fácil para Galvão, vale ressaltar que seu trabalho, narrações e até bordões sempre estiveram dos dois lados da moeda, daqueles que o idolatram, mas também daqueles que não gostam do seu estilo.

Depois de décadas na mídia tradicional, ele foi parar no streaming, quebrando barreiras e preconceitos de todos os tamanhos. Além de sua estreia no YouTube, ele também está no TikTok, a rede social mais jovem que conhecemos e também a que concentra a galera mais nova e antenada do momento. Galvão está longe de ser um tiozão do TikTok. Ele tem muita energia e faz o que tem de fazer da sua maneira, com seu jeito e experiência.

O streaming não vai matar a TV nem a TV fechada, assim como a TV não acabou com o rádio e o cinema. As mídias se ajeitam. Há muitos públicos.

Como Galvão, há outros na mídia esportiva desbravando caminhos. E isso não quer dizer que os caminhos já desbravados sejam ruins ou ultrapassados. Como consumidor, aprecio o novo, mas não abro mão do tradicional. Acompanhei o jogo do Brasil pela Band e pelo YouTube, com Galvão.

Semana passada, encontrei na Disney o perguntador David Letterman em um documentário do U2, com Bono e The Edge, mostrando faceta diferente do que fazia na TV. Estava em Dublin. Após deixar seu talk show, ele se reinventou, abrindo horizontes.●

EDITOR GERAL DE ESPORTES DO ESTADÃO E COMENTARISTA DA RÁDIO ELDORADO

INSTAGRAM: @ROBSONMORELLI7;
TWITTER: @ROBSONMORELLI;
FACEBOOK: @ROBSONMORELLI

Boxe

Bia Ferreira bate colombiana e conquista bicampeonato mundial

Brasileira se impõe em luta com Angie Valdez e se torna a maior campeã da história do País em Mundiais

NOVA DÉLHI

Mais uma vez, Bia Ferreira fez história. No Dia Nacional do Boxe, celebrado ontem, a pugilista baiana venceu a colombiana Angie Valdez na categoria 60 quilos e conquistou o segundo título no Mundial de Boxe Feminino no torneio que está sendo disputado em Nova Délhi, na Índia.

Bia se tornou também a primeira brasileira a chegar a três finais de Mundiais – além do título de ontem, ela foi campeã em 2019 e vice-campeã em 2022; além disso, ela atingiu a expressiva marca de 36 pódios em 37 campeonatos internacionais, com nada menos do que 31 medalhas de ouro.

A decisão teve domínio completo da brasileira, que recebeu notas favoráveis de 5 a 0, 4 a 1 e 5 a 0 nos três assaltos. Beatriz Ferreira chegou à final de todos os grandes eventos do boxe mundial nos últimos quatro anos. A baiana de 30 anos mantém o grande momento com o título na Índia e chegará como uma das grandes favoritas para os Jogos Olímpicos de Paris em 2024. Ela receberá uma premiação de US$ 100 mil pela medalha de ouro.

HARISH TYAGI/EFE

A pugilista brasileira Bia Ferreira exibe o cinturão e a sua medalha

Nascida em Barranquilla, a experiente colombiana fez sua primeira final de Mundial. Na semifinal, Valdez havia passado pela chinesa Yang Wenlu. Bia passou pela sul-coreana Oh Yeonji na semifinal e pela japonesa Ayaka Taguchi nas quartas de final da disputa.

Na decisão, as duas pugilistas soltaram o braço no primeiro round. Após a colombiana mostrar sua força, Bia emendou um belo jab de esquerda e depois um combo com três socos, que pegaram em cheio. A luta no primeiro round foi equilibrada, mas Bia Ferreira teve vitória parcial unânime decretada pelos jurados.

No segundo assalto, Bia se mostrou mais solta, mas arriscou menos. A colombiana acertou um cruzado faltando um minuto para o fim. Confortável na luta, Bia andava para frente, enquanto a colombiana escapava mais. A brasileira conseguiu 4 a 1 nas notas do segundo round, mantendo boa vantagem para a parte final do combate. Tranquila, Bia Ferreira aproveitou a vantagem no último assalto e foi dominante. A colombiana chegou a perder a base em um golpe da brasileira, que também acertou um direto a 30 segundos do fim. Assim que o cronômetro zerou, Bia abriu um sorriso já esperando pelo título.●

O MELHOR DA TV

TÊNIS
● **ATP 1000 de Miami**
Terceira Rodada
12h / ESPN 2
● **WTA 1000 de Miami**
Terceira Rodada
12h / ESPN 2

FUTEBOL
● **Amistoso**
Macedônia x Ilhas Faroe
13h / SporTV 2
● **Eliminatórias Eurocopa**
Suécia x Azerbaijão
15h45 / ESPN 4
Irlanda x França
15h45 / SporTV
Montenegro x Sérvia
15h45 / SporTV 2
Polônia x Albânia
15h45 / SporTV 3
● **Campeonato Brasileiro Feminino**
Santos x Palmeiras
20h / SporTV

HÓQUEI NO GELO
● **NHL**
Seattle Kraken x Minnesota Wild
21h / ESPN 3

BASQUETE
● **NBA**
Los Angeles Clippers x Chicago Bulls
23h / Band, SporTV, TNT e TNT Sports (YouTube)

Artes plásticas

Adriel Visoto vira do avesso a solidão em suas pinturas

Mineiro tem primeira mostra individual em São Paulo, depois de expor trabalho em Nova York

DENISE ANDRADE/ESTADÃO

Atento aos detalhes, o artista cria pequenas figuras que interagem com uma paisagem silente

MATHEUS LOPES QUIRINO

Um sujeito está debruçado na fachada do edifício Louvre, prédio icônico do centro de São Paulo, vizinho de frente da Galeria Metrópole, na Avenida São Luís. Em dado momento, este mesmo homem usa uma espreguiçadeira do condomínio, parece querer meditar. Ele transita pelo lugar em outros quadros, quase como a continuação de uma mesma narrativa. São três telas em conjunto, sendo que na última o personagem está prestes a sumir quando vê uma porta entreaberta. Fim da história.

Essa sensação de contemplar a vida alheia é parte da vida metropolitana. Esse olhar indiscreto permeia o imaginário de Adriel Visoto, 35, que abriu no último mês a mostra Estranho Comum, com pinturas de pequenas dimensões que apresentam ao espectador um retrato da solidão na vida urbana. "Nesses trabalhos, penso muito em solitude, acho que é uma sensação de conforto estar sozinho. Quando retrato o cenário urbano, ruidoso, social, repleto de afobação, existe um contraponto: a solidão dos espaços internos, do lar, que entra como uma possibilidade de silêncio nessa paisagem caótica", conta ao **Estadão**, o artista que cria uma atmosfera na fronteira entre o público e o privado.

As pinturas de Adriel são uma provocação para o olhar. De longe, ou vistas por uma tela de computador, parecem fotografias, imagens que poderiam ser encontradas em um feed de rede social. Mas este é, sobretudo, um trabalho para ver presencialmente, ou ao menos em uma reprodução em alta resolução, pois os traços de suas paisagens contém movimento, demarcando nuances de formas e personagens.

"Quanto mais você se aproxima, mais a pintura se revela, então se começa a ver essas veladuras, as pinceladas. Ultimamente tenho deixado camadas nos trabalhos, desde o linho cru até as composições.". Para o curador Ivo Mesquita, essa técnica dá a sensação de que a pintura fica rarefeita, escreve no texto de abertura.

Mineiro de Brazópolis, cidadezinha com pouco mais de dez mil habitantes, Adriel Visoto sempre soube que seria artista visual. Trabalhou com algumas outras linguagens antes de se dedicar à pintura, como a fotografia, tão presente em seu trabalho, e o desenho, parte do currículo da graduação em artes plásticas na Escola Guignard, da UEMG.

Nos últimos anos, suas obras têm viajado por diversos países para participar de mostras coletivas e individuais, como a do Mamma Projects, que em 2022 levou seu trabalho a Nova York. Na ocasião, suas pinturas mostraram cenas de filmes rodados na cidade, como *Taxi Driver* (1976), de Martin Scorsese. Ao retratar clássicos do cinema, no entanto, as tintas que Adriel aplica em seu trabalho esmaecem o brilho das telonas e faz com que suas figuras ganhem um ar anônimo.

Fronteira
As pinturas estão no limiar entre público e privado, com a paisagem urbana se misturando com o interior

Essa característica é realçada pelo apreço de Adriel pelo crepúsculo, fenômeno entre noite e dia que, nas palavras do escritor Charles Baudelaire, mostra "Clarões róseos que se arrastam ainda no horizonte, como a agonia do dia sob a opressão vitoriosa da sua noite", escreve o francês em seu *Spleen de Paris*. "Gosto dessas imagens do lusco-fusco, do amanhecer, entardecer, enfim, tem uma relação com o cinema", pondera.

IMAGEM. À primeira vista, é inegável que se faça comparação com personagens e cenas do norte-americano Edward Hopper (1882-1964), ou mesmo do superstar David Hockney. "Entretanto, vão além das referências deste repertório figurativo, urbano, queer, e remetem à uma tradição secular da pintura com origem na Idade Média: as elaboradas imagens em miniaturas nos livros iluminados, que não tratavam apenas das vidas dos santos e olhavam também para a vida real", ressalta o curador. Com 14 peças na exposição, as cenas de Adriel mostram flagrantes da vida de um mesmo personagem (ele). O próprio Louvre é um cenário no imaginário do artista, na pintura da sacada, é possível identificar a porosidade das pedrinhas que calçam o chão; o relevo das pastilhas do azulejo, o brilho da platina que encera os tubos de metal. Os detalhes se mostram numa dimensão diminuta que, de longe, se transforma em cenas turvas, como fotografias antigas. São dois planos em um só trabalho, que depende da perspectiva – alcançada a partir de uma paleta com cores restritas. "As telas, têm imagens vazias, naturezas mortas, faço um uso da pintura com materiais tradicionais, é um óleo sobre uma tela feita de linho", ressalta o artista.

Mesmo inspirado em fotos digitais, o pintor mostra que a obra de arte, diferente do retrato rápido, deve sobreviver à brevidade do tempo. Como pode-se ver logo no início da mostra, com a pintura *Fast Food*. Nessa atmosfera, ao seguir os caminhos da monocromia, inspirado nas luzes artificiais do cinema e em filtros de redes sociais, o artista mostra que a pintura parte de um processo minucioso que demanda tempo, um contraponto ao cenário que retrata. E conclui: "Nas redes sociais, a imagem é muito descartável, você posta a foto em um dia e tem 500 likes, no outro, ela é esquecida. A pintura vai na contramão disso". ●

SEGUNDA-FEIRA, 27 DE MARÇO DE 2023 O ESTADO DE S. PAULO

DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 A B20)

Infraestrutura **Novos investimentos**

Sob desconfiança, governo quer retomar a era de grandes obras

Novo PAC, trem-bala e aportes em estaleiros entram no radar e são apostas para destravar PIB; mercado teme repetição de erros do passado

LUCIANA DYNIEWICZ

Marca de governos anteriores do PT e alvo de denúncias de mau uso de dinheiro público, os grandes projetos de infraestrutura voltaram à agenda econômica nesses primeiros meses do novo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Uma nova versão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e investimentos em áreas como a indústria naval e no trem-bala (ainda que este deva ser uma iniciativa do setor privado) estão na mesa novamente, mas são vistos com desconfiança por economistas e especialistas em infraestrutura.

Entre os motivos do ceticismo, estão o fato de muitos empreendimentos anunciados no passado terem projetos mal estruturados e de parte das obras não ter sido finalizada, além do envolvimento em grandes escândalos de corrupção.

No caso da primeira edição do PAC, relatórios do governo apontavam que os empreendimentos concluídos entre 2007 e 2010 chegavam a R$ 444 bilhões, o que corresponderia a 82% do previsto para o período. Para o PAC 2, os documentos indicavam R$ 796,4 bilhões, ou 99,7% do previsto.

Estudo da consultoria Inter.B de 2016, porém, mostra que esses números foram superestimados, dado que houve uma superposição de cerca de 61% das ações do PAC 1 e do PAC 2. Indica ainda que, na verdade, apenas 50,9% das ações do PAC 1 haviam sido concluídas e 52,9%, das do PAC 2.

> **Balanço**
> **Estudo da Inter.B contraria dados do governo e mostra que só parte das obras do PAC 1 e 2 foi concluída**

A consultoria também analisou uma amostra dos principais projetos do PAC e concluiu que, entre dezembro de 2010 e dezembro de 2014, o aumento médio do custo e do prazo de entrega das obras no setor de transportes foi de 46% e 89%, respectivamente. Em energia, foi de 51% e de 78%.

SEM GOVERNANÇA. "O que ocorreu no PAC, e em muitos projetos fora do PAC também, é que os gastos foram acima do planejado, a execução foi falha e, por isso, houve grandes atrasos. O grande desafio dos novos projetos é a governança", diz Claudio Frischtak, fundador da Inter.B.

A promessa do ministro da Casa Civil, Rui Costa, é anunciar até o fim de abril um pacote de investimentos composto por aportes federais, concessões e um incentivo a novos projetos de Parceria Público-Privada (PPP).

Como mostrou o *Estadão/Broadcast*, a Casa Civil tem em mãos uma lista de mais de 400 empreendimentos listados como prioritários pelos Estados – a pasta ainda selecionará o que entrará no plano. A ala política do governo tem pressa em tirar os projetos do papel, ao avaliar que eles poderiam ser um instrumento para destravar o crescimento do PIB.

Procurada, a Casa Civil não quis comentar os problemas que ocorreram nos projetos anteriores do PT. ●

ESPECIALISTAS COBRAM GOVERNANÇA E RESPEITO A MARCOS LEGAIS. PÁG. B2

Tudo em todo lugar ao mesmo tempo

ARTIGO

Luís Eduardo Assis
Economista, autor de 'O Poder das Ideias Erradas' (ed. Almedina), foi diretor de Política Monetária do Banco Central e professor de Economia da PUC-SP e FGV-SP.
E-mail: luiseduardoassis@gmail.com

O pragmatismo foi a marca da primeira gestão do presidente Lula da Silva. Em 2002, a inflação havia atingido 12,5%, no rastro de uma desvalorização cambial de 52%, o que empurrou a taxa Selic para 25%. O presidente noviço foi prudente, elegeu prioridades, preferiu não bater cabeça com o mercado.

Em 2003, os juros subiram um pouco mais, a economia quase não cresceu (1,1%), mas o dólar recuou 18%, a inflação caiu (pouco, para 9,3%) e o ajuste criou as condições para um crescimento de quase 36% nos sete anos seguintes. Para comparar: nos últimos sete anos o Brasil cresceu apenas 5,5%. Houve, claro, condições internacionais favoráveis, mas o pragmatismo foi a trilha sonora da política econômica.

Tudo parece ter mudado agora. Falar na herança maldita é quase obrigatório na posse de todos os presidentes, mas o fato é que o quadro econômico no final de 2022, malgrado todas as mazelas, não chega a ser catastrófico. Nos últimos dois anos, a economia cresceu 8% e a taxa de desemprego caiu para o menor nível desde 2015. Claro que o crescimento é fragílimo, com investimentos públicos em infraestrutura praticamente exterminados, e a taxa de desemprego seria muito maior se as pessoas não tivessem deixado de procurar trabalho. Mas poderia ser muito pior.

Parte dos efeitos dos juros altos pode ser combatida com o Bolsa Família. É preciso foco para fazer bom uso da dinheirama

O busílis que entrava hoje o crescimento, no entanto, é a inflação. Os exercícios de prestidigitação do governo Jair Bolsonaro levaram o IPCA para 5,9% em 2022, mas a inflação dos preços livres fechou em 8,42%, quase igual à média dos núcleos, 8,45%. A previsão para 2023 é de 6%, o dobro da meta estabelecida para o ano que vem. Combater a inflação neste primeiro ano de governo deveria ser a prioridade. Nas atuais condições em que a política anti-inflacionária depende apenas da taxa Selic (um despropósito que já foi tratado neste espaço), estimular o crédito e promover uma política fiscal expansionista apenas prolongará o martírio provocado pelos juros altos.

Parte relevante dos efeitos colaterais dos juros exorbitantes poderá ser combatida com a transferência de renda que vem no rastro do novo Bolsa Família, uma novidade estonteante que merece maior atenção. Pela estimativa da Instituição Fiscal Independente, serão R$ 180 bilhões a serem gastos em 2023, mais que o dobro dos R$ 88,1 bilhões do ano passado e quase o triplo (como proporção do PIB) do que se gastou em 2003. É preciso foco para fazer bom uso dessa dinheirama, o que impõe, em primeiro lugar, a sanitização do Cadastro Único. Tentar fazer tudo ao mesmo tempo gera apenas uma desafinada polifonia. Mais que discutir, é preciso fazer escolhas. Os pobres têm pressa, os miseráveis têm urgência. ●

Infraestrutura Novos investimentos

Especialistas cobram novas regras de governança e respeito a marcos legais

Temor é de que recursos sejam distribuídos sem critérios técnicos e controle durante a execução de obras

LUCIANA DYNIEWICZ

ALEX RIBEIRO / ESTADÃO-10/01/2020

Estaleiro Ilha S.A, que fechou as portas no fim de 2015, no Rio; setor recebeu R$ 33,6 bilhões até 2012

Os investimentos em infraestrutura ainda estão longe do patamar considerado ideal pelos especialistas para o País. Hoje, eles correspondem a 1,8% do PIB, mas, para prover uma cobertura minimamente razoável, seria preciso elevar esse número para 4%, na avaliação de Claudio Frischtak, fundador da Inter.B. Se o governo federal pretende aumentar esses aportes, acrescenta ele, é preciso melhorar a governança para ter certeza de que as obras serão concluídas em tempo hábil e terão qualidade.

O economista Marcos Lisboa, ex-presidente do Insper e secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda no primeiro governo Lula, destaca, no entanto, que no Brasil não há o costume de se fazer projetos de política pública detalhados. "Tem de analisar a correlação entre o programa e a geração de emprego, mas também precisa analisar o custo de oportunidade." Lisboa afirma que políticas que já não deram certo estão sendo retomadas sem que sejam estudados os motivos dos fracassos dessas experiências anteriores.

Na análise de Frischtak, mesmo que o governo queira alavancar os aportes em infraestrutura, ele sempre precisará do apoio de empresas privadas, dado o tamanho da demanda que existe no Brasil. Por isso, é importante que marcos regulatórios sejam preservados, garantindo que as companhias tenham segurança para investir.

Para o professor de administração pública da Fundação Getulio Vargas (FGV) Ciro Biderman, o Estado pode ter um papel relevante na retomada do setor de infraestrutura, mas ele alerta que, "se os investimentos não forem bem direcionados, o governo vai queimar recursos e não chegar a lugar nenhum". "Tem de ter diretriz estratégica", acrescenta.

ESCOLHA DE PROJETOS. Biderman lembra dos investimentos feitos para desenvolver a indústria naval nos governos anteriores do PT. Entre 2005 e 2012, o Fundo de Marinha Mercante liberou R$ 33,6 bilhões (em valores atualizados) para reformas e construção de estaleiros que atenderiam, principalmente, a Petrobras. No período, o número de trabalhadores no setor naval também passou de 2 mil para 70 mil. Com os escândalos de corrupção envolvendo a Petrobras e as grandes empreiteiras que investiam no setor, porém, o segmento encolheu e o total de empregados caiu para os 20 mil atuais.

"Por que o governo vai dar novamente subsídio para a indústria naval? Se o setor se provasse competitivo, até entenderia. Mas não me parece fazer sentido subsidiar uma produção privada", diz Biderman. O professor acrescenta que hoje o portfólio de um programa de incentivo à indústria tem de fazer sentido social e ambiental.

Coordenador do Núcleo de Infraestrutura da Fundação Dom Cabral, Paulo Resende acrescenta que, para o governo não cometer os mesmos erros do passado, além de governança e transparência precisa trabalhar em um programa de investimentos com poucos e bons projetos. "Os dois PACs eram grandes demais. Isso provoca dispersão de atenção e perda de previsibilidade. O governo deveria focar em poucos projetos, mas estruturantes e capazes de mudar a infraestrutura brasileira."

Para Resende, o transporte de carga ferroviário seria uma boa opção de investimento. Hoje, 63% do transporte de carga no País é feito por rodovias, apesar de trens serem apropriados para levar mercadorias como commodities dos centros de produção aos portos. ●

Estudo indica baixa relação com aumento do PIB

Ao alavancar os investimentos em infraestrutura, o governo pretende também impulsionar a economia, dado que a construção é um dos setores que mais geram empregos. Na visão do economista Armando Castelar, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), entretanto, um programa de infraestrutura não é suficiente para fazer o Produto Interno Bruto (PIB) avançar de forma significativa.

"Obviamente, é bom fazer investimentos, sobretudo em um país que investe pouco em infraestrutura. Mas, quando você olha como proporção do PIB, não é isso que vai fazer a economia andar mais rápido, principalmente se a obra parar no meio", diz Castelar. O economista pondera que, por outro lado, recursos são necessários para fazer investimentos e, se ocorre um aumento de tributação para gerar esses recursos, o resultado final na economia pode ser negativo.

Estudo da Inter.B aponta que a contribuição direta e indireta do PAC para o PIB no período entre 2007 e 2014 variou de 0,89% a 1,45% do PIB, ficando em média em 1,23%. Assim, Claudio Frischtak, fundador da consultoria, diz que é possível concluir que o investimento não foi suficiente para alterar a trajetória do PIB. ● L.D.

LPSB B3 LISTED NM IGC B3 IGC-NM B3 ITAG B3 IGCT B3

LPSBrasil

LPS BRASIL Consultoria de Imóveis S.A. e Controladas

Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF 08.078.847/0001-09

Lopes

AVISO

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos. https://www.estadao.com.br; https://ri.lopes.com.br; https://www.gov.br/cvm/pt-br; https://www.b3.com.br/pt_br.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias em vigor, a Administração da LPS Brasil S.A. vem apresentar seus comentários e resultados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Os valores estão expressos em R$ mil, exceto quando indicado, e de acordo com disposto na Lei das Sociedades por Ações e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Os comentários da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e devem ser lidos em conjunto com as respectivas Notas Explicativas. **DESCRIÇÃO DOS NEGÓCIOS:** A LPS Brasil (Lopes ou Companhia) é reconhecida pelo mercado como uma das principais plataformas de intermediação imobiliária, com liderança de longo prazo no mercado de lançamentos, além de uma rede de franquias com sólido crescimento nos últimos anos, reconhecida com o selo de excelência em *franchising* da ABF. A Companhia também possui a CrediPronto, uma *joint venture* com o Banco Itaú, focada na oferta e promoção de financiamentos de imóveis, reconhecida como um dos principais players desse segmento. A atividade de intermediação imobiliária se divide entre o mercado primário, ou seja, novos lançamentos imobiliários, e o mercado secundário, de imóveis usados. A subsidiária Lopes Consultoria Imobiliária, empresa que atua há mais de 85 anos no mercado de São Paulo, e as empresas controladas adquiridas, praticam corretagem e intermediação imobiliária, atuando prioritariamente em lançamentos. O desempenho da Lopes neste mercado é refletido na proximidade conquistada com os clientes incorporadores, listados e não listados, fato que diversifica o portfólio de produtos oferecidos, que atendem demandas de diferentes segmentos de renda, para clientes em diferentes fases da vida. A empresa acredita possuir a rede de franquias que mais origina negócios imobiliários no país, com mais de 300 mil imóveis disponíveis para intermediação, através de 178 lojas franqueadas distribuídas em 21 estados brasileiros e no Distrito Federal. Neste modelo, as lojas pagam à Lopes royalties sobre as intermediações realizadas. Além disso, estas franquias, em conjunto com as 16 lojas próprias da Companhia, formam a Rede Lopes, onde os imóveis podem ser comercializados entre todos os seus membros de maneira integrada. Através da CrediPronto, a Companhia atua exclusivamente com o Banco Itaú na oferta de financiamentos imobiliários, contando com uma plataforma rápida e integrada de crédito, e oferecendo serviços completos para seus clientes compradores. Contratualmente, a Lopes faz jus ao recebimento de uma comissão de 1% sobre o volume financiado, mais 50% sobre os resultados da operação (*profit-sharing* do P&L virtual). A partir de 2019, a Companhia desenvolveu seu *hub* de tecnologia e inovação, denominado Lopes Labs. Esta área é responsável por liderar o processo de transformação digital da Lopes, além de desenvolver ferramentas e diferenciais competitivos para os franqueados, corretores associados e, principalmente, clientes incorporadores, vendedores e compradores de imóveis. **PRINCIPAIS FATOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS DE 2022:** Durante o ano de 2022, o mercado imobiliário foi diretamente impactado pelo cenário macroeconômico brasileiro, marcado principalmente pela taxa de juros elevada. Tal fator faz com que o preço do financiamento imobiliário fique mais elevado para o consumidor final, impactando diretamente as operações que atuam no mercado secundário (mercado esse majoritariamente fomentado pelo financiamento) e também a originação de crédito da CrediPronto. Já no mercado primário, o calendário de lançamentos da Companhia foi influenciado pela incerteza econômica causada pelas eleições e outros eventos atípicos, como feriados no fim de semana e Copa do Mundo no fim do ano. Mesmo assim, como é possível observar nas explicações que seguem, a Companhia apresentou resultados operacionais que permitiram a manutenção da rentabilidade em todos seus segmentos de atuação. Em relação à performance da Companhia, tivemos nas intermediações do mercado primário, que engloba principalmente as operações próprias, um VGV anual de R$ 4,6 bilhões, já ajustado pela participação da Lopes nos empreendimentos. Foram lançados 137 projetos durante 2022, totalizando um VGL de R$ 15,4 bilhões para o período. Enquanto os lançamentos mantiveram a sazonalidade histórica do mercado imobiliário, concentrando quase 70% dos lançamentos no 2º semestre, notou-se que o volume intermediado das operações próprias foi relativamente igual nos dois semestres. A Companhia continuou focando na expansão do seu segmento de franquias, através da Rede Lopes. O ano foi encerrado com 178 lojas, mostrando um crescimento de 44% quando comparado ao final de 2021. O VGV anual das franquias continuou superando o VGV das operações próprias da Companhia, atingindo R$ 5,3 bilhões, representando 53% do volume intermediado pela Lopes no ano. Comparativamente, o VGV intermediado pelas Franquias ficou em linha com o que foi intermediado no ano anterior, mostrando que o crescimento de lojas da Rede Lopes tem sido crucial para sustentar a performance do segmento, mesmo com todo o desafio imposto pelo cenário atual. Assim, a Companhia acredita que, em um cenário de recuperação econômica, o segmento passe a ter cada vez mais destaque nos resultados da LPS Brasil. A Companhia destaca também o aumento no *fee* médio de royalties, que encerrou o ano em 0,51%. Por fim, a CrediPronto foi fortemente impactada pela taxa de juros mais elevadas, com um volume financiado 29% menor que o ano anterior. No entanto, a *joint-venture* ganhou *market share* entre as operações privadas de crédito imobiliário, passando de 6,2% em 2021 para 6,9% de participação em 2022, onde consolida-se como a 4ª maior entre os players privados. No ano de 2021, a CrediPronto originou R$ 4,2 bilhões em financiamentos imobiliários com saldo médio da carteira terminando o ano em R$ 14 bilhões, crescimento de 20% em 12 meses. **PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO EM 2022:** O VGV total da Companhia em 2022 atingiu o total de R$ 9,9 bilhões, dos quais R$ 4,6 bilhões são referentes ao segmento de intermediação de operações próprias e R$ 5,3 bilhões foram originados pelo segmento de franquias. Considerando o montante total, houve um recuo de 1,6% quando comparado ao ano de 2021. A receita bruta também retraiu ficando 12,7% menor quando comparado à 2021, resultando em um total de R$ 213,8 milhões em 2022, no qual R$ 164,8 milhões foram originados pelos serviços prestados, sendo intermediação imobiliária (57,7%), comissão por volume financiado da CrediPronto (25,8%) e recebimento de royalties das empresas franqueadas (16,5%); os demais R$ 49,0 milhões dividem-se em: R$14,5 milhões relativos à apropriação do direito de lavra assinado com o Itaú (*upfront* de R$ 290 milhões recebido em dez/2007, sem efeito caixa para a Companhia) e R$ 34,5 milhões relativos ao recebimento da participação da Companhia nos lucros da CrediPronto. A receita líquida acumulou R$ 195,0 milhões no mesmo período, recuo de 12,4% quando comparada à 2021. Os custos e despesas antes dos efeitos de IFRS totalizaram R$ 149,2 milhões em 2022 ante R$ 158 milhões em 2021, apresentando uma queda de 5,6%. Tal variação é explicada majoritariamente pela diminuição do comissionamento na ponta da originação do crédito imobiliário, intrinsicamente ligada a uma redução do volume financiado pela CrediPronto. Além disso, a Companhia continua obtendo sucesso na estratégia para redução em provisões de contingências cíveis e trabalhistas. O EBITDA da Companhia atingiu o valor de R$ 45,8 milhões em 2022, recuo de 23,7% em relação à 2021. Abaixo pode ser observada a reconciliação do EBITDA:

Reconciliação EBITDA (R$ mil)	Exercício 2022	Exercício 2021
Lucro Líquido	27.013	57.152
IR e CS	15.043	6.958
Resultado Financeiro Líquido	(11.669)	(20.136)
Depreciação e Amortização	15.444	16.084
EBITDA	**45.831**	**60.058**
Despesas não recorrentes (Nota 19)	-	4.553
EBITDA Ajustado	**45.831**	**64.611**

O resultado da Companhia, descontados os efeitos de IFRS, atingiu R$ 25,4 milhões, sendo R$ 15 milhões a participação dos acionistas não controladores. Considerados os efeitos do IFRS, o resultado do período atingiu R$ 27 milhões, apresentando uma retração de 57,5% quando comparado ao ano anterior. Dos R$ 27 milhões, R$ 15 milhões são atribuíveis aos acionistas não controladores e R$ 12 milhões são atribuíveis aos acionistas controladores. **RECURSOS HUMANOS:**Ao final do exercício de 2022, a LPS Brasil diminuiu seu quadro de pessoal em relação à 2021, totalizando 458 funcionários.Além dos funcionários, a equipe Lopes também conta com corretores associados. As imobiliárias do Grupo Lopes realizam a corretagem em associação com estes corretores que atuam de forma independente. A associação entre corretores pessoas físicas e corretores pessoas jurídicas é disciplinada pelo art. 6º, parágrafos 2º, 3º e 4º da Lei 6.530/1978 (alterada pela Lei 13.097/2015). Atualmente a Companhia possui aproximadamente 14,8 mil corretores associados entre operações próprias e franquias. **ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA:** Em 11 de agosto de 2022, a LPS Brasil alienou sua participação societária na Thá Pronto Consultoria de Imóveis S.A., através de exercício de opção de venda que foi estabelecido quando da aquisição de 71% do capital desta ex-controlada, em fevereiro de 2011. A Companhia divulgou Comunicado ao Mercado na data da alienação. **PERSPECTIVAS E PLANOS PARA O EXERCÍCIO EM CURSO E OS FUTUROS/ CONCLUSÃO:** Conforme exposto anteriormente, o ano de 2022 foi de expressivos desafios na Companhia, mas dada a gestão eficiente dos recursos, a Lopes encerrou o período apresentando lucratividade. Para 2023, a Companhia tem empenhado esforços para otimizar o resultado de seus segmentos de atuação, com foco na preservação do caixa, empregando os valores dispendidos onde haja retorno positivo. Em linha com esse objetivo, a Companhia pretende expandir as operações e aumentar capilaridade no território brasileiro, através do modelo *asset light* e rentável atingido pela Rede Lopes, e, para garantir maior eficiência operacional, a Companhia entende ser essencial aprimorar e desenvolver ferramentas em prol de sinergias e alavancagens operacionais e financeiras de suas unidades de negócio. **MERCADO DE CAPITAIS:** A LPS Brasil terminou o ano de 2022 com 147.554.631 (cento e quarenta e sete milhões, quinhentas e cinquenta e quatro mil, seiscentas e trinta e uma) ações, das quais 10.266.867 (dez milhões, duzentas e sessenta e seis mil, oitocentas e sessenta sete) ações são mantidas em tesouraria pela Companhia (aproximadamente 7% do total de ações emitidas), conforme programas de recompra de ações realizados nos anos de 2021 e 2022. **GOVERNANÇA CORPORATIVA:** A Companhia possui suas ações listadas no Novo Mercado da B3, antiga BM&FBOVESPA, desde dezembro de 2006, sob o código de negociação LPSB3, cumprindo fielmente com seu regulamento e demais disposições impostas pela B3, CVM e outros órgãos reguladores.A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu estatuto social. **RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES**: Nos termos da Instrução da Resolução CVM nº 80, anexo C, item 9 , editada pela Comissão de Valores Mobiliários em 29 de março de 2022, a Companhia informa que a sua política de contratação de prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor. Tais princípios se baseiam no fato de que o auditor independente não deve auditar seu próprio trabalho, não pode exercer funções gerenciais, não deve advogar por seu cliente ou prestar quaisquer outros serviços que sejam considerados proibidos pelas normas vigentes, mantendo desta forma a independência nos trabalhos realizados. Durante o ano de 2022, a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. passou a realizar as auditorias independentes na Companhia, em substituição a Ernst & Young Auditores Independentes, não tendo prestado nenhum outro serviço, que não os relacionados à auditoria das informações financeiras trimestrais e anuais. **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA:** Nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, editada pela Comissão de Valores Mobiliários em 29 de março de 2022 A Diretoria da Companhia declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais - R$)

		Controladora		Consolidado	
Ativos	Nota	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Circulantes					
Caixa e equivalentes de caixa	5.a	35	251	22.446	41.710
Aplicações financeiras	5.b	-	-	32.972	70.232
Contas a receber de clientes	6	19	25	30.043	25.194
Impostos a compensar		13	-	7.171	7.655
Despesas antecipadas		-	-	294	35
Dividendos a receber	10.a	13.137	11.322	357	305
Contas a receber com alienação de entidades		1.351	4.109	1.482	4.247
Contas a receber do acordo associação Itaú		-	-	3.734	3.071
Outros ativos		-	4	847	5.213
Total dos ativos circulantes		**14.555**	**15.711**	**99.346**	**157.662**
Não Circulantes					
Opções de compra da participação de não controladores	10.a	34.925	35.949	57.922	56.185
Contas a receber de clientes	6	8	26	1.262	1.434
Contas a receber com partes relacionadas	10.a	9.338	9.116	403	403
Depósito Judicial		962	819	5.060	4.911
Outros ativos		1.121	529	7.113	5.872
Tributos Diferidos		-	-	9.251	10.069
Investimentos em controladas e coligadas	8	217.162	258.578	19.207	14.884
Imobilizado	7	488	709	5.637	6.592
Intangíveis	9	46.361	47.166	186.921	172.928
Total dos ativos não circulantes		**310.365**	**352.892**	**292.776**	**273.278**
Total dos Ativos		**324.920**	**368.603**	**392.122**	**430.940**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

		Controladora		Consolidado	
Passivos	Nota	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Circulantes					
Fornecedores		114	755	5.120	7.868
Obrigação de compra da participação de não controladores	10.a	13.415	17.061	17.525	20.571
Obrigações sociais e trabalhistas	11	2.065	4.518	12.778	15.797
Impostos e contribuições a pagar	12	8	22	2.485	2.675
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	-	-	3.312	3.560
Dividendos a pagar	10.a	2.858	10.399	5.300	12.983
Aquisição de investimentos a pagar	10.a	63.846	85.979	-	1.054
Rendas a apropriar líquidas	14	30	60	11.470	11.500
Adiantamento de clientes		-	51	4.106	5.655
Arrendamento mercantil	13	24	24	4.305	4.417
Outros passivos		131	1.851	1.008	2.236
Total dos passivos circulantes		**82.491**	**120.720**	**67.409**	**88.316**
Não Circulantes					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	9.829	9.092	12.979	12.413
Rendas a apropriar líquidas	14	-	30	55.292	66.762
Provisão para riscos legais	15	7.234	8.614	47.301	51.452
Provisão para perdas em controladas	8	34.770	35.076	-	-
Arrendamento mercantil	13	129	121	21.612	21.656
Total dos passivos não circulantes		**51.962**	**52.933**	**137.184**	**152.283**
Patrimônio Líquido					
Capital social	16.a	169.188	169.188	169.188	169.188
Reserva de capital	16.b	19.277	15.961	19.277	15.961
Ações em tesouraria	16.d	(29.442)	(18.765)	(29.442)	(18.765)
Reserva de lucros		39.233	33.387	39.233	33.387
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16.e	(7.789)	(4.821)	(7.789)	(4.821)
		190.467	194.950	190.467	194.950
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		190.467	194.950	190.467	194.950
Acionistas não controladores	17	-	-	(2.938)	(4.609)
Total do patrimônio líquido		**190.467**	**194.950**	**187.529**	**190.341**
Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido		**324.920**	**368.603**	**392.122**	**430.940**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro do Exercício	**11.961**	**43.786**	**27.013**	**57.152**
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
Total do Resultado Abrangente do Exercício	**11.961**	**43.786**	**27.013**	**57.152**
Atribuível Aos:				
Acionistas controladores	11.961	43.786	11.961	43.786
Acionistas não controladores	-	-	15.052	13.366

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais - R$, exceto o lucro líquido por ação)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	18	-	-	**194.985**	**222.612**
Custo dos serviços prestados	21	-	-	(37.835)	(39.113)
Lucro Bruto		-	-	**157.150**	**183.499**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	21	-	-	(37.074)	(34.182)
Despesas gerais e administrativas	21	(8.494)	(13.124)	(66.248)	(73.332)
Remuneração da Administração	21	(6.630)	(11.005)	(11.643)	(17.143)
Despesas com depreciações e amortizações	21	(2.155)	(3.465)	(15.444)	(16.084)
Resultado da equivalência patrimonial	8	28.009	61.149	5.253	3.588
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19	(494)	1.714	(1.607)	(2.372)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**10.236**	**35.269**	**30.387**	**43.974**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	20	18.635	34.873	35.993	52.989
Despesas financeiras	20	(16.173)	(23.275)	(24.324)	(32.853)
		2.462	11.598	11.669	20.136
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**12.698**	**46.867**	**42.056**	**64.110**
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	22	-	-	(14.635)	(12.767)
Diferidos	22	(737)	(3.081)	(408)	5.809
		(737)	(3.081)	(15.043)	(6.958)
Lucro do exercício		**11.961**	**43.786**	**27.013**	**57.152**
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		11.961	43.786	11.961	43.786
Acionistas não controladores		-	-	15.052	13.366
		11.961	43.786	27.013	57.152
Lucro do exercício por ação					
Lucro por ação - básico R$	25	0,08712	0,31059	0,08712	0,31059
Lucro por ação - diluído R$	25	0,08712	0,31059	0,08712	0,31059

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas	**2.612**	**3.533**	**215.696**	**250.175**
Receita de serviços, líquida de descontos e abatimentos	-	-	213.813	244.809
Outras receitas	2.587	3.513	3.652	4.140
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	25	20	(1.769)	1.226
Insumos Adquiridos de Terceiros (Inclui ds Valores dos Impostos - Pis E Cofins)	**(6.898)**	**(6.202)**	**(91.559)**	**(100.918)**
Custos dos serviços prestados	-	-	(37.835)	(39.113)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.817)	(5.564)	(48.465)	(57.198)
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(3.081)	(638)	(5.259)	(4.607)
Valor Adicionado Bruto	**(4.286)**	**(2.669)**	**124.137**	**149.257**
Depreciações e Amortizações	**(2.155)**	**(3.465)**	**(15.730)**	**(16.084)**
Valor Adicionado Líquido Produzido	**(6.441)**	**(6.134)**	**108.407**	**133.173**
Valor Adicionado Recebido em Transferência	**46.644**	**96.022**	**41.246**	**56.577**
Resultado de equivalência patrimonial, líquido da provisão para perdas	28.009	61.149	5.253	3.588
Receitas financeiras	18.635	34.873	35.993	52.989
Valor Adicionado Total a Distribuir	**40.203**	**89.888**	**149.653**	**189.750**
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal	10.448	18.846	53.154	60.108
Remuneração direta	9.995	18.318	45.851	52.574
Benefícios	453	528	4.712	5.397
FGTS	-	-	2.591	2.137
Impostos, taxas e contribuições	1.621	3.981	43.879	38.354
Federais	1.621	3.981	36.553	29.655
Municipais	-	-	7.326	8.699
Remuneração de capitais de terceitos	16.173	23.275	25.607	34.136
Juros	16.173	23.275	24.324	32.853
Aluguéis	-	-	1.283	1.283
Remuneração de capitais próprios	11.961	43.786	27.013	57.152
Dividendos	2.841	10.399	4.582	-
Lucros Retidos / Prejuízo do Período	9.120	33.387	9.120	33.387
Participação de não controladores no lucro do exercício	-	-	13.311	23.765
Valor Total Distribuído	**40.203**	**89.888**	**149.653**	**189.750**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro do Exercício	**11.961**	**43.786**	**27.013**	**57.152**
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Resultado de equivalência patrimonial	(28.009)	(61.149)	(5.253)	(3.588)
Depreciações e amortizações	2.155	3.465	15.730	16.448
Provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa	(25)	(20)	1.769	(1.226)
Provisão para riscos legais, líquidas	1.259	2.117	6.800	13.841
Provisão para participação nos resultados	2.089	8.687	5.556	14.948
Despesa com outorga de opções	3.364	5.000	3.364	5.000
Resultado financeiro, líquido	(2.461)	(11.207)	(1.792)	(18.864)
Outras perdas/ganho de ativos	(2.361)	638	(2.317)	4.607
Apropriação de rendas	(60)	(60)	(11.500)	(11.500)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	14.635	12.767
Imposto de renda e contribuição social diferidos	737	3.081	408	(5.809)
Variações nos ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber de clientes	49	58	(6.457)	(1.397)
Impostos a compensar	(13)	-	477	(5.637)
Despesas antecipadas	-	1	(259)	61
Outras contas a receber	(2.937)	3.478	4.798	(2.081)
Fornecedores	(641)	540	(2.619)	1.389
Impostos e contribuições a pagar	(14)	7	(190)	-
Salários, provisões e contribuições sociais	(4.542)	(4.929)	(8.575)	(4.585)
Outras contas a pagar	(5.462)	(2.294)	(11.810)	(17.589)
Caixa (aplicado)/ gerado nas operações	**(24.911)**	**(8.801)**	**29.778**	**53.937**
Juros pagos	(164)	(714)	(219)	(808)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(14.882)	(15.157)
Dividendos recebidos de controladas	63.367	39.154	877	847
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	**38.292**	**29.639**	**15.554**	**38.819**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Aplicações financeiras	-	-	37.260	44.874
Aumento de capital em controladas	(28.075)	(29.486)	-	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	-	(32)	(24.571)	(31.575)
Caixa Líquido Gerado (Aplicado nas) Atividades de Investimento	**(28.075)**	**(29.518)**	**12.689**	**13.299**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Pagamentos de dividendos, incluindo saldo de anos anteriores	(10.382)	-	(30.153)	(18.153)
Aumento de capital	-	-	578	3.228
Recompra de ações	-	-	(10.838)	(19.070)
Pagamento de empréstimo de terceiros	-	-	-	(2.000)
Arrendamento mercantil	(51)	(36)	(7.094)	(5.906)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	**(10.433)**	**(36)**	**(47.507)**	**(41.901)**
Aumento (Redução) No Caixa e Equivalentes de Caixa	**(216)**	**85**	**(19.264)**	**10.217**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	251	166	41.710	32.116
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	35	251	22.446	41.710
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	**(216)**	**85**	**(19.264)**	**9.594**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

continua

continuação

LPS BRASIL Consultoria de Imóveis S.A. e Controladas - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF 08.078.847/0001-09

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais - R$)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reserva de lucros	Lucro ou (Prejuízos) Acumulados	Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Acionistas não controladores	Total do Patrimonio líquido Consolidado
Saldos em 31 de Dezembro de 2020		174.313	11.266	-	(4.821)	-	(5.125)	175.633	(2.235)	173.398
Aumento de capital	17							-	3.228	3.228
Recompra de ações	16.d	-	-	(20.034)	-	-	-	(20.034)	-	(20.034)
Alienação de ações em tesouraria	16.d	-	(305)	1.269				964	-	964
Redução de capital	16.a	(5.125)	-	-	-	-	5.125	-	(417)	(417)
Constituição de reserva de capital - Opções outorgadas reconhecidas	23	-	5.000	-	-	-		5.000	-	5.000
Dividendos	17	-	-	-	-	-		-	(16.786)	(16.786)
Lucro do exercício	16.f	-	-	-	-	-	43.786	43.786	13.366	57.152
Proposta para destinação do lucro do exercício										
Constituição da reserva legal	16.f	-	-	-	-	2.189	(2.189)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatório	16.f	-	-	-	-	-	(10.399)	(10.399)	(1.765)	(12.164)
Constituição de reservas	16.f	-	-	-	-	31.198	(31.198)	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		169.188	15.961	(18.765)	(4.821)	33.387	-	194.950	(4.609)	190.341
Aumento de capital	17							-	578	578
Recompra de ações	16.d	-	-	(10.838)	-	-	-	(10.838)	-	(10.838)
Alienação de ações em tesouraria	16.d	-	(48)	161				113	-	113
Redução de capital	17	-	-	-	-	-	-	-	(430)	(430)
Constituição de reserva de capital - Opções outorgadas reconhecidas	23	-	3.364	-	-	-		3.364	-	3.364
Dividendos	17	-	-	-	-	-		-	(18.030)	(18.030)
Lucro do exercício	16.f	-	-	-	-	-	11.961	11.961	15.052	27.013
Proposta para destinação do lucro do exercício										
Constituição da reserva legal	16.f	-	-	-	-	598	(598)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatório	16.f	-	-	-	-	-	(2.841)	(2.841)	(1.741)	(4.582)
Constituição de reservas		-	-	-	-	8.522	(8.522)	-	-	-
Opções de compra e venda sobre participação não controladores	17	-	-	-	(2.968)	(3.274)	-	(6.242)	6.242	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		169.188	19.277	(29.442)	(7.789)	39.233	-	190.467	(2.938)	187.529

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a. Objeto Social: A LPS Brasil - Consultoria de Imóveis S.A. ("Companhia" ou "LPS Brasil") possui sede social na Rua Estados Unidos, 2.000 São Paulo - SP. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 abrangem a Companhia e suas controladas, (conjuntamente referidas como "o Grupo" e individualmente como "entidades do Grupo"). Para atender os propósitos societários, o Grupo tem por objeto social: (i) a prestação de serviços de intermediação na compra e venda de imóveis, predominantemente lançamentos na região da Grande São Paulo; (ii) consultoria imobiliária; (iii) participação em outras empresas; e (iv) correspondente bancário. As controladas da Companhia estão sediadas em diversas regiões do Brasil e desenvolvem atividades de prestação de serviços de intermediação na compra e venda de imóveis de terceiros e de loteamentos, consultoria, assessoria técnica imobiliária, franquias, correspondente bancário e outros serviços relacionados. A Companhia possui ainda participação na "joint venture" Olímpia Promoção e Serviços S.A. ("Olímpia"), que atua e promove produtos e serviços financeiros no mercado imobiliário, as informações financeiras trimestrais da "joint venture" não são consolidadas. A LPS Brasil tem suas ações negociadas na "B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão", com o código de LPSB3.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade: Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão da Companhia. As demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) são de responsabilidade da Administração da Companhia e compreendem: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, identificadas como "Controladora" e "Consolidadas" foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade *(International Financial Reporting Standards - IFRS)* emitidas pelo *International Accounting Standard Board ("IASB")* Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto de demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Aprovação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para arquivamento em 22 de março de 2023. b) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. c) Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. d) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas: • Tributos e demandas administrativas ou judiciais: a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto estão sujeitas no curso normal de seus negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que seja movido contra o Grupo, pode ser adversamente afetado, independente do respectivo resultado final. Com base na sua melhor avaliação e estimativa, suportada por seus consultores jurídicos, a Companhia avalia a necessidade de reconhecimento de provisão; A Companhia e suas controladas estão sujeitas à fiscalização por diferentes autoridades, incluindo fiscais, trabalhistas, previdenciárias, ambientais e de vigilância sanitária. Não é possível garantir que estas autoridades não autuarão a Companhia e suas controladas, tampouco, que estas autuações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco, o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais; • Valor justo de instrumentos financeiros: quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, este é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos baseiam-se naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo, taxa de crescimento, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre estes fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. • Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber: a Companhia e suas controladas adotaram o cálculo da perda esperada das contas a receber com base na elaboração de uma "matriz de provisão", levando em conta dados históricos de inadimplência que definiram um percentual de provisionamento para cada faixa de vencimento da carteira de recebíveis, além do percentual de perdas esperadas de acordo com projeções macroeconômicas. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas projeções macroeconômicas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber estão apresentadas na Nota 6. • Avaliação do valor recuperável de ativos ("impairment test"): a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável dos ativos não financeiros. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando-se o valor contábil ao valor recuperável. Os principais grupos de contas sujeitas à avaliação de recuperabilidade são: investimentos e intangíveis. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS (Resumo)

a) Instrumentos financeiros: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. Os instrumentos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados em uma das três categorias: • Instrumentos financeiros ao custo amortizado; • Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e • Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Mensuração subsequente: Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. (i) *Ativos financeiros:* São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos: Ativos financeiros ao custo amortizado: São mensurados num modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais onde seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam, exclusivamente, pagamentos e juros do valor principal. Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas nesta categoria são representados por contas a receber de clientes, (Nota 6). A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros classificados como mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado por meio de outros resultados abrangentes: São mensurados num modelo de negócio cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Referem-se a quaisquer ativos financeiros que não sejam classificados numa das duas categorias acima mencionadas devem ser mensurados e reconhecidos ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros que são detidos para negociação e gerenciados com base no justo valor, também estão incluídos nesta categoria. A Companhia possui caixa e equivalente de caixa e opções de compra das participações dos não controladores ("Call Option"), classificadas nesta categoria de instrumentos financeiros, Notas 5 e 10.b. Nas demonstrações financeiras, o reconhecimento inicial do "Call Option" foi realizado na rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido e mensurados subsequentemente contra as rubricas de despesas e receitas financeiras no resultado do exercício. (ii) *Passivos financeiros:* A entidade deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado, exceto por: (a) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (b) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável, (c) contrato de garantia financeira, (d) compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado, (e) a contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios à qual deve ser aplicado o CPC 15. Nas demonstrações financeiras, o reconhecimento inicial da obrigação de compra de participações de não controladores ("Written Put") foi realizado na rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido e mensurados subsequentemente a valor presente e contra as rubricas de despesas e receitas financeiras no resultado do exercício, os quais serão calculados por meio de cálculos preestabelecidos contratualmente, Nota 10.b. O valor presente da Written Put é calculado para fins de contabilização baseando-se no múltiplo do lucro líquido dos últimos 12 meses. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Os passivos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são registrados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço sendo os ganhos ou as perdas decorrentes de variações registrados no resultado. Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado: Os passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento, após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas nesta categoria de instrumentos financeiros são representados principalmente por Empréstimos e financiamentos, Fornecedores, Aquisição de investimentos a pagar, Arrendamento mercantil e Outros passivos. b) Combinações de negócios: Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pelo adquirente, dos passivos incorridos pelo adquirente com os antigos controladores da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Na data da operação são mensurados: (i) O ágio é mensurado como o excesso da soma da contraprestação transferida; (ii) Valor das participações de não controladores na adquirida; (iii) Valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver), o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho. As participações de não controladoras que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de liquidação são mensurados pelo valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Quando a contrapartida transferida pela controladora em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contrapartida transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contrapartida contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas, com correspondentes ajustes ao ágio. c) Ativos intangíveis: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Os gastos com pesquisas são registrados como despesas, quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, quando atendidos todos os aspectos a seguir elencados: • Pode ser demonstrada a viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; • Há a intenção e capacidade do Grupo de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; • Pode ser demonstrada a forma pela qual o ativo intangível gerará benefícios econômicos futuros; • Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível estão disponíveis; e • O Grupo possui a capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo anualmente. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros destes ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratados como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação as perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa. d) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"): Periodicamente, a Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com vida útil definida, com o objetivo de avaliar eventos e mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o seu valor líquido de venda. A Companhia avalia a recuperação do valor contábil líquido dos ativos com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa futuro descontado. O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento e de desconto. As premissas sobre os fluxos de caixa futuros e as projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual e no plano de negócios de longo prazo da Companhia e representam a melhor estimativa da Administração, sobre as condições econômicas que existirão durante a vida útil econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Quando a provisão para redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, exceto para o ágio, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em períodos anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. e) Provisões: São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. As provisões para obrigações de naturezas cível, trabalhista, previdenciária e fiscal, objeto de contestação judicial são reavaliadas periodicamente, e são contabilizadas com base nas opiniões do departamento jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração da Companhia sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas de divulgação. A Companhia e suas controladas adotam o procedimento de provisionar a totalidade das obrigações de naturezas trabalhista, previdenciária, fiscal e cível cuja probabilidade de perda, ou seja, de desembolso futuro tenha sido estimada como provável. A Companhia reconhece, ainda, para controladas da região Sul (LPS Sul e Pronto Ducati), provisões com a melhor estimativa de saída de recursos para liquidar a contingência para riscos trabalhistas e previdenciários com base na opinião de consultores legais e evidências de eventos ocorridos e subsequentes. f) Reconhecimento de receita e apuração do resultado: As receitas, os custos e as despesas são reconhecidos de acordo com o princípio contábil da competência. As despesas e os custos são reconhecidos quando incorridos. O CPC 47 / IFRS 15 decorre dos princípios que a entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e como e quando ela é reconhecida, baseada em cinco passos: (1) identificação dos contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. a) *Serviços de Intermediação imobiliária:* As entidades do Grupo formalizam contratos de corretagem com os clientes e reconhecem a receita de prestação de serviços mensurada a valor justo, que conforme prática de mercado utiliza um percentual sobre o valor do imóvel. A Companhia realiza o reconhecimento da receita, após o aceite do proprietário ou incorporador no contrato de compra e venda do imóvel, por entender que houve a satisfação de desempenho e realizou a transferência de controle ao cliente. b) *Franquias - Royalties:* Dentre os segmentos de atuação (Nota 27) a Companhia possui contratos de franquias com franqueados cuja receita é subdividida nos seguintes itens: • Taxa Inicial - O valor da transação é fixo e definido contratualmente e sem a possibilidade de devolução em caso de rescisão contratual, sendo este montante reconhecido no momento de assinatura do contrato. • Taxa variável - O valor da taxa periódica é definido por um percentual contratual que leva em consideração as transações imobiliárias da franqueada em um determinado período. O reconhecimento desta receita ocorre quando a obrigação de performance é alcançada por meio da celebração e assinatura entre as partes do contrato de intermediação imobiliária ou intermediação de locação. • Taxas fixas - É estipulado ao franqueado contratualmente um valor mínimo periódico a ser cumprido como taxa mínima de remuneração, que deverá ser pago a Companhia caso a taxa variável não supere o montante mínimo exigido contratualmente. Além disso, o contrato de franquia prevê uma taxa de administração fiduciária mensal com valor pré-fixado. O reconhecimento destas receitas é realizado mensalmente de forma linear, de acordo com os valores contratados. c) *Promoção de financiamentos:* Refere-se a receita de promoção e oferta de produtos e serviços financeiros no mercado imobiliário, que consiste na recepção e encaminhamento de propostas relativas à contratação de crédito imobiliário e respectivos seguros obrigatórios. A receita é mensurada por um percentual sobres os financiamentos imobiliários e seguros contratados e reconhecida quando os valores são liberados ao cliente em função dos contratos. A controlada LPS ONLINE e o Itaú Holding celebraram uma renegociação dos termos do Acordo de Associação, que alteraram a forma de cálculo do custo de alocação de capital, tendo como consequência a geração de lucro na operação. Conforme estabelecido no Acordo de Associação, após a absorção de prejuízos acumulados os lucros desta operação serão distribuídos proporcionalmente (LPS ONLINE 50% e Itaú Holding 50%), em 31 de dezembro de 2022 o saldo a receber deste acordo foi de R$3.734 (R$3.071 em 31 de dezembro de 2021). g) Mensuração do valor justo: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e divulgação baseados nos métodos abaixo. Seguem as premissas utilizadas para a mensuração do valor justo: (i) *Ativos e passivos mensurados a valor justo* - Ativos intangíveis: Nas combinações de negócios, a Companhia mensura os ativos intangíveis adquiridos, sendo que descrevemos abaixo a natureza, bem como, os critérios para mensuração do valor justo destes ativos intangíveis: • Marca: Refere-se às marcas adquiridas na aquisição das imobiliárias; • Relacionamento de clientes: O Relacionamento de clientes é apurado somente nas empresas adquiridas em que o sócio não controlador possui relacionamento com os incorporadores; • Não concorrência: Direito contratual adquirido pela Companhia no momento da aquisição da controlada, o qual proíbe o sócio não controlador de atuar no mesmo segmento da Companhia por um período pré-determinado após a saída dele da sociedade; • Direito de Lavra: Intangível adquirido o qual está relacionado ao direito de promover, ofertar, distribuir e comercializar, com exclusividade, os produtos e serviços de financiamentos imobiliários aos clientes, além do direito exclusivo de acessar a base atual e futura de clientes pelo prazo pré-determinado no acordo de exclusividade. O valor justo de marcas adquiridas em uma combinação de negócios é baseado no valor presente dos pagamentos de royalties estimados que foram evitados em função de a marca ser possuída. Contudo, o valor justo para os outros intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios é apurado por meio do método de lucros excedentes de multiperíodos, através do qual o ativo subjacente é avaliado após a dedução de um retorno justo sobre todos os outros ativos que fazem parte na criação dos respectivos fluxos de caixa. Outros ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado ("Call Option" e "Written Put"). Para o Call Option a contabilização é calculada pelo comparativo entre o múltiplo do lucro líquido e a projeção de fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para o Written Put o cálculo é realizado com base no múltiplo do lucro líquido ocorridos nos últimos 12 meses, apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Transações de pagamento baseado em ações: O valor justo das opções das ações de empregados é mensurado, utilizando-se o método de cálculo Binomial. Variações de mensuração incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada da volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos). Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo. (ii) *Metodologia e premissas para mensuração do valor justo:* A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe interna de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo de Nível 3 com reportes diretamente ao CFO. O Grupo utiliza a técnica de avaliação do fluxo de caixa descontado nominal (DCF) para fins de mensuração do valor justo dos ativos intangíveis, outros ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e para a análise de recuperabilidade dos mesmos ativos intangíveis, bem como para o ágio por rentabilidade futura adquirido em combinações de negócios. Técnicas de avaliação: •A técnica de avaliação considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos a serem gerados a partir do resultado estimado de cada imobiliária (UGC - unidade geradora de caixa), levando em consideração o crescimento das receitas de intermediação imobiliária, por meio do crescimento estimado do VGV de determinados localidades e segmentos primários e secundários, bem como as despesas e custos relacionados as receitas; • Os fluxos de caixa líquidos esperados são descontados a taxas de desconto ajustadas ao risco. Entre outros fatores, a estimativa taxa de desconto considera: Inflações no Brasil e nos Estados Unidos da América, taxa de risco do Brasil e taxas especificas relacionadas ao mercado de intermediação imobiliária. Dados (inputs) significativos não observáveis: • Taxa de desconto: Taxa nominal pré-imposto de 13,45% derivada da taxa média ponderada de custo do capital das unidades geradoras de caixa, ajustada para riscos específicos do mercado; • Taxa de crescimento: Analisando os diversos mercados de atuação da Companhia, as perspectivas para cada um destes mercados e o plano de ação para crescimento para cada imobiliária, utilizamos os fatores de crescimento real para estas empresas que variam entre 1% a 9%; • Hold period: Consideramos o "Hold period" de 5 anos antes da perpetuidade no fluxo de caixa; • Caixa residual: Acréscimo do valor residual das rubricas "Caixa" e "Aplicações financeiras" registradas no balanço, à soma dos fluxos de caixa descontados. Esse montante foi considerado no valor da imobiliária por se tratar de direitos operacionais existentes na data base da avaliação que não entraram na projeção de fluxo de caixa. Relacionamento entre dados (inputs) significativos não observáveis e mensuração do valor justo: • O valor justo estimado aumentaria (reduziria) se: • A demanda por aquisição de imóveis for superior (inferior) impactando o VGV; - O valor dos imóveis for superior (inferior) impactando o VGV; - Diminuição (Aumento) de inflação impactando na taxa de desconto; - Diminuição (Aumento) da taxa de risco país - Brasil. Hierarquia do valor justo: Especificamente quanto a divulgação, a Companhia aplica os requerimentos de hierarquização, que envolvem os seguintes aspectos: • Definição do valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento; • Hierarquização em 3 níveis para a mensuração do valor justo, de acordo com inputs observáveis para a valorização de um ativo ou passivo na data de sua mensuração. A valorização em 3 níveis de hierarquia para a mensuração do valor justo é baseada nos inputs observáveis e não observáveis. Inputs observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto inputs não observáveis refletem as premissas de mercado da Companhia. Esses dois tipos de inputs criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir: • Nível 1 - Preços cotados para instrumentos idênticos em mercados ativos; • Nível 2 - Preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis; e • Nível 3 - Instrumentos cujos inputs significantes não são observáveis.

4. DESTINAÇÃO DO RESULTADO

Política de distribuição de dividendos: Aos acionistas é assegurada a distribuição de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado com as deduções da constituição da reserva legal, da reserva para contingências e da parcela do lucro a realizar de acordo com o artigo 202 da Lei nº6.404/76.

	31.12.22
Lucro líquido do exercício	11.961
Reserva legal 5% - limitada a 20% do capital social da Companhia	(598)
Base de cálculo para os dividendos mínimos	11.363
Dividendos mínimos obrigatórios 25%	2.841
Constituição de reserva de lucros	8.522

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Marcos Bulle Lopes	Presidente
Francisco Lopes Neto	Diretor Vice-Presidente
Matheus de Souza Fabrício	Diretor de Relações com Investidores
Robson Pereira Paim	Diretor Financeiro e de Novos Negócios
Cyro Naufel Filho	Diretor Técnico

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Edward Jorge Christianini	Presidente
Francisco Lopes Neto	Vice-Presidente
Marcos Bulle Lopes	Conselheiro
Maurício Curvelo de Almeida Prado	Conselheiro
Marcello Rodrigues Leone	Conselheiro
Mario Spinola e Castro	Conselheiro
Luciana de Oliveira Cezar Coelho	Conselheira

Paulo Fernando de Sousa e Silva - Contador responsável - CRC 1 SP 283113/O-6

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os diretores da LPS Brasil - Consultoria de Imóveis S.A, declaram nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, editada pela Comissão de Valores Mobiliários em 29 de março de 2022, que: (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, e (ii) reviram, discutiram e concordam sem quaisquer ressalvas com a opinião expressa no parecer emitido em 22 de março de 2023 pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria Estatutária da LPS Brasil - Consultoria de Imóveis S.A, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, conforme previsto no Regimento Interno do próprio Comitê e em atendimento ao disposto no inciso IX do artigo 25 da Instrução n.º 480/09, procedeu ao exame das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda, sem ressalvas, e com base nos documentos examinados e nas informações prestadas pela administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, os membros do Comitê de Auditoria Estatutária, opinam que os referidos documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da LPS Brasil - Consultoria de Imóveis S.A e suas controladas e recomenda a aprovação das Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei de Sociedades por Ações. São Paulo, 22 de março de 2023. Membros: **Marcello Rodrigues Leone, Maurício Curvelo de Almeida Prado, Mario Spinola e Castro.**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereços: https://www.estadao.com.br e na página eletrônica da Companhia https://ri.lopes.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 22 de março de 2023, sem ressalvas. **DELOITTE TOUCHE TOHMATSU -** Auditores Independentes Ltda. - CRC nº 2 SP 011609/O-8. **Alexandre Cassini Decourt -** Contador - CRC nº 1 SP 276957/P-9

Mercado **Estratégia financeira**

Com queda de preços, Bolsa vê crescer recompra de ações

Só neste ano, 16 companhias anunciaram programas para reduzir volume de papéis em circulação; investidor pode ganhar com movimento

LUCAS AGRELA

A forte queda da Bolsa nos últimos meses desencadeou um movimento de recompra de ações por grandes empresas no Brasil para tentar manter o preço dos papéis. Só neste ano até o último dia 15, 16 companhias anunciaram novos programas de recompra de ações na B3, ante 11 em igual período do ano passado. Em valores, o número teve aumento de mais de 300%, pulando de R$ 2,9 bilhões para R$ 11,4 bilhões, segundo estimativa da Economatica.

O objetivo da operação – adotada por empresas como Vale, Vivo, Renner e Azul – é gerar interesse pelas ações, garantir o valor de mercado em fase de baixa na Bolsa, usar os papéis para remunerar a diretoria ou para obter lucro no futuro. Em 2022, foram 71 programas de recompra anunciados, com um valor estimado de R$ 76,2 bilhões, salto de quase dez vezes ante 2021. Devido ao amplo prazo para a realização da recompra, normalmente de 18 meses, o total de programas hoje em aberto passa de uma centena, ou cerca de 20% de todas as companhias listadas.

Em valores, o maior programa hoje em vigor é o da mineradora Vale. Anunciada em abril do ano passado, a recompra de 500 milhões de ações equivale a 10% do total em circulação, e é estimada em R$ 41 bilhões (em valores da época). Gustavo Pimenta, vice-presidente executivo de finanças e relações com investidores da empresa, diz que os papéis recomprados ficam em tesouraria e são posteriormente cancelados. Foram realizados três cancelamentos de ações desde o início do primeiro programa de recompra, em 2021.

ANNA CAROLINA NEGRI/SINQIA
Faria, da Sinqia; sem novas ações

"A recompra de ações demonstra nossa confiança no potencial de criação e compartilhamento de valor da Vale, e é uma das melhores opções de investimento para a companhia", afirma o executivo.

REMUNERAÇÃO. Em casos como o da Vale, quando a empresa cancela as ações e reduz a quantidade disponível no mercado, o valor porcentual pago em dividendos por ação sobe. Em outras palavras, quem tem uma ação e recebe R$ 1 em dividendos pode passar a receber um valor maior por causa da redução de ações em circulação. É uma forma de a empresa recompensar o acionista e até elevar o seu valor de mercado. Para Jennie Li, estrategista da XP, o movimento é positivo para os investidores e chega a ser visto como uma forma de remuneração para quem tem ações da empresa na carteira de investimentos.

A Vivo fez movimento similar. Os papéis comprados no ano passado foram cancelados e a empresa já iniciou um novo programa de recompra neste ano. "A robusta geração de caixa da Vivo nos permite entregar uma atrativa remuneração aos acionistas, tanto por meio de dividendos e juros sobre capital próprio quanto recomprando as nossas ações", diz David Melcon, diretor de finanças (CFO) da Vivo.

Além de cancelar ou remunerar executivos com as ações tiradas do mercado, as empresas podem usar esses programas para geração de caixa. "As companhias podem recomprar ações e deixá-las em tesouraria para vender futuramente com lucro", afirma Isabel Lemos, gestora de renda variável da Fator Administração de Recursos.

Não só empresas de grande porte na B3 têm programas de recompra de ações. A Sinqia, considerada uma "small cap" (empresa de baixa capitalização), também anunciou um programa de recompra de 7,4 milhões de ações, totalizando R$ 118,4 milhões.

"Não temos perspectiva de emissão de novas ações porque o preço não vale a pena. Pagamos o valor mínimo de dividendos exigido pela lei porque direcionamos o valor para investimento na própria empresa. Temos 77 mil acionistas, e mais de 76 mil deles são pessoas físicas. Elas sabem que a Sinqia é uma ação de crescimento", diz Emerson Faria, diretor de relações com investidores da companhia. ●

Nos EUA, volume acumulado em um ano chega a US$ 1 tri

ALINE BRONZATI
CORRESPONDENTE
NOVA YORK

O movimento de recompra de ações se repete em outros países. Nos Estados Unidos, as operações caminham para superar o volume de US$ 1 trilhão pela primeira vez em um ano, de acordo com projeções de bancos em Wall Street.

O impulso vem, principalmente, do setor de energia, que tem colhido lucros recordes na esteira do impacto da guerra na Ucrânia nos preços do petróleo. Entre os maiores anúncios nos EUA, está o da petroleira Chevron, no valor de US$ 75 bilhões, e ainda nomes como o da Meta, dona do Facebook, que anunciou um programa de recompra de US$ 40 bilhões, e ainda o Goldman Sachs, com US$ 30 bilhões.

A expansão das recompras de ações ao redor do mundo têm dividido opiniões e despertado críticas de diferentes frentes. Em sua esperada carta anual, o megainvestidor Warren Buffett saiu em defesa da prática e elogiou empresas que adotaram a estratégia, como a Apple. Para ele, as recompras são benéficas a todos os acionistas.

"Quando lhe dizem que todas as recompras são prejudiciais para os acionistas ou para o país, ou particularmente benéficas para os CEOs, você está ouvindo um analfabeto econômico ou um demagogo eloquente", escreveu Buffett. Sua própria gestora, a Berkshire Hathaway, gastou em recompras de ações US$ 27 bilhões, em 2021, e US$ 8 bilhões em 2022 – volumes recordes para a empresa de Buffett.

Maior anúncio
Petroleira Chevron lidera valor de recompra de ações nos EUA, com oferta de US$ 75 bilhões

A defesa do bilionário ocorre após o presidente dos EUA, Joe Biden, ter voltado a criticar as grandes petroleiras por seus lucros em seu tradicional discurso do Estado da União, quando também propôs quadruplicar o imposto sobre recompra de ações de 1% que entrou em vigor em janeiro.

Em Wall Street, a proposta não causou impacto. Pesa, sobretudo, a divisão do Congresso americano, com o partido Republicano no comando da Câmara. Para o Bank of America, é "improvável" que a proposta avance.

Para Gabriela Joubert, analista-chefe do Inter, o investimento para ampliação dos negócios nem sempre é a melhor opção. "É uma troca de caixa por ações, não faz a empresa crescer. É preciso avaliar se o caixa gerado vale ser gasto para expandir a estrutura, mas se o horizonte não for tão favorável, como não é hoje nos Estados Unidos, os empresários não vão expandir operações se não houver expectativa de aumento de demanda. Se a empresa já é líder, por exemplo, pode não haver motivo para expandir a sua capacidade de produção", afirma. ● COLABOROU L.A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO 21/2023

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente **EDITAL:** 21/2023 **MODALIDADE:** Pregão Eletrônico **OBJETO:** serviços para gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva de frota de veículos **ENCERRAMENTO:** às 08:30h do dia 13/04/2023 **ABERTURA:** às 09:00h do dia 13/04/2023 **INFORMAÇÕES:** Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, Av. Cel. José Soares Marcondes, 1200, centro **TELEFONES:** (18) 3902 4411, 3902 4444, 3902 4456, 3902 4452 **SÍTIO ELETRÔNICO DO MUNICIPIO** www.presidenteprudente.sp.gov.br Presidente Prudente, Paço Municipal "Florivaldo Leal", 24 de março de 2023 Walner Silvestre – Licitador Depto. Compras

PREGÃO ELETRÔNICO GCH 009/2023
JULGAMENTOS DA COMISSÃO

A Fundação Sabesp de Seguridade Social – Sabesprev, leva ao conhecimento dos interessados que após julgamento dos documentos de habilitação, documentos técnicos, e a proposta comercial deliberou pela **HABILITAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO** da empresa: **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A**, Contratação de Seguro de Vida em Grupo e Assistência Funeral para os empregados e ex-empregado da SABESPREV. O inteiro teor dos documentos estará à disposição dos interessados para vistas, mediante agendamento pelo telefone 0**11 3145-4600.

O prazo para apresentação de recursos administrativos será de 05 (cinco) dias de 27/03 a 03/04/2023, das 09h às 17h, protocolar documento na Alameda Santos, 1827 – 14º andar – São Paulo – SP, com Sr. Daniel.

Maiores informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone.

São Paulo, 27 de março de 2023.

Sindicato dos Servidores e Trabalhadores em Saúde, Previdência Social e Assistência Social no Estado de São Paulo – SINSPREV/SP

CNPJ: 55.952.451.0001.10

EDITAL ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA ESTATUTÁRIA

O Sindicato dos Servidores e Trabalhadores em Saúde, Previdência e Assistência Social no Estado de São Paulo – SINSPREV/SP faz publicar o presente edital a fim de convocar os seus filiados a participarem da Assembleia Geral Extraordinária Estatutária, nos termos dos artigos 16 e 18 do Estatuto do Sindicato, a ser realizada no Hotel Colina Verde, sito a Rua Veríssimo Prado, 1500, no município de São Pedro – SP, dia 02/04/2023 às 14 horas em primeira chamada e às 15 horas em segunda chamada, tendo como pauta única a discussão e aprovação de alterações estatutárias, nos termos do parágrafo segundo do artigo 18 do estatuto da entidade. O sindicato disponibilizará transporte para os participantes da Assembleia no dia 02/04/2023, entrar em contato com a Secretaria de Administração e as regionais do Sinsprev a fim de organizar a ida.

Paulo, 27 de março de 2023

Direção Colegiada Sinsprev/SP

AVISO DE PROSSEGUIMENTO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 049/2023**.
ORIGEM: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA - IPM
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, INFRAESTRUTURA E SOFTWARES DE UM SISTEMA DE CIRCUITO FECHADO DE TV(CFTV), PARA SUPRIR A DEMANDA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DISPOSTOS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DESTE EDITAL.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que na data de 29 de março de 2023 às 10h00min (horário de Brasília) terá CONTINUIDADE o processo em epígrafe junto ao sitio (COMPRAS.GOV.BR). Maiores informações através do email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou telefone: **(85) 3452.3477 |CLFOR.**

Fortaleza – CE, 24 de março de 2023.
ROMERO RAMONY HOLANDA LIMA MARINHO
Pregoeiro(a) da CLFOR

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 134/2023.**
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – SEPOG.
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS DO PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE A TABELA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE COMBUSTÍVEL (ETANOL, GASOLINA E ÓLEO DIESEL) PARA ABASTECER A FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA - PMF, COM DISPOSITIVO PARA O CONTROLE DE ABASTECIMENTO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÕES DE BOMBAS E TANQUES E TODOS OS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO NECESSÁRIOS AO PERFEITO FUNCIONAMENTO SEM ÔNUS PARA O MUNICÍPIO, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO - I, TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
DO TIPO: MAIOR DESCONTO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 27 de março de 2023 a 11 de abril de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 11 de abril de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 11 de abril de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477|CLFOR.**

Fortaleza – CE, 24 de março de 2023.
OTÁVIO CÉSAR LIMA DE MELO
Pregoeiro(a) da CLFOR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE EQUIPAMENTOS E DE SERVIÇOS PARA O MERCADO DE COMBUSTÍVEIS E DE CONVENIÊNCIA - ABIEPS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL

Ficam convocados todos os associados desta Associação a se reunirem em Assembleia Geral a se realizar no dia **11/04/2023 (terça-feira)** com primeira convocação às 13:30 horas, com a maioria absoluta dos associados, quites e no gozo de seus direitos e a segunda convocação às 14:00 horas, com qualquer número de associados, a Assembleia Geral será realizada de forma presencial na Av. Jabaquara, 2925, salas Canário I e II, São Paulo/SP, a fim de deliberar sobre: **Pauta:** 1. Apreciar Relatório da Administração e Prestação de Contas referente ao ano de 2022; 2. Alterações no Estatuto Social da ABIEPS: a) Alteração nos objetivos sociais; b) Alteração nos formatos de convocações; c) Alteração na forma de realização das reuniões e votações; d) Alteração na composição do Conselho Diretor; e) Alteração no mandato da Diretoria Executiva. **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE EQUIPAMENTOS E DE SERVIÇOS PARA O MERCADO DE COMBUSTÍVEIS E DE CONVENIÊNCIA - ABIEPS.** Bruno Rosas - Diretor Presidente.

SENAI

AVISO DE LICITAÇÃO

O Departamento Regional de São Paulo do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-SP) comunica a abertura da licitação:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2023
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de jardinagem, limpeza e conservação (4 postos) para a unidade de Ourinhos.
Retirada do edital: a partir de 27 de março de 2023, através do portal www.sp.senai.br (opção LICITAÇÕES).
Sessão de disputa de preços (lances): 6 de abril de 2023 às 9h30, exclusivamente pela internet, no endereço www.licitacoes-e.com.br.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA – SEAP
DEPARTAMENTO DE LOGISTICA PARA CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - DECON

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 272/2023 - SRP
PROTOCOLO Nº 19.981.249-1
OBJETO: Futura e eventual PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE PARA O DESLOCAMENTO DAS EQUIPES DE ARBITRAGEM, EQUIPES DA JUSTIÇA DESPORTIVAS, COMISSÃO ORGANIZADORA E DELEGAÇÕES QUE PARTICIPEM DOS EVENTOS, JOGOS OFICIAIS DO ESTADO DO PARANÁ, PROJETO VERÃO MAIOR E COMPETIÇÕES NACIONAIS QUE O ESTADO TENHA REPRESENTAÇÃO.
INTERESSADO: PRESP – PARANÁ ESPORTE
AUTORIZADO Exmo. Sr. Secretário da Administração e da Previdência, em 22 de março de 2023.
ABERTURA: 14 de abril de 2023 às 09:00hrs.
LOCAL da DISPUTA e EDITAL:www.licitacoes-e.com.br
Informações Complementares: www.administracao.pr.gov.br/Compras e www.transparencia.pr.gov.br.

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

O **Banco BMG S.A**., sociedade anônima localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 9º andar, Sala 94, Bloco 04; 10º andar, Sala 101, Parte, Bloco 01; Sala 102, Parte, Bloco 02; Sala 103, Bloco 03 e Sala 104, Bloco 04; e 14º andar, Sala 141, Bloco 01, Condomínio Edifício São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conceição, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 61.186.680/0001-74 ("Banco BMG"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, na condição de futuro controlador indireto da **BMG SEGUROS S.A**, por intermédio do presente instrumento. **DECLARA. 1.** Sua intenção de adquirir o total controle societário indireto da **BMG SEGUROS S.A.**, sociedade anônima localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 11.857, Conjuntos 151 e 152, 15º andar, Bairro Vila Almeida, CEP 04795-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 19.486.258/0001-78, em decorrência do contrato de compra e venda de ações firmado em 24 de fevereiro de 2023, a qual passará a funcionar com as características abaixo especificadas, negócio cuja concretização depende da aprovação da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP; **2.** a inexistência de restrições que possam afetar a sua reputação, conforme inciso V do artigo 17 da Resolução CNSP nº 422/2021; e **3. E ESCLARECE** que, nos termos da regulamentação em vigor, eventuais impugnações à presente declaração deverão ser comunicadas diretamente à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, na Avenida Presidente Vargas 730, 9º andar, Rio de Janeiro/RJ, Brasil, no prazo máximo de quinze dias, contados da data desta publicação, por meio de documento em que os autores estejam devidamente identificados, acompanhado da documentação comprobatória, observado que os declarantes poderão, na forma da legislação em vigor, ter direito a vista do respectivo processo. **Denominação social:** BMG SEGUROS S.A. **Local e sede:** Avenida das Nações Unidas, nº 11.857, Conjuntos 151 e 152, 15º andar, Bairro Vila Almeida, CEP 04795-100, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Patrimônio líquido:** R$ 71.227.991,08. **Composição societária:** quando da consumação do negócio, capital social a ser detido 100% por BMG Participações em Negócios Ltda., holding controlada pelo Banco BMG, que tem por objeto a participação em supervisionadas. **Objeto social:** a comercialização de seguros de danos em todo o território nacional, podendo, respeitadas as limitações legais, participar de outras sociedades. **Proponente Controladora Indireta (100%):** Banco BMG. 24 de março de 2023. **Banco BMG S.A..**

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 114/2023.**
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - **SMS.**
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE FARDAMENTOS, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA - SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 27 de março de 2023 a 11 de abril de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 11 de abril de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 11 de abril de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477|CLFOR.**

Fortaleza – CE, 24 de março de 2023.
OTÁVIO CÉSAR LIMA DE
Pregoeiro(a) da CLFOR

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA **Nº. 003/2023.**

ORIGEM:SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO – SEGOV.

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE 05 (CINCO) AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO – SEGOV.

TIPO DE LICITAÇÃO:MELHOR TÉCNICA.

O Presidenteda **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CE | CPL,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que os **Envelopes** contendo os Documentos de Habilitação, Propostas Técnicas e Propostas de Preços serão recebidos no dia 15 de maio de 2023, no horário compreendido entre 10h00min às 10h15min.(horário local) na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, Centro, CEP:60.140-060 – Fortaleza-CE, e iniciada a **Abertura dos Envelopes** contendo os Documentos de Habilitação, Propostas Técnicas e Propostas de Preços no dia 28 de abril de 2023 às 10h15min.(horário local). O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta no e-compras: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452-3477.**

Fortaleza-CE, 24 de março de 2023.
OTÁVIO CÉSAR LIMA DE MELO
Presidente da Comissão Permanente de Licitações – CPL

TRISUL S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 08.811.643/0001-27
NIRE 35.300.341.627 I Código CVM 02113-0

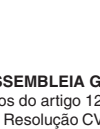
EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2023

TRISUL S.A. ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e dos arts. 4º a 6º da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81"), convocar a Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 26 de abril de 2023, às 15 horas, de forma exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(ii)** o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(iii)** proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(iv)** fixação do número de membros do Conselho de Administração; **(v)** eleição dos membros do Conselho de Administração; **(vi)** indicação, dentre os membros do Conselho de Administração eleitos, do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração; **(vii)** caracterização dos membros independentes do Conselho de Administração; e **(viii)** fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2023. Para participação na Assembleia, o acionista deverá se cadastrar, impreterivelmente até o dia **24 de abril de 2023**, inclusive, mediante solicitação pelo e-mail ri@trisul-sa.com.br, fornecendo as informações e documentos indicados abaixo. Validada a sua condição pela Companhia, o acionista receberá nas 24 (vinte e quatro) horas que antecederem a Assembleia, o seu acesso de participação à reunião virtual. Não poderão participar da Assembleia os acionistas que não se cadastrarem pelo e-mail indicado, com o correspondente depósito dos documentos solicitados no prazo indicado. Caso o acionista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@trisul-sa.com.br, com até, no máximo, 2 (duas) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. A solicitação de cadastro necessariamente deverá: (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail para envio das informações para participação; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, conforme descritos a seguir. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A. e do art. 6º da RCVM 81, para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos digitalizados: (i) documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) comprovante da titularidade de ações expedido pela instituição responsável pela escrituração das ações da Companhia, com no máximo, 5 (cinco) dias de antecedência da data da realização da Assembleia; (iii) instrumento de outorga de poderes de representação; (iv) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, com, no máximo, 5 (cinco) dias de antecedência da data da realização da Assembleia. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples digitalizada dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à assembleia geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) outorgar procuração para que terceiro represente o acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na assembleia geral caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo em sua solicitação de acesso. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na assembleia geral deverá ter sido realizada há menos de um ano, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das S.A.. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º e § 2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante ou ter sido assinada por certificado digital autorizado pela ICP Brasil. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representados na assembleia geral por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, § 1º da Lei das S.A.; e as pessoas jurídicas que forem acionistas da Companhia poderão, nos termos da decisão da CVM no âmbito do Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014, ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), legalizados em Consulado Brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor. Conforme previsto no § 1º do art. 141 da Lei das S.A., no art. 5º da RCVM 81 e nos arts. 1º e 3º da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2023, é facultado aos acionistas titulares, individual ou conjuntamente, de ações representativas de, no mínimo, 5% do capital social com direito a voto requerer, por meio de notificação escrita entregue à Companhia até 48 horas antes da Assembleia, a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do conselho de administração. No cálculo do percentual necessário para requerer a adoção do procedimento de voto múltiplo as ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria devem ser excluídas (Processos CVM RJ2013/4386 e RJ2013/4607, julgados em 04.11.2014). A Companhia reforça ainda que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da Assembleia por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia estarão à disposição dos acionistas no site da Companhia (https://https:/ri.trisul-sa.com.br/), da CVM (http://www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br), incluindo a Proposta da Administração contendo também informações complementares relativas à participação na Assembleia e ao acesso por sistema eletrônico.

São Paulo, 25 de março de 2023
MICHEL ESPER SAAD JUNIOR
Presidente do Conselho de Administração

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

3ª Audiência Pública Semipresencial do ano de 2023
A Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher da Câmara Municipal de São Paulo convida o público interessado a participar de audiência pública semipresencial da Comissão que terá como pauta o seguinte projeto:

Projeto de Lei 703/2020, de autoria dos Vereadores Aurélio Nomura (PSDB), Daniel Annenberg (PSB) e Bombeiro Major Palumbo (PP), que "Assegura a todas as crianças nascidas nos hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes da rede pública de saúde do Município de São Paulo o direito ao teste de triagem neonatal, na sua modalidade ampliada".

Data: 29/03/2023 – (quarta-feira)
Horário: 13h30
Local: Salão Nobre Presidente João Brasil Vita – 8º Andar e Auditório Virtual

Para assistir: Será permitido o acesso do público até o limite de capacidade de auditório, considerando o protocolo de segurança sanitária vigente. O evento será transmitido ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, através dos Auditórios Online [**www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online**], e pelo canal da Câmara Municipal no Youtube [**www.youtube.com/camarasaopaulo**].

Para participar: encaminhe sua manifestação por escrito ou inscreva-se para participar ao vivo por videoconferência através do Portal da CMSP na internet, em **http://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/inscricoes/**. Também serão permitidas inscrições para participação do público presente no auditório.

Para maiores informações: **saude@saopaulo.sp.leg.br**

HBR REALTY EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ/MF nº 14.785.152/0001-51
NIRE 35.300.466.276 | Código CVM nº 2540-2

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2023

Nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.") e dos artigos 4º a 6º da Resolução CVM nº 81/22, o Conselho de Administração da HBR Realty Empreendimentos Imobiliários S.A. ("HBR" ou "Companhia") convoca os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia" ou "AGO"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 24 de abril de 2023, às 15 horas, **de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *"Zoom"*, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do parecer do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) deliberar acerca da proposta de destinação do resultado da Companhia auferido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (iii) fixar o limite da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2023. **Instruções Gerais:** Encontram-se disponíveis para consulta na sede da HBR, nos sites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão (www.b3.com.br) e no site de relações com investidores da Companhia (http://ri.hbrrealty.com.br) (i) as Demonstrações Financeiras anuais da HBR referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e os demais documentos de que trata o artigo 133 da Lei das S.A. e o art. 10 da Resolução CVM nº 81/22; e (ii) o Manual de Participação na AGO, contendo *(a)* a Proposta da Administração para a Assembleia; *(b)* orientações para participação na Assembleia; e *(c)* todos os demais documentos pertinentes às matérias da ordem do dia, nos termos dos artigos 10 e 13 da Resolução CVM nº 81/22. Plataforma "*Zoom*": Os dados para participar da AGO por meio da plataforma "*Zoom*" serão encaminhados aos acionistas que manifestarem, por e-mail, a sua intenção de fazê-lo. O e-mail em questão deverá ser enviado ao endereço ri@hbrrealty.com.br com antecedência mínima de 2 (dois) dias em relação à data de realização da Assembleia - ou seja, até 22 de abril de 2023 (inclusive) - acompanhado da documentação que comprove a identidade do acionista ou de seu representante (se for o caso) e os poderes de representação do acionista na Assembleia (se for o caso), conforme detalhada no Manual para Participação da AGO. Adicionalmente aos documentos listados acima, até as 10 horas do dia 24 de abril de 2023, os acionistas deverão apresentar comprovante da sua posição acionária na Companhia, emitido pelo respectivo custodiante ou pelo agente escriturador das ações de emissão da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central, expedido com, no máximo, 2 (dois) dias de antecedência à data prevista para a realização da AGO - isto é, não antes de 22 de abril de 2023. Boletim de voto a distância: Os acionistas que optarem por participar da Assembleia por meio do exercício do direito do voto via boletim de voto a distância, deverão observar as instruções detalhadas no Manual de Participação na AGO e quaisquer outras indicadas no próprio boletim de voto a distância da Assembleia.

Mogi das Cruzes, 23 de março de 2023
Henrique Borenstein
Presidente do Conselho de Administração

RNI Negócios Imobiliários S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 67.010.660/0001-24 - NIRE 35.300.335.210

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas da **RNI Negócios Imobiliários S.A**. ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada no dia 25 de abril de 2023, às 10:30 horas, na sede da Companhia, localizada na Cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Francisco das Chagas de Oliveira, 2500, Higienópolis, CEP 15085-485, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** Examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes; **(ii)** Deliberar sobre a proposta de orçamento de capital da Companhia para o exercício social de 2023; **(iii)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; **(iv)** Fixar a remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2023; e **(v)** Deliberar sobre a manutenção do Conselho Fiscal da Companhia e eleição dos seus respectivos membros. **Informações Gerais: 1.** Para tomar parte e votar na AGO, o acionista ou seu representante legal deverá comparecer à AGO munido de documentos que comprovem sua identidade, bem como apresentar: **(i)** comprovante expedido pelo Banco Bradesco S.A., instituição financeira depositária das ações da Companhia, das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do Artigo 126 da Lei 6404/76, conforme alterada; **(ii)** do instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e do Estatuto Social da Companhia, na hipótese de representação de acionista; e **(iii)** relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. Nos termos do Art. 9º do Estatuto Social da Companhia, solicita-se que os documentos mencionados sejam depositados na sede da Companhia, até às 18:00 horas do dia 17 de abril de 2023. Excepcionalmente, em decorrência da pandemia do COVID-19, os documentos acima exigidos poderão ser protocolados digitalmente através do envio para o endereço eletrônico ri@rni.com.br. **2.** Em razão da adoção do sistema de votação a distância para a AGO, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução 81/2022"), os acionistas poderão participar da AGO por si, seus representantes legais ou procuradores, bem como via boletim de voto a distância, enviado por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador ou diretamente à Companhia, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida, para tanto, constarão do boletim de voto a distância, que será divulgado dentro do prazo legal. **3.** Todos os documentos e informações relacionados às matérias a serem deliberadas na AGO da Companhia encontram-se à disposição dos acionistas na sua sede social e no seu website - ri.rni.com.br, tendo os mesmos sido enviados à Comissão de Valores Mobiliários e à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, na forma da legislação aplicável. **4.** Por fim, a Companhia esclarece que, caso o acionista deseje comparecer presencialmente à AGO, tomará as medidas de precaução, de acordo com as recomendações da Organização Mundial de Saúde ("OMS"), inclusive: **(i)** Higienização do local da reunião, equipamentos e mãos de todos os presentes; **(ii)** Disponibilização de máscaras descartáveis e álcool em gel aos presentes; **(iii)** Facultará aos acionistas presentes o envio da documentação de representação para o e-mail rni.ri@rni.com.br a fim de diminuir o contato físico entre os presentes com a mesa que validará as documentações. Por fim, com as medidas acima descritas, a Companhia pretende garantir o direito à participação de todos os seus acionistas na sua AGO, mantendo o seu compromisso de combate ao COVID-19, preservando a saúde de todos, acionistas, colaboradores, prestadores de serviços e a comunidade em geral. São José do Rio Preto, 24 de março de 2023. **Carlos Bianconi - Diretor Presidente e de Relações com Investidores.**

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA

Entidade Promotora: SESI/RS.
Objeto do processo CC000062023DR: OBRA NOVA – Implantação de Escola de Ensino Médio e Contraturno SESI Canoas. Data e hora de abertura: 12/04/2023 às 10 HORAS.
Objeto do processo CC000072023DR: OBRA NOVA – Implantação de Escola de Ensino Médio e Reformas SESI Lajeado. Data e hora de abertura: 12/04/2023 às 14 HORAS.

Demais informações estão disponíveis no site http://compras.sistemafiergs.org.br/

Porto Alegre, 27 de Março de 2023.

Rafael Bolsson da Costa
Pregoeiro

Luiz Carlos Trabuco Cappi

O legado do Rui

Registrado em espaços nobres da mídia, o centenário da morte de Rui Barbosa, ocorrida em 1.º de março de 1923, despertou reflexões em torno do legado de um dos brasileiros mais admirados da história. Sinônimo de inteligência, sagacidade e integridade, cuja cultura e propósitos foram reconhecidos mundialmente, o jurista, diplomata e político foi um dos construtores da moderna democracia brasileira.

Seu empenho em levar o Brasil à abolição da escravatura seguiu-se de um combate permanente pela justiça social, em especial pela integração das famílias negras libertadas à dinâmica econômica do País. As pautas que a sociedade debate hoje para a redução das desigualdades tiveram nele um de seus primeiros e maiores mentores.

Uma das imagens mais emblemáticas do Brasil de Rui Barbosa é uma foto reproduzida pelo **Estadão** em reportagem sobre o legado do jurista, cem anos depois. Ela mostra o jurista em trajes sociais elegantes ao lado de representantes da elite da época. Em segundo plano, perfilam-se jovens negros, todos também de terno e gravata. No detalhe, percebe-se, porém, que estão todos descalços. É um retrato pronto e acabado, sem retoques, do abismo social.

Naquele período, o Brasil vivia segundo as regras da Constituição de 1891, escrita com a ajuda fundamental do jurista e considerada, ainda hoje, a Carta mais simples e direta que o País já teve. O texto assegurava isonomia legal entre todos os cidadãos, incentivava o investimento em escolas públicas e garantia um instrumento jurídico avançado para aqueles tempos, o habeas corpus.

> ***Rui Barbosa foi um dos primeiros a lutar por pautas para a redução das desigualdades***

Cem anos depois da morte de Rui Barbosa, a questão social brasileira continua no centro do debate. Desde lá, entre marchas e contramarchas, ampliou-se a compreensão de que o crescimento econômico do País está conectado à proteção e incentivo à inclusão social das camadas mais vulneráveis. Ninguém mais acredita ou defende ser possível prosperarmos como nação em um território cindido por extremos de riqueza e pobreza.

Trata-se de um dos desafios mais complexos para esta geração, dado que as estatísticas de pobreza se agravam ano a ano.

As discussões atuais sobre responsabilidade fiscal e social ou a respeito da calibragem da taxa de juros têm, neste sentido, um aspecto bastante positivo, pois estimulam e convocam a participação de todos os setores da sociedade para o debate. Diariamente, autoridades, legisladores e agentes econômicos de todos os portes demonstram que é apenas na democracia, na busca de soluções pragmáticas, que encontraremos o caminho para atingir, ainda que muito tempo depois, o Brasil justo e próspero indicado por Rui. ●

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BRADESCO. ESCREVE A CADA DUAS SEMANAS

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Internacional **Efeito dos juros**

FMI cita aumento de risco financeiro e pede 'vigilância'

A diretora-gerente do FMI, Kristalina Georgieva, afirmou ontem que os riscos à estabilidade financeira aumentaram como efeito da forte alta dos juros nas principais economias do mundo, destacando também a recente crise de bancos nos EUA e na Europa, e que isso "ressalta a necessidade de vigilância".

"Num momento de níveis de endividamento mais altos, a rápida transição de um período prolongado de taxas de juros baixas para taxas muito mais altas, necessárias no combate à inflação, inevitavelmente gera tensões e vulnerabilidades, como evidenciado pelos desenvolvimentos recentes no setor bancário em algumas economias avançadas", disse ela, em evento em Pequim organizado pelo governo chinês.

Ainda segundo ela, os formuladores de políticas "agiram de forma decisiva", mas "a incerteza é alta". ● **AMELIA ALVES**

BALANÇO PATRIMONIAL
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em Milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	3	53.333	32.028
Clientes	4	40.502	20.207
Estoques	5	676	707
Adiantamento a terceiros	6	1.319	568
Impostos e tributos a recuperar	7	-	2.294
Outros créditos	8	86	146
		95.916	**55.950**
Não circulante			
Depósitos judiciais	9	39.680	34.150
Impostos e tributos a recuperar	7	6.617	3.394
Imobilizado próprio	10	4.394	2.878
		50.691	**40.422**
Total do Ativo		**146.607**	**96.372**

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivo Circulante			
Fornecedores	11	11.994	4.818
Salários e encargos sociais	12	2.507	3.473
Obrigações fiscais	13	171	32
Provisão para contingências	14	513	1.221
Contrato FAP/DF	15	-	2.554
Adiantamento de Clientes	16	22.446	29.862
		37.631	**41.960**
Não circulante			
Fornecedores	11	1.972	1.625
Provisão para contingências	14	6.009	6.898
Adiantamento de Clientes	16	6.547	20.845
		14.528	**29.368**
Patrimônio Social			
Superávit acumulado		25.044	32.521
Déficit do período		69.404	(7.477)
		94.448	25.044
Total do Passivo		**146.607**	**96.372**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em Milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Receita Líquida	17	222.548	116.383
Custos	18	(122.602)	(93.789)
Superávit bruto		**99.946**	**22.594**
Despesas operacionais			
Pessoal e encargos sociais e assistenciais	18	(29.751)	(20.972)
Utilidades e serviços	18	(4.108)	(3.156)
Despesas gerais	18	(5.933)	(7.888)
Outras receitas e despesas	19	1.872	1.776
		(37.920)	**(30.240)**
Resultado antes da receitas e despesas financeiras		**(62.026)**	**(7.646)**
Despesas e receitas financeiras, líquido	20	**7.378**	**169**
Superávit / Déficit líquido do exercício		**69.404**	**(7.477)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022e 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em Milhares de Reais)

	Patrimônio Social	Superávit Acumulado	Déficit Acumulado	Total do Patrimônio Social
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**-**	**52.042**	**(19.805)**	**32.237**
Ajustes de exercícios anteriores		284	-	284
Integralização de superávit/déficit		(19.805)	19.805	-
Superávil/Déficit do exercício			(7.477)	(7.477)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**-**	**32.521**	**(7.477)**	**25.044**
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-
Integralização de superávit/déficit	-	-	-	-
Superávit/Déficit do exercício	-	69.404	-	69.404
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**-**	**101.925**	**(7.477)**	**94.448**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em Milhares de Reais)

	2022	2021
Superávit/Déficit líquido do exercício	**69.404**	**(7.477)**
Outros resultados abrangentes	**-**	**284**
Total dos resultados abrangentes do período	**69.404**	**(7.193)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em Milhares de Reais)

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	**69.404**	**(7.477)**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Despesas de Depreciações e Amortizações	**870**	**1.531**
Baixa de ativos imobilizado	**-**	**486**
Ajuste de exercícios anteriores	**-**	**284**
Variações nos ativos		
Aumento/redução de clientes	**(20.295)**	**(15.831)**
Aumento/redução de estoques	**31**	**340**
Aumento/redução de adiantamento de terceiros	**(751)**	**(475)**
Aumento de tributos a recuperar	**(929)**	**69**
Aumento/redução de outros créditos	**60**	**(93)**
Aumento/redução Depósitos Judiciais	**(5.530)**	**(2.382)**
Variações nos passivos		
Aumento/redução de fornecedores	**3.372**	**(6.168)**
Aumento/redução de salários e encargos sociais	**(966)**	**223**
Aumento/redução de obrigações fiscais	**139**	**(197)**
Aumento/Redução de adiantamento de clientes	**(21.714)**	**20.188**
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	**23.691**	**(9.502)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições de imobilizado e intangível, líquidas	(2.386)	(424)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	**(2.386)**	**(424)**
Aumento/Diminuição nas disponibilidades	**21.305**	**(9.926)**
Saldo Inicial de Disponibilidades	32.028	41.954
Saldo Final de Disponibilidades	53.333	32.028
Aumento/Diminuição nas disponibilidades	**21.305**	**(9.926)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em Milhares de Reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – CEBRASPE, é uma associação civil, sem fins lucrativos, com sede em Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o n.º 18.284.407/0001-53, com estatuto social ratificado pelo Conselho de Administração, e registro cartorário no 2.º Ofício de Registros de Pessoas Jurídicas, neste distrito, mediante as autenticações n.º 000082416, 000082415 e 000087661, respectivamente. Entre as finalidades e os objetivos sociais deste Centro, destacam-se o fomento, à promoção do ensino e da pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico e institucional.

O CEBRASPE foi qualificado como Organização Social – OS, pela Presidência da República, por meio de Decreto nº 8.078 de 19 de agosto de 2013. Posteriormente foi firmado o Contrato de Gestão de nº 01 com O MEC (órgão supervisor), em 18 de fevereiro de 2014, com a interveniência da Fundação Universidade de Brasília (FuB/UnB) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, que foi alterado pelo Primeiro Termo Aditivo, datado de 24 de dezembro de 2018 com o MEC e encerrado em 31 de dezembro de 2019, com a interveniência da FuB/UnB, observando o disposto no art. 5º da Lei 9.637/98. No entanto, em 4 de maio de 2022, o Centro foi desqualificado como Organização Social, pelo Presidente da República, por meio do Decreto nº 11.062.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras em consonância com as práticas contábeis desenvolvidas no Brasil, segundo à Resolução CFC n. º 1.409/12 (ITG n. º 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros), são de responsabilidade desta administração.

Essas demonstrações foram elaboradas de acordo com as inúmeras formas de avaliações empregadas sobre as estimativas contábeis. Essas estimativas são disciplinadas por fatores objetivos e subjetivos, como base de conhecimento para definição do valor oportuno a ser registrado. Dentre os itens suscetíveis de registros contábeis destacam-se a aplicação do prazo de vida útil dos bens do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, bem como a probabilidade dos riscos contingenciais na determinação das despesas, quando admissível.

A adoção das práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras está delimitada a seguir. As definições serão abordadas de modo substancial no período indicado, salvo disposição em contrário.

2.2 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: Os itens inseridos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a instituição atua (“moeda funcional”). As demonstrações desta entidade estão apresentadas em milhares “de reais”, ou melhor, a moeda funcional e a de apresentação.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa: São recursos financeiros de liquidez imediata, isto é, disponíveis para fazer frente às dívidas de curto e longo prazos, a obtenção de ganhos financeiros sobre os valores mobiliários investidos e o faturamento auferido, além de outros compromissos administrativos previstos estatutariamente. Para isso, é necessário atender a três requisitos: ser financeiramente disponível em curto prazo, ter liquidez imediata e exprimir insignificante risco de mudança de valor.

2.4 Contas a Receber: A rubrica “contas a receber” compreende os valores efetivamente faturados e apresentados por valores de realização. Quando necessário, constitui-se as perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa (PECLD) com base na evolução histórica do inadimplemento dos clientes contratados e na expectativa de perdas nas realizações de créditos. Em atendimento aos novos critérios societários contidos no IFRS 9, o Centro está reformulando sua política contábil de instrumentos financeiros de reconhecimento da PECLD para adequação às normas vigentes.

2.5 Estoques: Os estoques são avaliados pelo valor de custo, sendo que o montante da despesa consumida é reconhecido pelo cálculo da média ponderada, em atendimento NBC TG 16, sendo que os estoques podem sofrer redução de valor pela realização líquida dos estoques.

2.6 Imobilizado O valor contábil dos bens integrantes do ativo fixo escritura-se pelo custo de aquisição do bem, deduzido das depreciações acumuladas, durante o seu uso efetivo. O encargo de depreciação, opcionalmente, é calculado pelo método linear, sendo que as taxas anuais são resultantes da vida útil-econômica desses bens. Este Centro não constatou hipóteses de desvalorização no valor recuperável de seu ativo imobilizado.

Um item do imobilizado é baixado de seu controle patrimonial pela alienação ou quando não satisfizer os benefícios econômicos futuros resultantes da sua utilização. O ganho ou a perda eventual decorrente do bem tangível ou intangível (calculado pela diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do bem) são registrados na demonstração do resultado do período quando for desativado.

Tanto o valor residual quanto a vida útil remanescente do bem, assim como, os métodos de depreciação/amortização aplicados são revistos durante o encerramento do exercício social, e ajustados de forma compatível, quando a situação permitir ou satisfazer. Não houve contratos até o encerramento do exercício que acarretassem no reconhecimento de arrendamento mercantil.

2.7 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A elaboração das demonstrações financeiras em harmonia com as convenções contábeis brasileiras, recomenda que esta administração utilize de entendimentos técnicos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As classes contábeis do ativo e do passivo admitem valores residuais em: ativo imobilizado, perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa (PECLD), perdas de contingenciamento operacional, mensuração de instrumentos financeiros básicos e outros direitos e obrigações relacionados aos benefícios laborais. Relevante notar que este Centro reavalia anualmente as estimativas apontadas.

O procedimento de elaboração das demonstrações financeiras alusivo às entidades sem fins lucrativos exige a utilização de instrumentos técnico-científicos formais concernentes aos valores apurados no ativo, passivo, despesa e receita mencionados em demonstrações e notas explicativas.

2.8 Instrumentos financeiros básicos: Ativos financeiros são avaliados pelo valor justo decorrentes do resultado de: investimentos em valores mobiliários mantidos até o vencimento, empréstimos bancários, contas a receber e de ativos disponíveis para venda. Entre os tipos de ativos financeiros presentes neste Centro incluem-se o caixa e os equivalentes de caixa, as aplicações financeiras em renda fixa e os direitos creditórios contratuais a receber.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

O Cebraspe avalia durante o encerramento das demonstrações financeiras se transcorreu, em determinado intervalo, a desvalorização econômica (recuperação) do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros. Terminantemente, considera-se não recuperável quando houver indicação de ausência de retomada do resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (evento de perda incorrida) e essa perda tenha influência no fluxo de caixa estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente presumido.

Passivos financeiros

As obrigações financeiras são avaliadas pelo valor justo, de maneira similar ao ativo financeiro. Por conseguinte, envolve as obrigações deste Centro com terceiros interessados, os quais destacam-se os fornecedores de mercadorias e serviços, as obrigações trabalhistas e tributárias, dentre outras.

Instrumentos derivativos

O Cebraspe não efetivou, neste período ou em períodos anteriores, perante às Instituições Financeiras, transações especulativas no mercado financeiro que motivassem a aquisição de produtos bancários com vistas a almejar ganhos financeiros vinculados a esse tipo de instrumento.

2.9 Recursos vinculados ao Contrato de Gestão: Os recursos financeiros alocados ao Contrato de Gestão estão depositados em conta bancária específica. Contabilmente, controla-se a movimentação em subcontas do ativo e do passivo, respectivamente. Tendo em vista a responsabilidade deste Centro na custódia dos valores repassados, subsequentemente, será concedida a sua realização por intermédio do cumprimento das metas fixadas pelo órgão supervisor, mediante cláusula oitava do instrumento vigente.

2.10 Passivos circulantes e não circulantes: As obrigações vencíveis até 12 meses após o término do exercício social vigente foram escrituradas no grupo do passivo circulante. Nesse grupo destaca-se, além dos compromissos com terceiros interessados, as provisões trabalhistas e os encargos sociais constituídos mensalmente, em atendimento ao princípio contábil da competência, para fixação dos gastos laborais com férias e décimo terceiro salário incorridos.

Enquanto que, as obrigações vencíveis após o exercício social seguinte, pertencentes ao grupo do passivo não circulante, caracterizaram-se de valores conhecidos ou calculáveis.

2.11 Provisões: Diz respeito aos passivos de prazos e valores incertos. O Cebraspe possui exigibilidades estimadas, em consequência de eventos passados, sendo aconselhável o reconhecimento contábil a fim de tornar expresso no patrimônio as hipóteses e as perspectivas dessas obrigações litigadas em juízo, em caso de realização futura.

Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

O Cebraspe é parte demandada em ações cíveis e trabalhistas. As provisões são constituídas, contabilmente, para dar conhecimento à administração, cuja probabilidade de ocorrência é provável, ora em curto prazo, ora em longo prazo, reduzindo economicamente o seu patrimônio por intermédio do valor da causa pleiteado pela parte autora. Diante disso, é de se dizer que as ações cíveis são objetivadas pelo reclamante a respeito da garantia dos serviços prestados a este Centro, notadamente em eventos, no qual questiona-se a integridade e a validade dos atos, tanto os vinculantes aos editais de eventos – os quais são prévia e expressamente aprovados pelos nossos contratantes – quanto à execução física dos certames, seja em sua parte teórica, de aptidões físicas e consequentemente de resultados. Os riscos trabalhistas demandados advém de indagações concernentes à parcialidade dos proventos não realizados naquele período laborado ou outras questões vinculadas às atividades exercidas e executadas durante o período de contratação vigente.

2.12 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes: Em referência aos demais ativos integrantes do balanço patrimonial, é provável que o benefício econômico futuro seja alcançado com segurança.

À medida que um passivo inserido no balanço possua uma obrigação legal ou constitua-se como resultado de um evento passado, é provável que o recurso financeiro esteja disponível para liquidação. As provisões são escrituradas pelas estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados e controlados no circulante quando a sua realização ou liquidação efetivar-se nos próximos doze meses, caso contrário, serão alocados no não circulante.

2.13 Tributação: Em se tratando de uma associação civil, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social, nos termos da Lei n.º 9.637/1998, no tocante ao desenvolvimento educacional e de pesquisa, é plenamente motivada a imunidade tributária.

Caso o enquadramento fiscal não seja alcançado, as receitas oriundas da prestação de serviços estarão sujeitas à tributação sobre o faturamento, com as seguintes alíquotas:

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	2,00%
Programa de Integração Social (PIS)	1,65%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	7,60%

A alíquota do ISS encontra-se expressa em legislações específicas de competência municipal, isto é, no local da prestação do serviço. Quanto ao PIS e à COFINS, as alíquotas citadas associam-se ao regime tributário da não_cumulatividade. Nesse contexto, a base de cálculo é caracterizada em função do faturamento emitido e de outros ganhos que estejam vinculados aos respectivos fatos geradores das obrigações tributárias. A tributação do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) incide sobre o lucro líquido, uma vez que o montante da receita bruta anual auferida determina a adoção do regime de tributação pelo lucro real. Para isso, registra-se no livro de apuração do lucro real (LALUR) as receitas e as despesas (isentas, dedutíveis e indedutíveis), necessárias à apuração das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL. No IRPJ, aplica-se sobre a base de cálculo a alíquota de 15% e, excepcionalmente, o adicional de 10% caso os lucros líquidos anuais excedam em R$ 240 mil anual ou R$ 20 mil mensal. Na CSLL adota-se a alíquota de 9%.

2.14 Apuração do Superávit ou Déficit: É o resultado apurado no confronto das receitas, dos custos e das despesas, no período em análise, segundo o princípio contábil da competência, ocasionando superávit ou déficit econômico. Segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) nº 00, a receita evoca benefícios econômicos, sob a forma de entrada de recursos ou do aumento de ativos ou diminuição de passivos, que por sua vez impactam em acréscimos no patrimônio social e que não estejam relacionados com a contribuição dos associados dos instrumentos patrimoniais. Por outro lado, os custos e as despesas, são decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma de saídas de recursos financeiros, da redução de valor de ativos ou assunção de passivos, que resultem em diminuição do patrimônio social.

2.15 Reconhecimento de Receitas: As receitas são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a receita.

Receita de venda de serviços

A receita de serviços é reconhecida no resultado somente após a efetiva prestação dos serviços, bem como o Cebraspe vem adequando o reconhecimento contábil das receitas em conformidade com os custos relativos aos contratos, tendo os efeitos das transações e outros eventos reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento em conformidade com a NBC TG 47.

O Cebraspe pondera sobre outras promessas contratuais que são obrigações de performance distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada. Ao determinar o preço de transação, esta administração considera os efeitos da contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, ou seja, não monetária e a devida ao cliente (se houver).

Contraprestação variável

Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, o Cebraspe estima o valor a que terá direito em troca da transferência de bens para o cliente. Essa contraprestação é estimada no início do contrato e restringida até que seja altamente provável, isto é, não ocorra estorno de parcela significativa de receita, no montante da receita acumulada reconhecida, quando a incerteza associada a ela for posteriormente resolvida. Alguns contratos possuem cláusulas que dão origem a contraprestação variável.

2.16 Demonstração dos fluxos de caixa (DFC): a DFC expressa no art. 176, IV, da Lei nº 6.404/76 e regulamentada no CPC nº 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa permite avaliar a capacidade de geração de caixa ou equivalentes de caixa, como também, as necessidades de utilização desses recursos financeiros, em um determinado período.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos bancários a vista – sem restrição	64	711
Aplicações financeiras – sem restrições	53.269	28.763
Aplicações financeiras FAP/DF	-	2.554
	53.333	**32.028**

Os recursos financeiros disponíveis em curto prazo são constituídos por bancos conta movimento e aplicações financeiras. Os investimentos em aplicações financeiras convencionado com as Instituições Financeiras proporcionaram condições mercadológicas aceitáveis para auferir rendimentos e possibilitar, momentaneamente, o resgate de quantias necessárias.

As aplicações financeiras com a Fundação de Apoio à Pesquisa (FAP/DF) foram provenientes de repasses firmado contratualmente com o cliente, a fim de custear a execução do projeto.

4 CLIENTES

	31/12/2022	31/12/2021
Duplicatas a receber bruto	40.733	20.438
Perda estimada em crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	(231)	(231)
	40.502	**20.207**

Versam sobre os direitos creditícios consignados no balanço patrimonial, decorrentes da importância contratual auferida na organização e na preparação de eventos ou concursos públicos sucedidos naquelas ocasiões.

Diferente disso, verifica-se que o instituto da "Perda esperada em crédito de liquidação duvidosa (PECLD) ", sobreveio em razão das inúmeras possibilidades de recuperação dos valores obtidos perante os contratantes, não restando outra alternativa senão caracterizá-la como incobráveis.

Os critérios para o reconhecimento das Perdas Esperadas em Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) foram estabelecidos na Instrução de Serviço (IS) N. º 000003/2021, para atender ao disposto no CPC 48 e na NBC TG 48 e a IFRS 9, que definem os instrumentos financeiros, seus critérios de classificação, mensuração e reconhecimento de perda.

A seguir, listam-se os valores provisionados por escalonamento temporário, cuja insolvabilidade determina que:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	35.920	14.428
Vencidos		
Até 30 dias	4.227	5.520
31 a 60 dias	-	246
61 a 90 dias	-	13
91 a 120 dias	-	-
121 a 150 dias	-	-
151 a 180 dias	355	-
Acima de 180 dias	231	231
Contas a Receber - Bruto	40.733	20.438
PECLD	(231)	(231)
Contas a Receber - Líquido	40.502	20.207

Com referência à movimentação da PECLD, em 31 de dezembro de 2022, revela-se, sinteticamente, que:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	(231)
Adições	-
Reversões	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(231)**

5 ESTOQUES

	31/12/2022	31/12/2021
Almoxarifado	676	707
	676	**707**

Refere-se aos materiais de expediente e de limpeza adquiridos para uso interno ou para aproveitamento na organização e na preparação de eventos ou concursos públicos.

6 ADIANTAMENTO A TERCEIROS

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento a terceiros	1.319	568
	1.319	**568**

São antecipações de valores para aquisição de bens e serviços, cuja comprovação documental se dará oportunamente.

7 IMPOSTOS E TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2022	31/12/2021
INSS a recuperar	2.153	2.294
PIS a recuperar	-	-
COFINS a recuperar	-	-
IRRF a recuperar	-	-
CSLL a recuperar	-	-
ISS a recuperar	-	-
IRRF retido na fonte	129	147
ISS retido na fonte	3.795	2.689
IR s/ Aplicação Financeira	466	466
PCC Retido na Fonte	74	92
	6.617	**5.688**
Circulante	-	2.294
Não circulante	6.617	3.394

Embora este Centro seja possuidor da isenção tributária federal e esteja pleiteando, juridicamente, a imunidade tributária, ainda assim ocorrem retenções tributárias federais e municipais pelos tomadores de serviços em razão do faturamento emitido.

O Cebraspe efetuou a retenção previdenciária (INSS) sobre a gratificação paga aos servidores públicos cedidos da Administração Pública, contribuintes do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) no órgão de origem, nos exercícios anteriores ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, como contribuintes do Regime Geral de Providência Social (RGPS). Com base no art. 14 da Lei 9.637/98, o ocupante de cargo da administração pública autárquica ou fundacional, cedido à organização social, com ônus para origem, amparado por RPPS, é excluído do RGPS, vez que já é contribuinte do RPPS.

Dessa forma, a depender do órgão de fazenda federal, aguarda-se o posicionamento sobre requerimento expedido a fim de usufruir pecuniariamente dos créditos tributários retidos indevidamente. De outra parte, na seara distrital, o ISS resultante de valores depositados judicialmente ou retidos tributariamente pelo contratante, somente será convertido em benefício, caso o instrumento jurídico-processual litigado seja favorável.

8 OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento de Salários	13	14
Adiantamento de Férias	73	132
Adiantamento de 13º Salário	-	-
	86	146

São antecipações de valores pagos aos colaboradores do Centro.

9 DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2022	31/12/2021
Depósito Judicial	182	181
Depósito Judicial - Tributário	38.121	32.868
Depósito Recursal	1.314	1.090
Garantia Contratual	-	4
Bloqueio Judicial	63	7
	39.680	34.150

São valores depositados e anuídos pelo juízo competente a fim de tornar expressa, transitoriamente, na lide processual, a garantia do direito requerido pela parte autora. O reclamado poderá obter o ressarcimento ou indenizar o reclamante, a depender da sentença magistral. Neste ínterim, ocorrem sucessivos desembolsos de natureza jurídica trabalhista, cível e tributária.

Quanto às obrigações, no tocante à matéria tributária, buscou-se suporte na opinião de renomados juristas sobre o tema. A ação movida por este Centro, propõe-se a estabelece-lo como Instituição de Educação, segundo consta o art. 150, VI, "c" da Constituição Federal, já em fase de discussão do mérito, porém é de se dizer que somos qualificados pela Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, contribuinte do ISS.

Por consequência, na atualidade, sem que este Centro desconsidere a exigibilidade no cumprimento de suas obrigações tributárias acessórias e principal, realizou, periodicamente, o recolhimento do imposto sobre o faturamento auferido, por intermédio de depósito judicial em atendimento aos meandros processuais, bem como valendo-se das disposições legais abrangidas no fato gerador do imposto.

Em suma, a prevenção surge em razão de inibir o Fisco local de qualquer procedimento voltado a punir este contribuinte, mediante o lançamento do crédito tributário, visto que o art. 151, IV, do Código Tributário Nacional (CTN), estabelece entre as condições para suspensão do crédito tributário, o depósito do seu montante legal.

10 IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado é composto em função do valor contábil dos bens, ou seja, o custo de aquisição subtraído da depreciação acumulada.

	Taxa - %	31/12/2021	Aquisições	Transferência	Baixas	Depreciação	31/12/2022
Ativo Imobilizado - próprio							
Móveis e utensílios	10%	**305**	**162**	**-**	**-**	**(68)**	**399**
Máquinas e equipamentos	10%	**1.792**	**1.147**	**-**	**-**	**(389)**	**2.550**
Equipamentos de informática	20%	**731**	**1.077**	**-**	**-**	**(387)**	**1.421**
Veículos	10%	**50**	**-**	**-**	**-**	**(26)**	**24**
		2.878	**2.386**	**-**	**-**	**(870)**	**4.394**

O "Ativo imobilizado" são bens tangíveis e intangíveis utilizado nas atividades de expediente, visando expandir os seus benefícios econômicos. Periodicamente, as despesas de depreciação e amortização desses bens são reconhecidas, em virtude do uso funcional, segundo os percentuais previstos na legislação tributária.

11 FORNECEDORES

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores circulante	11.994	4.818
Fornecedores não circulante	1.972	1.625
	13.966	6.443

Aos fornecedores do grupo circulante são determinados os compromissos, de curto prazo, relacionados ao consumo de bens e serviços, voltados à organização e à preparação de eventos ou concursos públicos, como também na manutenção das demais áreas gestoras acerca dos dispêndios laborais e outros custos/despesas previstos orçamentariamente.

Já os fornecedores do grupo não circulante, restringe-se, somente, aquelas obrigações pendentes de pagamento aos terceiros contratados envolvidos na organização e na preparação de eventos ou concursos públicos, os quais não efetivaram o direito de saque no momento oportuno. À vista disso, esta entidade manterá os recursos disponíveis nessa rubrica até que o prestador de serviço solicite a restituição, observados as resoluções prescritivas contidas no Código Civil vigente.

12 SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões trabalhistas	2.507	3.473
	2.507	3.473

São as exigibilidades laborais apropriadas aos colaboradores celetistas e aos servidores requisitados da Administração Pública Federal. Ressalta-se que as remunerações fixadas aos colaboradores celetistas estão em consonância com o acordo coletivo vigente, bem como as demais disposições trabalhistas expressas, previstas orçamentariamente. Ademais são reconhecidas, mensalmente, as estimativas de férias, 13.º salário e seus encargos sociais na proporção de 1/12.

13 OBRIGAÇÕES FISCAIS

	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações fiscais	171	32
	171	32

São as retenções de tributos e encargos sociais incidentes sobre a prestação de serviços contratados e realizados, com o desembolso financeiro em favor dos Órgãos de Administração Pública Tributária competente.

14 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões cíveis	1.844	1.770
Provisões trabalhistas	4.678	6.349
	6.522	8.119
Circulante	513	1.221
Não circulante	6.009	6.898
	6.522	8.119

A constituição de provisões para riscos de natureza cível e trabalhista, agrupadas, continuamente, em curto e longo prazos, decorrem de demandas jurídicas interpostas pelas partes reclamantes em desfavor deste Centro. Para efeito contábil, em cumprimento às disposições contidas no Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) nº 25, as estimativas de gastos são registradas contabilmente nas demonstrações financeiras, visto que a probabilidade dessas ações possuírem sentença adversa é sobremaneira evidente.

Nessa vertente, o referido CPC, reitera, também, que outras demandas judiciais cuja materialidade de ocorrência seja apenas "possível", constará nesta nota, a exceção do registro delas em contabilidade, tanto na esfera cível, quanto na trabalhista, com saldos acumulados até esta data, em R$ 125 mil e R$ 62 mil, respectivamente, em curto prazo. Enquanto que, em logo prazo, os saldos são de R$ 23.822 mil e R$ 989 mil, nessa ordem.

15 CONTRATO FAP/DF

	31/12/2022	31/12/2021
Contrato FAP/DF	-	2.554
	-	2.554

É o contrato celebrado com a Fundação de Apoio à Pesquisa do DF (FAP/DF), órgão supervisor do contrato, responsável pelos repasses financeiros para o cumprimento do plano de trabalho e de metas estabelecidas com o Cebraspe.

Os recursos são controlados de forma segregadas, em contas específicas, com o propósito de dar agilidade e transparência nas movimentações financeiras, bem como atender o órgão supervisor através da prestação de contas.

O contrato findou em 30 de junho de 2022 e teve seu saldo remanescente devolvido ao órgão em julho deste ano.

16 ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento de Clientes – Circulante	22.446	29.862
Adiantamento de Clientes – Não Circulante	6.547	20.845
	28.993	50.707

São as arrecadações das taxas de inscrições expressas nos editais dos concursos públicos e dos eventos proferidos, controlados nessa rubrica, e, posteriormente, demonstradas aos contratantes por meio da prestação de contas e da emissão do documento fiscal subordinado.

Cabe destacar que as obrigações demonstradas nas rubricas "Adiantamento de Clientes" são segregadas em circulante e não circulante para se adequar às Características Qualitativas de Informações Financeiras Úteis exigidas pela NBC TG Estrutura Conceitual.

Essa segregação é necessária para segregar do saldo total de R$ 28.993 mil, o montante de R$ 6.547 mil que tem exigibilidade no longo prazo, isto é, sua exigibilidade se iniciará a partir de 2024, de acordo com os cronogramas de realização dos eventos com os tomadores de serviços.

17 RECEITAS

	31/12/2022	31/12/2021
Receita	222.798	117.856
Serviços Cancelados	(250)	(1.473)
	222.548	116.383

São os ingressos de recursos obtidos na contratação com terceiros, de acordo com a prestação de serviços realizada, na organização e na preparação de eventos ou concursos públicos, em cumprimento aos objetivos estabelecidos no Estatuto Social.

18 CUSTOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de autônomos	(62.623)	(47.763)
Demais custos	(59.979)	(46.026)
Pessoal	(29.751)	(20.972)
Utilidades e serviços	(4.108)	(3.156)
Despesas gerais	(5.933)	(7.888)
	(162.394)	(125.805)
Custos	(122.602)	(93.789)
Despesas Operacionais	(39.792)	(32.016)
	(162.394)	(125.805)

O gasto dispendido, nas rubricas contábeis de custos e despesas, condiz com os compromissos efetivamente incorridos, em atendimento as disposições objetivamente previstas no estatuto vigente. Salienta-se nessa análise, dispêndios com a organização de concursos e eventos e suporte nas atividades "meio" deste Centro, atendidos os preceitos orçamentários anteriormente aprovados.

Cumpre destacar que compreendem na rubrica demais custos, aqueles com materiais de uso e consumo, suprimentos e serviços, aluguel de veículos e equipamentos, serviços prestados por pessoa jurídica e física, diárias e passagens, anúncios e publicações, aluguel de espaço físico, ajuda de custo, frete, seguros, encargos sociais com pessoal, manutenção e reparo, hospedagem, tarifas telefônicas, auxílio transporte, serviços de buffet e outros provenientes da organização dos eventos.

19 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

		31/12/2022
Correção monetária na compensação da Previdência Social de Servidores Cedidos em DCTF-Web e no resgate de Depósito Judicial Trabalhista.	(a)	122
Recuperação de despesas proveniente de devolução dos serviços não prestados pela Tokio Marine Seguradora S.A. Pagamento ocorrido em duplicidade a Rainha Lanchonete e Restaurante e Aluguel de Espaço Físico a maior.	(b)	13
Reversão de baixa de colaboradores autônomos (RPA-ECT), baixa de fornecedores nacionais prescritos, baixa de adiantamento de clientes prescritos e venda de materiais recicláveis, que totalizaram o valor de R$ 234 mil (NT 01/ 02/ 03/ 07/ 08/ 10/ e 11/2022), como também pagamentos a colaboradores autônomos (RPA-ECT) no valor de R$ 1.503 mil.	(c)	1.737
		1.872

Compreendem outras operações auferidas e assumidas por esta entidade, durante este exercício social, apresentadas nestas demonstrações financeiras, a fim de estabelecer conformidade com os pronunciamentos contábeis vigentes, indicando entre os principais fatos contábeis:

a) Correção monetária da Previdência Social Patronal (INSS) recolhido indevidamente sobre a folha dos Servidores da Administração Pública Cedidos ao Centro e compensados na DCTF-Web conforme NT-01/2020;

b) Recuperação de despesas proveniente de devolução do montante pago dos serviços não prestados pela Tokio Marine Seguradora S.A; e Pagamento ocorrido em duplicidade a Rainha Lanchonete e Restaurante e Aluguel de Espaço Físico a maior;

c) Reversão de baixa de colaboradores autônomos (RPA-ECT), baixa de fornecedores nacionais prescritos, baixa de adiantamento de clientes prescritos e venda de materiais recicláveis, que totalizaram o valor de R$ 234 mil (NT 01/ 02/ 03/ 07/ 08/ 10/ e 11/2022), como também pagamentos a colaboradores autônomos (RPA-ECT) no valor de R$ 1.503 mil.

20 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	31/12/2022	31/12/2021
Receita Financeira	8.703	1.581
Despesa Financeira	(1.325)	(1.412)
	7.378	169

As receitas financeiras são os ingressos de recursos provenientes dos juros, descontos obtidos e atualização monetária prefixada, oriundas de aplicações financeiras, dentre outras.

As despesas financeiras incorridas constituem-se dos encargos com juros incidentes sobre gastos operacionais pagos involuntariamente, bem como os juros provenientes de empréstimos bancários, despesas bancárias, os tributos deduzidos sobre rendimentos de aplicações financeiras, entre outros assumidos por esta Organização.

Adriana Rigon Weska
Diretora-Geral
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e
Seleção e de Promoção de Eventos – Cebraspe

Rodrigo Souza Martins
Contador CRC/DF n. º 027.939/O-2

Varejo Grife para pets

Reserva e Petlove se associam em marca de roupas para cães

Com 100 itens, 'Reserva pra Cachorro' terá foco em público das classes A e B; consultor vê pioneirismo na ação

MÁRCIA DE CHIARA

A marca de vestuário Reserva e a Petlove, varejista de itens para animais de estimação, decidiram criar uma nova categoria de produto no mercado de consumo: moda com grife para pets. Os dois grupos, que faturaram no ano passado mais de R$ 1 bilhão cada um, se uniram para lançar inicialmente 100 itens para cães.

A nova marca "Reserva pra Cachorro" vai batizar roupas e acessórios. Uma capa de chuva, por exemplo, custará R$ 259; gravatas e bandanas não vão sair por menos de R$ 89; brinquedos, acima de R$ 79; coleiras, mais de R$ 99. São produtos para o público das classes A e B, o mesmo que já compra artigos de vestuário da Reserva. Ainda neste ano, a parceria prevê linhas de itens também para gatos.

"O mercado de lifestyle para pets está só no começo, vai crescer muito", prevê a CEO da Petlove, Talita Lacerda. Na sua avaliação, há uma grande carência na oferta de itens de qualidade e com estilo para os pets.

ALEX SILVA/ESTADÃO

Talita Lacerda, CEO da Petlove; mercado 'está só no começo'

No ano passado, as vendas de produtos e serviços para animais de estimação atingiram R$ 60 bilhões no País, com alta de 16,4%, segundo o Instituto Pet Brasil. Como comparação, o segmento de artigos de moda para pessoas de todas as classes sociais gira anualmente R$ 110 bilhões, observa Rony Meisler, CEO da Reserva.

Na jornada de consumo de itens para pets, a ração ocupa o primeiro lugar, seguida por cuidados médicos e itens discricionários, diz Talita. Ela observa que levantamentos mostram que as compras não estão relacionadas com a classe social do tutor, mas com o local onde o pet dorme. Animais que dormem na cama do tutor são alvo de gasto maior do que os que ficam no quintal, explica.

'MEMBROS DA FAMÍLIA'. A Reserva já tem itens de moda masculina, feminina e infantil. A decisão de entrar no novo segmento foi tomada pela companhia após conversas com consumidores que deixaram clara a demanda não atendida por produtos de grife para pets, conta Meisler. "A família contemporânea é cada vez mais multi espécie: vou comprar uma roupa para o meu filho, para a minha filha e para o meu outro filho, que é um pet", diz o executivo.

Ambos os executivos não revelam quanto foi investido no projeto nem as metas de venda. Num primeiro momento, os itens serão oferecidos nas lojas físicas e virtuais da Reserva e da Petlove. No futuro, Meisler não descarta a possibilidade de ter um site e uma loja física específica para a venda desses produtos. "Sonhamos com todas as possibilidades.".

O consultor de varejo e sócio da Mixxer Desenvolvimento Empresarial, Eugênio Foganholo, diz que o risco de insucesso nessa investida é mínimo. "Cada vez mais, os pets são considerados membros da família, e boa parte dos tutores são muito generosos quando abrem a carteira com os animais de estimação", afirma o consultor.

Cifras

Em 2022, as vendas de produtos e serviços para animais de estimação atingiram R$ 60 bilhões

Além disso, a iniciativa, segundo Foganholo, complementa a oferta de produtos para os animais de estimação. Alimentos, produtos de higiene, medicamentos são segmentos muito explorados. Já em moda com grife para pets ninguém estava atuando. "Eles serão os pioneiros." ●

AVISO DE SUSPENSÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 072/2023**.

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS PARA A SELEÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HEMODIÁLISE À BEIRA DO LEITO, PARA REALIZAÇÃO DE SESSÕES DE HEMODIÁLISE AOS PACIENTES RENAIS AGUDOS E/OU CRÔNICOS AGUDIZADOS, INTERNADOS NOS HOSPITAIS, COMPREENDENDO: FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS NECESSÁRIOS EM REGIME DE COMODATO, INSUMOS, MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES E RECURSOS HUMANOS, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORTALEZA – SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

DO TIPO: MENOR PREÇO.

DO REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados que, por ausência de tempo hábil para resposta de esclarecimento e decisão de impugnação, o processo em epígrafe foi SUSPENSO. Maiores informações através do email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone: **(85) 3452.3477 |CLFOR.**

Fortaleza – CE, 24 de março de 2023.
CARLOS HENRIQUE ROCHA ALMEIDA
Pregoeiro(a) da CLFOR

Investimentos Bemge S.A.

CNPJ 01.548.981/0001-79 Companhia Aberta NIRE 35300315472

Edital de Convocação
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Os Senhores Acionistas da INVESTIMENTOS BEMGE S.A., conforme obrigação prevista pela Lei das Sociedades Anônimas, são convidados pelo Conselho de Administração a participarem de Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 28.04.2023, às 11:00 horas, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, 1º andar, em São Paulo (SP), a fim de: **1.** Tomar conhecimento dos Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes e examinar, para deliberação, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2022; **2.** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a ratificação de dividendos extraordinários pagos durante o exercício de 2022; **3.** Deliberar sobre o montante da verba destinada à remuneração global dos integrantes da Diretoria e do Conselho de Administração. A descrição consolidada das matérias propostas bem como suas justificativas constam do Manual da Assembleia. Os documentos a serem analisados na Assembleia encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Para exercer seus direitos, os acionistas que desejarem comparecer à Assembleia, embora não recomendado, deverão portar seu documento de identidade. Os Acionistas podem ser representados na Assembleia por procurador, nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, desde que o procurador esteja com seu documento de identidade e os documentos listados abaixo comprovando a validade de sua procuração (solicitamos que documentos produzidos no exterior sejam consularizados ou apostilados e acompanhados da respectiva tradução juramentada). Esclarecemos que o representante do Acionista Pessoa Jurídica não precisará ser acionista, administrador da Companhia ou advogado. **a)** Pessoas Jurídicas no Brasil: cópia autenticada do contrato/estatuto social da pessoa jurídica representada, comprovante de eleição dos administradores e a correspondente procuração, com firma reconhecida em cartório; e **b)** Pessoas Físicas no Brasil: procuração com firma reconhecida em cartório. Objetivando facilitar os trabalhos na Assembleia, a Companhia sugere que os Acionistas representados por procuradores enviem, até o dia 26.04.2023, às 11h horas, cópia dos documentos acima elencados para o e-mail drinvest@itau-unibanco.com.br. Os acionistas também podem participar da Assembleia por meio do boletim de voto à distância, nos termos da Resolução CVM 80/22, conforme alterada, a ser enviado **(i)** diretamente à Companhia, **(ii)** aos seus respectivos agentes de custódia, caso as ações estejam depositadas em depositário central, ou **(iii)** à Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira contratada pela Companhia para prestação dos serviços de escrituração, conforme procedimentos descritos neste Manual da Assembleia. No intuito de organizar o acesso aos Acionistas na Assembleia, informamos que seu ingresso será permitido a partir das 10h. São Paulo (SP), 24 de março de 2023. (a) Renato Lulia Jacob - Diretor de Relações com Investidores. (27/28/29)

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO ELETRÔNICA N.º 059/2023 – CSL/EMSERH

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 137.649/2022 – EMSERH

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de telefonia Móvel (Serviços Móvel Pessoal – SMP), para comunicação de voz e dados, via rede móvel disponível nacionalmente com tecnologia digital, na modalidade tipo Plano Corporativo Pós – pago, com fornecimento de SIM – CARDS, aparelhos telefônicos celulares, modem USB e acessórios, sob a forma de comodato, com execução mediante o regime de empreitada por preço global, para atender às necessidades da EMSERH.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA DA SESSÃO: 24/04/2023, às 15h00min, horário de Brasília.

Local de Realização: Sistema Licitações-e (www.licitacoes-e.com.br.)

Edital e demais informações estão disponíveis em **www.emserh.ma.gov.br** e **www.licitacoes-e.com.br.**

Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH localizada, na Av. Borborema, Qd-16, n° 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA no horário de 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min de segunda a sexta, pelos e-mails **csl.emserh.ma@gmail.com** e/ou **vinicius.licitacao.emserh@gmail.com** ou pelo **Telefone (98) 3235-7333.**

São Luís (MA), 22 de março de 2023.

Vinicius Boueres Diogo Fontes
Agente de Licitação da CSL/EMSERH
Mat. n° 3.844

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 063/2023 - CSL/EMSERH

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 127.729/2022 – EMSERH

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE **SERVIÇOS LABORATORIAIS EM ANÁLISES CLÍNICAS** PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO **HOSPITAL GERAL DE BARREIRINHAS, HOSPITAL DE MORROS E HOSPITAL JOSÉ FERREIRA DOS REIS.**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA DA SESSÃO: 24/04/2023, às 15h00min, horário de Brasília.

Local de Realização: Sistema Licitações-e (www.licitacoes-e.com.br.)

Edital e demais informações estão disponíveis em www.emserh.ma.gov.br e **www.licitacoes-e.com.br.**

Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH localizada, na Av. Borborema, Qd-16, n° 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA no horário de 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min de segunda à sexta, pelos e-mails **csl@emserh.ma.gov.br;** e/ou **fernando.cslemserh@gmail.com** ou pelo Telefone (98) 3235-7333.

São Luís (MA), 22 de março de 2023.

Fernando Wlysses Filgueira da Conceição
Agente de Licitação da CSL/EMSERH
Matrícula n° 12.557

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 4/2023

PROTOCOLO: 20.032.466-8

OBJETO: Recebimento de propostas de manifestação de interesse em ofertar ao Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, o empréstimo gratuito (Comodato) de área, em imóveis, a serem utilizados para instalação de equipamentos de radiocomunicação referente à sítio de repetição VHF completo.

INTERESSADO: POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

Apresentação das Propostas: até 23h59 do dia 11/05/2023

O edital encontra-se à disposição no portal www.comprasparana.pr.gov.br ícone LICITAÇÕES DO PODER EXECUTIVO (CRE nº 4/2023) SESP, **27/03/2023**

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PARA O GRUPO 1

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 062/2023**.

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SME

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE ARTES MARCIAIS PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO NA ACADEMIA DO PROFESSOR DARCY RIBEIRO, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DESCRITOS NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

DO TIPO: MENOR PREÇO.

FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que o GRUPO 1 foi declarado FRACASSADO (cancelado no julgamento por ausência de licitantes classificados). Maiores informações através do email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone: **(85) 3452-3483.**

Fortaleza – CE, 27 de março de 2023.
ANDRÉ AUGUSTO FORTE MARTINS GENTILIN
Pregoeiro(a) da CLFOR

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 111/2023**.

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - **SMS.**

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE SOLUÇÃO DE ANTIVÍRUS CORPORATIVO COM EDR (ENDPOINT DETECTION AND RESPONSE), COM CONSOLE CENTRALIZADA DE GERENCIAMENTO, INCLUINDO TREINAMENTO, SUPORTE E ATUALIZAÇÕES PARA O PLENO FUNCIONAMENTO DA SOLUÇÃO NO PARQUE TECNOLÓGICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA - SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

DO TIPO: MENOR PREÇO.

DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 27 de março de 2023 a 11 de abril de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 11 de abril de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 11 de abril de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477|CLFOR.**

Fortaleza – CE, 24 de março de 2023.
JOSÉ JESUS LÉDIO DE ALENCAR
Pregoeiro(a) da CLFOR

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 112/2023**.

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – SEPOG.

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE EDITAL A AQUISIÇÃO DE PLATAFORMA DE INTELIGÊNCIA DE NEGÓCIOS (BUSINESS INTELLIGENCE) MICROSOFT POWER BI, INCLUINDO SUBSCRIÇÕES, SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO PARA O SOFTWARE E OUTROS ITENS QUE COMPÕEM ESSA CONTRATAÇÃO, TAIS COMO: SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, CONFORME QUADRO DEMONSTRATIVO E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, DETALHAMENTOS E CONCEITOS APRESENTADOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

DO TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.

DA FORMA DE FORNECIMENTO: SOB DEMANDA.

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 27 de março de 2023 a 11 de abril de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 11 de abril de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 11 de abril de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477|CLFOR.**

Fortaleza – CE, 24 de março de 2023.
JOÃO MATHEUS CARNEIRO BEZERRA
Pregoeiro(a) da CLFOR

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 113/2023**.

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SME.

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ABSORVENTES HIGIÊNICOS PARA ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE FORTALEZA DO ANO DE 2023, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

DO TIPO: MENOR PREÇO.

DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA, nos termos do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Art. 3º - O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses: II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa.

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 27 de março de 2023 a 11 de abril de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 11 de abril de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 11 de abril de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477|CLFOR.**

Fortaleza – CE, 24 de março de 2023.
ROMERO RAMONY HOLANDA LIMA MARINHO
Pregoeiro(a) da CLFOR

Varejo Aposta no recall

Modess volta às prateleiras depois de 15 anos fora do mercado no País

Brasileira Ever Green relança marca que foi da Johnson & Johnson e é sinônimo de absorvente; plano é ter 10% do segmento

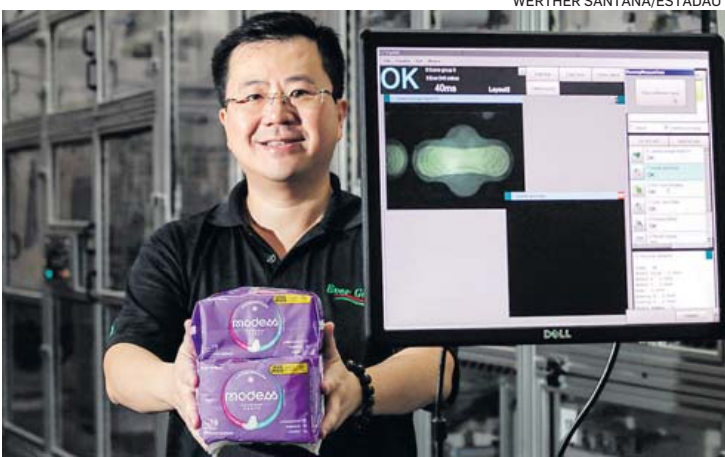
MÁRCIA DE CHIARA

A quase centenária marca Modess, sinônimo de absorvente higiênico e primeiro descartável do item produzido no País, está de volta. A Ever Green, fabricante nacional de produtos de cuidados pessoais, relançou a marca em todo o território nacional. Modess vai batizar a linha de absorventes premium da companhia, que já tem produtos de linha econômica e de preço intermediário com as marcas Definity e Naturalmente, respectivamente.

A marca Modess volta depois de 15 anos fora do mercado. Originalmente, o nome era da multinacional Johnson & Johnson. A Ever Green não detalha como passou a ter domínio da marca. A área jurídica da companhia limita-se a informar que, em 2019, solicitou o registro ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). No ano passado, Modess foi concedida à empresa, que passou a ter o direito de uso exclusivo no País.

Na prática, o retorno ocorre pela via jurídica da caducidade, usada também por outras empresas para obter o domínio de marcas icônicas. No ano passado, esse movimento ocorreu, por exemplo, com o sabonete Gessy. A marca era da multinacional Unilever, e voltou ao mercado, após um período inativa, pelas mãos da brasileira Clariq.

De acordo com a Lei de Propriedade Industrial (9.279/1996), depois de registrada a marca tem até cinco anos para ser colocada em uso. Passado esse período, precisa ser usada ininterruptamente. Se não for usada por cinco anos, poderá ser alvo de processo de caducidade.

WERTHER SANTANA/ESTADÃO

Hong, novo dono da Modess, quer marca na liderança do segmento

Procurada, a Johnson & Johnson informou, por meio de nota que "não possui a marca Modess em seu portfólio e, atualmente, atua no mercado com a marca Sempre Livre".

RECALL. Apesar de estar fora do mercado desde 2008, a marca Modess resiste na memória das brasileiras. Pesquisa feita pela Ever Green mostrou que ela ocupa a quarta posição na lembrança das consumidoras, atrás dos concorrentes Sempre Livre, Always (da Procter & Gamble) e Intimus (da Kimberly-Clark).

"O recall de Modess é impressionante, existe uma lembrança afetiva muito forte entre as mulheres com mais de 30 anos", diz o CEO da Ever Green, Amauri Hong.

Ele diz que a meta da companhia é, em dois anos, ter 10% do mercado de absorventes higiênicos com a Modess e as duas marcas da empresa que já estão no mercado. O objetivo é que a Modess seja a número um entre as marcas de fabricantes nacionais. A venda de absorventes no País gira R$ 4 bilhões por ano.

Para concretizar o plano, a empresa – que também fabrica fralda infantil e geriátrica e lenço umedecido – vai investir R$ 35 milhões até 2025 na ampliação da capacidade de produção e capacitação. A marca Modess vai absorver um terço dos recursos.

Hong não revela o faturamento atual da empresa familiar, que está há 36 anos no mercado. As três fábricas da companhia – duas instaladas em São Bernardo do Campo, no ABC paulista, e uma em Maracanaú (CE) – têm capacidade total de produção de 200 milhões de tiras por mês, de todos os itens que a empresa produz. Segundo o executivo, a meta é que a receita da empresa atinja R$ 500 milhões até 2025 e que a marca Modess responda por 20% dessa cifra. "Nosso plano é ambicioso." ●

CLARICE COUTO,
ISADORA DUARTE,
SANDY OLIVEIRA e GABRIELA BRUMATTI
EMAIL:
COLUNA.BROADCASTAGRO@ESTADAO.COM

Coluna do Broadcast Agro

Mercado vê espaço para seguro agrícola voltar a crescer 30% em 2023

O mercado de seguro agrícola brasileiro, que em 2022 cresceu mais de 30% e chegou a R$ 6,3 bilhões pagos em apólices (prêmios), poderá se expandir na mesma proporção em 2023, avalia Joaquim Neto, presidente da Comissão de Seguro Rural da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg). As contratações tendem a aumentar com um possível El Niño, fenômeno climático que pode trazer mais chuvas ao Centro-Sul e fazer com que um número maior de produtores da região busque proteção contra perdas no campo. "Queremos crer que os governos estaduais e federal manterão ou ampliarão programas de subvenção de seguros", diz Neto, lembrando que seguradoras pagaram R$ 8,8 bilhões em indenizações em 2022, mais do que ganharam em prêmios.

PLANTIO PROTEGIDO

IVAN AMORIN/ESTADÃO-9/2/2022

Seguro para lavouras, como a de soja, deve sustentar alta de 2 dígitos de toda a categoria rural em 2023, projeta a Fenseg

Duas últimas safras tiveram perdas

Nos últimos dois anos, o seguro agrícola não foi bom negócio para as empresas. Elas desembolsaram mais com indenizações do que receberam em apólices. Em 2022, os sinistros equivaleram a 140,23% dos prêmios; em 2021, a 110,9%. "O saudável é 60%. É possível", afirma Neto.

Centro-Oeste é o caminho para crescer

Para compensar os desembolsos mais frequentes no Sul, as empresas buscarão avançar no Centro-Oeste, onde estão grandes produtores e pedidos de indenização costumam ser menores. Neto diz que o agro brasileiro segue atraindo novos players. Hoje 15 trabalham com seguro agrícola e há mais 3 para ingressar no segmento.

● **MADE IN BRAZIL.** O Ministério da Agricultura vai promover produtos do agro brasileiro nos mercados já conquistados. Conforme dados da pasta, de 236 mercados abertos de 2019 a 2022, mais de 100 ainda não compraram do Brasil os produtos autorizados. "A maioria são pequenos; em outros o item autorizado sequer é produzido aqui", diz uma fonte. "Queremos efetividade. Menos número e mais relevância, como carne bovina para o México." A ideia é também ampliar a participação de cooperativas na exportação de artigos de maior valor agregado e sob medida.

● **DO BOVINO AO SUÍNO.** A Masterboi, tradicionalmente uma processadora de carne bovina, começa a operar com carne suína. A produção começou em janeiro, na planta de Canhotinho (PE), de onde vai atender o Nordeste. Marcio Rodrigues, diretor de comércio exterior, diz que a companhia abate mil animais por dia, mas que pode chegar a 10 mil/dia. "Estudamos a possibilidade de exportar, mas neste primeiro momento o foco é a demanda interna", diz.

● **NO AGUARDO.** Integrante da comitiva do agronegócio à China, organizada pelo Ministério da Agricultura, Rodrigues foi em busca de novos acordos para a Masterboi. Uma das prioridades é retomar os embarques aos chineses a partir da unidade de São Geraldo do Araguaia (PA), paralisados desde abril de 2022. "Acreditamos estar próximos do fim da suspensão." Além da companhia, só a BRF em Lucas do Rio Verde (MT) segue sem autorização para exportar aos chineses.

● **MARTELO BATIDO.** A plataforma de leilões online Superbid Exchange projeta crescimento de 13% a 15% nas vendas de produtos agrícolas neste ano. Em 2022, o sistema negociou mais de 2,8 mil itens do setor, como tratores, colhedoras e pulverizadores, crescimento de 46% ante 2021. Para Marcelo Bartolomei Pinheiro, diretor técnico da área de Agronegócio, fatores econômicos e a crise externa impulsionaram a procura por máquinas e peças usadas. "O tíquete médio das ofertas na categoria subiu 63% de 2020 para 2022", diz.

● **PASSO LARGO.** A Forseed, marca de tecnologia da gigante chinesa LongPing High-Tech, aumentou em 25% as vendas na safra 2022/23 e prevê superar o índice no ciclo 2023/24. A aposta está nos grãos híbridos de sorgo e milho. Fabiano Romero, gerente nacional de marketing, destaca que o crescimento no último ano superou o de mercado, de 10% a 15%, com a conquista de mais clientes e o crescimento em volume e receita. Na segunda safra de milho de 2022, o incremento nas vendas foi de 30%.

GIRO

Mistura B12 pode acirrar disputa por óleo de soja

EPITÁCIO PESSOA/ESTADÃO-4/12/2013

A mistura de 12% de biodiesel ao diesel começa a valer em 1.º de abril e pode aumentar a concorrência por óleo de soja, matéria-prima do biocombustível. O Itaú BBA diz que o País talvez tenha que reduzir o volume exportado para garantir o maior porcentual. A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais garante que haverá soja suficiente.

VEM AÍ

Setor de máquinas medirá demanda em Rio Verde (GO)

TECNOSHOW COMIGO

O cenário de demanda de máquinas agrícolas em Goiás ficará mais claro após a Tecnoshow Comigo, feira que começa hoje, em Rio Verde. O evento é termômetro para as vendas do setor. O ano passado foi positivo, diz Antonio Chavaglia, presidente do Conselho da Comigo, mas em 2023 os juros altos podem limitar as compras de produtores.

BROADCAST MERCADOS

VALORES DE MERCADO REFERENTES AO PREGÃO DE 24/03/2023

Ibovespa: 98.829,27 PTS. | Dia 0,92% | Mês -5,82% | Ano -9,94%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
BRF SA ON NM	6,18	11,35	24.065
YDUQS PART ON NM	7,23	10,38	18.149
HAPVIDA ON NM	2,25	8,70	36.996

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

COGNA ON ON NM	1,85	-8,87	31.613
LOCAWEB ON NM	4,70	-8,02	24.196
ASSAI ON NM	14,95	-1,97	47.859

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

21/3 A 21/4	0,2089	1,0406	0,7099	0,5000
22/3 A 22/4	0,1712	0,9926	0,6721	0,5000
23/3 A 23/4	0,1454	0,9466	0,6461	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	32.237,53	0,41	-1,28	-2,74
FRANKFURT - DAX	14.957,23	-1,66	-2,65	7,42
LONDRES - FTSE	7.405,45	-1,26	-5,98	-0,62
TÓQUIO - NIKKEI	27.385,25	-0,13	-0,22	4,95

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	5,83	2.883,94
	15/5/2035	6,19	1.971,93
JUROS SEMESTRAIS	15/8/2032	5,99	4.110,35
PREFIXADO	1º/1/2026	12,05	729,68
	1º/1/2029	12,89	498,24
SELIC	1º/3/2026	0,09	12.970,11

(*)TÍTULOS A VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Janeiro	Fevereiro	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,46	0,77	1,23	5,47
IGP-M (FGV)	0,21	-0,06	0,15	1,86
IGP-DI (FGV)	0,06	0,04	0,09	1,53
IPC (FIPE)	0,63	0,43	1,06	6,70
IPCA (IBGE)	0,53	0,84	1,37	5,60
CUB (Sinduscon)	-0,07	0,00	-0,06	8,31
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,28	0,34	0,62	4,82

Índices de reajuste do aluguel (Março)

IGP-M (FGV)	1,0186	IPCA (IBGE)	1,0560
IGP-DI (FGV)	1,0153	INPC (IBGE)	1,0547
IPC-FIPE	1,0670	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (MARÇO)

Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.302,00	7,5%
DE R$ 1.302,01 ATÉ R$ 2.571,29	9%
DE R$ 2.571,30 ATÉ R$ 3.856,94	12%
DE R$ 3.856,95 ATÉ R$ 7.507,49	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.302,00 A 7.507,49	20%	DE 260,40 A 1.501,49

VENCIMENTO 7/4. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC.

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/31)	13,65	0,00	0,00	0,00
CDI	13,65	0,00	0,00	0,00

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.	C. Abe.	Min.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	MAI/23	20,82	352.552	20,65	20,99	-0,34
CAFÉ NY*	JUL/23	178,30	46.331	171,85	178,8	2,80
SOJA CBOT**	MAI/23	14,28	293.164	14,05	14,32	0,62
MILHO CBOT**	JUL/23	6,23	367.624	6,075	6,243	2,01

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	145,86	-1,80	-24,18
BOI Cepea/esalq, R$/@	298,80	5,90	-15,13
MILHO Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	84,18	0,27	-15,14
CAFÉ Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1122,44	22,17	-10,90

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,2511	-0,74	0,50	-0,55
DÓLAR TURISMO	5,4560	-0,60	0,61	-0,47
EURO	5,6510	-1,46	2,15	0,25
OURO	329,600	-1,17	8,42	9,14
WTI US$/BARRIL	69,1700	-0,37	-10,01	-14,06
IBRENTUS$/BARRIL	74,4900	-0,99	-10,32	-13,33

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,000	1,0762	1,2231	0,1905
EURO	0,929	1,0000	1,1366	0,1770
FRANCO SUÍÇO	0,920	0,9897	1,1247	0,1752
LIBRA ESTERLINA	0,818	0,8799	1,0000	0,1557
IENE	130,756	140,7130	159,9250	24,9070

AS MOEDAS NA VERTICAL:VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IDC

Negócios, tendências e mercado. Um dia dedicado ao futuro da publicidade.

30/03
09h às 18h
–
Teatro B32
São Paulo

O **CenpHub** trará debates abertos sobre o **"Impacto e Valor da Publicidade"** num fórum que reunirá lideranças e profissionais do mercado.

Confira alguns dos temas que serão abordados:

- O novo pacto de valor: a agenda da transformação
- A gestão do marketing em tempos de incerteza
- A força da autorregulação
- A publicidade como motor da economia criativa
- Novas dinâmicas de criação e consumo de mídia
- Negócios, sustentabilidade e confiança.

↘
Acesse **cenphub**.com.br e confira a programação completa.

Apoio Master

SAMSUNG Ads

Apoio Institucional

Apoio de Mídia

meio&mensagem
PROPMARK

Produção

Realização

Mercado financeiro Reserva de valor

Quebra de bancos nos EUA reacende debate sobre investimento em bitcoin

Com valorização de quase 30% desde a falência do SVB, criptomoeda passou a ser vista como opção de 'seguro' contra efeito de crises; mas tese ainda divide especialistas

JENNE ANDRADE

No contexto da crise internacional e da descrença no sistema financeiro tradicional em meados de 2008, nasceu o bitcoin (BTC). À época, o mundo lidava com as consequências da "crise do subprime" – o estouro de uma bolha imobiliária nos EUA que levou à derrocada do mercado financeiro em âmbito global.

O sistema descentralizado (sem um banco central conduzindo a política monetária) do bitcoin surgia como uma alternativa. A criptomoeda já nasceu com a previsão de um volume limitado em 21 milhões, diferentemente das moedas tradicionais, cujos bancos centrais podem expandir a base monetária e gerar inflação. Na prática, o sobe e desce no preço do bitcoin é determinado puramente por uma equação de oferta e demanda no mercado.

Nessa toada, a nova crise bancária realimentou no mercado uma discussão sobre se o bitcoin poderia servir como refúgio em tempos de crise. O ativo digital saltou 29,5% de 10 de março até a última terça-feira (21), aos US$ 28,1 mil (R$ 147,9 mil, na conversão atual). O recorte de tempo não foi escolhido aleatoriamente: a segunda sexta-feira do mês marcou a falência do Silicon Valley Bank (SVB), banco de startups de tecnologia do Vale do Silício e 16.ª maior instituição financeira dos EUA.

KIN CHEUNG/AP

Publicidade do bitcoin em rua de Hong Kong; especialistas se dividem sobre valorização da moeda

Depois do SVB, outras instituições financeiras tiveram o mesmo destino ou entraram em crise. Foi o caso do Signature Bank, também dos EUA, e do gigante Credit Suisse – que entrou em colapso na semana passada e foi socorrido às pressas pelas autoridades suíças por meio de operação que forçou sua venda ao concorrente UBS.

> **Variação**
> **A cotação do bitcoin chegou a US$ 28,1 mil na semana, na esteira da quebra de bancos nos EUA**

Os especialistas, no entanto, divergem sobre o fato de a maior criptomoeda ser uma alternativa à atual crise bancária, ou seja, um ativo de proteção.

'INVERNO CRIPTO'. A tese de que o bitcoin seria uma reserva de valor como o ouro ou o dólar já foi questionada no ano passado, quando o "inverno cripto" começou. O BTC terminou 2022 no campo negativo (-66,43%, segundo dados levantados pelo Trademap), bem mais do que as Bolsas americanas – Dow Jones com queda de 8,93%, ante 33,41% da Nasdaq e 19,5% do índice S&P 500.

Para Vinicius Bazan, head de criptoativos da Empiricus Research, o bitcoin é uma espécie de ouro digital, já que não sofre impactos das políticas monetárias praticadas pelos governos.

Com a atual crise bancária, na visão de Bazan, a tese do bitcoin como principal alternativa ao sistema financeiro tradicional sai fortalecida. Ele frisa que o BTC se valorizou muito mais do que outras criptomoedas após a falência do banco SVB. "Isso mostra que o mercado quer comprar bitcoin, não outras moedas", diz o especialista, que recomenda a alocação de até 5% da carteira em criptos. "Existe uma injeção de liquidez no mundo para salvar os bancos. E liquidez joga a favor de ativos de risco, como o bitcoin e as ações."

Por outro lado, há quem veja nessa guinada do BTC mais especulação do que concretude. Isac Costa, professor de pós-graduação em Direito do Ibmec, afirma que faltam elementos para que a tese do bitcoin como reserva de valor seja chancelada.

"O ouro tem sido testado há anos como reserva de valor. A volatilidade do bitcoin e sua curta vida fazem com que os economistas discordem da tese de investimento como proteção contra efemérides financeiras", diz Costa.

O professor ressalta que o investidor só deve colocar no mercado cripto a quantia que aceita perder na totalidade. "É um mercado que ainda tem muito a provar sobre sua capacidade de financiar empresas e projetos. Por ora, ainda é dominado por ondas especulativas que o aproximam de um mercado de apostas, infelizmente", afirma Costa.

Para Bazan, da Empiricus, porém, o bitcoin estaria deixando para trás o "bear market" (mercado de baixa) que se instalou no ano passado para entrar em um "bull market" (mercado de alta). "A cripto deve se valorizar tanto num cenário de crise, como agora, quanto em um cenário de melhora econômica nos próximos anos." Enquanto isso, o mercado aguarda as confirmações. ●

Gustavo Kuerten

‘Todo esporte tem lógica financeira’

O ídolo do tênis abre sua carteira e conta como suporte financeiro foi importante para ganhar Roland Garros

ENTREVISTA

Sócio da Genial Investimentos, tem negócios nos ramos de imóveis e franquias e aportes em startups

WLADIMIR D’ANDRADE

A simplicidade com que Gustavo Kuerten conquistou o mundo nas comemorações dos títulos de Roland Garros, um dos quatro torneios que compõem o principal circuito do tênis mundial, ele leva também para o trato com o dinheiro.

Assim, o multicampeão que já chegou ao posto de número 1 do mundo não tem vergonha de contar que tem um perfil conservador. Ele relata que depende de uma rede de apoio, que inclui seu assessor de investimentos para decidir onde alocar seus recursos, e não mede esforços para defender a educação financeira no Brasil.

Guga reconhece que uma boa gestão do dinheiro desde a época juvenil deu suporte para ele se dedicar ao que sabia fazer de melhor: jogar tênis. E deseja que essa consciência faça parte da vida profissional de jovens atletas e da população brasileira como um todo.

Nesta entrevista, ele relembra os primórdios, quando todo o dinheiro que ganhava com o esporte era “contadinho” e reinvestido inteiramente no desenvolvimento da sua carreira. Até que, aos poucos, o patrimônio cresceu e virou o conglomerado Grupo Guga Kuerten, que engloba imóveis, franquias de escola de tênis, investimentos em startups, energias renováveis e posições no mercado financeiro.

Como você começou a investir no mercado financeiro?
A maioria das pessoas entra sem saber direito o que está fazendo, e o meu caso não foi diferente disso. No começo do meu projeto com o tênis, o dinheiro era contadinho, até os centavos. Eu precisava fazer escolhas. Vamos ficar num hotel ou em casa de família? Vamos apostar nesse torneio ou no outro? Tudo era registrado em planilhas, com preço da latinha de bola, com o par de tênis que eu devia trocar a cada dois meses, tudo no pé da letra. Aprendi a valorizar o dinheiro em todos os momentos da vida. E isso significa se envolver, de alguma forma, com o mercado financeiro.

NACHO DOCE/REUTERS

Guga se define como investidor ‘conservador para moderadinho’

“Nesses ciclos de altas e de baixas, o investidor conservador vai estar sempre brilhando”

O suporte financeiro foi determinante para você vencer Roland Garros?
Qualquer esporte profissional tem uma lógica de organização financeira. Por isso, o atleta precisa ser assistido, porque ele já tem muita coisa para fazer numa profissão que envolve alto risco de dar tudo errado. O nosso projeto funcionou muito bem com o envolvimento da família, e isso me deu base para chegar pronto em 1997 para vencer o Roland Garros pela primeira vez. Estava surfando esses dias na Praia da Joaquina com um menino daqui de Florianópolis que passou para a divisão que fica logo abaixo do WCT (principal categoria do surf mundial). Ele falou que precisava de ajuda na parte financeira e estava perdido nesse assunto. E é o que acontece. Como é que ele vai cuidar dos contratos, onde ele vai investir, como vai construir um patrimônio, onde pode e onde não deve arriscar em meio a treinos e competições? Um menino desse, de 19 anos, vai performar por mais 20 anos se montar uma boa equipe em torno dele, e com uma estrutura bacana que cuide de tudo que ele necessita.

Você se considera um investidor conservador, moderado ou arrojado?
Sou conservador para moderadinho, ali de cutuco (*risos*). Nesses ciclos de altas e de baixas, o conservador vai estar sempre brilhando. Fazendo um paralelo entre o esporte e as finanças, a lógica de um atleta de alto desempenho vai no sentido de querer arriscar mais. Mas ele tem de aprender a controlar toda essa vontade porque as armadilhas também estão presentes. Por isso, ele precisa se cercar de pessoas que estão preparadas. Isso também se aplica ao dinheiro e, hoje, temos opções de encher o balde (no mercado financeiro). O mais difícil é dar o primeiro passo, sair da lógica de que não sobra nada. Mas se cuidar direitinho, se organizar a vida, depois de um tempo começa a sobrar um pouquinho. E aí vai investindo aqui, lá e o bolo vai crescendo. Por isso que meu principal conselho é esse: cuida. Se conseguiu fazer um bolo, cuida bem dele. Esse modo de pensar cai bem no perfil conservador.

O que tem na sua carteira de investimentos?
Na minha carteira, tem 70% de renda fixa. O grupo tem uma parte imobiliária grande e agora estamos iniciando um projeto bem bacana com energia sustentável, criando usinas. As franquias de escolinhas de tênis estão bastante consolidadas. Tenho investimentos até em startups por meio de um fundo.

O que você pensa sobre criptoativos?
Eles fazem parte de um processo natural (*de evolução do mercado financeiro*) que vai acontecer em algum momento. Chegamos a nos aventurar em um projeto, e foi interessante montar máquinas nos Estados Unidos para minerar. Hoje, esse projeto não existe mais. Se tivéssemos o parceiro adequado na época, continuaríamos. ●

Antonio Penteado Mendonça

Um plano para o mercado de seguros

O setor de seguros, através de suas reservas, detém um quarto dos títulos da dívida pública federal. Isso faz dele o maior financiador do governo, mas essa percepção não é clara, nem para a população nem para o governo.

Normalmente, as notícias sobre o setor enfatizam o seu faturamento, próximo a meio trilhão de reais, incluindo os planos de saúde privados, e de R$ 300 bilhões, sem os planos de saúde privados. São números impressionantes, mas para o consumidor eles não dizem muita coisa, além de passarem a impressão de que as seguradoras ganham muito dinheiro.

Pouca gente sabe que em 2022 o setor, sem contar as indenizações de saúde e o DPVAT (seguro obrigatório de veículos), devolveu para a sociedade quase R$ 220 bilhões entre indenizações, sorteios, pecúlios e outras formas de remuneração de seus produtos. Incluindo os pagamentos das operadoras de planos de saúde privados, esse total ultrapassa os R$ 400 bilhões. Esse é o número que realmente faz diferença e que, entre secos e molhados, garante para parte da população brasileira a vida, seu patrimônio e sua capacidade de atuação.

Atualmente, o faturamento do setor de seguros representa algo próximo de 6,5% do PIB. É esta participação que o Plano de Desenvolvimento do Mercado de Seguros (PDMS) pretende alavancar, jogando o total para 10% do PIB até o ano de 2030. É um projeto arrojado, mas perfeitamente factível.

O Plano de Desenvolvimento do Mercado de Seguros é o resultado dos esforços conjuntos da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) e suas federações associadas, a saber: FenSeg (Seguros Gerais), FenaPrevi (Vida e Previdência), FenaSaúde (Saúde Suplementar) e FenaCap (Capitalização), com a participação ativa da Federação Nacional dos Corretores de Seguros (Fenacor) e de várias empresas do mercado de seguros.

Seu objetivo é pautar metas claras e propor mudanças para o universo segurador brasileiro até o ano de 2030. Sua implementação terá impacto direto no desenvolvimento da atividade e, consequentemente, na segurança da sociedade, expandindo o atual universo de cobertura em 20%, o que significa um salto do total das indenizações e pagamentos de todos os tipos dos atuais 4,6% do PIB para 6,5% do PIB ou, em outras palavras, ao faturamento atual do setor de seguros.

Com o plano, meta é elevar a fatia do setor no PIB dos atuais 6,5% para 10% até 2030

Como consequência da implementação do plano, espera-se que em 2030 o mercado de seguros atinja uma participação em torno de 10% no PIB nacional. Com quatro eixos de trabalho – imagem do seguro, canais de distribuição, produtos e eficiência regulatória – divididos em 65 iniciativas, o plano entra em ação imediatamente e deve se estender até 2030, sempre com a flexibilidade necessária para fazer os ajustes de rumo que se mostrem relevantes.

Com tudo para mudar completamente o mercado de seguros, ele deve gerar efeitos positivos para o mercado – principalmente, o segurado –, para a sociedade e para o governo. Neste jogo, ganham todos. ●

SÓCIO DE PENTEADO MENDONÇA E CHAR ADVOCACIA E PRESIDENTE DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS

Indicadores Balanço

Publicidade tem alta de 7,2% e movimenta R$ 74 bilhões

Dados sobre investimento em mídia são da Kantar Ibope e se referem a 2022

WESLEY GONSALVES

O mercado publicitário brasileiro movimentou aproximadamente R$ 74 bilhões em investimentos de compra de mídia em 2022, de acordo com o novo levantamento "Inside Advertising", da Kantar Ibope Media. O aporte anual feito pelas agências de publicidade teve crescimento nominal (ou seja, sem descontar a inflação) de 7,2% em relação ao total registrado no ano anterior – quando o setor havia investido R$ 69 bilhões no País.

Em sua terceira edição, o levantamento mostra como os investimentos publicitários foram distribuídos pelo País. Pela última edição da pesquisa, que analisou o desempenho no setor entre 2020 e 2021, o Brasil já havia conseguido retomar os investimentos impactados durante o período de maiores restrições da covid-19.

A diretora comercial da Kantar Ibope Media, Paula Carvalho, explica que o levantamento utiliza dados divulgados pelas agências e empresas de mídia do País. Com os dados em mãos, a "Inside Advertising" analisa o volume de inserções no mercado e o compara com as tabelas de preço enviadas pelos anunciantes, já considerando os descontos ofertados pelas companhias de mídia.

"Olhando para esse crescimento em 2022, achamos que é um valor compatível com o cenário que estamos vivendo", afirma Paula.

Na avaliação da executiva da Kantar, o mercado publicitário tinha uma expectativa de resultados mais expressivos, mas foi surpreendido com um crescimento "tímido" e "conservador" para o período. "O que temos como percepção, e de leitura dos números, é que 2022 continuou sendo um ano atípico para o mercado, por causa da pandemia."

O resultado do ano anterior também deve trazer reflexos para os investimentos feitos pelas marcas em 2023. De acordo com interlocutores do mercado publicitário ouvidos pelo **Estadão**, alguns clientes ainda estão receosos em fazer grandes aportes no País, seja pelas incertezas na economia doméstica, seja pelos impactos da crise econômica mundial. Segundo um executivo de agência ouvido pela reportagem, o mais provável é que os investimentos cresçam só a partir do segundo semestre do ano.

PAULO LIEBERT/ESTADÃO – 8/6/2000

Pesquisa considera dados de agências e de empresas de mídia

SETORES. De acordo com a pesquisa, o turismo foi o setor que apresentou o maior crescimento porcentual de um ano para o outro, com mais de 50% de aumento nos investimentos em mídia. Ainda na dianteira dos segmentos com maiores investimentos, estão as indústrias automotiva e de bebidas, que ampliaram, respectivamente, em 33% e 31% as verbas no mercado.

A diretora da Kantar destaca ainda que uma das explicações para o aumento de investimentos desses setores é a reabertura das atividades comerciais após a pandemia – uma vez que foram os mais impactados durante o período de confinamento social imposto pela covid-19.●

CULTURA & COMPORTAMENTO
SEGUNDA-FEIRA, 27 DE MARÇO DE 2023 O ESTADO DE S. PAULO
C2

Teatro *Estreia*

'Guarda-Costas' atualiza o delicado tema do assédio

Musical inspirado no filme com Whitney Houston e Kevin Costner revive canções que se tornaram cult como 'I Will Always Love You'

UBIRATAN BRASIL

A cada apresentação que termina do espetáculo *O Guarda-Costas – O Musical*, a atriz e cantora Leilah Moreno sente um gosto particular de vitória. "Fui muito cancelada por querer interpretar músicas de Whitney Houston e poder fazer isso agora é muito especial", diz ela.

O musical, que estreou no Teatro Claro, no Shopping Vila Olímpia, é inspirado no filme *O Guarda-Costas*, de 1992, em que Kevin Costner viveu Frank Farmer, um policial contratado para proteger Rachel Marron (papel de Whitney), grande cantora e atriz que passa a ser alvo de um stalker, ou seja, um perseguidor. Ele passa a enviar cartas anônimas e ameaçadoras à estrela da música, além de conseguir se infiltrar em lugares frequentados por ela. O longa pode ser visto na HBO Max.

Cancelamento
Leilah Moreno foi criticada por cantar Whitney no início de carreira: "Errei ao aceitar e parar de cantar"

"Apesar de a história ter mais de 20 anos, continua muito atual", comenta o diretor Ricardo Marques, que teve ao seu lado Igor Pushinov como associado. "A trama fala de temas importantes como o stalker e o assédio vividos por Rachel; o sentimento de solidão experimentado pela protagonista mesmo diante da fama; e o fato de que o amor pode estar ao nosso lado, exibido pela paixão que nasce entre a estrela e o guarda-costas."

De fato, na versão brasileira escrita por Sofia Bragança Peres, Silvano Vieira e o próprio Marques, a história é atualizada e os personagens utilizam aparelhos tecnológicos contemporâneos, como celulares. A ação do stalker é também mais agressiva e assustadora. "Aqui, ele age de forma mais doentia, o que acentua a gravidade de ações de pessoas como essa", completa Marques, que, no primeiro dia de ensaio, buscou descobrir o que cada artista sentia em especial sobre a solidão, sentimento que marca a rotina das pessoas obrigadas a viver protegidas.

Foi quando ganhou importância a trajetória de Leilah Moreno até conquistar o papel de Rachel. "Quando vi o filme pela primeira vez, eu era menina e coloquei na cabeça que também faria aquela personagem", conta ela que, em 2001, começou a participar do quadro *Quem Sabe Canta, Quem Não Sabe Dança*, do *Programa Raul Gil*.

CENSURA. "Nesta época, eu sempre selecionava alguma canção da Whitney Houston para cantar, mas, quando fazia isso, recebia várias cartas de pessoas me criticando, dizendo que minha voz não era ideal – algumas eram realmente agressivas", conta ela que, diante da pressão, desistiu do repertório. "Acreditei naquelas pessoas e me censurei, o que não faria hoje."

A voz de Leilah é mais grave e não tão aguda como era a de Whitney, o que a obriga a buscar essa região nas cordas vocais, trabalho que exige muito treinamento.

Quando soube que haveria processo de seleção para o elenco do musical, Leilah pediu uma chance e, apesar de alguns atropelos, conseguiu fazer um teste. "Fui bem na atuação, mas nem tanto na voz – acreditei que não teria chance", relembra ela, surpreendida por uma ligação de Ricardo Marques anunciando sua escalação. "Ela, de fato, não foi bem no teste vocal, mas sua obstinação por cantar músicas da Whitney nos convenceu", conta o diretor.

HITS. Apesar da prolífica carreira – participou da coletânea *Divas do Brasil*, em Portugal, em 2003, quando foi reconhecida na Europa como uma das 30 melhores vozes do século, e foi também indicada, em 2007, ao Grammy Latino –, Leilah confessa que ainda se sente receosa de interpretar canções de Whitney. "O que me anima é que a peça, como o filme, não é sobre ela, mas sim um personagem que Whitney interpretou."

Mesmo assim, confessa que sente um frio na barriga quando está prestes a interpretar hits de Whitney Houston como *I Will Always Love You*, *Run to You* e *I Have Nothing*. "São momentos muito esperados pelas pessoas, uma expectativa que também me influencia." Por conta disso, aliás, apenas algumas músicas foram traduzidas para o português, apenas as que realmente ajudam a contar a história – os grandes números continuam em inglês.

"Leilah tem uma incrível presença de palco: ela atrai a atenção do público", acredita o ator Fabrizio Gorziza, que dá vida ao guarda-costas. "Nosso entrosamento começou logo no início do processo, o que facilitou trazer mais veracidade para as cenas." De fato, além de uma certa semelhança física com Kevin Costner, Gorziza dosa na medida certa o rigor de um policial em serviço de proteção com a fragilidade do homem que se apaixona.

"É uma atuação genuína, importante para o espetáculo e até surpreendente para um ator que nunca participou de um musical", observa Ricardo Marques. ●

FOTOS ALEX SILVA / ESTADÃO

Preste atenção

● **Em Talita Cipriano**
No papel de Nicki, a frustrada irmã de Rachel, a atriz e cantora exibe sua voz potente e encantadora em números musicais empolgantes.

● **Na passarela**
O produtor Ricardo Marques decidiu expandiu o palco para dentro da plateia, a fim de passar ao público a sensação de ver um show.

● **Na canção de Fabrizio**
O ator canta apenas uma vez no espetáculo, em um momento engraçado.

1. Leilah Moreno vive Rachel, papel que foi de Whitney Houston no cinema

2. Leilah e Fabrizio Gorziza, o guarda-costas

O Guarda-Costas – O Musical
Teatro Claro SP
Shopping Vila Olímpia
Rua Olimpíadas, 360. 5ª e 6ª, 21h. Sábado, 17h30 e 21h30. Domingo, 19h. R$ 50 / R$ 200. **Até 23/4**

Direto da Fonte

Gilberto Amendola
gilberto.amendola@estadao.com

MARCELA PAES | MARCELA.PAES@ESTADAO.COM
PAULA BONELLI | PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM
SOFIA PATSCH | SOFIA.PATSCH@ESTADAO.COM

No Café. Gabriel Leone

‘Vou me dedicar para honrar a memória do Ayrton’

Tudo Em Todo O Lugar Ao Mesmo Tempo é o título do filme vencedor do Oscar deste ano, mas também poderia ser um mote perfeito para uma reportagem sobre Gabriel Leone, 29 anos. O ator está em um período intenso e produtivo de trabalho – e parece estar em todos os lugares ao mesmo tempo.

Leone acaba de estrear a segunda temporada da série *Dom* (Amazon Prime Video); ele também está no filme *O Rio do Desejo* (dirigido por Sérgio Machado e inspirado em um conto de Milton Hatoum) e acaba de rodar o *Barba Ensopada de Sangue*, longa baseado no livro de Daniel Galera.

E Tem mais. Ao lado de Penélope Cruz e Adam Driver, Leone está na cinebiografia *Ferrari*, dirigida por Michael Mann – e que contará a história do italiano Enzo Ferrari. Além disso, ele se prepara para viver o piloto de Fórmula 1 Ayrton Senna, em uma série da Netflix. “Vou me dedicar de corpo e alma para honrar a memória do Ayrton”, disse.

Com tantos projetos, só com muito talento e café. ″Tomo muito. Sempre tomei café com muito açúcar. Quem me ensinou a apreciar o amargo foi o saudoso e querido amigo Domingos Montagner (1962 - 2016)”, contou. Leia a entrevista a seguir:

“O Rio do Desejo” foi rodado no Amazonas. Como foi essa experiência?
Esse é um privilégio que nós atores temos, que é o de poder visitar, morar, conhecer os universos dos personagens e suas histórias. Eu não conhecia a região norte do País. Tive o privilégio do meu trabalho me levar para lá. Foi importante ter ido antes, vivenciar o local, o clima, a cultura, a presença da natureza e a energia do povo.

Em se tratando de um filme baseado em uma obra de Milton Hatoum, que nasceu em Manaus, esse processo foi essencial?
Embora eu não tenha tido um contato tão profundo com o Hatoum, a obra dele fala por si só. Assisti pela primeira vez ao filme no cinema só agora, na pré-estreia do Rio. Fiquei muito impactado. É um filme forte, bonito e redondo em todos os aspectos (no longa Gabriel Leone faz o caçula de três irmãos que se apaixonam pela mesma mulher).

Imagino que o desafio agora é o de levar as pessoas ao cinema?
Sim, nós viemos de quatro anos de um governo que tentou quebrar as pernas da cultura e que deixou o setor muito fragilizado. Além disso, ainda teve a pandemia e, claro, a popularização do streaming. Estamos em um momento de reestruturação e de acostumar as pessoas a irem às salas de cinema.

ROGÉRIO RESENDE

O ator Gabriel Leone na pré-estreia do filme ‘O Rio do Desejo’

> *“Eu tinha um ano quando o Senna morreu. Mas, ao mesmo tempo, eu cresci em uma família que sempre amou o Senna. É uma responsabilidade contar essa história”*

> *“Não sou a favor da imitação. Não tenho talento pra isso, nem condiz com minha profissão. Faz parte do nosso acordo com o público o entendimento do que é uma ficção, que somos atores”*

Como tem sido o seu processo para viver Ayrton Senna na série da Netfiix?
Eu tinha um ano quando o Senna morreu. Mas, ao mesmo tempo, eu cresci em uma família que sempre amou o Senna. É uma responsabilidade contar essa história. Eu não poderia estar mais feliz. Vou me dedicar de corpo e alma para honrar a memória do Ayrton Senna – e para deixar todo mundo orgulhoso e emocionado. Esse é um dos maiores desafios da minha carreira.

Você é ligado em automobilismo?
Meu mergulho no automobilismo começou no final do ano passado, quando eu estava filmando o *Ferrari*, na Itália. Tive uma preparação para pilotar carro de corrida com dublês de ação. Eu pilotei em Ímola, no autódromo em que o Senna morreu (o acidente que matou Senna ocorreu durante o GP de San Marino, em Ímola, - no dia 1º de maio de 1994). Aliás, Ímola é quase um santuário em memória ao Ayrton. Também fui ao GP de Monza, senti a força da Ferrari, da torcida, e mergulhei neste universo. Hoje, sou fã e apaixonado por Fórmula 1.

Como será o seu Ayrton Senna?
O Senna foi um dos primeiros pilotos com muitos registros de tudo. Existe um material muito rico de entrevistas e histórias. Não sou a favor da imitação. Não tenho talento pra isso, nem condiz com minha profissão. Faz parte do nosso acordo com o público o entendimento do que é uma ficção, que somos atores. Na série, vamos expandir o universo do esporte, é uma oportunidade de mostrar o lado mais pessoal do Ayrton, a relação com a família, por exemplo. Estou estudando e me distanciando da caricatura ou da imitação.

“Ferrari” foi rodado na Itália. Existe aí uma intenção de seguir com uma carreira internacional?
O streaming abriu mais possibilidades neste sentido. Temos alcance imediato, as distâncias diminuíram e o mercado internacional está mais aberto. Acho esse intercâmbio incrível. Mas tenho muitos projetos aqui. Se em algum momento acontecer da vida e das circunstâncias do trabalho pedirem uma mudança, não tem problema, mas não é o caso agora. ●

Literatura *Lançamento*

‘Jamais imaginei ter leitores no Brasil’, diz Beth O’Leary

Novo livro da escritora britânica, ‘Mesa Para Um’, chega às livrarias brasileiras nesta segunda-feira, 27

JULIA QUEIROZ

Com mais de um milhão de cópias vendidas ao redor do mundo, tradução para ao menos 35 idiomas e um sucesso impulsionado pelo TikTok, o livro *Teto Para Dois* catapultou a escritora britânica Beth O’Leary, de 31 anos, para lugares que ela não acreditava que poderia alcançar.

A comédia romântica, que explora o que acontece quando duas pessoas que não se conhecem precisam dividir um apartamento com só uma cama, se tornou uma série original da Paramount +. A produção tem seis episódios e chegou ao streaming em 17 de março.

A obra foi o romance de estreia da autora, mas quatro anos e três livros depois, a ficha de que seu trabalho virou um sucesso internacional ainda não caiu. “Eu jamais imaginei que eu teria leitores no Brasil”, revela Beth ao **Estadão.**

“Lembro de ter visto uma cláusula no meu contrato com a minha agente sobre direitos estrangeiros e ter pensado: ‘Meu deus! Imagina se eu tivesse um livro publicado e ele fosse lido fora do Reino Unido. Agora meus livros foram publicados em mais de 35 idiomas. É surreal. Sou grata a cada leitor, de verdade – é uma honra que tantas pessoas deram uma chance às minhas histórias”, diz.

Esses leitores, em especial os brasileiros, poderão ter acesso à mais nova trama da escritora a partir desta segunda-feira, 27, quando seu novo livro, intitulado *Mesa Para Um*, chega às livrarias do País.

PROTAGONISMO FEMININO. A história gira em torno de três protagonistas femininas que têm apenas uma coisa em comum: todas levaram um bolo do mesmo homem no Dia dos Namorados. “O que eu amei nessa ideia foi que ela imediatamente desencadeou uma pergunta: onde ele estava então? E esse é o mistério que acaba ficando no centro dessa história”, explica Beth.

Contado a partir das três perspectivas, o romance exigiu que ela tivesse um planejamento diferente do que o normal. “Tem muitas histórias nesse livro, e algumas surpresas pelo caminho. Era simplesmente muita coisa para guardar na minha cabeça. Eu usei uma planilha muito detalhada enquanto escrevia. Foi uma experiência nova para mim, mas acho que todo romance traz algo novo”.

Apesar de ter sido sua obra mais desafiadora, a autora não quer saber de descanso. O seu próximo livro já está em andamento, e ela revela que já tem em mente os conceitos iniciais para mais dois romances. “Eu só quero continuar escrevendo histórias que me emocionem e que levem as pessoas para longe do mundo real. Vou continuar escrevendo enquanto vocês continuarem lendo.” ●

Streaming

Livro ‘Teto Para Dois’ se tornou uma série original do Paramount +, que estreou em 17 de março

Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Alegria
Data estelar: Mercúrio e Júpiter em conjunção

Nada te conecta mais ao Divino em que tudo e todos nos movimentamos e somos do que a alegria, porque apesar de nos voltarmos ao mundo do espírito quando perdemos o controle e nos sentimos no fundo do poço, buscando amparo e proteção, a real e verdadeira conexão se dá através da alegria, esse sentimento exaltado que se irradia pela nossa presença beneficiando a todas as pessoas, próximas e distantes.

A espiritualidade não é uma experiência individual, é a revelação da Vida de nossas vidas interconectada em todas as coisas e todos os seres, e quando sustentamos a alegria leve e desinteressada nós somos a melhor versão de nós mesmos, porque é o momento em que transcendemos a individualidade e ingressamos no Universo Real, de uma única Vida se manifestando por meio de todas as vidas. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4

Uma atitude sensata na hora certa resolve muita coisa, mas para isso é necessário ter atenção e, principalmente, se antecipar aos resultados, para não sair brigando com quem está tentando ajudar. Olho no caminho.

TOURO 21-4 a 20-5

É tudo muito sutil, mas verdadeiro, mas de um tipo de verdade que ainda não seria sensato comunicar, porque as pessoas não entenderiam e, pior ainda, desvalorizariam. Mantenha o silêncio, mas não por muito tempo mais.

GÊMEOS 21-5 a 20-6

As boas companhias ajudam muito, tanto quanto as más companhias atrapalham. Sua alma, porém, sente uma louca atração pelas pessoas que, sabidamente, provocam estresse e desentendimentos. Por que será isso? Mistério.

CÂNCER 21-6 a 21-7

Aproveite o que a vida lhe oferecer sem fazer perguntas nem tampouco ingressar no terreno dos dilemas morais, os quais, apesar de legítimos, nesta parte do caminho não teriam nada novo nem bom para contribuir.

LEÃO 22-7 a 22-8

As oportunidades que se descortinam neste momento podem não ser tão realistas quanto sua alma precisa, mas pelo menos brindam com um ânimo renovado e, assim, se torna mais fácil reconhecer o que seria melhor fazer.

VIRGEM 23-8 a 22-9

Andar sempre por terreno seguro é confortável, mas ao mesmo tempo é assim que sua alma deixa de aproveitar algumas oportunidades que, apesar de arriscadas, prometem grandes resultados. Como equilibrar a situação?

LIBRA 23-9 a 22-10

Seria grandioso se todas as pessoas substituíssem a competição pela colaboração, porque nos raros momentos em que isso acontece, como é o caso de agora, é evidente que qualquer futuro desejável depende só disso.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11

Este é um momento cheio de potencialidades, e sua alma corre o risco de se distrair com o encantamento, perdendo a oportunidade de fazer escolhas sábias ao mesmo tempo de cair na tentação das erradas. Discernimento.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12

Organize direito seu tempo, porque há de haver lugar para tudo, obrigações e entretenimento. As duas situações, apesar de ocuparem margens contrárias, ainda assim podem conviver harmoniosamente na vida de qualquer um.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1

Agora é bom você tentar se livrar do peso morto que carrega de forma inerte, essas coisas do passado que se alongaram tanto que já mais ninguém se lembra bem como foi que tudo começou. Hora de aliviar o peso.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2

A rotina não merece a atenção, porque é feita no automático, mas se você fizer a experiência de envolver sua mente e coração em cada uma das pequenas coisas que a compõem, descobrirá uma nova fonte de prazer.

PEIXES 20-2 a 20-3

Ainda que sinta inseguranças de todos os tipos e tamanhos, vale a pena apostar alto nesta parte do caminho, nem que seja para experimentar um pouco de atrevimento e dar uma bofetada na cara dos seus medos.

Cinema Justiça

Ator de 'Creed III', Jonathan Majors é preso por agressão

Representante do astro diz que ele é inocente; mulher de 30 anos teria sido vítima, segundo a polícia de NY

TRAVIS M. ANDREWS
THE WASHINGTON POST

O ator Jonathan Majors foi preso no sábado em Nova York, nos Estados Unidos, sob a acusação de estrangulamento, agressão e assédio após uma "disputa doméstica", de acordo com o Departamento de Polícia de Nova York.

A polícia recebeu uma ligação no sábado de manhã, por volta das 11h, de "um apartamento localizado nas proximidades da West 22nd Street e 8th Avenue", disse o NYPD em um comunicado. Uma mulher de 30 anos "contou à polícia que havia sido agredida. Os policiais colocaram o homem de 33 anos sob custódia sem incidentes. A vítima sofreu ferimentos leves na cabeça e no pescoço e foi removida para um hospital em estado estável", diz o documento.

Por meio de um representante, o ator de 33 anos, conhecido por interpretar vilões em *Creed III* e *Homem-Formiga e a Vespa: Quantumania*, negou qualquer irregularidade. "Ele não fez nada de errado", disse o representante à *Associated Press* em um comunicado no sábado. "Estamos ansiosos para limpar o nome dele e esclarecer isso."

A prisão ocorre em meio a um ano que estava prestes a ser marcante para o nativo da Califórnia. Depois de papéis de destaque em *The Last Black Man in San Francisco*, *Lovecraft Country*, da HBO, e *Destacamento Blood*, de Spike Lee, ele se juntou a *Creed III* e ao Universo Marvel. "Esta é a liga principal. Não fica maior do que isso. Significa muito para mim. E não para mim, mas para nós", disse ele ao *The Washington Post* em fevereiro sobre seu papel em *Homem-Formiga*. ●

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz

Recruta Zero Mort Walker

Turma da Mônica Maurício de Sousa

O melhor de Calvin Bill Watterson

Frank & Ernest Bob Thaves

BEM PENSADO *"Enquanto você sonha faz o rascunho do seu futuro"* **Charles Chaplin**

Juca Chaves 1938-2023

‘Menestrel Maldito’ usava a metáfora e o humor para criticar a ditadura

Compositor estava internado em decorrência de problemas respiratórios

OBITUÁRIO

EPITÁCIO PESSOA/ESTADÃO – 9/1/2004

O músico e humorista Juca Chaves morreu, na noite de sábado, 25, em Salvador, onde estava internado no hospital São Rafael. Ele estava com 84 anos e faleceu em decorrência de problemas respiratórios. O corpo foi cremado no domingo, 26, no Cemitério Bosque da Paz, na capital baiana.

Jurandyr Czaczkes Chaves, mais conhecido como Juca Chaves, nasceu no Rio de Janeiro em uma família judaica, em 1938, e se consagrou como compositor de modinhas e trovas cujas letras traziam irônicas metáforas especialmente contra a ditadura militar brasileira (1964-1985). Por conta disso, foi chamado por Vinicius de Moraes como Menestrel Maldito.

Em trecho da música *Quantos Somos*, por exemplo, ele diz: “Diplomatas, militares, deputados, vereadores / ministros e senadores, imprensa, parlamentares / 5 mil e cento e dez os Barnabés do Brasil / O quanto resta é o quanto presta / Sem Sarney 90 mil.”

CRÍTICAS. Ele também foi crítico da grande imprensa e do próprio mercado fonográfico. Chegou a ser exilado em Portugal na década de 1970 mas, em show no Teatro Tivoli, irritou as autoridades locais ao fazer uma piada com o ditador António de Oliveira Salazar. Com isso, foi obrigado a se transferir para a Itália.

Dentre suas canções mais conhecidas estão *Caixinha, Obrigado, A Cúmplice, Menina, Que Saudade, Por Quem Sonha Ana Maria* (interpretada no filme *Marido de Mulher Boa*, de 1960) e *Presidente Bossa Nova*, essa em homenagem a Juscelino Kubitschek, que presidiu o País entre 1956 e 1961. O escritor Jorge Amado dizia que Juca Chaves tinha “a voz mais livre do Brasil”.

Juca também era um notório torcedor do São Paulo Futebol Clube e, em 2006, lançou-se candidato a senador na Bahia pelo PSDC, ficando em 4º lugar, com 19.603 votos. Fez campanha em formato de poesia, o que o distinguia dos outros candidatos. Nos últimos anos, declarou-se defensor da Operação Lava Jato.

Desde 1975, Juca Chaves era casado com Yara Chaves. Ele deixa duas filhas, Marina Morena e Maria Clara. ●

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas http://bit.ly/3K6hND3

Antena que capta sinais de satélites; Dois frutos do mar; A 2ª nota musical; Seres fabulosos; Apelido de "Beatriz"; Documento (abrev.); On-(?): na internet; Local onde se pratica ginástica; Aspirar; Cada divisão da escola de samba; A erva usada em remédios caseiros; Classe (?): elite econômica; Arnaldo Antunes, cantor; Coisa alguma; Recipiente de cerveja; Uma das sobrinhas da Margarida (HQ); Escrevo o recado; Pedaços de pano; Vetar; impedir; Academia do Exército (sigla); O leste; Parte da missa antes da comunhão (Rel.); (?) Affleck, ator; Remo, em inglês; Sílaba de "bocal"; Anísio Teixeira, educador; Atitude; Rumava; seguia; Sufixo de "mioma": tumor; Melhor defesa do réu; Nome da letra "H"; Antônimo de "supra"; Alumínio (símbolo); A hora adicional de trabalho; Artigo de comércio; Retirei (a tampa); É listado na chamada escolar; Flamengo (red. fut.); Criada de companhia; (?)-Pererê, entidade folclórica; Colarinho; Relativa à idade; Dança clássica (pl.); Artur Xexéo, jornalista brasileiro; Significado do "A" de RAF; Acidez no estômago (Med.); A chuva que corrói prédios.

A
T
O

BANCO 3/air — ben — oar. 4/line. 6/etária — objeto. 9/ofertório.

www.coquetel.com.br

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Para letras iguais, números iguais. Nas casas em destaque, as especiarias usadas na comida japonesa e chinesa.

Inquieto; turbulento.		1	2	3	4	5	5	6
Beneficiário de testamento (jur.).	7		1	8	4	9	1	6
(?) químico, substância como a água.	10	6		11	6	5	12	6
Sistema da Medicina tradicional.	2	13	6		2	12	9	2
Atrapalha a visibilidade nos aeroportos.	14	4	3	6		9	1	6
Relativo à postura.	11	6	5	12	15		2	13
Locais como Jerusalém e Meca.	5	2	16	1	2	8		5
Descongelam-se no verão do Polo Norte.	16	4	13	4	9	1	2	
Grande sucesso de Roberto Carlos.		15	12	1	2	3	4	17
Zombar; escarnecer.	9		6	14	9	17	2	1
Taxa de açúcar no sangue.	16	13		10	4	18	9	2
Flexível; dobrável.	18	2	13		2	3	4	13
Idioma oficial da Argentina.	4	5	11	2		7	6	13
Tributos.	9	18	11	6	5		6	5
Coluna (?): confere estabilidade à espinha (Anat.).	10	4	1	3	9	10		13
Polo petroquímico baiano.	10	2	18	2	19	2	1	
Imposto Sobre (?): ISS.	5	4	1	3	9	19	6	

SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku http://bit.ly/3Znny3K

Nível Fácil

			8	5		3	9	
1			6			7		
2	9	8	3			5		
						8	1	7
3								4
8	7	1						
		7			3	4	2	8
		6			7			3
	3	2		8	4			

SOLUÇÕES

No Afeganistão do Taleban, mulheres separadas precisam fugir da família e da polícia

Divorciadas têm de optar entre abuso e o cárcere

1. **Taleban obrigou o uso de vestes islâmicas no país**
2. **Mulheres divorciadas são delatadas por vizinhos à polícia**

AP- 25/03/2023

Radicalismo
A maioria das vítimas de maridos abusivos no Afeganistão vivem em regiões rurais, onde o Taleban tem muita influência

SUSANNAH GEORGE
THE WASHINGTON POST

O retorno do Taleban ao poder no Afeganistão significou o fim da esperança a para milhares de mulheres que sofriam com relacionamentos abusivos, espancamentos e uso de drogas de seus maridos. Agora, elas têm de escolher entre o retorno a esse cotidiano de violência e uma vida em fuga da polícia da moral do grupo radical islâmico e da própria família.

Foi esse dilema que se impôs para uma mulher do oeste do Afeganistão ouvida pela reportagem. Ela deixou sua casa aos 13 anos, vendida pelo padrasto que queria bancar seu vício em heroína para o marido.

Ela lutou anos para escapar dos abusos. Por fim, fugiu da casa dele, conseguiu se divorciar e se casou novamente. Mas agora, sob o regime taleban, ela fugiu de novo, correndo risco de ser presa por adultério.

"Eu estava vivendo uma vida nova — estava feliz. Pensei que estava a salvo do meu (primeiro) marido. Não pensava que teria de me esconder outra vez", disse a mulher do oeste do Afeganistão. Ela, assim como todas as entrevistadas para a elaboração desta reportagem, não pode se identificar para proteger sua segurança.

DIVÓRCIO. Segundo a lei vigente no governo anterior, esta mulher do oeste afegão conseguiu se divorciar por ter declarado que seu primeiro marido era abusivo fisicamente, mesmo que ele tenha se recusado a aparecer diante do tribunal. Mas segundo a draconiana interpretação da lei islâmica do Taleban, o divórcio dela é inválido, assim como seu segundo casamento.

Ex-juízes e advogados estimam que milhares de mulheres afegãs que conseguiram se divorciar sem o consentimento do marido estão agora em perigo, podendo ser presas ou vítimas de represálias.

Os divórcios "unilaterais" realizados durante o governo anterior eram assegurados em grande medida para mulheres que tentavam escapar de maridos abusivos ou viciados em drogas. Desde a queda daquele governo, em 2021, o poder pendeu a favor dos maridos divorciados, especialmente os que possuem laços com o Taleban.

As mudanças nas leis matrimoniais do Afeganistão são mais um exemplo cruel de como o Taleban extirpou as mulheres de seus direitos no país. O regime também restringiu severamente o acesso das mulheres a educação e emprego, baniu elas de parques públicos e lhes impôs vestimentas ultraconservadoras, como a burca.

PERSEGUIÇÃO. A mulher do oeste do Afeganistão, nascida em uma região rural, tem vivido em segurança numa área urbana há vários anos. Mas quando o governo anterior foi deposto, o sistema jurídico e as forças de segurança que a protegiam se dissolveram.

Ela, agora com 22 anos, afirmou que começou a receber telefonemas ameaçadores de seu ex-marido apenas duas semanas após a ascensão do Taleban. O homem disse a ela que tinha informado membros do Taleban no vilarejo em que viviam a respeito do que ela havia feito e que eles o estavam ajudando a encontrá-la e obter vingança.

No ano passado, seu segundo marido a abandonou, temendo que também poderia ser acusado de adultério porque seu casamento não era mais considerado válido. Ele a deixou com as duas filhas pequenas de seu primeiro casamento e grávida de quatro meses de um filho dele.

"Eu não soube mais nada sobre ele", afirmou ela.

ONDE FICA

USBEQUISTÃO
TAJIQUISTÃO
TURCOMENISTÃO
Cabul
AFEGANISTÃO
0km 200
IRÃ
PAQUISTÃO
N

INFOGRÁFICO: ESTADÃO

BUSCAS ROTINEIRAS. Seus vizinhos começaram, então, a perguntar-lhe a respeito do paradeiro de seu marido, e forças de segurança taleban têm conduzido buscas em residências rotineiramente. Por isso, afirmou a jovem, ela fugiu com as filhas para outra região. Desde então, ela se mudou quatro vezes e nunca mais se reuniu com o restante da família, pois teme que seu ex-mari- ➔

FOTOS:THE WASHINGTON POST /LORENZO TUGNOLI – 1/11/2022

do a localize.

"Quando fico com medo demais para sair de casa, eu mando minhas filhas pedir pão velho na padaria, para termos alguma coisa para comer", afirmou ela.

O porta-voz do Taleban, Zabihullah Mujahid, recusou-se a responder perguntas a respeito da maneira que a lei de divórcio mudou sob o regime taleban ou sobre o status dos divórcios concedidos durante o governo anterior.

Mas Mujahid afirmou que ambas as partes devem aparecer diante de um juiz para requerer o divórcio segundo a interpretação do Taleban da lei islâmica.

CONSERVADORISMO. A sociedade profundamente conservadora do Afeganistão dificultava o divórcio para as mulheres mesmo durante o governo anterior. Especialmente em regiões rurais, é raro que mulheres vivam fora de uma unidade familiar tradicional.

Apesar das pressões sociais e de sua família, relatou uma mulher de 36 anos, o casamento dela tinha sido tão abusivo que ela sentiu que não tinha nenhuma outra escolha a não ser divorciar-se. "Era algo vergonhoso para mim pedir divórcio", afirmou ela. "Os dois lados da minha família ameaçavam me matar se eu não voltasse para o meu marido."

Depois de obter o divórcio, ela entrou em contato com os irmãos para perguntar se poderia voltar à residência da família. Eles se recusaram a ajudála. "Eles disseram que a única opção para mim era tomar veneno e me matar", afirmou ela.

A única parente com que ela ainda mantém contato é sua irmã, cujo marido também a espanca. "Ela me disse: 'Eu queria ter sido inteligente como você e escapar antes, mas agora (sob o Taleban) isso é impossível'", afirmou ela.

Outra mulher, mãe de três, relatou que seu primeiro marido era viciado em drogas, batia nela e se recusava a prover comida suficiente para ela e as crianças. Depois de fugir dele, a mulher foi detida e ficou cerca de um ano na cadeia, por fugir de casa. A família do marido tirou-lhe os filhos e a filha.

"Tudo que eu sempre quis foi educar meus filhos, mas agora eu não posso nem matriculá-los na escola", afirmou ela, por medo de que autoridades locais a entreguem caso descubram a respeito de seu passado.

CERCO. Sob o Taleban, grupos de ajuda locais que davam abrigo e aconselhamento para mulheres que tentavam escapar de relacionamentos abusivos tiveram as atividades encerradas. Uma psicóloga afirmou que forças de segurança fecharam seu consultório depois de acusá-la, juntamente com seus colegas, de organizar protestos contra o regime taleban.

Provar abusos domésticos também ficou mais difícil. "Sob a nova lei, as mulheres precisam primeiro ir a uma delegacia e reunir várias testemunhas para provar abusos do marido ou que ele é viciado em drogas", afirmou ela. Mas em casos de abusos maritais quase nunca há testemunhas dos crimes, pois eles ocorrem a portas fechadas.

O Taleban também impediu mulheres de ocupar funções importantes no sistema Judiciário — incluindo como juízas, segundo confirmou ao Post seu porta-voz — uma manobra que, afirmam advogados, dificultará para as mulheres obter ajuda da Justiça

Retrocesso

Ofensiva contra divorciadas se soma a outras perseguições do Taleban contra mulheres desde 2021

DEFESA. Uma advogada afirmou que mulheres com frequência pedem que ela cuide de seus casos porque não se sentiriam confortáveis discutindo com um homem detalhes privados de seus casamentos. Ela atuava no direito havia mais de cinco anos lidando com casos criminais e de família até o Taleban tomar o poder — e proibi-la de trabalhar. Ela teme que a violência doméstica aumente ainda mais conforme a situação econômica do Afeganistão se deteriorar.

"Acho que agora menos mulheres denunciarão", afirmou ela. "Mais mulheres seguirão em situação ruim e mais mulheres morrerão vítimas de violência doméstica."

Essa advogada também passou a viver escondida depois de receber telefonemas ameaçadores de pessoas que ela ajudou a colocar na cadeia. "O Taleban criou uma situação perfeita para homens em busca de vingança", afirmou ela. "Os tribunais perderam sua eficácia, em vez disso vemos mulheres açoitadas publicamente por adultério." ● TRADUÇÃO DE GUILHERME RUSSO

Radar do streaming

Por Pedro Venceslau

TWITTER

FACEBOOK

NETFLIX

Doc mostra como o Pornhub 'uberizou' a pornografia

O documentário *Pornhub: Sexo Bilionário*, da Netflix, conta a história da plataforma que 'uberizou' a pornografia e mudou definitivamente essa indústria, para o bem ou para o mal. Mas, apesar de proibido para menores de 18 anos, não espere ver cenas picantes dos bastidores. O formato é o mesmo de outras produções sobre empresas que revolucionaram de alguma forma o mundo digital. Com um sistema simples e acessível, a plataforma de vídeos de sexo causou um terremoto e desestabilizou a indústria pornô tradicional assim como o PirateBay fez com o mercado cinematográfico e o Spotfiy com o musical. Afinal, por que pagar caro por um DVD com cenas de sexo monotemático se é possível pagar US$ 20 por mês por um buffet ilimitado de fetiches? ●

● ALGORITMO DO FETICHE
O documentário ouve os dois lados com entrevistas, depoimentos, trechos de reportagens e imagens de arquivo. Assim como outras startups, a Pornhub começou como uma brincadeira despretensiosa que em 2010 foi vendida para um investidor que sabia tudo de otimização de buscadores. Ou seja: o algoritmo sabe entregar ao usuário vídeos específicos para suas taras, sejam elas quais for. Sem medo de chocar, o Pornhub pagava por anúncios em telões gigantes na Times Square e tinha um time de celebridades para promover a marca.

● VÍDEOS COM MENORES
Tudo ia bem até que, em 2020, uma reportagem do jornal *New York Times* relatou casos de vídeos com menores de idade e outros com sexo sem consentimento. Os críticos dizem no longa que os donos da plataforma enriqueceram fazendo vista grossa para as denúncias.

● PARA MELHOR
Já os profissionais do sexo afirmam que o Ponrhub mudou suas vidas para melhor, deu independência de uma indústria exploradora e melhorou a vida dos usuários saudáveis de pornografia. Lançado este ano, o documentário da Netflix mergulha em um mercado obscuro, mas que está presente, ainda que secretamente, na vida de milhares de pessoas.

● PASTELÃO FRANCÊS
Com 6 episódios de meia hora de duração cada um, a série francesa *Detox*, também disponível na Netflix, é o típico caso de uma boa ideia que foi mal executada, apesar da boa premissa. O tema que embala a história é atualíssimo e afeta a vida de milhões de pessoas: o vício em celular, mais especificamente a dependência das redes sociais.

● STALKER
A trama gira em torno de duas mulheres, Léa e Manon, que são primas, dividem um apartamento em Paris e são completamente obcecadas por likes e tuítes – algo muito comum em pessoas de sua idade. A primeira é uma stalker (alguém que persegue outra pessoa) que não aceitou o fim de um namoro ocorrido um ano antes e espiona o ex na internet. O rapaz bloqueia a moça de todas as plataformas possíveis e dá queixa na polícia, mas nem assim a ficha cai.

● O ORFANATO
A segunda moça é uma cantora que também é atriz e sofre um cancelamento nas redes sociais após realizar um show desastrado. As duas então tomam um porre e decidem, na ressaca do dia seguinte, que ficarão um mês sem celular. Esse plano ousado, claro, tem consequências, como a impossibilidade de pegar um Uber e checar a senha do interfone de casa.

Música **Lançamento**

Depeche Mode flerta com a poesia e a fatalidade em 'Memento Mori'

Álbum, cujo título significa 'lembre-se da morte', é como uma homenagem ao tecladista Andy Fletcher, morto em 2022

CRISTINA JALERU
AP

O Depeche Mode sempre foi um gênero em si: uma vibração, uma espécie de reverberação atemporal, nostálgica, obscura, ousada, às vezes sombria demais, mas sempre genial.

O 15º álbum de estúdio do Depeche Mode, *Memento Mori* (Columbia Records), cujo título significa "lembre-se da morte" em latim, parece uma homenagem ao seu membro fundador e tecladista Andy Fletcher, falecido em maio de 2022, aos 61 anos, e uma missão de afirmação para a música da banda do Hall da Fama do Rock and Roll, agora formada apenas por Dave Gahan e Martin Gore.

ANNEGRET HILSE/REUTERS

Dave Gahan e Martin Gore: as 12 canções do novo álbum da banda são totalmente Depeche Mode

CANÇÕES. As 12 canções do álbum *Memento Mori* são totalmente Depeche, soando completamente inebriantes, artisticamente evocativas e às vezes desconcertantes, como a bizarra e comovente *Caroline's Monkey*. Sua música olha com amor para o abismo e nos pede que o amemos. A morte sempre espreita na periferia do som – industrial, chuvoso e próximo ao grunge, que por sua vez também é carregado de uma estranha gentileza.

Soul with Me é uma balada incrível onde a voz de Gahan muda até o irreconhecível. *Before We Drown* é uma faixa eletrônica sensual.

My Cosmos Is Mine tem uma batida dramática que funciona, *Ghost Again* envolve com sua linha de baixo e *People are Good* tem um vibrato incomum.

O Depeche Mode pode estar enfrentando sua própria mortalidade, mas seu poder como músicos se estende ao infinito. ● **TRADUÇÃO DE RENATO PRELORENTZOU**

Memento Mori
Columbia Records
Disponível nas plataformas de Streaming

ITAÚSA

Demonstrações Contábeis 2022

Member of
Dow Jones
Sustainability Indices
Powered by the S&P Global CSA

ISE B3 ICO2 B3 IGPTW B3

ITSA
B3 LISTED N1

Itaúsa S.A.
CNPJ 61.532.644/0001-15 - Companhia Aberta
Av. Paulista, 1938 – São Paulo – SP

Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA | ISE B3 | ICO2 B3 | IGPTW B3 | ITSA B3 LISTED N1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2022 e 4º trimestre de 2022

São Paulo, 20 de março de 2023 - Relatório da Administração da Itaúsa S.A. ("Itaúsa" ou "Companhia") relativo ao quarto trimestre de 2022 (4T22) e exercício de 2022. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - *International Financial Reporting Standards*).

Sumário Executivo

Lucro Líquido Recorrente
R$ 13,7 bilhões
▲ 14% vs. 2021

Valor do Ativos
R$ 102 bilhões
▲ 1,8% vs. 31.12.2021

ROE Recorrente
20,0% a.a.
▲ 0,2 p.p. vs. 2021

Destaques Itaúsa

- **Lucro Líquido Recorrente:** crescimento de 14% no ano e melhor lucro anual da série histórica reflete a solidez do portfólio e ganho com giro de ativos.
- **Remuneração ao acionista:** declaração de proventos no montante de R$ 4,0 bilhões líquidos (R$ 0,4286 líquido por ação) no exercício de 2022, 12% superior em relação a 2021, além de bonificação de 10% em ações (realizada em nov/22), resultando em *dividend yield* de 6,9%.
- **Declaração de JCP 2023:** declaração antecipada de R$ 750 milhões em JCP (ou R$ 637 milhões líquidos e R$ 0,065705 líquidos por ação) com pagamento até 31.08.2023.
- **Aquisição CCR:** conclusão da aquisição de 10,33% da CCR pelo valor de R$ 2,9 bilhões em set/22, financiado em grande parte por meio da 5ª emissão de debêntures.
- **Alienação de ações XP Inc.:** vendas de 41 milhões de ações da XP em 2022 (7,1% do capital) pelo preço médio de R$ 114 por ação (total de R$ 4,7 bilhões), reduzindo a participação para 6,6% na XP.
- ***Liability Management*:** pré-pagamento de R$ 1,8 bilhão de dívida em dez/22, beneficiando o perfil de dívida da holding, alongando o prazo médio e reduzindo a concentração de vencimentos em 2025.
- **Agenda ESG:** definição da nossa estratégia ESG, anúncio da criação do Instituto Itaúsa e instituição do Comitê de Auditoria.

R$ milhões	4T22	4T21	Variação	2022	2021	Variação
LUCRATIVIDADE E RETORNO (1)						
Lucro Líquido	3.324	4.117	-19,3%	13.674	12.200	12,1%
Lucro Líquido Recorrente	3.360	4.135	-18,7%	13.722	12.070	13,7%
ROE sobre PL médio (%) (2)	18,5%	25,6%	-7,1 p.p.	20,0%	20,0%	0,0 p.p.
ROE Recorrente sobre PL médio (%) (2)	18,7%	26,0%	-7,3 p.p.	20,0%	19,8%	0,2 p.p.
BALANÇO PATRIMONIAL						
Ativo Total	83.254	74.602	11,6%	83.254	74.602	11,6%
Endividamento Líquido (3)	3.805	3.793	0,3%	3.805	3.793	0,3%
Patrimônio Líquido	72.797	65.886	10,5%	72.797	65.886	10,5%
MERCADO DE CAPITAIS						
Capitalização de Mercado (4)	82.559	78.789	4,8%	82.559	78.789	4,8%
Volume Financeiro médio diário (5)	262	294	-11,0%	231	333	-30,6%

(1) Atribuível aos acionistas controladores.
(2) ROE (Return on Equity) anualizado.
(3) Em 31.12.2021 exclui R$ 1.176 milhões da posição de caixa referentes ao JCP declarado em dezembro de 2021 (que foram pagos em 11.03.2022).
(4) Calculado com base na cotação de fechamento das ações preferenciais em 31.12.2021 e 31.12.2022 e não considera as ações mantidas em tesouraria.
(5) Considera as ações PN da Itaúsa (ITSA4) negociadas na B3.

ITSA B3 LISTED N1 | Dow Jones Sustainability Indices | ISE B3 | ICO2 B3 | IGPTW B3

Mensagem da Administração

"Os resultados recordes da Itaúsa de 2022 refletem a solidez e resiliência do nosso portfólio diante de um ano desafiador para a economia do Brasil e do mundo".
Alfredo Setubal - Presidente da Itaúsa

O ano de 2022 representou período de desafios para o Brasil e para a economia mundial, marcado por pressões inflacionárias, aumento das taxas de juros e conflitos geopolíticos, o que tem provocado perspectivas de recessão da economia no curto prazo. Em contrapartida, a flexibilização das políticas de combate à Covid-19 na China, com a consequente reabertura do seu mercado, pode contribuir para suavizar os efeitos de um possível cenário de crescimento global mais lento em 2023. Adicionalmente, no Brasil, incertezas acerca das políticas fiscal e monetária têm sido pontos de atenção nas expectativas da direção do ambiente de negócios em 2023.
Alinhado ao processo evolutivo de gestão de portfólio, a Itaúsa conduziu importantes transações na frente de alocação de capital em 2022. Realizamos aporte de R$ 799 milhões na oferta de ações da Alpargatas, a qual captou R$ 2,5 bilhões que foram utilizados para aquisição de 49,9% da Rothy's, marca norte-americana de calçados sustentáveis, com alta penetração em canais digitais. Ampliamos a nossa presença no segmento de infraestrutura, por meio da aquisição de 10,33% da CCR, um dos maiores *players* concessionários de rodovias, transportes e aeroportos da América Latina, com investimento total de R$ 2,9 bilhões. Por fim, avançamos no desinvestimento parcial de ativos não estratégicos, com 5 blocos de vendas de ações da XP no montante total de R$ 4,6 bilhões (preço médio de R$ 114/ação), o que contribuiu positivamente para o nosso resultado e execução do nosso plano de desalavancagem.
O recorde de resultados apresentado pela Itaúsa em 2022 mesmo em ambiente desafiador confirma a assertividade da *holding* na sua estratégia de alocação de capital, gestão de portfólio e atuação como agente de mudanças nas investidas ao longo dos últimos anos.
O Itaú Unibanco, maior ativo do portfólio, apresentou resultados sólidos ao longo do ano, impulsionados pelo crescimento da carteira de crédito aliado ao controle de inadimplência, disciplina na gestão de capital e de custos, mesmo diante de maiores despesas com provisões para perdas esperadas com operações de crédito. Nossas investidas dos segmentos de energia e infraestrutura, setores da economia mais resilientes a instabilidades, também reportaram curvas crescentes de desempenho. Por outro lado, o enfraquecimento da economia, resultando em redução do consumo das famílias brasileiras, trouxe desafios para as operações da Alpargatas e Dexco, parcialmente compensados por estratégias comerciais e força de suas marcas.
Conduzimos avanços importantes na agenda ESG em 2022. Repensamos a nossa estratégia ESG, o que resultou na definição da nossa ambição: "ser uma empresa que investe com responsabilidade, posicionando-se como agente de mudança para a construção de negócios que criem valor e tenham impacto positivo para o desenvolvimento sustentável do Brasil".
Somado a isso, anunciamos a criação do Instituto Itaúsa para apoiar projetos e iniciativas socioambientais, a partir de 2023. Para reforçar a nossa governança e estrutura de controles, instituímos o Comitê de Auditoria e criamos a área de Inteligência de Sustentabilidade, que terá como principal objetivo impulsionar a agenda ESG na própria Itaúsa e em seu portfólio.
Por fim, fortalecemos o posicionamento da marca com o lançamento da campanha "Todo lugar tem Itaúsa", que buscou traduzir como as nossas investidas, por meio de marcas fortes e reconhecidas, estão inseridas na vida dos brasileiros, atendendo necessidades com produtos e serviços de qualidade, gerando empregos e movimentando a economia do país.
Temos confiança que estamos no caminho certo da condução dos nossos negócios, mantendo o foco na disciplina para alocação de capital, visão de longo prazo, cultura de gestão de risco e valorização do capital humano. Seguiremos buscando criação de valor aos nossos mais de 900 mil acionistas, às investidas e à sociedade.

1. Gestão de Portfólio

Alocação eficiente de capital

Investimento em oferta de ações da Alpargatas

Em fevereiro de 2022, a Alpargatas realizou oferta pública de distribuição primária de ações (*follow-on*) no total de R$ 2,5 bilhões, cujos recursos líquidos foram destinados para financiar o pagamento da aquisição de participação societária na Rothy's Inc. No âmbito desta oferta, a Itaúsa adquiriu, com recursos próprios, 30.382.808 ações de emissão da Alpargatas, totalizando investimento de R$ 799,1 milhões. Dessa forma, a Itaúsa passou a deter 199.355.304 ações de emissão da Alpargatas representativas de 29,6% do seu capital total (excetuando as ações mantidas em tesouraria).

Conclusão do investimento na CCR S.A.

Em setembro de 2022, a Itaúsa concluiu a aquisição de 10,33% do capital total da CCR S.A. pelo valor de R$ 2,9 bilhões, cujos recursos foram provenientes da combinação de recursos próprios e da 5ª emissão de debêntures. Com a aquisição, a Itaúsa passou a indicar 2 membros ao conselho de administração e compor o bloco de controle da empresa investida com iguais direitos aos demais signatários do Acordo de Acionistas, além de indicar um membro para cada um dos seus seguintes Comitês de Assessoramento: (i) Estratégia, (ii) Gente e ESG, e (iii) Auditoria, *Compliance* e Riscos.

XP Inc.

Desinvestimento de ações da XP Inc.

Como parte da sua estratégia de alocação eficiente de capital, a Itaúsa alienou em março, julho, outubro e novembro de 2022 41 milhões de ações Classe A, da XP Inc., correspondentes a 7,1% do capital social da empresa, pelo valor aproximado de R$ 4,7 bilhões (preço médio de venda de R$ 114 por ação). As vendas geraram impacto positivo de R$ 2,6 bilhões no resultado do ano da holding, líquidos de impostos. Dessa forma, a Itaúsa passou a deter diretamente 6,55% (desconsiderando as ações em tesouraria) do capital total da XP e 2,30% de seu capital votante. Apesar das alienações, a Itaúsa manteve seus direitos definidos no Acordo de Acionistas da XP, incluindo a indicação de membros ao Conselho de Administração e Comitê de Auditoria da XP.

Cronograma de Execução (em milhões de ações)

Quantidade de ações inicial (15,1%)	Venda em 2021 (1,4%)	Quantidade de ações 2021 (13,7%)	Venda em 2022 (7,1%)	Quantidade de ações 2022 (6,6%)
84,3	(7,8)	76,5	(41,0)	35,5

	2021	2022	Total
Nº de transações	1	5	6
Valor da venda (bruto)	R$ 1.270 milhões	R$ 4.670 milhões	R$ 5.940 milhões
Impacto no Resultado	R$ 903 milhões	R$ 2.551 milhões	R$ 3.454 milhões
Preço médio de venda	R$ 162/ação	R$ 114/ação	R$ 122/ação

Mais informações sobre as transações acima podem ser acessadas nos Fatos Relevantes e Comunicados ao Mercado, disponíveis em www.itausa.com.br/comunicados-e-fatos-relevantes.

2. Desempenho Operacional e Financeiro da Itaúsa

2.1. Resultado individual da Itaúsa

A Itaúsa é uma *holding* de participações que investe em empresas operacionais e tem seu resultado composto, essencialmente, por Resultado de Equivalência Patrimonial (REP), apurado a partir do lucro líquido de suas empresas investidas, pelo resultado de investimentos em ativos financeiros e pelo resultado de eventuais alienações de ativos do seu portfólio.
Abaixo, estão demonstrados os resultados da equivalência patrimonial e o resultado próprio da Itaúsa considerando o resultado individual recorrente (os itens não recorrentes encontram-se detalhados na tabela Reconciliação do Lucro Líquido Recorrente).

Resultado Individual Gerencial da Itaúsa (1)

R$ milhões	4T22	4T21	Δ%	2022	2021	Δ%
Resultado Recorrente das empresas investidas	**2.974**	**3.550**	**-16%**	**12.714**	**11.818**	**8%**
Setor Financeiro	**2.841**	**2.725**	**4%**	**11.493**	**10.513**	**9%**
Itaú Unibanco	2.784	2.581	8%	11.119	10.228	9%
XP Inc.	57	143	-60%	375	285	31%
Setor Não Financeiro	**156**	**848**	**-82%**	**1.337**	**1.346**	**-1%**
Alpargatas	19	42	-55%	75	166	-55%
Dexco	91	161	-43%	303	434	-30%
CCR	(22)	n.a.	n.a.	(23)	n.a.	n.a.
Aegea Saneamento	10	26	-61%	36	37	-2%
Copa Energia	78	14	461%	154	26	485%
NTS (2)	(13)	608	-102%	802	692	16%
Outras Empresas	(6)	(2)	151%	(9)	(9)	-3%
Outros resultados (3)	**(24)**	**(23)**	**1%**	**(117)**	**(42)**	**177%**
Resultado Próprio	**810**	**720**	**13%**	**1.876**	**474**	**295%**
Despesas Administrativas	(46)	(39)	19%	(167)	(142)	18%
Despesas Tributárias	(192)	(145)	32%	(501)	(287)	74%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	1.049	904	16%	2.544	903	182%
Resultado Financeiro	**(202)**	**(101)**	**101%**	**(618)**	**(209)**	**195%**
Lucro antes do IR/CS	**3.582**	**4.169**	**-14%**	**13.972**	**12.082**	**16%**
IR/CS	(221)	(34)	548%	(250)	(12)	1.984%
Lucro Líquido Recorrente	**3.360**	**4.135**	**-19%**	**13.722**	**12.070**	**14%**
Resultado não recorrente	**(36)**	**(17)**	**106%**	**(48)**	**130**	**n.a.**
Próprio	47	83	-44%	164	98	67%
Setor Financeiro	(44)	(152)	-71%	(139)	(222)	-37%
Setor Não Financeiro	(38)	51	n.a.	(72)	254	n.a.
Lucro Líquido	**3.324**	**4.117**	**-19%**	**13.674**	**12.200**	**12%**
ROE sobre PL médio (%)	**18,5%**	**25,6%**	**-7,1 p.p.**	**20,0%**	**20,0%**	**0,0 p.p.**
ROE Recorrente sobre PL médio (%)	**18,7%**	**26,0%**	**-7,3 p.p.**	**20,0%**	**19,8%**	**0,2 p.p.**

(1) Atribuível aos acionistas controladores.
(2) Inclui os dividendos/JCP recebidos, ajuste ao valor justo sobre as ações e as despesas sobre a parcela a prazo em dólar do valor investido e respectiva variação cambial.
(3) Refere-se, principalmente, aos PPAs (purchase price allocation ou alocação de preço de compra) da mais valia dos investimentos na Alpargatas, na Copa Energia e na Aegea Saneamento.

Siga a Itaúsa nas redes sociais: /itausaholding | company/itausaholding | @itausaholding | /itausaholding

ITAÚSA

Itaúsa S.A.
CNPJ 61.532.644/0001-15 - Companhia Aberta
Av. Paulista, 1938 – São Paulo – SP

Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA ISE B3 ICO2 B3 IGPTW B3 ITSA B3 LISTED N1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2022 e 4º trimestre de 2022 (Continuação)

2.2. Resultado Recorrente das empresas investidas registrado pela Itaúsa (2022 vs. 2021)

O resultado recorrente proveniente das empresas investidas, refletido na Itaúsa em 2022, foi de **R$ 12.714 milhões**, aumento de **8%** em relação ao ano anterior, reflexo, principalmente, do resultado consistente do seu portfólio de investimentos.

O **Itaú Unibanco** apresentou crescimento expressivo da carteira de crédito, o que resultou em uma melhor margem com clientes, além de maiores *spreads* e melhora no mix de receitas, as quais foram parcialmente compensadas por menor margem com mercado, aumento da inadimplência e por maior despesa com perdas esperadas em operações de crédito.

A **Alpargatas,** diante de um cenário de pressão inflacionária, juros altos e redução do poder de compra, teve seus resultados impactados pela queda da demanda no Brasil e maiores despesas comerciais e de *marketing*, os quais foram parcialmente compensados pelo crescimento de receita líquida explicado, principalmente, pelo aumento da receita por par de Havaianas no Brasil, além do crescimento de volume de vendas dos mercados internacionais.

A **Dexco** também apresentou crescimento de receita líquida, como resultado da política comercial praticada e melhora de *mix* na Divisão Madeira, que mitigou parcialmente a queda na demanda e no volume de vendas de todos os segmentos, o aumento de custos de alguns insumos e despesas financeiras, frutos da pressão inflacionária e do desaquecimento no setor de construção civil com a alta dos juros.

A **CCR** passou a ter seus resultados reconhecidos pela Itaúsa a partir de setembro de 2022 pelo método de equivalência patrimonial e, nos últimos meses do ano, seu lucro foi impactado por *impairment* parcial do ativo relativo à concessão da ViaOeste. Em relação ao ano de 2022, a CCR apresentou incremento de receita líquida, EBITDA e lucro líquido, impulsionados principalmente pelo melhor desempenho operacional em todos os modais, reflexo do crescimento do volume do tráfego de veículos e passageiros, bem como pela aplicação dos reajustes tarifários.

A **Aegea** reportou melhor resultado operacional frente ao ano anterior, principalmente por maior receita de contraprestação das concessões, além da contribuição positiva das SPEs Águas do Rio 1 e 4. A companhia apresentou retração no seu lucro líquido, em função do aumento de seu endividamento e das despesas financeiras, as quais foram impactadas pela alta da taxa básica de juros.

Os resultados do investimento na **NTS**, registrados pela Itaúsa como "ativo financeiro", foram positivamente impactados, principalmente, pelo aumento de distribuição de dividendos em relação ao ano anterior e, também, por ligeiro incremento no valor justo do ativo decorrente da reavaliação periódica realizada, diante de revisões de premissas para melhor refletir o cenário macroeconômico e o fluxo de caixa projetado para o negócio.

A **Copa Energia** apresentou forte crescimento de EBITDA e lucro, em função, principalmente, da implementação de estratégia comercial e redução de custos, resultado da captura de sinergias com a incorporação da Liquigás pela Copa Energia, parcialmente impactado por maiores despesas financeiras, reflexo do aumento da taxa básica de juros.

Por fim, os resultados da **XP Inc**., que são reconhecidos pela Itaúsa pelo método de equivalência patrimonial desde junho de 2021, contribuíram positivamente para o resultado da Companhia na comparação anual, devido ao maior período de reconhecimento de equivalência patrimonial, apesar da queda na participação acionária ao longo do ano.

Mais detalhes sobre a atuação de cada empresa investida e a respectiva participação acionária da Itaúsa estão disponíveis na seção 8.1 deste documento ("Desempenho operacional e financeiro das empresas investidas").

2.3. Resultado Próprio

As **Despesas Administrativas** totalizaram R$ 46 milhões e R$ 167 milhões no 4T22 e 2022, respectivamente. O aumento de 18% em relação ao acumulado do ano anterior se deu, principalmente, pelo aumento das despesas de pessoal e normalização dos honorários da administração em decorrência da eleição de novos conselheiros independentes, além de despesas relacionadas a iniciativas de TI com foco em segurança da informação, assessorias em projetos de novos negócios e campanhas de *marketing*.

As **Despesas Tributárias** atingiram R$ 192 milhões e R$ 501 milhões no 4T22 e 2022, aumento de 32% e 74%, respectivamente. Tais despesas refletem, essencialmente, os impostos de PIS/COFINS sobre as declarações de JCP realizadas pelo Itaú Unibanco no período, bem como sobre o ganho de capital na alienação de ações da XP, além de maiores tributos sobre a rentabilidade do caixa.

As **Outras Receitas e Despesas Operacionais** totalizaram R$ 1.049 milhões e R$ 2.544 milhões no 4T22 e 2022, aumento de 16% e 182%, respectivamente. O resultado observado refere-se, majoritariamente, ao ganho das alienações de ações da XP Inc. que em 2022 foi de R$ 2.551 milhões.

2.4. Resultado Financeiro

O **Resultado Financeiro** atingiu R$ 202 milhões e R$ 618 milhões negativos no 4T22 e 2022, respectivamente. O aumento das despesas líquidas de R$ 409 milhões em relação a 2021 decorreu, principalmente, pelo aumento das despesas com juros em função da alta da taxa básica de juros no período e do maior endividamento bruto pela 5ª emissão de debêntures, ocorrida em agosto de 2022 para financiar a aquisição de participação na CCR, e pela normalização das despesas financeiras anuais da 4ª emissão de debêntures, concluída em junho de 2021, para aquisição da Aegea. Estes efeitos negativos foram parcialmente compensados pela maior rentabilidade do caixa, impulsionada pela alta na taxa básica de juros.

2.5. Lucro Líquido

O **Lucro Líquido** totalizou R$ 13.674 milhões em 2022, incremento de 12% em relação aos R$ 12.200 milhões apurados no ano anterior, em função do melhor resultado proveniente das empresas investidas (Itaú Unibanco e NTS, principalmente), bem como do ganho de capital com as alienações de ações da XP Inc. realizadas ao longo do ano.

2.6. Lucro Líquido Recorrente

O **Lucro Líquido Recorrente** foi de R$ 13.722 milhões, crescimento de 14% em relação aos R$ 12.070 milhões reportados em 2021.

O Lucro Líquido foi afetado por eventos não recorrentes, que totalizaram efeito negativo de R$ 48 milhões em 2022. No resultado próprio da **Itaúsa**, houve impacto positivo com o recebimento de *earn-out* relativo à venda da Elekeiroz no valor de R$ 164 milhões. No **Itaú Unibanco**, o principal efeito no ano foi relativo à despesa com o programa de demissão voluntária, enquanto na **Alpargatas** despesas relacionadas à reestruturação nas operações internacionais foram os principais efeitos não recorrentes. Já na **Dexco**, o resultado da LD Celulose (que ainda não era operacional) e rescisões de representantes comerciais foram os principais eventos não recorrentes.

Reconciliação do Lucro Líquido Recorrente

R$ milhões	4T22	4T21	2022	2021
Lucro Líquido Recorrente	**3.360**	**4.135**	**13.722**	**12.070**
Total de itens não recorrentes	**(36)**	**(17)**	**(48)**	**130**
Resultado Próprio	**47**	**83**	**164**	**98**
Setor Financeiro	**(44)**	**(152)**	**(139)**	**(222)**
Itaú Unibanco	**(44)**	**(151)**	**(139)**	**(221)**
Teste de readequação do passivo	30	243	80	215
Ações em Tesouraria	–.–	–.–	71	116
Interbancária de Pagamentos (MEP)	–.–	–.–	89	–.–
Reorganização Societária XP	–.–	–.–	–.–	69
Programa de demissão voluntária (PDV)	–.–	–.–	(284)	–.–
Provisão para readequação de estruturas	–.–	–.–	–.–	(276)
Majoração da alíquota CSLL	(51)	(285)	(13)	(89)
Outros	(23)	(109)	(83)	(256)
XP Inc.	–.–	**(1)**	–.–	**(1)**
Setor Não Financeiro	**(39)**	**51**	**(72)**	**254**
Alpargatas	(25)	42	(39)	34
Dexco	(12)	53	(18)	201
Copa Energia	(2)	7	(7)	70
Outros (1)	–.–	(51)	(9)	(52)
Lucro Líquido	**3.324**	**4.117**	**13.674**	**12.200**

(1) Para o ano de 2022, refere-se, principalmente, ao PPA de Aegea relativo ao exercício de 2021. Para o 4T21 e ano de 2021, refere-se, principalmente, ao PPA de Copa Energia relativo ao exercício de 2020.

3. Estrutura de Capital e Endividamento

3.1. Composição do Capital e Alavancagem

A Itaúsa tem por prática a gestão prudente de caixa e manutenção de patamares saudáveis de alavancagem, observados o nível de liquidez das disponibilidades e o foco na preservação de capital. A alavancagem da Companhia em 31.12.2022 era de **4,6%** (dívida líquida de R$ 3,8 bilhões sobre o passivo total + patrimônio líquido de R$ 83,3 bilhões) e **3,7%** sobre o valor de mercado de seus ativos (dívida líquida de R$ 3,8 bilhões sobre o *Net Asset Value* (NAV) de R$ 102,2 bilhões).

A Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para dar continuidade ao seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazos, incluindo o pagamento de empréstimos de terceiros, dadas suas fontes de liquidez (posição de caixa atual, proventos das investidas, liquidez de seus ativos do portfólio e sua capacidade de chamar capital, caso necessário).

Importante ressaltar que as ações da XP Inc. detidas pela Itaúsa representam uma importante fonte de liquidez, dada a decisão estratégica já anunciada pela Itaúsa de alienação dessa participação. Se considerado tal valor como posição de caixa em 31.12.2022, a Companhia apresentaria dívida líquida de R$ 229 milhões.

Composição do Capital em 31.12.2022 — **Composição do Passivo (R$ milhões)**

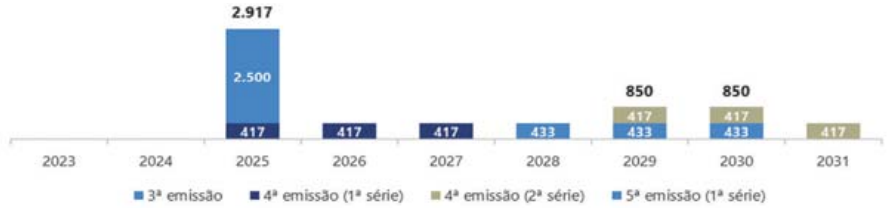
Passivo Total	10.457	12,6%
Debêntures	6.447	7,7%
Dividendos e JCP a pagar	1.968	2,4%
Contingências Tributárias	1.763	2,1%
Outros passivos	279	0,3%

Nota: valores referentes ao balanço individual da Itaúsa.

3.2. Cronograma de Amortização

Abaixo estão a posição de caixa em 31.12.2022, os instrumentos de dívida que representam mais de 60% das dívidas totais da Companhia, bem como o seu cronograma de amortização.

Em 31.12.2022, o prazo médio da dívida da Companhia era de **4 anos e 7 meses** e custo médio de **CDI + 1,61% a.a.**

Cronograma de Amortização do Principal em 31.12.2022 (em R$ milhões)

- 3ª emissão de debêntures tem custo de CDI + 2,4% a.a. e prazo de 10 anos.
- 4ª emissão de debêntures (1ª série) tem custo de CDI + 1,4% a.a. e prazo de 6 anos.
- 4ª emissão de debêntures (2ª serie) tem custo de CDI + 2,0% a.a. e prazo de 10 anos.
- 5ª emissão de debêntures (1ª série) tem custo de CDI + 1,12% a.a. e prazo de 3 anos.

Em agosto de 2022, foi efetivada a 5ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da Itaúsa, no montante de **R$ 3,5 bilhões,** com **prazo de 3 anos e custo de CDI + 1,12% a.a.,** que foram utilizados, majoritariamente, para aquisição de participação acionária na CCR. Parte desse recurso também foi utilizada para reforço de caixa e pagamento de custos e despesas relacionados às atividades da Itaúsa.

Em linha com a decisão estratégica de desalavancagem, em dezembro, o Conselho de Administração da Itaúsa aprovou realizar o resgate integral da 2ª emissão de debêntures da Companhia (saldo de principal: R$ 800 milhões) e da 2ª série da 5ª emissão de debêntures da Companhia (saldo de principal: R$ 1,0 bilhão). O desembolso total foi de aproximadamente **R$ 1,9 bilhão**, com utilização dos recursos provenientes das últimas transações de venda de ações da XP Inc. Com isso, o endividamento da Itaúsa dos próximos 3 anos foi reduzido em R$ 1,8 bilhão (saldo de principal) ou **38%**, e não há amortizações a serem realizadas nos próximos 2 anos.

Para mais informações sobre as emissões de debêntures, vide a Nota Explicativa nº 20 ou acesse: www.itausa.com.br/divida-e-rating.

3.3. Agências de *Rating*

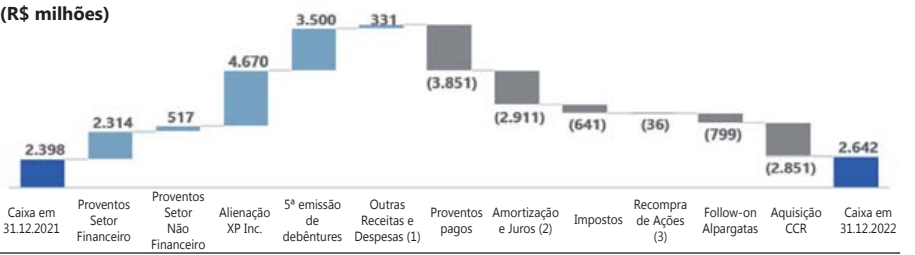
Em setembro, a Moody's elevou o *rating* de crédito corporativo da Itaúsa de AA.br para **AA+.br** (escala nacional) com perspectiva "Estável", mesmo *rating* atribuído às 3ª e 4ª emissões de debêntures da Companhia. De acordo com a agência, a nova classificação do *rating* de crédito da Itaúsa reflete a intensificação da diversificação do seu portfólio de investimentos, a manutenção de baixos níveis de alavancagem e posição de caixa e "colchão" de liquidez confortáveis para o serviço das dívidas.

Em novembro, a Fitch Ratings iniciou a cobertura do crédito corporativo da Itaúsa e atribuiu *rating* **AAA** (grau de investimento), em escala nacional, reforçando a credibilidade da *holding* no mercado de capitais e a disciplina financeira conservadora da administração.

Agência	Rating	Perspectiva	Escala	Última atualização
Moody's	AA+.br	Estável	Nacional	12.09.2022
Fitch Ratings	AAA(bra)	Estável	Nacional	04.11.2022

3.4. Fluxo de Caixa

A Itaúsa encerrou 2022 com **R$ 2.642 milhões** de saldo de caixa, cuja movimentação desde 31.12.2021 é apresentada abaixo, com destaque para (i) proventos recebidos do setor financeiro de R$ 2.314 milhões, (ii) alienação de 41 milhões de ações da XP detidas pela Itaúsa com impacto no caixa de R$ 4.670 milhões, (iii) entrada dos recursos da 5ª emissão de debêntures, (iv) proventos de R$ 3.851 milhões pagos pela Companhia, (v) pagamento de amortização de principal e juros de debêntures emitidas no valor de R$ 2.911 milhões, (vi) subscrição de R$ 799 milhões em ações da Alpargatas em seu *follow-on* e (vii) aquisição de 10,33% de participação acionária na CCR por R$ 2.851 milhões.

(R$ milhões)

(1) Considera receita oriunda da rentabilidade do caixa, as despesas gerais e administrativas, entre outros.

(2) Inclui fees e prêmio de liquidação antecipada.

(3) O Programa de Recompra de Ações de emissão própria para tesouraria, aprovado pelo Conselho de Administração em 22.02.2021, com validade de 18 meses, foi encerrado em 22.08.2022 Durante a vigência do programa, a Itaúsa adquiriu 8,0 milhões de ações preferenciais e 3,5 milhões de ações ordinárias de emissão própria. Adicionalmente, em 13.12.2021 recebeu 400.000 ações preferencias a título de bonificação. O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 07.11.2022, o cancelamento dessas ações mantidas em tesouraria.

4. Remuneração aos acionistas

4.1. Proventos e *dividend yield* (dos últimos 12 meses)

Os investidores que permaneceram como acionistas nos últimos 12 meses findos em 31.12.2022 farão jus ao recebimento do montante bruto total de **R$ 5,6 bilhões** em proventos, ou seja, R$ 0,58798 (bruto) por ação que, divididos pela cotação da ação preferencial em 29.12.2022, resultou em 6,9% de *dividend yield*.

Exercício Competência	Proventos Declarados (1)	Posição Acionária	Data de Pagamento	Montante Bruto Declarado	Valor bruto por ação (2)	Valor líquido por ação (2)
2021	JCP	14.01.2022	11.03.2022	R$ 1.176,5 milhões	R$ 0,13334	R$ 0,11334
	JCP	24.03.2022	30.08.2022	R$ 999,9 milhões	R$ 0,11337	R$ 0,09636
	JCP trimestral	31.05.2022	01.07.2022	R$ 207,5 milhões	R$ 0,02353	R$ 0,02000
	JCP	18.08.2022	30.08.2022	R$ 90,8 milhões	R$ 0,01030	R$ 0,00876
	JCP	18.08.2022	até 29.12.2023	R$ 435,7 milhões	R$ 0,04940	R$ 0,04199
2022	JCP trimestral	31.08.2022	03.10.2022	R$ 207,5 milhões	R$ 0,02353	R$ 0,02000
	JCP	18.11.2022	até 29.12.2023	R$ 500,0 milhões	R$ 0,05154	R$ 0,0481
	JCP trimestral	30.11.2022	02.01.2023	R$ 228,3 milhões	R$ 0,02353	R$ 0,02000
	JCP	08.12.2022	10.03.2023	R$ 1.367,9 milhões	R$ 0,14100	R$ 0,11985
	JCP	08.12.2022	até 29.12.2023	R$ 431,7 milhões	R$ 0,04450	R$ 0,03783
Total de proventos dos últimos 12 meses					**R$ 0,61404**	**R$ 0,52193**
Total de proventos ajustado pela bonificação de 10% (3)				**R$ 5.645,8 milhões**	**R$ 0,58798**	**R$ 0,49978**
Valor da ação preferencial (ITSA4) em 29.12.2022					**R$ 8,51**	
Dividend Yield					**6,9%**	**5,9%**

(1) Os juros sobre capital próprio (JCP) são sujeitos à tributação de 15% de Imposto de Renda, retidos na fonte, conforme legislação vigente. | (2) O capital social da Itaúsa em 31.12.2022 era composto por 9.701.409.715 ações. | (3) Conforme convenção de mercado, o Dividend Yield foi calculado considerando os proventos por ação ajustados pela bonificação de 10% de ações realizada em 07.11.2022 divididos pelo valor da ação (ITSA4) em 29.12.2022.

ITAÚSA
Itaúsa S.A.
CNPJ 61.532.644/0001-15 - Companhia Aberta
Av. Paulista, 1938 – São Paulo – SP
Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA · ISE B3 · ICO2 B3 · IGPTW B3 · ITSA B3 LISTED N1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2022 e 4º trimestre de 2022 (Continuação)

O Conselho de Administração da Companhia, reunido em 20.03.2023, declarou Juros sobre o Capital Próprio no valor de R$ 750 milhões (R$ 637 milhões líquidos) ou R$ 0,0773 por ação (R$ 0,065705 líquido por ação), com base na posição acionária ao final do dia 23.03.2023, a serem pagos até 31.08.2023.

Histórico do *Dividend Yield* da Itaúsa

Ano Base	2019	2020	2021	2022
Dividend Yield (bruto)	8,5%	5,5%	4,2%	6,9%

O histórico completo de proventos pagos e a pagar já anunciados está disponível em www.itausa.com.br/dividendos-e-jcp.

4.2. Aumento do Capital Social com Bonificação em Ações

Em novembro, anunciamos aumento do capital social, mediante capitalização de reserva de lucros com a emissão de novas ações, atribuídas gratuitamente aos acionistas, a título de bonificação, na proporção de **1 nova ação para cada 10 ações** da mesma espécie. A bonificação foi efetuada em números inteiros e as novas ações foram incorporadas na carteira dos acionistas em 16.11.2022, com base na posição acionária de 10.11.2022.

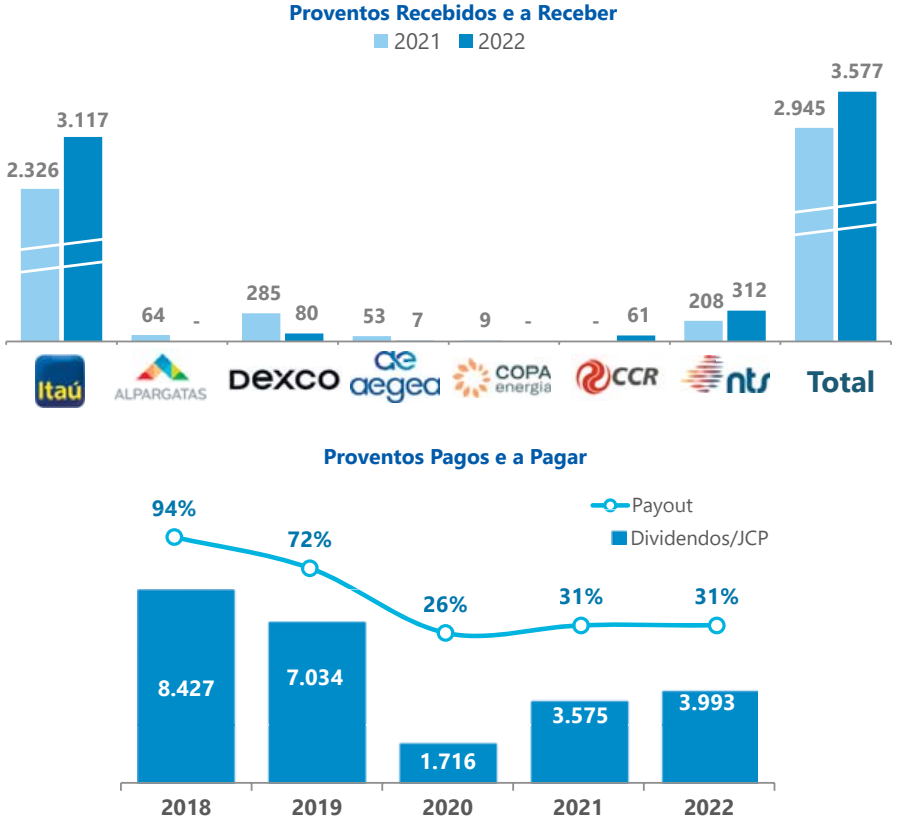
O custo atribuído às ações bonificadas foi de R$ 13,65162423 por ação. O custo visou maximizar o benefício fiscal aos acionistas e foi calculado considerando o valor de reservas de lucros disponível para a bonificação (R$ 12,04 bilhões) dividido pelo número de novas ações emitidas (881.946.338 novas ações).

As sobras decorrentes de frações de ações foram separadas, agrupadas em números inteiros e vendidas na Bolsa de Valores em leilão realizado em 23.12.2022, e o valor líquido do produto da venda foi disponibilizado, proporcionalmente, aos titulares dessas frações, em 06.01.2023, sendo R$ 8,9355268747 para cada ação ordinária e R$ 8,5659236467 para cada ação preferencial.

4.3. Fluxo de Dividendos e JCP por Competência do Exercício (1)(2)

Apresentamos a seguir o fluxo de dividendos e JCP com **base na competência de cada exercício social** para melhor visualização sobre a prática de distribuição de proventos da Companhia que tem sido a de, no mínimo, repassar integralmente o valor recebido de proventos de sua empresa investida Itaú Unibanco relativos aos resultados de cada exercício social.

Proventos Recebidos e a Receber

Proventos Pagos e a Pagar

(1) Referente ao Balanço Individual (valores em R$ milhões).
(2) Payout = Dividendos e JCP líquidos pagos e a pagar / Lucro Líquido deduzido da reserva legal de 5%.

5. Valor dos Ativos

A capitalização de mercado da Itaúsa em 31.12.2022, com base no valor da ação mais líquida (ITSA4), era de **R$ 82,6 bilhões**, enquanto a soma das participações nas empresas investidas a valor de mercado totalizava **R$ 102,2 bilhões**, resultando em um desconto de **19,2%**, redução de **2,3 p.p**. em relação aos 21,5% em 31.12.2021.

Empresas do Portfólio	Cotação da ação mais líquida (R$) (A)	Total de ações (milhões) (B)	Valor de mercado (R$ milhões)	Participação da Itaúsa (%) (C)	Valor de mercado das participações (R$ milhões)
Itaú	25,00	9.801	245.022	37,2%	91.250
XP Inc. (D)	79,61	542	43.128	6,5%	2.824
Alpargatas	15,08	674	10.169	29,6%	3.006
Dexco	6,78	734	5.478	37,9%	2.074
CCR	10,82	2.020	21.856	10,3%	2.258
aegea (E)	n/d	n/d	n/d	12,9%	2.573
nts (F)	n/d	n/d	n/d	8,5%	2.005
COPA energia (E)	n/d	n/d	n/d	48,9%	1.286
Demais Ativos e Passivos (G)					-5.041
Valor de Mercado da Soma das Partes					**102.235**
ITAÚSA	**8,51**	**9.701**	**82.559**		**82.559**
Desconto					**-19,2%**

(A) Cotações de fechamento do último dia útil do período das ações mais líquidas do Itaú Unibanco (ITUB4), XP Inc. (Nasdaq: XP), Alpargatas (ALPA4), Dexco (DXCO3), CCR (CCRO3) e Itaúsa (ITSA4). | (B) Total de ações emitidas excluindo as ações em tesouraria. | (C) Participação direta e indireta da Itaúsa no capital total das empresas investidas, conforme Nota Explicativa 1 das Demonstrações Contábeis da Itaúsa de 31.12.2022. | (D) Considera cotação de US$ 15,25/ação e câmbio de R$ 5,22/US$. | (E) Considera o valor do investimento contabilizado no Balanço Patrimonial de 31.12.2022. | (F) Considera o valor justo contabilizado no Balanço Patrimonial de 31.12.2022. | (G) Dados do Balanço Patrimonial individual de 31.12.2022.

O desconto é um indicador resultante da diferença entre a cotação de mercado das ações da Itaúsa e a somatória dos investimentos da Companhia a valores de mercado (para empresas listadas), a valor justo ou valor investido (para as empresas não listadas) ("soma das partes").

Parte do desconto é justificável pelas despesas de manutenção da *holding*, os impostos incidentes sobre uma fração dos proventos recebidos (ineficiência fiscal), a avaliação de risco, dentre outros fatores. Considerando os fundamentos que o justificam, a Administração da Itaúsa acredita que o atual patamar de desconto ainda está acima do que considera adequado para o indicador.

A Itaúsa divulga mensalmente um informativo de desconto, disponível em: www.itausa.com.br/valor-dos-ativos-e-desconto.

6. Mercado de Capitais

6.1. Desempenho da Ação

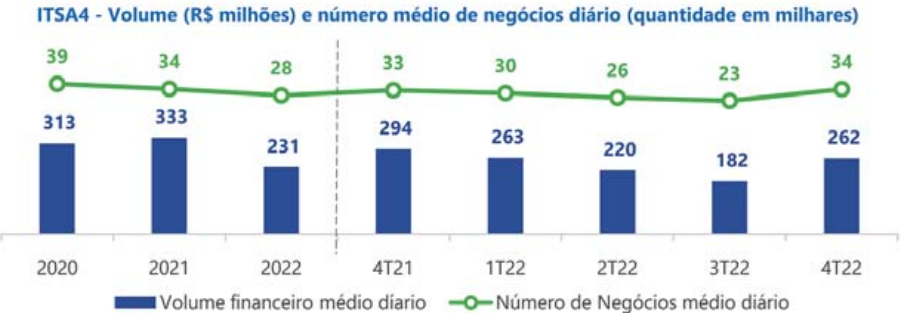
As ações preferenciais da Itaúsa (B3: ITSA4) eram cotadas a R$ 8,51 ao final de 2022, apresentando, nos últimos 12 meses, apreciação de 12,0%, quando ajustadas pelo pagamento de proventos, ao passo que o principal índice da B3, o Ibovespa, apresentou apreciação de 4,7% no mesmo período.

Desempenho das ações da Itaúsa e Investidas

Companhia	Fechamento	Δ 4T22	Δ 2022
ITSA4	R$ 8,51	-0,8% ▼	12,0% ▲
ITSA3	R$ 8,90	2,1% ▲	12,3% ▲
ITUB4	R$ 24,98	-9,0% ▼	24,2% ▲
ALPA4	R$ 15,08	-29,1% ▼	-59,1% ▼
DXCO3	R$ 6,78	-16,5% ▼	-47,8% ▼
CCRO3	R$ 10,82	-11,7% ▼	-3,9% ▼
XP	US$15,25	-19,8% ▼	-46,6% ▼
Ibovespa	109.734	-0,3% ▼	4,7% ▲

ITSA4 vs. Ibovespa (últimos 12 meses)

O volume financeiro médio diário negociado das ações preferenciais da Itaúsa, em 2022, foi de R$ 231 milhões ante R$ 333 milhões em 2021, com média diária de 28 mil negócios ante 34 mil negócios em 2021, redução de 30,6% e 17,4%, respectivamente, quando comparados ao mesmo período de 2021.

ITSA4 - Volume (R$ milhões) e número médio de negócios diário (quantidade em milhares)

6.2. Evolução da base acionária

Em 31.12.2022, a Itaúsa detinha 911,2 mil acionistas (sendo 99,6% pessoas físicas) em sua base, o que a posiciona dentre as empresas que detêm uma das maiores bases de acionistas da B3.

Evolução da quantidade de acionistas (em milhares)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2022 e 4º trimestre de 2022 (Continuação)

6.3. Índices e *Ratings* ESG

O comprometimento da Itaúsa e das empresas do portfólio com a ética dos negócios, transparência e constante aprimoramento de sua performance socioambiental é reconhecido na participação de importantes índices de sustentabilidade nacionais e internacionais, como os que estão destacados a seguir:

Dow Jones Sustainability Indices | ISE B3 | CDP | ICO2 B3 | IGPTW B3 | Sustainalytics

Para mais informações sobre a gestão socioambiental e de governança, acesse www.itausa.com.br/sustentabilidade.

7. Auditoria Independente - Resolução CVM nº 162

Procedimentos adotados pela Companhia:

A política de atuação da Itaúsa e empresas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos auditores independentes fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No exercício de 2022, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes prestou os seguintes serviços não relacionados à auditoria externa, que corresponderam a 18,06% do total dos honorários devidos aos serviços de auditoria externa por ela prestados, conforme previsto na Resolução CVM nº 162:

Itaúsa: (i) serviço de *due diligence*, contratado em 12.04.2022, no valor de R$ 178 mil; (ii) outros serviços, contratados em 21.07.2022, no valor de R$ 8 mil; e (iii) asseguração do Formulário de Referência e do Relato Integrado, contratado em 15.09.2022, no valor de R$ 139 mil.

Controlada Dexco: serviços de consultoria em projetos, contratados em 18.01.2022, 15.02.2022 e 01.06.2022, no valor de R$ 345 mil.

Justificativa dos auditores independentes - PwC: a prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados à Itaúsa e sua controlada. A política de atuação com a Itaúsa na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa substancia-se nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente, e todos foram observados na prestação de referidos serviços.

8. Anexos

8.1. Desempenho operacional e financeiro das empresas investidas

Apresentamos abaixo os principais destaques dos resultados do 4T22 das empresas investidas que compõem o portfólio da Itaúsa.

Empresas Investidas	Atividade	Participação (1) no capital total	Listagem
Itaú Unibanco Holding S.A. (2)	Instituição Financeira (Banco)	37,24%	B3: ITUB4
XP Inc. (3)	Produtos e Serviços Financeiros	6,55%	Nasdaq: XP
Alpargatas S.A.	Calçados e Vestuários	29,56%	B3: ALPA4
Dexco S.A.	Madeira, Louças, Metais Sanitários e Celulose Solúvel	37,86%	B3: DXCO3
CCR S.A.	Infraestrutura e Mobilidade	10,33%	B3: CCRO3
Aegea Saneamento e Participações S.A. (4)	Saneamento	12,88%	n.a.
Copa Energia S.A.	Distribuição de Gás (GLP)	48,93%	n.a.
Nova Transportadora do Sudeste S.A. (NTS)	Transporte de Gás Natural	8,50%	n.a.

(1) Considera o percentual de participação direta e indireta detida pela Itaúsa em 31.12.2022, conforme Nota Explicativa nº 1 (Contexto Operacional).
(2) A Itaúsa detém participação indireta no Itaú Unibanco Holding por deter participação de 66,53% no capital da IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., cujo único investimento é a participação acionária no Itaú Unibanco.
(3) Não considera a participação indireta de 3,83% (desconsiderando as ações em tesouraria), detida por meio da controlada em conjunto Itaú Unibanco, visto que esta não exerce influência significativa na XP, classificando esta participação como um ativo financeiro mensurado a valor justo por meio de "outros resultados abrangentes", no seu Patrimônio Líquido. Os efeitos dessa participação na Itaúsa estão contabilizados na rubrica "ajustes de avaliação patrimonial", no Patrimônio Líquido, de forma reflexa ao registro realizado no Patrimônio Líquido do Itaú Unibanco.
(4) A Itaúsa detém posição acionária de 10,20% do capital votante e 12,88% do capital total da Aegea Saneamento. Adicionalmente, possui participação de 4,65% e 4,53% das SPEs 1 e 4 da Águas do Rio, respectivamente.

Itaú Unibanco Holding S.A.

Eventos recentes:

- **ESG:** o banco emitiu R$ 2 bilhões em Letras Financeiras Sociais no mercado local para apoiar o empreendedorismo feminino no Brasil. A operação faz parte da agenda ESG da organização e conecta-se ao Programa Itaú Mulher Empreendedora.
- **Itaú Corpbanca (Chile):** o Itaú Unibanco, que atualmente detém 65,62% do capital do Itaú Corpbanca, anunciou a intenção de realizar uma oferta pública voluntária para a aquisição de até a totalidade das ações em circulação dessa companhia. Espera-se que a oferta seja realizada ainda no 1º semestre de 2023, concomitantemente no Chile e nos Estados Unidos. A oferta está sujeita a obtenção das aprovações regulatórias.

Dados Financeiros e Operacionais (em IFRS) (R$ milhões, exceto onde indicado)	4T22	4T21	Δ%	2022	2021	Δ%
Produto Bancário (1)	38.811	36.387	6,7%	148.114	129.212	14,6%
Perda Esperada de Ativos Financeiros e Sinistros	(7.914)	(6.169)	28,3%	(29.287)	(14.379)	103,7%
Despesas Gerais e Administrativas	(18.537)	(16.785)	10,4%	(69.164)	(62.549)	10,6%
Lucro Líquido (2)	7.503	6.596	13,8%	29.702	26.760	11,0%
Lucro Líquido Recorrente (2)	7.622	7.000	8,9%	30.267	27.662	9,4%
ROE (anualizado)	18,0%	17,6%	0,4 p.p.	18,7%	18,2%	0,5 p.p.
ROE Recorrente (anualizado)	18,3%	18,6%	-0,3 p.p.	19,0%	18,8%	0,2 p.p.
Patrimônio Líquido (2)	167.953	152.864	9,9%	167.953	152.864	9,9%
Carteira de Crédito (3)	1.144.687	1.030.779	11,1%	1.144.687	1.030.779	11,1%
Índice de capital Nível I	13,5%	13,0%	0,5 p.p.	13,5%	13,0%	0,5 p.p.

(1) Para melhor comparabilidade, foram reclassificados os efeitos fiscais do hedge nos investimentos no exterior. | (2) Atribuível aos acionistas controladores. | (3) Carteira de Crédito com Garantias Financeiras prestadas e Títulos Privados.

Desempenho Financeiro (4T22 vs. 4T21):

- **Carteira de crédito:** o aumento foi impulsionado pelo crescimento nos principais segmentos no Brasil (+20,1% em pessoas físicas, +10,6% em micro, pequenas e médias empresas, +9,6% em grandes empresas). O efeito positivo do crescimento da carteira foi acompanhado pelo aumento de 18,1% na receita de juros com operações de crédito.
- **Despesas gerais e administrativas:** cresceram principalmente em função dos aumentos das (i) despesas de pessoal, devido aos efeitos da negociação do acordo coletivo de trabalho, que inclui reajuste de 8,0% sobre salários a partir de setembro, e do crescimento do número de colaboradores no período; (ii) despesas com comercialização de produtos não financeiros; e (iii) despesas com processamento de dados e telecomunicações.
- **Perda esperada de ativos financeiros e sinistros:** o crescimento no 4T22 ocorreu em função de um evento subsequente relacionado a um caso específico de empresa de grande porte que entrou em recuperação judicial, cujas condições creditícias existiam em 31.12.2022. Houve reforço na Provisão para Perda de Crédito Esperada para cobrir 100% da exposição, gerando um impacto em resultado de R$ 1,3 bilhão (R$ 719 milhões, líquidos de impostos) no período.
- **Lucro Líquido:** aumentou em função do crescimento de 6,7% do Produto Bancário, fruto do aumento de 9,6% na receita financeira líquida, diante de maiores receitas com operações de crédito.
- **Índice de capital Nível I:** a gestão de capital é primordial, pois é por meio dela que se busca otimizar a aplicação dos recursos e garantir a solidez do banco. Ao final de dezembro de 2022, estava em 13,5%, acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil (9,5%).

Para mais informações sobre os resultados do Itaú Unibanco, acesse:
www.itau.com.br/relacoes-com-investidores

Dados Financeiros e Operacionais (R$ milhões, exceto onde indicado)	4T22	4T21	Δ%	2022	2021	Δ%
Ativos de clientes	945.942	814.753	16,1%	945.942	814.753	16,1%
Receita Líquida	3.177	3.260	-2,5%	13.348	12.077	10,5%
EBITDA Ajustado	738	1.121	-34,1%	3.445	3.815	-9,7%
Margem EBITDA Ajustado	23,2%	34,4%	-11,1 p.p.	25,8%	31,6%	-5,8 p.p.
Lucro Líquido (1)	783	989	-20,9%	3.579	3.589	-0,3%
ROE (anualizado) (1)	18,2%	28,4%	-10,3 p.p.	22,2%	28,6%	-6,4 p.p.
Carteira de Crédito (2) (R$ bilhões)	17,1	10,2	67,1%	17,1	10,2	67,1%

(1) Atribuível aos acionistas controladores. | (2) Carteira bruta de provisões, não inclui empréstimos intercompany e recebíveis relacionados a cartão de crédito.

Desempenho Financeiro (4T22 vs. 4T21):

- **Ativos de Clientes:** totalizaram R$ 946 bilhões, aumento de 16% em relação ao 4T21, impulsionado por R$ 155 bilhões de captação líquida, parcialmente compensado por R$ 37 bilhões de desvalorização de mercado no ano.
- **Carteira de crédito (2):** atingiu R$ 17,1 bilhões com vencimento médio de 3,0 anos e NPL de 90 dias igual a 0,1%. Mais de 90% da carteira de crédito da XP Inc. é colateralizada com investimentos dentro da própria plataforma.
- **Volume transacionado de cartões:** R$ 8,2 bilhões no 4T22, crescimento de 86% em relação ao mesmo período do ano anterior. Ao final de dezembro de 2022, o total de cartões ativos era de 688 mil (+184% vs. 4T21), equivalente a uma penetração de 16% na base de clientes ativos.
- **Receita Líquida:** atingiu R$ 3,2 bilhões no 4T22, queda de 12% contra o mesmo período do ano anterior. Em um cenário desafiador para Renda Variável no Varejo e Mercado de Capitais, os principais fatores positivos do ano foram (i) Institucional, (ii) Grandes Empresas e (iii) Renda Fixa, Float e Cartões no Varejo.
- **Lucro Líquido (1):** atingiu R$ 783 milhões no 4T22, queda de 21% contra o mesmo período do ano anterior, como resultado da queda de receita, compressão de margem bruta e crescimento de despesas, dado incremento de 33% no quadro de colaboradores da companhia em 2022.

Para mais informações sobre os resultados da XP Inc., acesse: https://investors.xpinc.com/

Eventos recentes:

- **2ª emissão de debêntures:** em dezembro, a companhia anunciou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries. A totalidade dos recursos líquidos captados por meio da emissão foi destinada para (i) amortização ou pagamento, conforme o caso, de dívidas registradas no passivo circulante, (ii) financiamento de capital de giro e (iii) gestão ordinária dos negócios.

Dados Financeiros e Operacionais (R$ milhões, exceto onde indicado)	4T22	4T21	Δ%	2022	2021	Δ%
Volume (mil pares/peças) (1)	68.498	76.701	-10,7%	246.624	260.090	-5,2%
Brasil	61.803	70.444	-12,3%	213.674	228.760	-6,6%
Internacional	6.695	6.257	7,0%	32.951	31.330	5,2%
Receita Líquida	1.103	1.069	3,2%	4.182	3.949	5,9%
EBITDA Recorrente	153	180	-15,2%	689	762	-9,5%
Margem EBITDA Recorrente	13,8%	16,8%	-3,0 p.p.	16,5%	19,6%	-3,1 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido (2)	(21)	294	-107,1%	121	690	-82,4%
Lucro Líquido Recorrente (3)	64	150	-57,6%	254	571	-55,6%
ROE (anualizado) (2)	-1,4%	35,0%	-36,4 p.p.	2,3%	21,7%	-19,3 p.p.
ROE Recorrente (anualizado) (3)	4,4%	17,9%	-13,5 p.p.	4,9%	17,9%	-13,1 p.p.
CAPEX	190	159	19,4%	701	339	106,5%

(1) Considera somente operações Havaianas. | (2) Atribuível aos acionistas controladores. | (3) Atribuível aos acionistas controladores e de operações continuadas.

Desempenho Financeiro (4T22 vs. 4T21):

- **Receita Líquida:** a receita líquida foi impulsionada pelas iniciativas de RGM (*Revenue Growth Management*), que se refletiu no aumento da receita por par de Havaianas no Brasil, além disso houve crescimento de volume de vendas dos mercados internacionais.
- **EBITDA Recorrente:** apesar da melhora de receita, foi negativamente impactado pela queda no volume de vendas no Brasil e pelo aumento das despesas de distribuição e de *marketing*, além de incremento de provisão de perda de um cliente específico.
- **Posição de Caixa:** posição financeira líquida negativa em R$ 612 milhões, representando redução de R$ 1.094 milhões em relação ao 4T21. A retração deve-se, principalmente, ao aumento de estoques de matéria-prima e produtos acabados, ao aumento do saldo de contas a receber e à intensificação dos investimentos estratégicos (CAPEX) relacionados ao Programa de Excelência Industrial e Logística (ILEP), além das aquisições de Ioasys e da participação na Rothy's.

Para mais informações sobre os resultados da Alpargatas, acesse: https://ri.alpargatas.com.br

Eventos recentes:

- **LD Celulose:** começou a operar em abril de 2022 e alcançou capacidade plena no final de dezembro de 2022. Vale destacar que, além de operar em plena capacidade, o volume produzido já está adequado em termos de qualidade.

Dados Financeiros e Operacionais (R$ milhões, exceto onde indicado)	4T22	4T21	Δ%	2022	2021	Δ%
Receita Líquida	1.980	2.251	-12,0%	8.487	8.170	3,9%
Divisão Madeira	1.256	1.302	-3,5%	5.205	4.762	9,3%
Divisão Metais e Louças	487	630	-22,8%	2.136	2.251	-5,1%
Divisão Revestimentos	238	319	-25,4%	1.145	1.157	-1,1%
EBITDA Ajustado e Recorrente	366	588	-37,7%	1.732	2.188	-20,9%
Margem EBITDA Ajustado e Recorrente	18,5%	26,1%	-7,6 p.p.	20,4%	26,8%	-6,4 p.p.
Lucro Líquido (1)	209	581	-64,0%	756	1.725	-55,2%
Lucro Líquido Recorrente (1)	239	407	-41,4%	803	1.148	-30,0%
ROE (anualizado) (1)	14,2%	39,6%	-25,4 p.p.	13,1%	31,2%	-18,1 p.p.
ROE Recorrente (anualizado) (1)	16,2%	27,7%	-11,5 p.p.	14,0%	20,8%	-6,8 p.p.
CAPEX (Manutenção e Opex Florestal)	407	587	-30,7%	1.687	1.165	44,8%
Dívida Líquida/EBITDA	2,33x	1,12x	1,21x	2,33x	1,12x	1,21x

(1) Atribuível aos acionistas controladores.

Desempenho Financeiro (4T22 vs. 4T21):

- **Receita Líquida:** no 4T22, o crescimento das receitas unitárias de todas as divisões de negócio não foi suficiente para compensar a queda no volume de vendas, principalmente no mercado externo, onde a companhia optou por reduzir o volume exportado em função da alta no custo do frete internacional. No ano, a receita líquida atingiu patamares recordes, fruto da estratégia de posicionamento de seus produtos no mercado, aliado a melhora de mix na Divisão Madeira e manutenção dos patamares de exportação, que foram suficientes para compensar a queda no volume de vendas em todas as divisões.
- **EBITDA Ajustado e Recorrente:** o aumento dos custos decorrente da pressão no preço de insumos, menor volume vendido e antecipação das paradas de manutenção de todas as fábricas de revestimentos cerâmicos, resultaram em uma queda do EBITDA Ajustado e Recorrente. Mesmo em meio a isso, no comparativo anual, 2022 foi o segundo melhor da história de resultados da Dexco.
- **Celulose Solúvel (DWP):** no ano, a nova divisão vendeu 139,7 mil toneladas (sendo 91,5 mil toneladas no 4T22) e apresentou EBITDA Ajustado e Recorrente de R$ 398,4 milhões (sendo R$ 308,1 milhões no 4T22). Do valor total, R$ 195 milhões representam os 49% da participação da Dexco, o que, caso tivessem sido consolidados ao resultado da companhia, levariam o EBITDA Ajustado e Recorrente do ano a R$ 517 milhões.
- **Lucro Líquido Recorrente:** impactado por forte pressão inflacionária de custos, em especial fretes e insumos dolarizados, além de maior despesa de juros em função da alta da taxa básica de juros sobre a dívida.
- **Alavancagem:** patamar permanece saudável. O aumento no período é justificado pela retração nos resultados dos últimos 12 meses, aumento do endividamento e das despesas de juros em função da alta da taxa básica de juros sobre a dívida. No 4T22, a companhia captou R$ 804 milhões.

Para mais informações sobre os resultados da Dexco, acesse: https://ri.dex.co/

Itaúsa S.A.
CNPJ 61.532.644/0001-15 - Companhia Aberta
Av. Paulista, 1938 – São Paulo – SP

Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA | ISE B3 | ICO2 B3 | IGPTW B3 | ITSA B3 LISTED N1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2022 e 4º trimestre de 2022 (Continuação)

Eventos recentes:

- **Novo CEO:** em março de 2023, no contexto de processo sucessório, a CCR anunciou a eleição de Miguel Setas como seu novo Diretor Presidente, que ocupará o cargo a partir de 24 de abril. Miguel Setas acumula mais de 25 anos de experiência em funções de liderança no setor energético e de infraestrutura, sendo um importante passo para o fortalecimento e a perenidade dos negócios da companhia.
- **Alocação de capital:** alienação da totalidade de sua participação acionária no capital social da SAMM, empresa prestadora de serviços de fibra ótica, no montante de R$ 245 milhões, sujeitos à verificação de determinadas condições usuais a este tipo de transação, incluindo condições precedentes tais como aprovações regulatórias.
- **ESG:** a ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 contratou R$ 2,5 bilhões em debêntures de infraestrutura verdes, a maior captação no mercado de capitais brasileiro nessa modalidade, até o momento. Tal emissão contará com certificação de debênture sustentável, conforme legislação em vigor, tendo em vista que os recursos serão aplicados em transporte de baixa emissão de carbono.
- **Metrô Bahia:** em dezembro, foi celebrado o Termo Aditivo nº 10, cujo objeto consiste na inclusão da operação do Tramo 3 no Metrô Bahia com respectivo reequilíbrio econômico-financeiro, além de implantar e operar Wi-Fi nas estações já existentes das linhas 1 e 2 com respectivo reequilíbrio econômico-financeiro.

Dados Financeiros e Operacionais (R$ milhões, exceto onde indicado)	4T22	4T21	Δ%	2022	2021	Δ%
Receita Líquida (sem construção)	3.281	2.835	15,7%	17.563	11.175	57,2%
Rodovias	1.866	1.855	0,6%	12.129	6.693	81,2%
Aeroportos	544	378	44,0%	1.852	1.186	56,1%
Mobilidade Urbana	873	594	46,9%	3.544	3.261	8,7%
Outros (1)	(1)	9	-110,1%	38	35	8,3%
EBITDA Ajustado e Recorrente (2)	1.604	1.363	17,7%	5.991	4.869	23,1%
Margem EBITDA Ajustado e Recorrente (2)	61,1%	57,5%	3,6 p.p.	62,9%	62,0%	0,9 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido (3)	(217)	(133)	63,0%	4.133	696	494,2%
Lucro Líquido Recorrente (2)	219	161	36,3%	495	806	-38,6%
CAPEX	916	371	147,0%	2.719	1.695	60,4%
Dívida Líquida/EBITDA	1,7x	3,0x	-1,3x	1,7x	3,0x	-1,3x

(1) Inclui holdings, SAMM e eliminações intragrupo. | (2) Equivalente aos números em "mesma base" reportados pela CCR. | (3) Atribuível aos acionistas controladores.

Desempenho Financeiro (4T22 vs. 4T21):

- **Desempenho do tráfego:** na mesma base de comparação, o tráfego de veículos equivalentes cresceu 1,0%, passageiros transportados nos aeroportos 16,9% e passageiros transportados nos negócios de mobilidade 22,5%.
- **Receita Líquida (sem construção):** o incremento reflete o crescimento do volume do tráfego de veículos e passageiros decorrente, da entrada em operação das novas concessões RioSP, ViaMobilidade - Linhas 8 e 9, Pampulha e Blocos Sul e Central, compensado parcialmente com as saídas das concessões NovaDutra e RodoNorte, além da aplicação dos reajustes tarifários.
- **EBITDA Ajustado e Recorrente:** impulsionado, principalmente, pelo melhor desempenho operacional em todos os modais.
- **Lucro Líquido Recorrente:** o incremento em relação ao mesmo período do ano anterior se deu pelo melhor desempenho operacional no modal rodoviário, aeroportuário e de mobilidade urbana.
- **CAPEX:** aumento em decorrência dos avanços na recuperação de pavimento e implantações de dispositivos de segurança na RioSP, aquisição de novos trens na ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 e duplicações na BR-386 na ViaSul.
- **Endividamento:** a Dívida Líquida consolidada atingiu R$ 20,8 bilhões no final de dezembro e o indicador de alavancagem medido pela Dívida Líquida/EBITDA ajustado (últimos 12 meses) atingiu 1,7x.

Para mais informações sobre os resultados da CCR, acesse: https://ri.ccr.com.br/

Eventos recentes:

- **Leilões:** em dezembro, a Aegea, em consórcio com a Engep Ambiental Ltda., anunciou a oferta vencedora na licitação para manejo de resíduos sólidos em 9 municípios do Ceará. Em 20 de dezembro, anunciou a oferta vencedora na licitação para aquisição das ações da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), em parceria com as gestoras Perfin e Kinea. Com essas vitórias, a Aegea passará a operar em 489 municípios de 13 estados, atendendo mais de 30 milhões de habitantes.
- **Financiamento de longo prazo de Águas do Rio:** em dezembro, a coligada Águas do Rio assinou contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES com abertura de crédito de até R$ 19,3 bilhões e prazo de até 28 anos.
- **ESG:** a Águas do Rio firmou com a Petrobras contrato para fornecimento de, pelo menos, 29 mil m³ de água de reuso por ano para operações industriais, sendo este o maior projeto de reuso industrial até o momento no Brasil. A Aegea firmou junto ao BNDES parceria no Projeto Floresta Viva, para a recuperação dos biomas da Mata Atlântica e do Pantanal, contribuindo para a resiliência hídrica e combate às mudanças climáticas.

Dados Financeiros e Operacionais (R$ milhões, exceto onde indicado)	4T22	4T21	Δ%	2022	2021	Δ%
Volume faturado ('000 m³)	143	137	4,8%	557	518	7,6%
Receita Líquida (1)	975	823	18,5%	3.674	2.939	25,0%
EBITDA	679	597	13,7%	2.471	1.822	35,6%
Margem EBITDA	69,6%	72,5%	-2,9 p.p.	67,3%	62,0%	5,3 p.p.
Lucro Líquido (2)	65	191	-65,7%	260	501	-48,1%
CAPEX	314	234	34,1%	974	777	25,4%
Dívida Líquida/EBITDA	3,15x	2,76x	0,39x	3,15x	2,76x	0,39x

(1) Receita operacional líquida deduzida das receitas de construção com margem próxima a zero e sem efeito-caixa. | (2) Atribuível aos acionistas controladores.

Nota: A tabela acima apresenta as informações da Aegea Saneamento, considerando os resultados de Águas do Rio (SPEs 1 e 4) reconhecidos por equivalência patrimonial.

Desempenho Financeiro (4T22 vs. 4T21):

- **Receita Líquida:** o aumento reflete principalmente os reajustes tarifários e o crescimento do volume faturado, este último decorrente da expansão das redes e aumento das economias atendidas, especialmente as de esgoto.
- **EBITDA:** crescimento devido, principalmente, ao aumento no faturamento e aos resultados de Águas do Rio (RJ) em 2022.
- **Lucro Líquido:** redução devido ao aumento na despesa financeira líquida, decorrente, principalmente, do aumento nas taxas de juros sobre as dívidas.
- **CAPEX:** aumento decorrente da expansão do portfólio e dos avanços nas redes de cobertura de água e esgoto.
- **Águas do Rio:** em 2022, registrou receita líquida de R$ 4,9 bilhões, EBITDA de R$ 1,4 bilhão, margem EBITDA de 28,7% e lucro líquido de R$ 468 milhões. O endividamento líquido total da Águas do Rio foi de R$ 7,7 bilhões ao final de dezembro de 2022.

Para mais informações sobre os resultados da Aegea Saneamento, acesse: https://ri.aegea.com.br/

Eventos recentes:

- **Gestão de frota:** buscando uma melhor eficiência logística e satisfação dos clientes, a companhia elevou os investimentos em tecnologia e logística implementando a torre de controle logístico e veículos.
- **ESG:** foram definidos os cinco compromissos estratégicos em ESG: ética e governança, foco no cliente, nossas pessoas, cadeia de valor e meio ambiente.

Dados Financeiros e Operacionais (R$ milhões, exceto onde indicado)	4T22	4T21	Δ%	2022	2021	Δ%
Volume ('000 tons)	452	446	1,3%	1.821	1.826	-0,3%
Receita Líquida (1)	2.820	2.753	2,4%	11.770	10.240	14,9%
EBITDA Recorrente	351	116	201,6%	909	361	151,4%
Lucro Líquido Recorrente	159	29	446,1%	313	55	470,8%
CAPEX	49	56	-11,9%	130	116	12,5%

(1) Considera venda de ativos. | Nota: Números não auditados.

Desempenho Financeiro (4T22 vs. 4T21):

- **Volume de Vendas:** apesar do ligeiro aumento no volume vendido no 4T22 em relação ao 4T21, impactado pelas reduções dos preços do GLP da Petrobras e benefício da alíquota zero de PIS/COFINS, no ano o volume vendido apresentou leve retração ainda sob impacto da desaceleração do consumo das famílias, em virtude da diminuição do poder de compra do consumidor.
- **Receita Líquida:** melhor desempenho observado no período reflete a política de preços e comercial implementada na companhia, mesmo com a ligeira queda do volume vendido.
- **EBITDA e Lucro Líquido Recorrentes:** incremento é reflexo da melhor margem bruta do período.

Para mais informações sobre a Copa Energia, acesse: https://www.copaenergia.com.br/

Eventos recentes:

- **Democratização do acesso à infraestrutura de transporte de gás no mercado brasileiro**: foram assinados 7 contratos na modalidade interruptível (contratos de curta duração) com a SHELL, GALP e GERDAU. Além disso, foi assinado acordo de Redução de Flexibilidade de uso pela Petrobras. Tal instrumento possibilita o acesso de outros agentes ao sistema de transporte da NTS de forma isonômica com a Petrobras, reforçando assim a prontidão da companhia para operar num ambiente multicliente e disponibilizando parte da capacidade firme de sua malha para novos carregadores.
- **Expansão da malha de gasodutos de transporte de gás natural no Brasil (Projeto GASIG)**: conclusão das obras do primeiro projeto após a implementação do novo marco regulatório do setor, em 2021. O GASIG tem 11 km de extensão e interliga Itaboraí a Guapimirim, viabilizando o escoamento do gás do pré-sal pela Rota 3, com capacidade de transporte de 18 M m³/dia.
- **Investimentos:** a NTS investiu R$ 431 milhões no ano, com destaque para os avanços no projeto GASIG, a aquisição de Linepack e o comissionamento do novo ponto de entrega Cubatão II, levando a companhia a atuar na direção de um mercado multicliente e em conformidade com a Nova Lei do Gás.

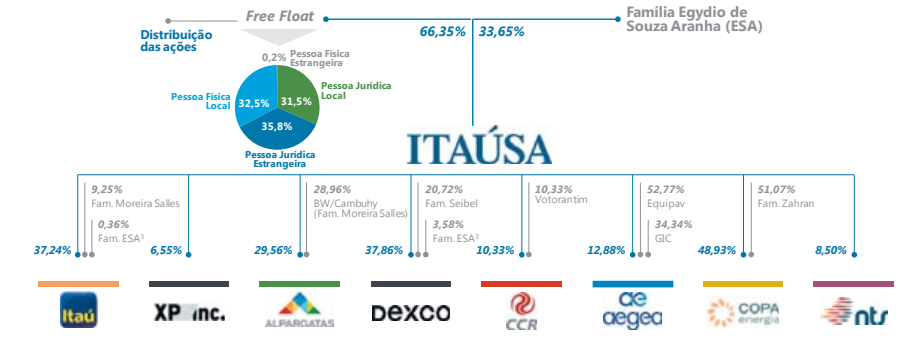
Dados Financeiros e Operacionais (R$ milhões, exceto onde indicado)	4T22	4T21	Δ%	2022	2021	Δ%
Receita Líquida	1.738	1.490	16,6%	6.778	5.766	17,5%
Lucro Líquido	702	777	-9,6%	3.075	3.060	0,5%
Proventos (1) - Total	232	430	-46,1%	3.108	2.737	13,6%
Proventos (1) - % Itaúsa	20	33	-40,1%	313	209	49,4%
CAPEX	139	82	68,5%	431	202	112,9%
Dívida Líquida (2)	10.090	3.107	224,8%	10.090	3.107	224,8%

(1) Considera dividendos e juros sobre o capital próprio brutos (pagos pela NTS e pela NISA). | (2) Resultados preliminares ainda não auditados.

Desempenho Financeiro (4T22 vs. 4T21):

- **Receita Líquida:** aumento observado deve-se aos reajustes previstos nos contratos de transporte de gás.
- **Lucro Líquido:** queda em relação ao mesmo período do ano anterior, fruto de maior despesa financeira no 4T22 relacionada ao maior nível de endividamento da companhia após incorporação da NISA no 2T22, além do aumento do CDI entre os períodos comparativos.
- **Proventos:** a NTS pagou R$ 3.108 milhões em dividendos e JCP (brutos) no ano como base no critério de distribuição intercalar adotado pela companhia. Do total pago, R$ 313 milhões foram destinados à Itaúsa e já considera a parcela proveniente da NISA.
- **Endividamento:** em função da incorporação da NISA pela NTS, o endividamento líquido da NTS incorporou as debêntures e notas comerciais da NISA, além dos juros e saldos correspondentes a instrumentos financeiros derivativos. Adicionalmente, no segundo semestre, a companhia concluiu processo de captação de R$ 5 bilhões de dívida com propósito de antecipar o vencimento de debênture vincenda em 2023.

Para mais informações sobre os resultados da NTS, acesse: https://ri.ntsbrasil.com

8.2. Estrutura Acionária em 31.12.2022 [1,2]

(1) As participações apresentadas são referentes ao total de ações excetuadas as ações em tesouraria.
(2) Corresponde a participação direta e indireta nas empresas investidas.
(3) Ações detidas diretamente por pessoas físicas ou entidades da Família ESA.

8.3. Balanço Patrimonial (individual e gerencial)

(R$ milhões)

ATIVO	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE	**6.518**	**4.952**
Ativos Financeiros	**6.341**	**4.863**
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.642	2.398
Ativos Financeiros VJR (NTS/NISA)	2.005	1.516
Dividendos/JCP a Receber	1.694	949
Ativos Fiscais	**167**	**65**
Tributos a Compensar	167	65
Outros Ativos	**10**	**24**
Despesas Antecipadas	7	10
Outros Ativos	3	14
NÃO CIRCULANTE	**76.736**	**69.650**
Investimentos	**75.861**	**68.520**
Investimentos em participações societárias.	75.857	68.516
Outros Investimentos	4	4
Ativos Fiscais	**716**	**965**
Tributos a Compensar	9	8
Imp. Renda/Contrib. Social Diferidos	707	957
Imobilizado	**104**	**107**
Outros Ativos	**55**	**58**
Ativos de Direito de Uso	5	7
Despesas Antecipadas	–.–	5
Depósitos Judiciais	32	31
Outros Ativos	18	15
TOTAL DO ATIVO	**83.254**	**74.602**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE	**4.155**	**2.454**
Debêntures	160	428
Dividendos/JCP a Pagar	1.968	1.882
Fornecedores	6	19
Tributos a Recolher	178	80
Obrigações com Pessoal	54	42
Passivos de Arrendamentos	3	3
Provisões	1.763	–.–
Outros Passivos	23	–.–
NÃO CIRCULANTE	**6.302**	**6.262**
Debêntures	6.287	4.587
Provisões	12	1.663
Outros Tributos Diferidos	1	7
Passivos de Arrendamentos	2	5
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**72.797**	**65.886**
Capital Social	63.500	51.460
Reservas de capital	563	572
Reservas de lucros	13.598	16.319
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(4.864)	(2.368)
Ações em Tesouraria	–.–	(97)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**83.254**	**74.602**

Notas:
- Balanço Patrimonial atribuível aos acionistas controladores.
- O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos Ativo e Passivo estão apresentados compensados pela entidade tributável.

ITAÚSA

Itaúsa S.A.
CNPJ 61.532.644/0001-15 - Companhia Aberta
Av. Paulista, 1938 – São Paulo – SP

Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA | ISE B3 | ICO2 B3 | IGPTW B3 | ITSA B3 LISTED N1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2022 e 4º trimestre de 2022 (Continuação)

8.4. Apuração do Resultado de Equivalência Patrimonial

A Itaúsa tem seu resultado composto basicamente pelo Resultado de Equivalência Patrimonial (REP), apurado a partir do lucro líquido de suas empresas investidas e do resultado de investimentos em ativos financeiros.

Visão do 4° trimestre de 2022 e 2021

(R$ milhões)

Apuração do Resultado da Equivalência Patrimonial	Setor Financeiro: Itaú 4T22	Itaú 4T21	XP Inc. 4T22	XP Inc. 4T21	Setor não Financeiro: Alpargatas 4T22	Alpargatas 4T21	Dexco 4T22	Dexco 4T21	CCR 4T22	CCR 4T21	Aegea 4T22	Aegea 4T21	Copa Energia 4T22	Copa Energia 4T21	NTS 4T22	NTS 4T21	Outras 4T22	Outras 4T21	Holding: Itaúsa 4T22	Itaúsa 4T21
Lucro Líquido Recorrente das Empresas Investidas	7.622	7.000	783	989	64	150	239	437	(217)	-	68	206	159	29	-	-	(6)	(2)		
(x) Participação Direta / Indireta	37,24%	37,32%	7,42%	14,61%	29,56%	29,18%	37,86%	36,86%	10,33%	-	Vide nota.	Vide nota.	48,93%	48,93%	8,50%	8,50%	100,00%	100,00%		
(=) Participação no Lucro Líquido Recorrente	2.839	2.614	57	142	19	42	91	161	(22)	-	10	26	78	13	-	-	(6)	(2)	3.066	2.996
(+/-) Outros Resultados	(56)	(34)	-	-	(6)	(5)	-	-	-	-	(11)	-	(6)	(17)	-	-	-	-	(79)	(56)
(=) Resultado de Equivalência Patrimonial Recorrente	2.783	2.580	57	142	13	37	91	161	(22)	-	(1)	26	72	(4)	-	-	(6)	(2)	2.987	2.940
(+/-) Resultado não Recorrente	(44)	(151)	-	(1)	(25)	38	(12)	53	-	-	-	-	(2)	(104)	-	-	-	64	(83)	(101)
(=) Resultado da Equivalência Patrimonial	2.739	2.429	57	141	(12)	75	79	214	(22)	-	(1)	26	70	(108)	-	-	(6)	62	2.904	2.839
(+) Resultado de Investimentos em Ativos Financeiros - VJR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(13)	608	-	-	(13)	608
(=) Resultado das Empresas Investidas na Itaúsa	2.739	2.429	57	141	(12)	75	79	214	(22)	-	(1)	26	70	(108)	(13)	608	(6)	62	2.891	3.447
Contribuição	94,7%	70,5%	2,0%	4,1%	-0,4%	2,2%	2,7%	6,2%	-0,8%	0,0%	0,0%	0,8%	2,4%	-3,1%	-0,4%	17,6%	-0,2%	1,8%	100,0%	100,0%

Notas:
- As participações (direta e indireta) nas empresas investidas consideram o percentual médio de participação da Itaúsa no período.
- O investimento na NTS é reconhecido como um ativo financeiro, não sendo avaliado pelo Método de Equivalência Patrimonial.
- Em relação à Aegea Saneamento, a participação demonstrada no quadro considera a equivalência patrimonial sobre os resultados da Aegea Saneamento e Águas do Rio 1 e 4, respeitando o acordo de divisão de resultados celebrado entre as partes.
- "Outras empresas" considera os investimentos na Itautec e ITH Zux Cayman (empresas não operacionais).

Visão acumulada de 2022 e 2021

(R$ milhões)

Apuração do Resultado da Equivalência Patrimonial	Setor Financeiro: Itaú 2022	Itaú 2021	XP Inc. 2022	XP Inc. 2021	Setor não Financeiro: Alpargatas 2022	Alpargatas 2021	Dexco 2022	Dexco 2021	CCR 2022	CCR 2021	Aegea 2022	Aegea 2021	Copa Energia 2022	Copa Energia 2021	NTS 2022	NTS 2021	Outras 2022	Outras 2021	Holding: Itaúsa 2022	Itaúsa 2021
Lucro Líquido Recorrente das Empresas Investidas	30.268	27.662	3.579	3.589	254	572	803	1.179	(227)	-	259	309	314	55	-	-	(9)	(9)		
(x) Participação Direta / Indireta	37,25%	37,33%	10,57%	14,90%	29,54%	29,18%	37,76%	36,79%	10,33%	-	Vide nota.	Vide nota.	48,93%	48,68%	8,50%	8,50%	100,00%	100,00%		
(=) Participação no Lucro Líquido Recorrente	11.275	10.328	375	285	75	166	303	434	(23)	-	36	37	154	26	-	-	(9)	(9)	12.186	11.267
(+/-) Outros Resultados	(158)	(102)	-	-	(29)	(23)	-	-	-	-	(43)	-	(43)	(17)	-	-	-	-	(273)	(142)
(=) Resultado de Equivalência Patrimonial Recorrente	11.117	10.226	375	285	46	143	303	434	(23)	-	(7)	37	111	9	-	-	(9)	(9)	11.913	11.125
(+/-) Resultado não Recorrente	(139)	(221)	-	(1)	(27)	29	(18)	201	-	-	(21)	-	(7)	(41)	-	-	-	64	(212)	31
(=) Resultado da Equivalência Patrimonial	10.978	10.005	375	284	19	172	285	635	(23)	-	(28)	37	104	(32)	-	-	(9)	55	11.701	11.156
(+) Resultado de Investimentos em Ativos Financeiros - VJR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	802	692	-	-	802	692
(=) Resultado das Empresas Investidas na Itaúsa	10.978	10.005	375	284	19	172	285	635	(23)	-	(28)	37	104	(32)	802	692	(9)	55	12.503	11.848
Contribuição	87,8%	84,4%	3,0%	2,4%	0,2%	1,5%	2,3%	5,4%	-0,2%	0,0%	-0,2%	0,3%	0,8%	-0,3%	6,4%	5,8%	-0,1%	0,5%	100,0%	100,0%

Notas:
- As participações (direta e indireta) nas empresas investidas consideram o percentual médio de participação da Itaúsa no período.
- O investimento na NTS é reconhecido como um ativo financeiro, não sendo avaliado pelo Método de Equivalência Patrimonial.
- Em relação à Aegea Saneamento, a participação demonstrada no quadro considera a equivalência patrimonial sobre os resultados da Aegea Saneamento e Águas do Rio 1 e 4, respeitando o acordo de divisão de resultados celebrado entre as partes.
- "Outras empresas" considera os investimentos na Itautec e ITH Zux Cayman (empresas não operacionais).

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL E CONSOLIDADO *(Em milhões de Reais)*

ATIVO	Nota	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.642	2.398	4.472	3.876
Títulos e valores mobiliários	6	2.005	1.516	2.005	1.516
Clientes	7	–.–	–.–	1.425	1.430
Estoques	8	–.–	–.–	1.605	1.433
Dividendos e Juros sobre o capital próprio a receber	9	1.694	949	1.631	949
Imposto de renda e Contribuição social a compensar		165	63	308	190
Outros tributos a compensar	10	2	2	79	89
Outros ativos	11	10	24	167	289
Total Circulante		**6.518**	**4.952**	**11.692**	**9.772**
Não Circulante					
Realizável a longo prazo		767	1.017	4.644	4.089
Títulos e valores mobiliários	6	–.–	–.–	50	40
Ativos Biológicos	12	–.–	–.–	1.917	1.269
Depósitos judiciais		32	31	148	120
Benefícios a empregados	30.1.1	13	9	123	109
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	13	707	957	1.089	1.252
Imposto de renda e Contribuição social a compensar		9	8	9	8
Outros tributos a compensar	10	–.–	–.–	596	801
Direito de uso	14	5	7	565	374
Outros ativos	11	1	5	147	116
Investimentos	15	75.861	68.520	75.364	67.628
Imobilizado	16	104	107	4.055	3.736
Intangível	17	4	6	882	756
Total não Circulante		**76.736**	**69.650**	**84.945**	**76.209**
TOTAL DO ATIVO		**83.254**	**74.602**	**96.637**	**85.981**

PASSIVO	Nota	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Circulante					
Fornecedores	18	6	19	1.243	1.674
Obrigações com pessoal		54	42	259	269
Empréstimos e financiamentos	19	–.–	–.–	742	836
Debêntures	20	160	428	180	441
Imposto de renda e Contribuição social a recolher		–.–	3	21	18
Outros tributos a recolher	10	178	77	346	154
Dividendos e Juros sobre o capital próprio a pagar	22.5.2	1.968	1.882	2.111	1.885
Arrendamentos	14	3	3	40	28
Provisões	21	1.763	–.–	1.763	–.–
Outros passivos	11	23	–.–	654	522
Total Circulante		**4.155**	**2.454**	**7.359**	**5.827**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	–.–	–.–	3.639	1.822
Debêntures	20	6.287	4.587	7.486	5.785
Arrendamentos	14	2	5	567	376
Provisões	21	12	1.663	415	2.040
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	13	–.–	–.–	207	149
Outros tributos diferidos		1	7	2	8
Outros tributos a recolher	10	–.–	–.–	57	68
Benefícios a empregados	30.2	–.–	–.–	36	38
Outros Passivos	11	–.–	–.–	334	360
Total não Circulante		**6.302**	**6.262**	**12.743**	**10.646**
TOTAL DO PASSIVO		**10.457**	**8.716**	**20.102**	**16.473**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	22.1	63.500	51.460	63.500	51.460
Reservas de capital	22.2	563	572	563	572
Reservas de lucros	22.3	13.598	16.319	13.598	16.319
Ajustes de avaliação patrimonial	22.4	(4.864)	(2.368)	(4.864)	(2.368)
Ações em tesouraria	22.6	–.–	(97)	–.–	(97)
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		**72.797**	**65.886**	**72.797**	**65.886**
Participação dos acionistas não controladores		–.–	–.–	3.738	3.622
Total do Patrimônio Líquido		**72.797**	**65.886**	**76.535**	**69.508**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**83.254**	**74.602**	**96.637**	**85.981**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Itaúsa S.A.
CNPJ 61.532.644/0001-15 - Companhia Aberta
Av. Paulista, 1938 – São Paulo – SP

Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA

ISE B3 ICO2 B3 IGPTW B3

ITSA B3 LISTED N1

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO *(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2022	2021	2022	2021
Receita líquida	23	–.–	–.–	8.486	8.170
Custos dos produtos e serviços	24	–.–	–.–	(5.611)	(5.296)
Lucro bruto		–.–	–.–	**2.875**	**2.874**
Receitas e despesas operacionais					
Despesas com vendas	24	–.–	–.–	(1.120)	(1.006)
Despesas gerais e administrativas	24	(172)	(143)	(548)	(507)
Resultado de participações societárias	15	11.701	11.156	11.479	10.397
Outras receitas	25	2.887	822	2.883	1.339
Total das receitas e despesas operacionais		**14.416**	**11.835**	**12.694**	**10.223**
Lucro antes do Resultado financeiro e dos Tributos sobre o lucro		**14.416**	**11.835**	**15.569**	**13.097**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	26	916	810	1.330	1.228
Despesas financeiras	26	(1.408)	(776)	(2.343)	(1.085)
Total do Resultado Financeiro		**(492)**	**34**	**(1.013)**	**143**
Lucro antes dos Tributos sobre o lucro		**13.924**	**11.869**	**14.556**	**13.240**
Tributos sobre o lucro					
Imposto de renda e contribuição social correntes	27	–.–	(7)	(129)	(278)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	(250)	338	(273)	329
Total dos Tributos sobre o Lucro		**(250)**	**331**	**(402)**	**51**
Lucro líquido do exercício		**13.674**	**12.200**	**14.154**	**13.291**
Lucro líquido atribuível aos Acionistas Controladores		13.674	12.200	13.674	12.200
Lucro líquido atribuível aos Acionistas Não Controladores		–.–	–.–	480	1.091
Lucro líquido por ação - Básico e Diluído (Em Reais)					
Ordinárias	28	1,40941	1,25638	1,40941	1,25638
Preferenciais	28	1,40941	1,25638	1,40941	1,25638

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO INDIVIDUAL E CONSOLIDADA *(Em milhões de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas	–.–	–.–	**10.484**	**10.480**
Vendas de produtos e serviços	–.–	–.–	10.462	10.152
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	–.–	–.–	(27)	(21)
Outras receitas	–.–	–.–	49	349
Insumos adquiridos de terceiros	**(2.217)**	**(716)**	**(8.660)**	**(6.843)**
Custos dos produtos e serviços	–.–	–.–	(5.394)	(5.299)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.217)	(716)	(3.266)	(1.544)
Valor adicionado bruto	**(2.217)**	**(716)**	**1.824**	**3.637**
Depreciação, amortização e exaustão	(10)	(10)	(855)	(722)
Valor adicionado líquido produzido	**(2.227)**	**(726)**	**969**	**2.915**
Valor adicionado recebido em transferência	**17.784**	**13.494**	**17.974**	**13.231**
Resultado de participações societárias	11.701	11.156	11.479	10.397
Receitas financeiras	916	810	1.330	1.228
Outras receitas	5.167	1.528	5.165	1.606
Valor adicionado total a distribuir	**15.557**	**12.768**	**18.943**	**16.146**
Distribuição do valor adicionado	**15.557**	**12.768**	**18.943**	**16.146**
Pessoal	**76**	**65**	**1.216**	**1.110**
Remuneração direta	69	59	962	893
Benefícios	6	5	188	158
FGTS	1	1	58	53
Outros	–.–	–.–	8	6
Impostos, taxas e contribuições	**764**	**(34)**	**1.597**	**901**
Federais	763	(35)	1.475	825
Estaduais	–.–	–.–	103	65
Municipais	1	1	19	11
Remuneração de capital de terceiros	**1.043**	**537**	**1.976**	**844**
Juros	1.043	537	1.976	844
Remuneração de capital próprio	**13.674**	**12.200**	**14.154**	**13.291**
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	4.698	3.350	4.824	3.905
Lucros retidos	8.976	8.850	8.977	8.850
Participação dos acionistas não controladores nos lucros retidos	–.–	–.–	353	536

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE *(Em milhões de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	**13.674**	**12.200**	**14.154**	**13.291**
Outros resultados abrangentes				
Itens que serão reclassificados para o resultado (líquidos de tributos)				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes	(2.474)	(1.102)	–.–	–.–
Ajuste a valor justo de ativos financeiros	–.–	–.–	(1.178)	(1.293)
Hedge	–.–	–.–	(19)	392
Variação cambial de investimentos no exterior	–.–	–.–	(1.370)	(100)
Itens que não serão reclassificados para o resultado (líquidos de tributos)				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes	(22)	37	–.–	–.–
Remensuração em obrigações de benefício pós-emprego	–.–	–.–	(23)	43
Total de Outros resultados abrangentes	**(2.496)**	**(1.065)**	**(2.590)**	**(958)**
Total do Resultado abrangente	**11.178**	**11.135**	**11.564**	**12.333**
Atribuível aos Acionistas Controladores	11.178	11.135	11.178	11.135
Atribuível aos Acionistas Não Controladores	–.–	–.–	386	1.198

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAL E CONSOLIDADA *(Em milhões de Reais)*

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2022	2021	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Ajustes para reconciliação do lucro líquido					
Lucro antes dos Tributos sobre o lucro		13.924	11.869	14.556	13.240
Resultado de participações societárias		(11.701)	(11.156)	(11.479)	(10.397)
Provisões		(69)	282	18	443
Juros e variações cambiais e monetárias (líquidas)		528	(250)	1.248	(63)
Depreciação, amortização e exaustão		10	10	855	722
Variação do valor justo dos Ativos biológicos		–.–	–.–	(598)	(129)
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)		–.–	–.–	27	21
Resultado na venda de Investimentos	15.2.3	(2.551)	(903)	(2.551)	(903)
Exclusão ICMS base PIS e COFINS		–.–	–.–	–.–	(597)
Reversão de provisão ICMS base PIS COFINS		–.–	–.–	–.–	(142)
Outros		–.–	–.–	7	5
		141	**(148)**	**2.083**	**2.200**
Variações nos Ativos e Passivos					
(Aumento) Redução de Clientes		–.–	–.–	(12)	(216)
(Aumento) Redução em Estoques		–.–	–.–	(267)	(540)
(Aumento) Redução em Tributos a compensar		452	502	652	(313)
(Aumento) Redução em Outros ativos		(276)	(166)	(222)	341
Aumento (Redução) em Tributos a recolher		(579)	(296)	(567)	(253)
Aumento (Redução) em Fornecedores		(13)	(15)	(442)	549
Aumento (Redução) em Obrigações com pessoal		11	(4)	(14)	13
Aumento (Redução) em Outros passivos		(23)	25	(151)	279
		(428)	**46**	**(1.023)**	**(140)**
Caixa proveniente das operações		**(287)**	**(102)**	**1.060**	**2.060**
Pagamento de Imposto de renda e Contribuição social		(3)	–.–	(54)	(345)
Juros pagos sobre Empréstimos, financiamentos e Debêntures		(701)	(216)	(1.140)	(335)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais		**(991)**	**(318)**	**(134)**	**1.380**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de Investimentos	15.2 e 33	(2.868)	(2.572)	(2.992)	(2.674)
Alienação de Investimentos	15.2.3	4.670	1.270	4.670	1.270
Investimentos em Fundo de Corporate Venture Capital	6.2	–.–	–.–	(10)	(39)
(Aumento) Redução de capital social em investidas	15.2	(799)	–.–	(1.110)	(98)
Aquisição de Imobilizado, Intangível e Ativos biológicos		(2)	(14)	(1.215)	(870)
Alienação de Imobilizado, Intangível e Ativos biológicos		–.–	4	11	34
Juros sobre o capital próprio e Dividendos recebidos	9	2.831	2.939	2.771	2.476
Caixa e Equivalentes de caixa de controladas incorporadas/adquiridas		–.–	–.–	7	–.–
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos		**3.832**	**1.627**	**2.132**	**99**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
(Aquisição) Alienação de Ações em tesouraria	22.6	(36)	(90)	(311)	(179)
Juros sobre o capital próprio e Dividendos pagos	22.5.2	(3.851)	(2.402)	(3.851)	(3.335)
Ingresso de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	19.2 e 20.2	3.493	2.492	5.993	3.404
Amortização de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	19.2 e 20.2	(2.200)	–.–	(3.076)	(309)
Amortização de passivos de arrendamento		(3)	(3)	(87)	(67)
Amortização de derivativos		–.–	–.–	(38)	–.–
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(2.597)**	**(3)**	**(1.370)**	**(486)**
Variação cambial sobre Caixa e equivalentes de caixa		–.–	–.–	(32)	(4)
Aumento líquido de Caixa e equivalentes de caixa		**244**	**1.306**	**596**	**989**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.398	1.092	3.876	2.887
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		2.642	2.398	4.472	3.876
		244	**1.306**	**596**	**989**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO INDIVIDUAL E CONSOLIDADA *(Em milhões de Reais)*

	Atribuível aos acionistas controladores								
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total Controladora	Participação dos não controladores	Total consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**43.515**	**586**	**14.545**	–.–	**(1.303)**	–.–	**57.343**	**3.290**	**60.633**
Transações com os acionistas									
Aquisição de ações em tesouraria	–.–	–.–	–.–	(90)	–.–	–.–	(90)	(59)	(149)
Alienação de ações em tesouraria	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	3	3
Aumento de capital com integralização de Reservas de lucros	7.945	–.–	(7.938)	(7)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–
Reversão de dividendos prescritos	–.–	–.–	6	–.–	–.–	–.–	6	–.–	6
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio de exercícios anteriores	–.–	–.–	(48)	–.–	–.–	–.–	(48)	(247)	(295)
Equivalência patrimonial reflexa do Patrimônio líquido das investidas	–.–	(14)	904	–.–	–.–	–.–	890	(8)	882
Total do resultado abrangente									
Outros resultados abrangentes	–.–	–.–	–.–	–.–	(1.065)	–.–	(1.065)	107	(958)
Lucro líquido do exercício	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	12.200	12.200	1.091	13.291
Destinação do lucro									
Reserva legal	–.–	–.–	610	–.–	–.–	(610)	–.–	–.–	–.–
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio do exercício	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(3.350)	(3.350)	(555)	(3.905)
Reservas estatutárias	–.–	–.–	8.240	–.–	–.–	(8.240)	–.–	–.–	–.–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**51.460**	**572**	**16.319**	**(97)**	**(2.368)**	–.–	**65.886**	**3.622**	**69.508**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**51.460**	**572**	**16.319**	**(97)**	**(2.368)**	–.–	**65.886**	**3.622**	**69.508**
Transações com os acionistas									
Aquisição de ações em tesouraria	–.–	–.–	–.–	(36)	–.–	–.–	(36)	(172)	(208)
Aumento de capital com integralização de Reservas de lucros	12.040	–.–	(12.040)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–
Cancelamento de ações	–.–	–.–	(133)	133	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–
Reversão de dividendos prescritos	–.–	–.–	7	–.–	–.–	–.–	7	–.–	7
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio de exercícios anteriores	–.–	–.–	(797)	–.–	–.–	–.–	(797)	–.–	(797)
Equivalência patrimonial reflexa do Patrimônio líquido das investidas	–.–	(9)	389	–.–	–.–	–.–	380	28	408
Total do resultado abrangente									
Outros resultados abrangentes	–.–	–.–	–.–	–.–	(2.496)	–.–	(2.496)	(94)	(2.590)
Lucro líquido do exercício	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	13.674	13.674	480	14.154
Destinação do lucro									
Reserva legal	–.–	–.–	684	–.–	–.–	(684)	–.–	–.–	–.–
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio do exercício	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(3.821)	(3.821)	(126)	(3.947)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio propostos	–.–	–.–	877	–.–	–.–	(877)	–.–	–.–	–.–
Reservas estatutárias	–.–	–.–	8.292	–.–	–.–	(8.292)	–.–	–.–	–.–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**63.500**	**563**	**13.598**	–.–	**(4.864)**	–.–	**72.797**	**3.738**	**76.535**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA

Itaúsa S.A.
CNPJ 61.532.644/0001-15 - Companhia Aberta
Av. Paulista, 1938 – São Paulo – SP

Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA

ISE B3 ICO2 B3 IGPTW B3

ITSA B3 LISTED N1

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 *(Em milhões de reais, exceto quando divulgado de outra forma)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Itaúsa S.A. ("ITAÚSA" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Av. Paulista nº 1938, 5º andar, Bela Vista, na cidade de São Paulo, SP, Brasil.
As ações da ITAÚSA estão registradas no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob os códigos "ITSA3" para as ações ordinárias e "ITSA4" para as ações preferenciais. Além do Índice Bovespa - Ibovespa, as ações da ITAÚSA integram determinadas carteiras de segmentos na B3 com características ASG (Ambiental, Social e Governança Corporativa), destacando o Índice de Governança Corporativa - IGC, o Índice de Ações com Tag Along Diferenciado - ITAG, o Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE, o Índice Carbono Eficiente - ICO2 e o Índice Great Place to Work - IGPTW. Adicionalmente, devido a sua reconhecida sustentabilidade corporativa, a ITAÚSA integra o principal índice de alcance global Dow Jones Sustainability World Index - DJSI e é classificada como uma empresa de baixo risco sob a ótica ASG pela Sustainalytics, além de participar de iniciativas como o Carbon Disclosure Project - CDP.
A ITAÚSA tem por objeto participar em outras sociedades, no País ou no exterior, para investimento em quaisquer setores da economia, inclusive por meio de fundos de investimento, disseminando nas investidas os seus princípios de valorização do capital humano, governança e ética nos negócios e geração de valor para os acionistas, de forma sustentável. A ITAÚSA é uma holding controlada pela família Egydio de Souza Aranha que detém 63,35% das ações ordinárias e 17,74% das ações preferenciais, resultando em 33,41% do capital total.

O portfólio de investimentos da ITAÚSA é composto das seguintes entidades:

	País de constituição	Atividade	% de Participação (Direta e Indireta) (1) 31/12/2022	31/12/2021
Controladas em conjunto *(Joint ventures)*				
Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú Unibanco")	Brasil	Instituição Financeira	37,24%	37,32%
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR")	Brasil	*Holding*	66,53%	66,53%
Alpargatas S.A. ("Alpargatas")	Brasil	Calçados e Vestuários	29,56%	29,18%
Controladas				
Dexco S.A. ("Dexco")	Brasil	Madeira, Louças e Metais Sanitários e Celulose solúvel	37,86%	36,86%
Itautec S.A. ("Itautec")	Brasil	*Holding*	100,00%	100,00%
ITH Zux Cayman Ltd. ("ITH Zux Cayman")	Ilhas Cayman	*Holding*	100,00%	100,00%
Coligadas				
CCR S.A. ("CCR")	Brasil	Infraestrutura e mobilidade	10,33%	–.–
Aegea Saneamento e Participações S.A. ("Aegea")	Brasil	Saneamento	12,88%	12,88%
Águas do Rio 1 SPE S.A. ("Águas do Rio 1")	Brasil	Saneamento	4,65%	5,01%
Águas do Rio 4 SPE S.A. ("Águas do Rio 4")	Brasil	Saneamento	4,53%	4,89%
XP Inc. ("XP") (3)	Ilhas Cayman	Produtos e serviços financeiros	6,55%	13,68%
Copa Energia - Distribuidora de Gás S.A. ("Copa Energia")	Brasil	Distribuição de GLP	48,93%	48,93%
Ativos financeiros				
Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS ("NTS")	Brasil	Transporte de gás natural	8,50%	8,50%
Nova Infraestrutura Gasodutos Participações S.A. ("NISA") (2)	Brasil	*Holding*	–.–	8,50%

(1) Desconsidera as ações em tesouraria.
(2) Empresa incorporada pela NTS em 12 de abril de 2022 (Nota 6.1).
(3) Não considera a participação indireta de 3,83% (desconsiderando as ações em tesouraria), detida por meio da controlada em conjunto Itaú Unibanco, visto que esta não exerce influência significativa na XP, classificando esta participação como um ativo financeiro mensurado a valor justo por meio dos Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido. Os efeitos desta participação na ITAÚSA estão contabilizados na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", no Patrimônio líquido, de forma reflexa ao registro realizado no Patrimônio líquido do Itaú Unibanco.
Em 12 de setembro de 2022, a ITAÚSA concluiu o processo de aquisição de 10,33% do capital total da CCR. Para mais informações, vide nota 15.2.8.
Estas Demonstrações Contábeis, Individuais e Consolidadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de março de 2023.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade
As Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas, foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade.
A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, contudo, as IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Demonstrações Contábeis.
Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela ITAÚSA na sua gestão.

2.2. Base de mensuração
As Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas, foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 4.1.1; (ii) os passivos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do ativo, conforme demonstrado na nota 30; e (iii) os ativos biológicos mensurados ao valor Justo por meio do resultado, conforme demonstrado na nota 12.

2.3. Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira
As Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas, foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação, sendo todos os saldos arredondados para milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma.
A definição da moeda funcional reflete o principal ambiente econômico de operação da ITAÚSA e suas controladas.
Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente do Real, quando aplicável, são convertidos como segue:
• Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do Balanço Patrimonial;
• Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal;
• Ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica "Outros resultados abrangentes".
As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos no Resultado financeiro.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos
Na elaboração das Demonstrações Contábeis é requerido que a Administração da ITAÚSA e de suas controladas se utilizem de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas durante os exercícios apresentados e em exercícios subsequentes.
Os julgamentos, estimativas e premissas são baseados em informações disponíveis na data da elaboração das Demonstrações Contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Adicionalmente, quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.
As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores das Demonstrações Contábeis para os próximos exercícios, são os seguintes:
• Reconhecimento dos tributos diferidos (Notas 3.10, 13 e 27);
• Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos (Notas 3.1.3, 3.1.4, 4.1.2 e 4.1.3);
• Provisões e Ativos e Passivos contingentes (Notas 3.14 e 21);
• Determinação do valor justo para ativos biológicos (Notas 3.5 e 12);
• Reconhecimento de ativos e passivos relacionados a planos de previdência (Notas 3.11 e 30); e
• Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (*Impairment*) (Notas 3.9, 15.5, 16.4 e 17.4).

2.5. Consolidação das Demonstrações Contábeis
As Demonstrações Contábeis Consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) / IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas.
A ITAÚSA consolida suas controladas a partir do momento em que obtém o controle sobre as mesmas. As Demonstrações Contábeis das controladas são elaboradas na mesma data-base das Demonstrações Contábeis da ITAÚSA, utilizando políticas e práticas contábeis consistentes. Quando necessário, ajustes são realizados nas Demonstrações Contábeis das controladas para adequar suas políticas e práticas contábeis às políticas contábeis da ITAÚSA.
Os montantes relativos aos acionistas não controladores, provenientes das controladas cuja participação societária detida pela ITAÚSA não corresponda à totalidade do Capital social, estão destacadas no Balanço Patrimonial na rubrica "Participação dos acionistas não controladores", na Demonstração do Resultado na rubrica "Lucro líquido atribuível aos Acionistas Não Controladores" e na Demonstração do Resultado Abrangente na rubrica "Total do Resultado Abrangente atribuível aos Acionistas Não Controladores".
As operações entre as empresas consolidadas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados.

2.6. Adoção das normas de contabilidade novas e revisadas
Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC, emitiram novas normas e revisões às normas já existentes.

2.6.1. Normas e interpretações revisadas adotadas pela ITAÚSA e suas controladas a partir de 1º de janeiro de 2022
No exercício de 2022 a ITAÚSA e suas controladas adotaram as alterações das normas relacionadas abaixo as quais não apresentaram impactos significativos em suas Demonstrações Contábeis.
• **IFRS 3 / CPC 15(R1) - Combinação de negócios**: Substituiu as referências da versão antiga da Estrutura Conceitual pelas mais recentes da versão emitida em 2018.
• **IAS 16 / CPC 27 - Imobilizado**: Proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Desta forma, tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.
• **IAS 37 / CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**: Esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento deste contrato inclui os custos incrementais (Ex. funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento do mesmo (Ex. depreciação de um ativo utilizado para o cumprimento do contrato).
• **Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018-2020:**
(a) IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos financeiros: Esclarece quais custos devem ser incluídos no "teste de 10%" para análise de baixa de passivos financeiros.
(b) IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Arrendamentos: Exclui o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros.
(c) IAS 41 / CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola: Remove a exigência de excluir, das estimativas dos fluxos de caixa, os tributos (IRPJ/CSLL) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos, alinhando assim às exigências de mensuração contidas no IAS 41 / CPC 46 - Mensuração do Valor Justo.

2.6.2. Normas e interpretações revisadas e não adotadas pela ITAÚSA e suas controladas
As normas abaixo já foram emitidas, contudo, ainda não encontram-se vigentes em 31 de dezembro de 2022. A ITAÚSA e suas controladas não estimam impactos significativos em suas Demonstrações Contábeis quando da sua adoção.
Normas aplicáveis após 1º de janeiro de 2023:
• Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (Divulgação de políticas contábeis);
• Alterações à IAS 12 / CPC 32 - Tributos sobre o lucro;
• Alterações à IAS 8 / CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.
Normas aplicáveis após 1º de janeiro de 2024:
• Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (Classificação de passivos entre Circulante e Não circulante).
Norma cuja data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB:
• Alterações à IFRS 10 / CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 / CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento controlado em conjunto.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros
São reconhecidos na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.
São baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, quando há certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou do título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.
Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.1.1. Ativos financeiros
Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são classificados e mensurados por meio: (i) da avaliação do modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) das características do seu fluxo de caixa contratual. As mensurações podem ser as seguintes:
• **Custo amortizado**: São aqueles cuja característica de fluxo de caixa corresponde, unicamente, ao pagamento de principal e juros e que sejam geridos em um modelo de negócios para obtenção dos fluxos de caixa contratuais do instrumento. São reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros.
• **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**: São aqueles cuja característica de fluxo de caixa também corresponda ao pagamento de principal e juros, contudo, são geridos em um modelo de negócios que envolva a obtenção de fluxos de caixa tanto pela manutenção contratual, quanto pela venda do ativo. São reconhecidos em contrapartida dos "Outros resultados abrangentes" no Patrimônio líquido.
• **Valor justo por meio do resultado (VJR)**: São aqueles cuja característica de fluxo de caixa não corresponda somente ao pagamento de principal e juros ou que sejam geridos em um modelo de negócios para venda no curto prazo. São reconhecidos em contrapartida do Resultado.
A ITAÚSA e suas controladas avaliam periodicamente a necessidade de reconhecimento de perdas ao valor recuperável *(impairment)* para todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Para fins de determinação da perda por *impairment* são considerados diversos elementos, tais como a situação creditícia de cada ativo financeiro, a análise da conjuntura econômica ou setorial e o histórico de perdas reconhecidas em períodos anteriores.
O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros, reconhecido em contrapartida do Resultado. Se um ativo financeiro tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *Impairment* é a taxa efetiva de juros atualizada determinada de acordo com o contrato.
Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida pode ser revertida caso haja uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

3.1.2. Passivos financeiros
Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.
Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.
A ITAÚSA e suas controladas também poderão classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) se desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração.

3.1.3. Derivativos
Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que: (i) seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro; (ii) não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares; e (iii) sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.
São reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no Resultado, exceto quando o derivativo for classificado como proteção de fluxo de caixa, sendo os ganhos e perdas da parcela efetiva registrados em "Outros resultados abrangentes" no Patrimônio líquido.
Os instrumentos financeiros derivativos são mantidos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. A ITAÚSA e suas controladas não realizam a contratação de derivativos de caráter especulativo. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

3.1.4. Valor justo
Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.
O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, baseadas em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração e as condições de mercado existentes na data das Demonstrações Contábeis. As técnicas de avaliação incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da ITAÚSA e suas controladas.
A ITAÚSA e suas controladas classificam as mensurações de valor justo utilizando a hierarquia de valor justo, que reflete a significância dos dados utilizados no processo de mensuração, conforme demonstrado abaixo:
• Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
• Nível 2: preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, mas que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
• Nível 3: preços baseados em variáveis não observáveis no mercado sendo, geralmente, obtidos internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.
A ITAÚSA e suas controladas entendem que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado, no entanto, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

3.2. Caixa e Equivalentes de caixa
Correspondem a recursos utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo e incluem o caixa em espécie, contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com liquidez imediata, prazo de resgate igual ou inferior a três meses e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. O caixa em espécie e as contas bancárias estão reconhecidos pelo custo amortizado. Já as aplicações financeiras estão reconhecidas pelo montante aplicado acrescidos dos rendimentos auferidos e não apresentam diferença significativa em relação ao seu valor de mercado, correspondendo assim ao seu valor justo.

3.3. Clientes
Correspondem aos valores a receber no decurso normal das atividades das controladas. São registradas, inicialmente, pelo valor justo da contraprestação a ser recebida acrescidas, quando aplicável, de variação cambial. Posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado e deduzidas das Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). Referem-se, na sua totalidade, a operações de curto prazo e assim não são ajustadas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas Demonstrações Contábeis. Estima-se que o valor justo destas contas a receber seja substancialmente similar ao seu valor contábil.
A PECLD é constituída com base em análise individual dos valores a receber considerando, principalmente: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) o desaparecimento de um mercado ativo para determinado ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; e (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados.
Uma vez que os recebíveis não possuem componente de financiamento significativo, com base em uma abordagem simplificada, a PECLD é registrada sobre toda a vida do recebível realizando a aplicação de um percentual calculado a partir de estudo histórico de inadimplência segregados por parâmetros de: (i) segmento; (ii) data de faturamento; e (iii) data de vencimento.
A matriz de risco será revisada anualmente, no entanto, o estudo poderá ser reavaliado caso a PECLD se comporte diferente do resultado esperado.
A PECLD é constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na rubrica "Outras Receitas e Despesas", na Demonstração do Resultado.

3.4. Estoques
Estão mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo corresponde ao custo médio de aquisição ou de produção, avaliado com base na média ponderada móvel, o qual não excede aos valores de reposição ou de realização. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.
A controlada Dexco possui política para constituição de provisão para perdas no estoque de baixa rotatividade ou obsoletos. A Administração considera que foram constituídas provisões para perda nos estoques em montantes suficientes.

3.5. Ativos Biológicos
As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita. Para plantações imaturas (até um ano de vida para florestas de Eucalipto e quatro anos para florestas de Pinus), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. A avaliação dos ativos biológicos é feita trimestralmente, ou na medida em que são concluídos inventários rotativos, sendo os ganhos ou perdas decorrentes do reconhecimento do valor justo reconhecidos na Demonstração de Resultado na rubrica de "Custo dos produtos e serviços". A exaustão, também apropriada na rubrica de "Custo dos produtos e serviços", é proveniente dos ativos colhidos no exercício e é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Itaúsa S.A.
CNPJ 61.532.644/0001-15 - Companhia Aberta
Av. Paulista, 1938 – São Paulo – SP

Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA

ISE B3 ICO2 B3 IGPTW B3

ITSA B3 LISTED N1

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 *(Em milhões de reais, exceto quando divulgado de outra forma) (Continuação)*

Foram adotadas diversas estimativas para avaliar as reservas florestais de acordo com a metodologia estabelecida pelo CPC 29 / IAS 41 - "Ativo biológico e produto agrícola". Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas a mudanças de cenário que poderão impactar as Demonstrações Contábeis. As metodologias utilizadas para avaliar o valor justo de ativos biológicos e uma análise de sensibilidade dos mesmos estão detalhadas na nota 12.

3.6. Investimentos

São representados por investimentos em empresas controladas, coligadas e controladas em conjunto, em decorrência da participação acionária da ITAÚSA nestas empresas. São reconhecidos, inicialmente, ao custo de aquisição e avaliados, subsequentemente, pelo método de equivalência patrimonial. Adicionalmente, estes investimentos incluem o montante de ágio (*goodwill*) identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

Anualmente, a ITAÚSA avalia se há evidência objetiva de que o investimento nas controladas, coligadas e controladas em conjunto sofreu perda por desvalorização. Se assim for, a ITAÚSA calcula o montante da perda por desvalorização e reconhece o montante na Demonstração do Resultado.

A ITAÚSA não reconhece perdas adicionais em seus Investimentos em montante superior à sua participação acionária, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome das investidas.

3.6.1. Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são aqueles em que a ITAÚSA está exposta ou possui direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida além de possuir a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido.

Esses investimentos são consolidados integralmente para fins de apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

3.6.2. Investimentos em coligadas e controladas em conjunto

Coligadas são as investidas nas quais o investidor tem influência significativa, porém, não detém o controle.

Controladas em conjunto são as investidas as quais a ITAÚSA e um ou mais investidores mantêm o controle compartilhado das atividades operacionais e financeiras da entidade. Podem ser classificados como operações em conjunto ou *joint ventures*, dependendo dos direitos e das obrigações contratuais dos investidores.

A participação da ITAÚSA nos lucros ou prejuízos de suas controladas em conjunto e coligadas é reconhecida na rubrica "Resultado de participações societárias" na Demonstração do Resultado. Já a participação nas movimentações do Patrimônio Líquido das controladas em conjunto e coligadas também são reconhecidas em rubricas equivalentes do Patrimônio Líquido da ITAÚSA.

3.6.3. Combinação de negócios

A combinação de negócios é o método utilizado para o reconhecimento de aquisições de investimentos, cuja característica é definida como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores, redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos.

O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu valor justo. Na empresa adquirente, a diferença entre o valor pago e o valor de livros do patrimônio líquido da empresa adquirida é reconhecida na rubrica de Investimento segregado em: (i) mais valia, quando o fundamento econômico está relacionado, substancialmente, ao valor justo dos ativos líquidos da adquirida; e (ii) ágio (*goodwill*), quando o montante pago supera o valor justo dos ativos líquidos e representa a expectativa de geração de valor no futuro.

Na combinação de negócios de empresas controladas, os ágios *(goodwill)* são classificados na rubrica de "Investimentos" nas Demonstrações Contábeis Individuais e classificadas na rubrica de "Intangível" nas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Se o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Os custos diretamente atribuíveis à aquisição deverão ser alocados diretamente ao resultado na medida em que são incorridos.

3.7. Imobilizado

Estão demonstrados pelo seu custo de aquisição, formação ou construção acrescidos de quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de formação/construção.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros e que possam ser mensurados com segurança.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são reconhecidos no resultado na rubrica "Outras receitas e despesas".

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. Os terrenos não são depreciados. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada item. As estimativas de vida útil dos respectivos itens são revisadas ao final de cada exercício.

3.8. Intangível

Compreende bens incorpóreos e são reconhecidos quando: (i) provém de direitos legais ou contratuais; (ii) seu custo pode ser mensurável confiavelmente; e (iii) é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundo do seu uso.

Referem-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente e podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Os intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados, no mínimo, anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável, ou quando houver indícios de perdas.

3.8.1. *Softwares*

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. São amortizadas durante sua vida útil estimável com base no método linear.

3.8.2. Marcas e patentes

As marcas registradas e licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Não são amortizados, uma vez que possuem vida útil indefinida.

3.8.3. Carteira de clientes

É reconhecida apenas em uma combinação de negócios, pelo valor justo na data da aquisição. As relações com clientes têm vida útil definida e, portanto, são amortizadas. A amortização é calculada utilizando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

3.8.4. Ágio *(Goodwill)*

Conforme descrito na nota 3.6.3, o ágio representa o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando existe indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

3.9. Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros - Investimento, Imobilizado e Intangível

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso é calculado por meio de metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, condições de mercado e os riscos de negócio.

Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa).

Os ativos com vida útil definida, aqueles sujeitos à depreciação ou amortização, são avaliados apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. Nesse sentido são considerados os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos.

Para os ativos de vida útil indefinida a ITAÚSA e suas controladas realizam a avaliação do valor recuperável no mínimo anualmente ou quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis.

Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, uma provisão para perda (*Impairment*) é reconhecida no resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida pode ser revertida, com exceção da perda por redução ao valor recuperável do ágio, caso haja uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

3.10. Imposto de renda e Contribuição social

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são apurados conforme a legislação tributária vigente pertinente a cada tributo. Sobre o lucro tributável incide as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o excedente de R$240 mil, para o IRPJ e 9% para a CSLL. Eventuais alterações na legislação fiscal relacionadas com as alíquotas tributárias são reconhecidas no exercício em que entram em vigor.

São reconhecidos na Demonstração do Resultado, na rubrica "Tributos sobre o Lucro", exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no Patrimônio líquido ou no Resultado abrangente.

O IRPJ e a CSLL correntes são apresentados líquidos no Balanço Patrimonial, por entidade contribuinte, e se aproximam dos montantes a serem pagos ou recuperados, podendo estar segregados entre Circulante e Não circulante conforme a expectativa de compensação/liquidação. Com relação ao IRPJ e CSLL diferidos são reconhecidos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias sobre as bases fiscais dos ativos e passivos, somente na proporção da probabilidade de apuração de lucro tributável futuro e possibilidade de utilização das diferenças temporárias realizadas, e estão apresentados no não circulante pelo seu montante líquido quando há o direito legal e a intenção de compensá-los, em geral, com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Na determinação dos tributos diferidos, a ITAÚSA e suas controladas avaliam o impacto das incertezas nas posições fiscais tomadas. Esta avaliação baseia-se em estimativas e premissas e envolvem uma série de julgamentos sobre eventos futuros, tais como projeções econômico-financeiras, cenários macroeconômicos e a legislação fiscal pertinente. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a ITAÚSA e suas controladas a mudar seu julgamento com relação aos tributos já reconhecidos, reconhecendo estes impactos no exercício em que foram realizadas.

3.11. Benefícios a empregados (Planos de previdência privada e Planos de assistência médica)

A ITAÚSA e suas controladas patrocinam planos de previdência privada e de assistência médica a seus empregados com as características de benefício definido e contribuição definida.

3.11.1. Planos de benefício definido

A ITAÚSA e suas controladas reconhecem as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data da Demonstração Contábil, é maior que o valor justo dos ativos do plano. O valor presente dos compromissos é apurado com base em avaliação atuarial, elaborada anualmente por atuários independentes, com base no Método do Crédito Unitário Projetado. O ativo líquido é composto, substancialmente, pelos investimentos que compõem a carteira do plano de benefícios, que são avaliados pelo seu valor justo.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefício definido são reconhecidos diretamente no Patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial". Os custos com serviços passados e os juros sobre o déficit/superávit atuarial são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, em contrapartida do resultado, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano, conforme legislação vigente e regulamento do plano.

A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano é paritária entre as patrocinadoras e os participantes.

3.11.2. Plano de contribuição definida

As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros.

3.12. Plano de remuneração baseado em ações

A controlada Dexco oferecia aos executivos plano de remuneração com base em ações *(Stock Options)*, substituído em 2020 pelo ILP (Incentivos de Longo Prazo). Em ambos os planos o valor justo das ações a serem entregues aos executivos é reconhecido como despesa em contrapartida ao Patrimônio líquido, durante o exercício no qual os serviços dos executivos são prestados e o direito é adquirido. O plano será liquidado exclusivamente com a entrega de ações.

O valor justo das opções outorgadas no *stock options* é calculado na data da outorga das opções utilizando modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Ao término de cada exercício são revisadas as estimativas da quantidade de ações que espera que sejam emitidas, com base nas condições de aquisição de direitos.

3.13. Empréstimos e Debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado, ou seja, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido utilizando o método da taxa de juros efetiva. Determinados empréstimos, que possuem instrumentos derivativos de proteção, poderão ser avaliados ao seu valor justo.

Os custos dos empréstimos e debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Quando não relacionado a ativo qualificável, os custos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

3.14. Provisões e Ativos e Passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, que seja provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. São mensuradas pela melhor estimativa do valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e que reflitam seus riscos específicos. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

A avaliação da probabilidade de perda, por parte dos consultores jurídicos da ITAÚSA e suas controladas, inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. As estimativas e premissas utilizadas no registro das provisões são revisadas periodicamente.

Os passivos contingentes, avaliados como de risco de perda possível ou remoto, não são provisionados, sendo divulgados em nota explicativa somente os valores classificados como possível.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e quando da confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados nas notas explicativas.

As atualizações das provisões, bem como as atualizações dos depósitos judiciais efetuados para garantia dos processos em discussão, são apropriadas no Resultado financeiro conforme previsão contratual ou por índice previsto em legislação.

3.15 Capital social e Ações em tesouraria

3.15.1. Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis para sua emissão.

3.15.2. Ações em tesouraria

A recompra de ações próprias são reconhecidas ao custo médio de aquisição e classificadas como dedução no Patrimônio líquido na rubrica de "Ações em Tesouraria". Quando estas ações são disponibilizadas para a alienação, a baixa é realizada pelo custo médio e o ganho ou perda são reconhecidos na rubrica de "Reservas de lucros". O cancelamento de ações em tesouraria é reconhecido como uma redução também na rubrica de "Reservas de lucros", pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

3.16. Dividendos e Juros sobre o capital próprio - JCP

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustados na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, por meio de pagamentos trimestrais, ou com intervalos menores, no decorrer do próprio exercício e até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as respectivas Demonstrações Contábeis. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são reconhecidos como passivo, líquidos dos pagamentos já realizados, em contrapartida do Patrimônio líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

O dividendo mínimo obrigatório poderá ser pago em quatro parcelas ou mais, no mínimo trimestralmente, ou com intervalos menores. Na antecipação trimestral é utilizada a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês subsequente.

O Conselho de Administração poderá deliberar o pagamento de JCP. Para fins de atendimento às normas fiscais, são reconhecidos em contrapartida à rubrica de "Despesas financeiras". Para fins de preparação das referidas Demonstrações Contábeis, são revertidos do resultado em contrapartida do Patrimônio líquido e imputados ao saldo dos dividendos do exercício.

Os dividendos a receber das controladas, coligadas e controladas em conjunto são reconhecidos como ativo nas Demonstrações Contábeis quando da deliberação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral das mesmas, em contrapartida da rubrica de "Investimentos".

Para o JCP a receber, quando deliberado pelo Conselho de Administração das controladas, coligadas e controladas em conjunto, os mesmos são inicialmente registrados na rubrica de "Receitas financeiras", para fins fiscais, e, concomitantemente, revertidos dessa rubrica em contrapartida da rubrica de "Investimentos".

Os dividendos e JCP deliberados pelas investidas classificadas como "Títulos e Valores Mobiliários" são registrados em contrapartida do resultado do exercício na rubrica de "Outras receitas".

3.17. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante cada exercício. O lucro diluído por ação é calculado pelos mesmos indicadores ajustados por instrumentos potencialmente conversíveis em ações e com efeito diluidor.

3.18. Receitas

Compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da ITAÚSA e suas controladas. Está apresentada líquida dos impostos, das devoluções, descontos, bonificações e abatimentos concedidos, bem como das eliminações de venda entre empresas do grupo.

São reconhecidas quando o valor for mensurado com segurança e que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos, para cada tipo de receita, tiverem sido atendidos.

3.18.1. Receita de venda de produtos e serviços

São reconhecidas no resultado quando todas as obrigações de desempenho são satisfeitas, ou seja, quando da entrega dos produtos ou da prestação de serviços, bem como pela transferência dos riscos e benefícios ao comprador/tomador, caracterizando, substancialmente, o reconhecimento da receita em um período específico de tempo. As controladas atuam como a parte principal dos contratos com os clientes, sendo que as receitas não possuem componente de financiamento significativo.

A Receita líquida consolidada é composta, em sua totalidade, pela controlada Dexco. Para mais detalhes sobre seus segmentos de negócio e os produtos e serviços comercializados, vide nota 31"Informações por segmento".

3.18.2. Receita financeira

São reconhecidas pelo regime de competência, utilizando o método da taxa de juros efetiva, e são representadas, principalmente, por rendimentos sobre aplicações financeiras, atualizações monetárias e descontos obtidos.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

4.1. Instrumentos financeiros

A ITAÚSA e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e de controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade.

4.1.1. Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros:

			Controladora				Consolidado			
			31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022		31/12/2021	
Ativos financeiros	**Nota**	**Níveis**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**
Valor justo por meio do resultado										
No reconhecimento inicial ou subsequente										
Caixa e Equivalentes de caixa	5									
Aplicações financeiras		2	2.642	2.642	2.398	2.398	4.307	4.307	3.682	3.682
Títulos e valores mobiliários	6									
Ações		3	2.005	2.005	1.516	1.516	2.005	2.005	1.516	1.516
Fundo de Corporate Venture Capital		2	–.–	–.–	–.–	–.–	50	50	40	40
Outros ativos	11									
Derivativos a receber		2	–.–	–.–	–.–	–.–	33	33	14	14
			4.647	**4.647**	**3.914**	**3.914**	**6.395**	**6.395**	**5.252**	**5.252**
Custo amortizado										
Caixa e Equivalentes de caixa	5									
Caixa e Bancos		2	–.–	–.–	–.–	–.–	165	165	194	194
Clientes	7	2	–.–	–.–	–.–	–.–	1.425	1.425	1.430	1.430
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	9	2	1.694	1.694	949	949	1.631	1.631	949	949
Depósitos judiciais		2	32	32	31	31	148	148	120	120
Outros ativos	11	2	11	11	29	29	281	281	391	391
			1.737	**1.737**	**1.009**	**1.009**	**3.650**	**3.650**	**3.084**	**3.084**
Total de Ativos financeiros			**6.384**	**6.384**	**4.923**	**4.923**	**10.045**	**10.045**	**8.336**	**8.336**

			Controladora				Consolidado			
			31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022		31/12/2021	
Passivos financeiros	**Nota**	**Níveis**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**
Valor justo por meio do resultado										
No reconhecimento inicial ou subsequente										
Empréstimos e financiamentos	19	2	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	75	75
Outros passivos										
Derivativos a pagar	11	2	–.–	–.–	–.–	–.–	243	243	5	5
			–.–	**–.–**	**–.–**	**–.–**	**243**	**243**	**80**	**80**
Custo amortizado										
Fornecedores	18	2	6	6	19	19	1.243	1.243	1.674	1.674
Obrigações com pessoal		2	54	54	42	42	259	259	269	269
Empréstimos e financiamentos	19	2	–.–	–.–	–.–	–.–	4.381	4.381	2.583	2.583
Debêntures	20	2	6.840	6.447	5.406	5.015	8.059	7.666	6.617	6.226
Arrendamentos	14	2	5	5	8	8	607	607	404	404
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	22.5.2	2	1.968	1.968	1.882	1.882	2.111	2.111	1.885	1.885
Outros passivos	11	2	23	23	–.–	–.–	745	745	877	877
			8.896	**8.503**	**7.357**	**6.966**	**17.405**	**17.012**	**14.309**	**13.918**
Total de Passivos financeiros			**8.896**	**8.503**	**7.357**	**6.966**	**17.648**	**17.255**	**14.389**	**13.998**

ITAÚSA

Itaúsa S.A.
CNPJ 61.532.644/0001-15 - Companhia Aberta
Av. Paulista, 1938 – São Paulo – SP

Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA · ISE B3 · ICO2 B3 · IGPTW B3 · ITSA B3 LISTED N1

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 *(Em milhões de reais, exceto quando divulgado de outra forma) (Continuação)*

4.1.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

Para apuração do valor justo, a ITAÚSA e suas controladas projetam os fluxos de caixa descontados dos instrumentos financeiros até o término das operações, seguindo as regras contratuais, considerando também o risco de crédito próprio, de acordo com o CPC 46 / IFRS 13 - Mensuração do valor justo. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares, assim como pela alteração diária das taxas de juros futuros negociadas na B3.

As operações com instrumentos financeiros que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato de que estes instrumentos financeiros possuem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

A Administração elegeu designar determinados empréstimos e financiamentos como passivos a valor justo por meio do resultado. A adoção do valor justo justifica-se por uma necessidade de evitar o descasamento contábil entre o instrumento de dívida e o instrumento de proteção contratado que também é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros relevantes, que diferem do valor contábil ou que são mensuradas a valor justo subsequentemente, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

• Títulos e valores mobiliários (nível de hierarquia 2): mensurados considerando os fluxos futuros de recebimentos, descontados a valor presente por taxas de juros obtidas das curvas de juros de mercado.

• Outros ativos e Outros passivos (Derivativos): (i) os valores justos dos contratos de taxas de juros são calculados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado; e (ii) os valores justos dos contratos em moeda estrangeira é determinado com base nas taxas de câmbio futuras descontadas a valor presente.

• Debêntures e Empréstimos e financiamentos: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Adicionalmente, na rubrica de Títulos e valores mobiliários encontra-se registrada a participação societária de 8,5% na NTS (Nota 6.1), mensurada a valor justo por meio do resultado e cujo nível de hierarquia é 3. O valor justo do investimento é calculado com base no fluxo de caixa futuro correspondente à ITAÚSA descontado a valor presente à taxa que corresponde ao custo de capital próprio que, em 31 de dezembro de 2022, corresponde à 14,5% (13,6% em 31 de dezembro de 2021). As premissas consideradas para o cálculo do custo do capital próprio levam em consideração: (i) risco país; (ii) taxa livre de risco de títulos do tesouro americano (com vencimento em 10 anos); (iii) prêmio de risco de mercado; (iv) beta considerando empresas com modelo de negócio semelhantes; e (v) diferencial de inflação entre mercado externo (Estados Unidos) e interno.

4.1.3. Derivativos

Os derivativos têm como finalidade mitigar a exposição a indexadores de taxas juros e/ou a exposição cambial de contratos de empréstimos e financiamentos.

Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo todos os contratos liquidados em seus vencimentos e mensurados ao valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 apenas a controlada Dexco apresenta operações com derivativos.

Segue abaixo os tipos de contratos vigentes:

• *Hedge* de fluxo de caixa: nestes contratos, a parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos e outros instrumentos de *hedge* qualificáveis, é reconhecida no Patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes", limitada à variação acumulada do valor justo do item objeto de *hedge* desde o início do *hedge*. O ganho ou a perda relacionada à parcela não efetiva é reconhecido imediatamente no Resultado. A Dexco e suas controladas possuem 9 contratos, cujos vencimentos vão até fevereiro de 2038, com as seguintes características:

(i) 3 contratos, com valor nocional agregado de R$697, trocando taxas em IPCA + taxa pré-fixada (ponta ativa) por uma posição passiva média em 96,25% do CDI;

(ii) 2 contratos de valor nocional de US$150 milhões com posição ativa em dólar + taxa pré-fixada e posição passiva em reais + CDI 1,4% a.a.;

(iii) 3 contratos, com valor nocional agregado de R$400, trocando taxas em IPCA + taxa pré-fixada (ponta ativa) por uma posição passiva média em 107,97% do CDI;

(iv) 1 contrato, com valor *nocional* de R$200, trocando taxas em IPCA + taxa pré-fixada (ponta ativa) por uma posição passiva em 108,65% do CDI.

Segue abaixo o quadro contendo as principais informações a respeito dos derivativos:

		Consolidado					
		Notional (R$)		Valor justo		Saldos em	
Derivativo	**Posição**	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
***Hedge* de Fluxo de Caixa**							
IPCA + Pré	Ativa	1.297	510	1.274	511	(74)	2
CDI	Passiva	(1.297)	(510)	(1.348)	(509)	–.–	–.–
US$ + Pré	Ativa	835	–.–	770	–.–	(136)	–.–
R$ + CDI+	Passiva	(835)	–.–	(906)	–.–	–.–	–.–
Swaps							
IPCA + Pré	Ativa	–.–	73	–.–	74	–.–	(1)
CDI	Passiva	–.–	(73)	–.–	(75)	–.–	–.–
NDF							
R$ x US$		–.–	144	–.–	146	–.–	8
Total						**(210)**	**9**
Outros ativos (Circulante)						–.–	**14**
Outros ativos (Não circulante)						**33**	–.–
Outros passivos (Circulante)						**148**	–.–
Outros passivos (Não circulante)						**95**	**5**

Em 31 de dezembro de 2022 foram realizados testes de eficácia que demonstraram que o programa de contabilidade de *hedge* implementado é efetivo. Os testes consideraram a relação econômica a partir da análise do *hedge* ratio, o efeito do risco de crédito envolvido no instrumento e objeto de *hedge* e a avaliação dos termos críticos.

4.2. Gerenciamento de riscos

Pelo fato dos resultados da ITAÚSA estarem diretamente atrelados às operações, às atividades e aos resultados de suas investidas, a ITAÚSA está exposta, essencialmente, aos riscos das empresas de seu portfólio.

Por meio de sua alta administração, a ITAÚSA participa nos conselhos de administração e comitês de assessoramento das empresas investidas, além da presença de membros independentes com experiência nos respectivos mercados de atuação, sempre estimulando boas práticas de gerenciamento de riscos e compliance, incluindo, a integridade. Como exemplos dessa atuação, os membros da ITAÚSA participam: (i) no Comitê de Gestão de Riscos e Capital do Itaú Unibanco; (ii) no Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos da Dexco; (iii) no Comitê de Auditoria Estatutário da Alpargatas; (iv) no Comitê de Auditoria, Riscos e Integridade da Aegea; e (v) no Comitê de Auditoria da Copa Energia e da XP.

A ITAÚSA segue as diretrizes constantes em sua Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração, onde são definidas: (i) as principais diretrizes na gestão e no controle de riscos, em linha com o apetite a riscos estabelecido pelo Conselho de Administração; (ii) as metodologias do processo de gerenciamento de riscos; (iii) as diretrizes e orientações à área de *Compliance* e Riscos Corporativos na implementação do programa de integridade; e (iv) as revisões dos normativos da ITAÚSA, submetendo-os, quando necessário, à avaliação e à aprovação do Conselho de Administração.

A ITAÚSA possui um Comitê de Sustentabilidade e Riscos que tem como principais objetivos: (i) assessorar na gestão de riscos, incluindo proposta de apetite e tolerância; (ii) rever e propor priorização de riscos e planos de resposta; e (iii) manifestar-se sobre a avaliação da aderência normativa, do Programa de Integridade e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos.

4.2.1. Riscos de mercado

Os riscos de mercado envolvem, principalmente, a possibilidade de oscilação nas taxas de juros e taxas de câmbio. Estes riscos podem resultar em redução dos valores dos ativos ou aumento de seus passivos em função das taxas negociadas no mercado.

Em relação aos riscos de taxa de câmbio, a controlada Dexco possui uma Política de Endividamento que estabelece o montante máximo denominado em moeda estrangeira que pode estar exposta a variações da taxa de câmbio. Em função dos procedimentos de gerenciamento de riscos, são realizadas pela Administração avaliações periódicas das exposições cambiais, com o objetivo de mitigá-las, além de manter mecanismos de *hedge* que visam proteger grande parte de sua exposição cambial.

Em relação aos riscos de taxas de juros são aqueles que podem fazer com que a ITAÚSA e suas controladas sofram perdas econômicas devido a alterações adversas nessas taxas. Esse risco é monitorado continuamente pela Administração com o objetivo de se avaliar eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra a volatilidade destas taxas.

Em relação às aplicações financeiras, os rendimentos estão indexados à variação do CDI e com resgate garantido pelos bancos emissores, de acordo com as taxas contratadas nos casos de aplicações em CDB's, ou pelo valor da quota no dia de resgate para os fundos de investimento.

4.2.1.1. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar como as companhias podem ser impactadas pelas mudanças das variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro representativo. Não obstante, a liquidação destas transações poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade utilizada na preparação dessas análises.

As informações demonstradas no quadro abaixo mensuram, com base na exposição dos saldos contábeis de31 de dezembro de 2022, os possíveis impactos nos resultados da ITAÚSA e das suas controladas em função da variação de cada risco destacado para os próximos 12 meses ou, caso inferior, até data de vencimento destas operações. As taxas projetadas foram definidas por meio de premissas disponíveis no mercado (B3 e Boletim Focus - Banco Central do Brasil).

	Controladora			
Ativos	**Indexador/ Moeda**	**Risco**	**Taxas projetadas**	**Cenário Provável**
Caixa e Equivalentes de caixa				
Aplicações financeiras	CDI	Redução do CDI	13,47% a.a.	356
Passivos				
Debêntures	CDI	Aumento do CDI	De 13,51% a.a. até 14,94% a.a.	(908)
Total				**(552)**

	Consolidado			
Ativos	**Indexador/ Moeda**	**Risco**	**Taxas projetadas**	**Cenário Provável**
Caixa e Equivalentes de caixa				
Aplicações financeiras	CDI	Redução do CDI	De 13,47% a.a. até 13,60% a.a.	525
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	Aumento do CDI	De 13,51% a.a. até 14,94% a.a.	(1.318)
Empréstimos e financiamentos - com *Swap* (IPCA para CDI)	CDI	Aumento do CDI	13,8% a.a.	(178)
Empréstimos e financiamentos - com *Swap* (US$ e Taxa para R$ e CDI)	CDI	Aumento do CDI	14% a.a.	(124)
Total				**(1.095)**

4.2.2. Riscos de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da ITAÚSA e suas controladas não realizarem seus direitos. Essa descrição está relacionada, principalmente, às rubricas abaixo, sendo a exposição máxima ao risco de crédito refletida pelos saldos contábeis das mesmas:

(a) Clientes

A controlada Dexco possui política formalizada para a concessão de créditos, com o objetivo de estabelecer os procedimentos a serem seguidos na concessão de crédito em operações comerciais de venda de produtos e serviços, no mercado interno e externo. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais, são procedimentos adotados, a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das contas a receber.

(b) Caixa e Equivalentes de caixa

A ITAÚSA e suas controladas possuem políticas formalizadas para a gestão de recursos junto às instituições financeiras visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade dos recursos. Os normativos internos determinam que as aplicações financeiras devem ser realizadas em instituições financeiras de primeira linha e sem concentrar recursos em aplicações específicas, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a ITAÚSA e suas controladas a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

4.2.3. Riscos de liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco da ITAÚSA e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A controlada Dexco possui política de endividamento que tem por objetivo definir os limites e parâmetros de endividamento e recursos disponíveis mínimos, sendo este último representado pelo somatório de determinadas obrigações previstas para os próximos 3 meses.

Adicionalmente, a Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, principalmente, o pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio e outras obrigações assumidas.

A ITAÚSA e suas controladas investem o excesso de caixa escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente em relação às previsões de saída de recursos.

Com o propósito de manter os investimentos em níveis aceitáveis de risco, novos investimentos ou aumentos ou diminuições de participação em investimentos são discutidos em reuniões da Diretoria Executiva, do Comitê de Estratégia e Novos Negócios e do Conselho de Administração da ITAÚSA.

O quadro abaixo demonstra os vencimentos dos passivos financeiros de acordo com os fluxos de caixa não descontados:

	Controladora				
	Menos de 1 ano	**Entre 1 e 2 anos**	**Entre 3 e 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Total**
Debêntures	160	2.910	2.961	416	6.447
Fornecedores	6	–.–	–.–	–.–	6
Obrigações com pessoal	54	–.–	–.–	–.–	54
Arrendamentos	3	2	–.–	–.–	5
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	1.968	–.–	–.–	–.–	1.968
Outros débitos	23	–.–	–.–	–.–	23
	2.214	**2.912**	**2.961**	**416**	**8.503**

	Consolidado				
	Menos de 1 ano	**Entre 1 e 2 anos**	**Entre 3 e 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Total**
Empréstimos e financiamentos	742	1.156	572	1.911	4.381
Debêntures	180	3.510	3.560	416	7.666
Fornecedores	1.243	–.–	–.–	–.–	1.243
Obrigações com pessoal	259	–.–	–.–	–.–	259
Arrendamentos	40	69	76	422	607
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	2.111	–.–	–.–	–.–	2.111
Outros débitos	654	334	–.–	–.–	988
	5.229	**5.069**	**4.208**	**2.749**	**17.255**

A projeção orçamentária, aprovada pela Administração, demonstra capacidade e geração de caixa para cumprimento das obrigações.

4.2.3.1. Cláusulas restritivas *(covenants)*

A controlada Dexco possui determinados contratos de Empréstimos, financiamentos e Debêntures que estão sujeitos a determinadas cláusulas restritivas (*covenants*), de acordo com as práticas usuais de mercado, e que, quando não cumpridas, podem acarretar um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos.

Segue abaixo a relação de *covenants* financeiros vigentes da controlada:

(a) Empréstimos e financiamentos

(i) Contrato com a Caixa Econômica Federal (Cédula de Crédito Exportação);
(ii) Duas operações da Resolução nº 4.131 com o Scotiabank;
(iii) 2ª emissão de notas comerciais.
• Dívida líquida / EBITDA (*): menor ou igual a 4,0.

(b) Debêntures

• Dívida líquida / EBITDA (*): menor ou igual a 4,0.

(*) EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) lucro antes dos juros e impostos (sobre o lucro) depreciação e amortização.

A manutenção dos *covenants* está baseada nas Demonstrações Contábeis da controlada Dexco e, caso a referida obrigação contratual não seja cumprida, a mesma deverá solicitar "*waiver*" dos credores.

Em 31 de dezembro de 2022 todas as obrigações contratuais acima foram atendidas em sua plenitude.

4.3. Gestão de capital

A ITAÚSA e suas controladas fazem a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus acionistas, inclusive pela otimização do custo de capital e controle do nível de endividamento, pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira, que corresponde à relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido.

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Empréstimos e financiamentos	19	–.–	–.–	4.381	2.658
Debêntures	20	6.447	5.015	7.666	6.226
(-) Caixa e Equivalentes de caixa	5	(2.642)	(2.398)	(4.472)	(3.876)
Dívida líquida		**3.805**	**2.617**	**7.575**	**5.008**
Patrimônio líquido	22	72.797	65.886	76.535	69.508
Índice de alavancagem financeira		**5,2%**	**4,0%**	**9,9%**	**7,2%**

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Caixa e Bancos	**-**	**-**	**165**	**194**
Aplicações financeiras	**2.642**	**2.398**	**4.307**	**3.682**
Renda fixa	-	-	11	37
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	-	-	1.599	1.193
Fundos de investimento	2.642	2.398	2.697	2.452
Total	**2.642**	**2.398**	**4.472**	**3.876**

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

		Controladora		Consolidado			
		Circulante		Circulante		Não Circulante	
	Nota	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Investimentos em ações	6.1	2.005	1.516	2.005	1.516	–.–	–.–
Fundo de Corporate Venture Capital	6.2	–.–	–.–	–.–	–.–	50	40
Total		**2.005**	**1.516**	**2.005**	**1.516**	**50**	**40**

6.1. Investimentos em Ações

		Controladora e Consolidado		
	Nota	**NTS (a)**	**NISA (b)**	**Total**
Saldo em 31/12/2020		**1.473**	–.–	**1.473**
Valor justo		(114)	638	524
Aporte de ações da NTS na NISA (c)		(481)	481	–.–
Aporte na NISA - Dívida com o FIP (c)		–.–	(481)	(481)
Saldo em 31/12/2021		**878**	**638**	**1.516**
Valor justo	26	480	9	489
Incorporação da NISA pela NTS (d)		647	(647)	–.–
Saldo em 31/12/2022		**2.005**	–.–	**2.005**

(a) NTS

Refere-se à participação societária de 8,5% da ITAÚSA no capital social da NTS. Visto que a ITAÚSA não possui influência significativa nas decisões sobre políticas financeiras e operacionais na NTS, o investimento é classificado como um ativo financeiro, conforme CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros, e mensurado a valor justo por meio do resultado no Resultado financeiro. Para mais informações sobre as premissas utilizadas no cálculo do valor justo, vide nota 4.1.2.

No exercício de 2022 a ITAÚSA registrou dividendos e JCP da NTS, em contrapartida do resultado na rubrica "Outras receitas e despesas", no montante de R$312 (R$209 em 2021) (Nota 25).

A Administração monitora periodicamente eventuais riscos de redução ao valor recuperável dos Títulos e valores mobiliários. Considerando a natureza desses ativos e o histórico de perdas, a ITAÚSA não constituiu perdas por redução ao valor recuperável dos referidos ativos.

(b) NISA

Referia-se à participação societária de 8,5% da ITAÚSA no capital social da NISA. Em 30 de abril de 2021 a ITAÚSA, a Nova Infraestrutura Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, gerido pela Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda. ("FIP") e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("Petrobras") concluíram as negociações referentes à venda, pela Petrobras, da totalidade de sua participação de 10% do capital social da NTS.

A aquisição da referida participação foi realizada exclusivamente pela NISA, sociedade integralmente detida pelo FIP e pela ITAÚSA, na proporção de 91,5% e 8,5% de participação do seu capital social, respectivamente.

Para a constituição do capital social da NISA, a ITAÚSA integralizou o montante de R$0,2, sendo esta participação societária também classificada como um ativo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado. Com a aquisição, a participação total da ITAÚSA, direta e indiretamente na NTS, passou de 7,65% para 8,5%, não alterando os direitos da ITAÚSA estabelecidos no Acordo de Acionistas da NTS.

ITAÚSA

Itaúsa S.A.
CNPJ 61.532.644/0001-15 - Companhia Aberta
Av. Paulista, 1938 – São Paulo – SP

Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA
ISE B3 ICO2 B3 IGPTW B3
ITSA B3 LISTED N1

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 *(Em milhões de reais, exceto quando divulgado de outra forma) (Continuação)*

(c) Reorganização societária - NISA
Em 16 de dezembro de 2021 a ITAÚSA e o FIP realizaram uma reorganização societária na NISA, resultando nos seguintes aportes:
• parte da participação societária detida na NTS (na mesma proporção entre as acionistas, não havendo mudança de participação societária na NISA); e
• total da dívida em dólar que detinham referente à aquisição inicial da NTS.
Como resultado da reorganização, a NISA passou a deter 42,08% do capital social da NTS, sendo que a participação direta e indireta da ITAÚSA na NTS permaneceu em 8,5%.

(d) Incorporação da NISA pela NTS
Em 12 de abril de 2022 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da NISA pela NTS. Com a efetivação da incorporação, a NISA foi extinta e as participações antes detidas indiretamente por ITAÚSA e FIP na NTS, por meio da NISA, passam a ser detidas por essas companhias diretamente na NTS, totalizando, respectivamente, 8,5% e 91,5% de participação no capital total da NTS, permanecendo sem alterações nos direitos da ITAÚSA estabelecidos no Acordo de Acionistas da NTS.
A incorporação teve como objetivo a racionalização da estrutura societária e a redução de custos e despesas, bem como, era uma obrigação da NISA assumida em suas escrituras de 1ª e 2ª emissão de debêntures simples e no termo de 1ª emissão de notas comerciais escriturais.

6.2. Fundo de Corporate Venture Capital
A controlada Dexco constituiu um fundo de Corporate Venture Capital ("CVC"), denominado DX Ventures Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("DX Ventures"), para investimentos em *start-ups* e *scale-ups*, em múltiplos estágios de investimento, com um primeiro aporte programado de R$100.
A controlada Dexco é a única cotista deste fundo, contudo, contará com o auxílio da Valetec, empresa gestora de venture capital especializada. Por meio deste fundo, será possível acompanhar as macro tendências de transformação e inovação do setor de construção, reforma e decoração, por meio do desenvolvimento de negócios relevantes no longo prazo.
Até 31 de dezembro de 2022 o montante aportado foi de R$48 (R$39 em 31 de dezembro de 2021) que corresponde a um valor justo de R$50 (R$40 em 31 de dezembro de 2021).

7. CLIENTES

Consolidado — 31/12/2022

	A vencer	Vencidos: Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 180 dias	(-) PECLD	Saldo líquido
Clientes no país	1.125	44	13	10	12	41	(55)	1.190
Clientes no exterior	143	26	10	3	2	8	(9)	183
Partes relacionadas	51	–.–	1	–.–	–.–	–.–	–.–	52
Total	**1.319**	**70**	**24**	**13**	**14**	**49**	**(64)**	**1.425**

Consolidado — 31/12/2021

	A vencer	Vencidos: Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 180 dias	(-) PECLD	Saldo líquido
Clientes no país	1.078	89	24	12	15	60	(80)	1.198
Clientes no exterior	160	35	10	3	1	5	(5)	209
Partes relacionadas	16	5	2	–.–	–.–	–.–	–.–	23
Total	**1.254**	**129**	**36**	**15**	**16**	**65**	**(85)**	**1.430**

Não há quaisquer ônus reais, garantias prestadas e/ou restrições aos valores de contas a receber de clientes. Nenhum cliente isoladamente representa mais de 10% do contas a receber ou das receitas.

A exposição da ITAÚSA e suas controladas a riscos de créditos relacionados ao contas a receber de clientes são divulgadas na nota 4.2.2.

7.1. Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD
Conforme requerido pelo CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Clientes e, de acordo com a abordagem simplificada, é constituída uma PECLD para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.
A classificação de risco acontece com base em modelos de agentes externos, tanto para o mercado interno como para o mercado externo, e estão classificados entre "A" e "D", no qual "A" indica os clientes de baixo risco e "D" os clientes de alto risco. A parcela de clientes com PECLD está classificada separadamente.

Classificação	**31/12/2022**	**31/12/2021**
A	30%	28%
B	17%	17%
C	49%	49%
D	1%	1%
Clientes com PECLD	3%	5%

Segue abaixo a movimentação da PECLD:

	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Saldo inicial	**(85)**	**(84)**
Constituições	(17)	(21)
Baixas	38	20
Saldo final	**(64)**	**(85)**

8. ESTOQUES

	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Produtos acabados	800	576
Matérias-prima	515	563
Produtos em elaboração	215	205
Almoxarifado geral	145	141
Adiantamento a fornecedores	6	14
(-) Perda estimada na realização dos estoques	(76)	(66)
Total	**1.605**	**1.433**

A totalidade dos Estoques é proveniente da controlada Dexco. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não havia estoques dados em garantia.
As movimentações das perdas estimadas na realização dos estoques estão demonstradas a seguir:

	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Saldo inicial	**(66)**	**(58)**
Constituições	(88)	(54)
Reversões	26	20
Baixas	51	25
Variação cambial	1	1
Saldo final	**(76)**	**(66)**

9. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER

Controladora — Investimentos

	Controladas: Dexco	Controladas: Itautec	Controladas em conjunto: Itaú Unibanco	Controladas em conjunto: IUPAR	Controladas em conjunto: Alpargatas	Coligadas: CCR	Coligadas: Aegea	Coligadas: Copa Energia	Títulos e valores mobiliários: NTS	Títulos e valores mobiliários: NISA	Total
Saldo em 31/12/2020	**34**	–.–	**551**	**400**	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	**985**
Dividendos	172	–.–	259	162	39	–.–	5	24	203	–.–	864
JCP	256	1	922	829	25	–.–	–.–	–.–	6	–.–	2.039
Recebimentos	(462)	(1)	(1.239)	(980)	(42)	–.–	(5)	(1)	(209)	–.–	(2.939)
Saldo em 31/12/2021	–.–	–.–	**493**	**411**	**22**	–.–	–.–	**23**	–.–	–.–	**949**
Dividendos	–.–	57	–.–	23	–.–	69	55	18	283	25	530
JCP	63	3	1.656	1.321	–.–	–.–	–.–	–.–	3	–.–	3.046
Recebimentos	–.–	(60)	(1.316)	(998)	(22)	(61)	(54)	(9)	(286)	(25)	(2.831)
Saldo em 31/12/2022	**63**	–.–	**833**	**757**	–.–	**8**	**1**	**32**	–.–	–.–	**1.694**

Consolidado — Investimentos

	Controladas em conjunto: Itaú Unibanco	Controladas em conjunto: IUPAR	Controladas em conjunto: Alpargatas	Coligadas: CCR	Coligadas: Aegea	Coligadas: Copa Energia	Títulos e valores mobiliários: NTS	Títulos e valores mobiliários: NISA	Total
Saldo em 31/12/2020	**551**	**400**	-	-	-	-	-	-	**951**
Dividendos	259	162	39	-	5	24	203	-	692
JCP	922	829	25	-	-	-	6	-	1.782
Recebimentos	(1.239)	(980)	(42)	-	(5)	(1)	(209)	-	(2.476)
Saldo em 31/12/2021	**493**	**411**	**22**	-	-	**23**	-	-	**949**
Dividendos	-	23	-	69	55	18	283	25	473
JCP	1.656	1.321	-	-	-	-	3	-	2.980
Recebimentos	(1.316)	(998)	(22)	(61)	(54)	(9)	(286)	(25)	(2.771)
Saldo em 31/12/2022	**833**	**757**	-	**8**	**1**	**32**	-	-	**1.631**

10. OUTROS TRIBUTOS A COMPENSAR E A RECOLHER

	Controladora Circulante 31/12/2022	Controladora Circulante 31/12/2021	Consolidado Circulante 31/12/2022	Consolidado Circulante 31/12/2021	Consolidado Não circulante 31/12/2022	Consolidado Não circulante 31/12/2021
Outros tributos a compensar						
ICMS/PIS/COFINS sobre aquisição de imobilizado (1)	–.–	–.–	20	16	31	19
PIS e COFINS (2)	2	2	7	16	576	792
ICMS E IPI	–.–	–.–	53	55	–.–	–.–
Outros	–.–	–.–	6	6	1	1
Subtotal	**2**	**2**	**86**	**93**	**608**	**812**
(-) Perda estimada na realização de créditos (3)	–.–	–.–	(7)	(4)	(12)	(11)
Total	**2**	**2**	**79**	**89**	**596**	**801**
Outros tributos a recolher						
PIS e COFINS	178	77	206	84	–.–	–.–
ICMS e IPI	–.–	–.–	91	51	–.–	–.–
Parcelamento de impostos (4)	–.–	–.–	15	15	57	68
INSS	–.–	–.–	6	3	–.–	–.–
Outros	–.–	–.–	28	1	–.–	–.–
Total	**178**	**77**	**346**	**154**	**57**	**68**

(1) Refere-se à controlada Dexco: o ICMS e o PIS/COFINS a compensar foram gerados, substancialmente, na aquisição de ativos destinados ao imobilizado para as plantas industriais. Conforme legislações vigentes, as compensações se darão nos prazos de 12 e 24 meses para o PIS e COFINS e 48 meses para o ICMS.
(2) Vide nota explicativa 21.3.1
(3) Na controlada Itautec, devido a perspectiva de não realização dos tributos federais, estaduais e municipais, a Administração decidiu pelo reconhecimento de perdas.
(4) Na controlada Dexco, refere-se ao parcelamento de impostos de sua controlada Cecrisa.

11. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

	Nota	Controladora Circulante 31/12/2022	Controladora Circulante 31/12/2021	Controladora Não circulante 31/12/2022	Controladora Não circulante 31/12/2021	Consolidado Circulante 31/12/2022	Consolidado Circulante 31/12/2021	Consolidado Não circulante 31/12/2022	Consolidado Não circulante 31/12/2021
Outros ativos									
Despesas antecipadas		7	10	–.–	5	49	32	–.–	5
Ativos de planos de aposentadoria (Plano BD)	30.1.2	–.–	1	–.–	–.–	6	13	–.–	5
Alienação de Imobilizados		–.–	–.–	–.–	–.–	22	45	3	16
Alienação de Investimentos		–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	13	13
Fomento nas operações florestais		–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	12	11
Adiantamento a funcionários		–.–	–.–	–.–	–.–	15	10	–.–	–.–
Ativos indenizáveis		–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	18	18
Retenção de valores na aquisição de empresas		–.–	–.–	–.–	–.–	2	2	64	48
Venda de energia elétrica		–.–	–.–	–.–	–.–	6	4	–.–	–.–
Ativo mantido para venda		–.–	–.–	–.–	–.–	58	58	–.–	–.–
Acordo –.– Sobrepreço na compra de cinescópios	11.1	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	82	–.–	–.–
Operações com derivativos	4.1.3	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	14	33	–.–
Demais ativos		3	13	1	–.–	9	29	4	–.–
Total		**10**	**24**	**1**	**5**	**167**	**289**	**147**	**116**

Itaúsa S.A.
CNPJ 61.532.644/0001-15 - Companhia Aberta
Av. Paulista, 1938 – São Paulo – SP

Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA
ISE B3 ICO2 B3 IGPTW B3
ITSA B3 LISTED N1

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 *(Em milhões de reais, exceto quando divulgado de outra forma) (Continuação)*

		Controladora				Consolidado			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Outros passivos									
Adiantamento de clientes		–.–	–.–	–.–	–.–	80	81	12	11
Lucros a distribuir aos sócios participantes das SCPs (*)		–.–	–.–	–.–	–.–	33	7	–.–	–.–
Aquisição de áreas para reflorestamento		–.–	–.–	–.–	–.–	72	28	–.–	–.–
Contas a pagar aos sócios participantes das SCP's (*)		–.–	–.–	–.–	–.–	84	84	–.–	–.–
Aquisições de empresas		–.–	–.–	–.–	–.–	29	28	175	231
Fretes e seguros a pagar		–.–	–.–	–.–	–.–	21	66	–.–	–.–
Comissões a pagar		–.–	–.–	–.–	–.–	18	19	–.–	–.–
Garantias, assistência técnica e manutenção		–.–	–.–	–.–	–.–	61	98	7	7
Passivos com Joint operation		–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	60
Vendas para entrega futura		–.–	–.–	–.–	–.–	38	20	–.–	–.–
Aquisição de fazendas		–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	20	38
Contraprestação contingente	11.2	23	–.–	–.–	–.–	23	–.–	–.–	–.–
Operações com derivativos	4.1.3	–.–	–.–	–.–	–.–	148	–.–	95	5
Demais passivos		–.–	–.–	–.–	–.–	47	91	25	8
Total		**23**	–.–	–.–	–.–	**654**	**522**	**334**	**360**

(*) SCP - Sociedade em Conta de Participação

11.1. Acordo - Sobre preço na compra de cinescópios

Em dezembro de 2015, a controlada Itautec ajuizou ação reparatória na Holanda objetivando o ressarcimento de sobre preço pago na compra de cinescópios e tubos CRT ("Catho de Ray Tubes") utilizados pela Itautec na fabricação de televisores e monitores de computador - CPTs e CDTs - em decorrência da conduta cartelizada, no Brasil e no exterior, pelas respectivas fabricantes, no período entre 1995 e 2007.

Em novembro de 2021, a Itautec celebrou acordo com as empresas Philips e Technicolor (e suas afiliadas) reconhecendo no resultado na rubrica "Outras Receitas e Despesas" o montante de R$82 (não descontados os demais custos relacionados ao processo e tributos incidentes). O recebimento do valor estava sujeito à homologação pelo juiz da exclusão das empresas do polo passivo do processo, o que ocorreu em janeiro de 2022, resultando no recebimento efetivo de R$79.

Em outubro de 2022, a Corte da Holanda julgou o mérito da ação de forma favorável para a Itautec, sendo o quantum indenizatório a ser apurado em sede de perícia.

11.2. Contraprestação contingente

Refere-se à contraprestação contingente originada no processo de aquisição da coligada Aegea, conforme mencionado na nota 15.2.4.1, a ser pago ao alienante Saneamento 100% Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, no valor original de R$21, corrigido pela variação do CDI a partir da data de fechamento da operação até a data do seu efetivo pagamento, previsto para ocorrer até julho de 2023. Deste montante, poderão ser deduzidas eventuais perdas incorridas e indenizáveis pelo alienante.

12. ATIVOS BIOLÓGICOS

As controladas indiretas Dexco Colombia S.A., Duratex Florestal Ltda. e Caetex Florestal S.A. detêm reservas florestais de eucalipto que são utilizadas, preponderantemente, como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e, complementarmente, para venda a terceiros.

As reservas florestais funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais que, aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de autos suficiência no suprimento de madeira.

Em 31 de dezembro de 2022 as empresas possuíam, aproximadamente, 104,0 mil hectares em áreas de efetivo plantio (101,4 mil hectares em 31 de dezembro de 2021) que são cultivadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Alagoas e na Colômbia.

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Adicionalmente, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Custo de formação dos ativos biológicos	1.159	939
Diferencial entre o custo de formação e o valor justo	758	330
Total	**1.917**	**1.269**

A movimentação do exercício é a seguinte:

		Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial		**1.269**	**1.143**
Variação no valor justo			
Preço/Volume	24	598	129
Exaustão		(170)	(116)
Variação no custo de formação			
Custos com o plantio		466	302
Exaustão		(246)	(189)
Saldo final		**1.917**	**1.269**

12.1. Valor justo e análise de sensibilidade

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para florestas de eucalipto com até um ano de vida, que são mantidas ao custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As principais premissas utilizadas foram:

• Fluxo de caixa descontado: volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio, mensurados a valor presente pela taxa de desconto em 31 de dezembro de 2022 de 8,4% a.a. (7,12% em 31 de dezembro de 2021) que corresponde ao custo médio ponderado de capital da controlada Dexco, o qual é revisado anualmente pela sua Administração.

• Preços da madeira: são obtidos em R$/metro cúbico por meio de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da controlada Dexco, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.

• Diferenciação: os volumes de colheita foram segregados e valorados conforme espécie: (i) pinus e eucalipto, (ii) região; e (iii) destinação (serraria e processo).

• Volumes: estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira que são estimados por meio de inventários rotativos realizados por técnicos especialistas a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas Demonstrações Contábeis.

Dentre as variáveis que afetam o cálculo do valor justo dos ativos biológicos, destacam-se a variação no preço da madeira e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa.

O preço médio em 31 de dezembro de 2022 era de R$86,12/m³ (R$53,22/m³ em 31 de dezembro de 2021). Aumentos no preço acarretam aumento no valor justo das florestas, sendo que, a cada 5% de variação no preço, o impacto sobre o valor justo das florestas seria da ordem de R$81 (R$56 em 31 de dezembro de 2021).

Em relação à taxa de desconto, aumentos na taxa acarretam queda no valor justo da floresta, sendo que, a cada 0,5% a.a. de variação na taxa, o valor justo seria afetado em cerca de R$7 (R$7 em 31 de dezembro de 2021).

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O saldo e a movimentação do Imposto de renda e Contribuição social diferidos estão apresentados a seguir:

	Controladora						
	31/12/2020	Constituição	Realização/ Reversão	31/12/2021	Constituição	Realização/ Reversão	31/12/2022
Ativos							
Reconhecidos no Resultado							
Prejuízo fiscal e Base negativa de Contribuição social	**382**	**245**	**(6)**	**621**	**22**	–.–	**643**
Diferenças temporárias	**534**	**314**	**(22)**	**826**	**40**	**(244)**	**622**
Contingências	505	186	–.–	691	38	(127)	602
Juros sobre capital próprio	–.–	112	–.–	112	–.–	(112)	–.–
Outros	29	16	(22)	23	2	(5)	20
Total (*)	**916**	**559**	**(28)**	**1.447**	**62**	**(244)**	**1.265**
Passivos							
Reconhecidos no Resultado							
Diferenças temporárias	**(243)**	**(247)**	–.–	**(490)**	**(168)**	**100**	**(558)**
Valor justo de instrumentos financeiros	(236)	(212)	–.–	(448)	(166)	81	(533)
Outros	(7)	(35)	–.–	(42)	(2)	19	(25)
Total (*)	**(243)**	**(247)**	–.–	**(490)**	**(168)**	**100**	**(558)**

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados pela entidade tributável, totalizando no ativo diferido em 31 de dezembro de 2022 o montante de R$707 (R$957 em 31 de dezembro de 2021).

	Consolidado						
	31/12/2020	Constituição	Realização/ Reversão	31/12/2021	Constituição	Realização/ Reversão	31/12/2022
Ativos							
Reconhecidos no Resultado							
Prejuízo fiscal e Base negativa de Contribuição social	**555**	**245**	**(76)**	**724**	**153**	–.–	**877**
Diferenças temporárias	**876**	**374**	**(48)**	**1.202**	**60**	**(265)**	**997**
Provisão para *impairment* no contas a receber de clientes	**7**	3	–.–	**10**	1	–.–	**11**
Juros sobre capital próprio	**–.–**	112	–.–	**112**	–.–	(112)	**–.–**
Contingências	**650**	186	(21)	**815**	38	(129)	**724**
Perdas nos estoques	**16**	4	–.–	**20**	4	–.–	**24**
Lucros no exterior	**44**	12	–.–	**56**	8	–.–	**64**
Impairment de imobilizado	**50**	7	–.–	**57**	5	–.–	**62**
Benefício Pós-emprego	**7**	1	–.–	**8**	–.–	(1)	**7**
Outros	**102**	49	(27)	**124**	4	(23)	**105**
Reconhecidos no Patrimônio líquido							
Benefício Pós-emprego	**9**	–.–	(4)	**5**	–.–	–.–	**5**
Hedge Accounting	**–.–**	–.–	–.–	**–.–**	40	–.–	**40**
Total (*)	**1.440**	**619**	**(128)**	**1.931**	**253**	**(265)**	**1.919**
Passivos							
Reconhecidos no Resultado							
Diferenças temporárias	**(615)**	**(297)**	**92**	**(820)**	**(342)**	**129**	**(1.033)**
Reserva de reavaliação	**(63)**	–.–	9	**(54)**	–.–	2	**(52)**
Valor justo de instrumentos financeiros e derivativos	**(236)**	(212)	–.–	**(448)**	(166)	81	**(533)**
Depreciação	**(26)**	(5)	–.–	**(31)**	(11)	–.–	**(42)**
Ativos biológicos	**(168)**	–.–	55	**(113)**	(145)	–.–	**(258)**
Carteira de clientes	**(32)**	–.–	9	**(23)**	–.–	9	**(14)**
Planos de Pensão	**(36)**	(1)	1	**(36)**	(6)	–.–	**(42)**
Mais valia de ativos	**(25)**	–.–	1	**(24)**	–.–	1	**(23)**
Outros	**(29)**	(79)	17	**(91)**	(14)	36	**(69)**
Reconhecidos no Patrimônio líquido							
Variação Cambial na conversão de balanços de empresas no exterior	**(10)**	–.–	3	**(7)**	–.–	4	**(3)**
Reserva de reavaliação	**(1)**	–.–	–.–	**(1)**	–.–	–.–	**(1)**
Total (*)	**(626)**	**(297)**	**95**	**(828)**	**(342)**	**133**	**(1.037)**

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados pelas entidades tributáveis, totalizando no ativo diferido em 31 de dezembro de 2022 o montante de R$1.089 (R$1.252 em 31 de dezembro de 2021) e no passivo diferido em 31 de dezembro de 2022 no montante de R$207 (R$149 em 31 de dezembro de 2021).

13.1. Ativos diferidos

13.1.1. Expectativa de realização

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos levando-se em consideração a realização provável desses créditos, com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos, aprovados pela Administração, que podem sofrer alterações. Segue abaixo a expectativa de realização dos ativos diferidos:

	Controladora	Consolidado
2023	612	784
2024	–.–	41
2025	234	297
2026	231	338
2027	178	235
2028 - 2031	10	224
Total	**1.265**	**1.919**

13.1.2. Créditos fiscais não reconhecidos

A ITAÚSA e suas controladas possuem créditos fiscais relativos à prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, não reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, tendo em vista as incertezas na sua realização.

Em 31 de dezembro de 2022, os créditos não reconhecidos na ITAÚSA correspondem ao montante de R$78 e no consolidado no montante de R$226 (R$143 em 31 de dezembro de 2021). Os referidos créditos poderão ser objeto de reconhecimento futuro, conforme as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis, não havendo prazo de prescrição para a utilização dos mesmos.

14. DIREITO DE USO E ARRENDAMENTOS

Para o contrato de arrendamento da ITAÚSA, a Administração não considerou a possibilidade de renovação (48 meses no total), por entender que, ao vencimento do contrato, as condições para a renovação tendem a ser substancialmente diferentes das atuais, caracterizando um novo contrato. Já a controlada Dexco, devido às características de longo prazo dos contratos, de modo substancial, também não considerou a renovação para os contratos de arrendamento de terras. Para os demais contratos, quando aplicável, foi considerada uma renovação.

Em relação ao valor dos pagamentos, tratam-se, substancialmente, de valores fixos estabelecidos em contrato corrigidos anualmente por indexador atrelado à inflação.

14.1. Ativos de direito de uso

	Controladora	Consolidado					
	Equipamentos de informática	Terras	Edifícios	Veículos	Equipamentos de informática	Outros	Total
Saldo em 31/12/2020	**10**	**300**	**14**	**2**	**10**	**22**	**348**
Novos contratos / atualizações	–.–	56	8	–.–	–.–	4	68
Depreciação no exercício (Resultado)	(3)	(1)	(7)	(2)	(4)	(7)	(21)
Depreciação no exercício (*)	–.–	(18)	–.–	–.–	–.–	–.–	(18)
Variação cambial	–.–	(1)	–.–	–.–	–.–	–.–	(1)
Baixa de contratos	–.–	–.–	(2)	–.–	–.–	–.–	(2)
Saldo em 31/12/2021	**7**	**336**	**13**	–.–	**6**	**19**	**374**
Novos contratos / atualizações	–.–	233	–.–	7	–.–	45	285
Depreciação no exercício (Resultado)	(2)	(1)	(7)	(2)	(2)	(10)	(22)
Depreciação no exercício (*)	–.–	(25)	–.–	–.–	–.–	–.–	(25)
Variação cambial	–.–	(1)	–.–	–.–	–.–	(1)	(2)
Baixa de contratos	–.–	(44)	–.–	–.–	–.–	(1)	(45)
Saldo em 31/12/2022	**5**	**498**	**6**	**5**	**4**	**52**	**565**

(*) Contabilizado no custo de formação das reservas florestais na rubrica de "Ativos biológicos".

Itaúsa S.A.
CNPJ 61.532.644/0001-15 - Companhia Aberta
Av. Paulista, 1938 – São Paulo – SP

Member of Dow Jones Sustainability Indices · ISE B3 · ICO2 B3 · IGPTW B3 · ITSA B3 LISTED N1

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 *(Em milhões de reais, exceto quando divulgado de outra forma) (Continuação)*

14.2. Passivos de arrendamento

	Controladora	Consolidado					
	Equipamentos de informática	Terras	Edifícios	Veículos	Equipamentos de informática	Outros	Total
Saldo em 31/12/2020	**11**	**320**	**16**	**2**	**10**	**22**	**370**
Novos contratos / atualizações	–.–	56	8	–.–	–.–	4	68
Juros apropriados no exercício (Resultado)	–.–	2	2	–.–	–.–	2	6
Juros apropriados no exercício (*)	–.–	30	–.–	–.–	–.–	–.–	30
Pagamentos	(3)	(44)	(9)	(2)	(3)	(9)	(67)
Baixa de contratos	–.–	–.–	(2)	–.–	–.–	–.–	(2)
Variação cambial	–.–	(1)	–.–	–.–	–.–	–.–	(1)
Saldo em 31/12/2021	**8**	**363**	**15**	–.–	**7**	**19**	**404**
Novos contratos / atualizações	–.–	233	–.–	7	–.–	45	285
Juros apropriados no exercício (Resultado)	–.–	3	1	–.–	1	4	9
Juros apropriados no exercício (*)	–.–	47	–.–	–.–	–.–	–.–	47
Pagamentos	(3)	(62)	(7)	(2)	(3)	(13)	(87)
Baixa de contratos	–.–	(47)	–.–	–.–	–.–	(1)	(48)
Variação cambial	–.–	(2)	–.–	–.–	–.–	(1)	(3)
Saldo em 31/12/2022	**5**	**535**	**9**	**5**	**5**	**53**	**607**
Circulante	**3**						**40**
Não circulante	**2**						**567**

(*) Contabilizado no custo de formação das reservas florestais na rubrica de "Ativos biológicos".

As taxas de desconto utilizadas estão apresentadas a seguir:

	Controladora	Consolidado
Prazos dos contratos		
Até 5 anos	5,85% a.a.	De 5,85% até 12,05% a.a.
De 6 a 10 anos	–.–	12,40% a.a.
Acima de 10 anos	–.–	12,98% a.a.

Os vencimentos dos passivos de arrendamento consideram o seguinte fluxo futuro de pagamentos:

	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2022
Circulante		
2023	3	40
Total	**3**	**40**
Não circulante		
2024	2	36
2025	–.–	33
2026	–.–	32
2027	–.–	24
2028	–.–	20
2029 - 2033	–.–	95
2034 - 2038	–.–	68
2039 - 2048	–.–	136
Acima de 2049	–.–	123
Total	**2**	**567**

14.3. Efeitos da inflação

Segue abaixo os efeitos da inflação nos saldos, quando comparados aos saldos das Demonstrações Contábeis:

Controladora	31/12/2022 Cenário contábil	31/12/2022 Cenário com inflação	31/12/2021 Cenário contábil	31/12/2021 Cenário com inflação
Ativos de direito de uso	12	9	11	12
Depreciação	(7)	(5)	(4)	(5)
Total	**5**	**4**	**7**	**7**
Passivos de arrendamento	6	5	10	9
Juros a apropriar	(1)	(1)	(2)	–.–
Total	**5**	**4**	**8**	**9**

Consolidado	31/12/2022 Cenário contábil	31/12/2022 Cenário com inflação	31/12/2021 Cenário contábil	31/12/2021 Cenário com inflação
Ativos de direito de uso	692	2.005	478	1.786
Depreciação	(127)	(265)	(104)	(199)
Total	**565**	**1.740**	**374**	**1.587**
Passivos de arrendamento	1.524	4.209	1.075	3.810
Juros a apropriar	(917)	(2.362)	(671)	(2.088)
Total	**607**	**1.847**	**404**	**1.722**

15. INVESTIMENTOS

15.1. Saldos dos investimentos

	Nota	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Controladas em conjunto					
Controladas em conjunto		65.065	58.852	65.065	58.852
Controladas em conjunto indiretas		–.–	–.–	83	105
Controladas					
Controladas		2.248	2.206	–.–	–.–
Coligadas					
Coligadas		8.544	7.458	8.544	7.458
Coligadas Indiretas		–.–	–.–	1.665	1.206
	15.2	**75.857**	**68.516**	**75.357**	**67.621**
Outros investimentos		4	4	7	7
Total dos investimentos		**75.861**	**68.520**	**75.364**	**67.628**

15.2. Movimentação dos investimentos

Controladora

	Controladas em conjunto				Controladas			Coligadas						
	Itaú Unibanco (Nota 15.2.1) (**)	IUPAR (Nota 15.2.1)	XPART (Nota 15.2.1)	Alpargatas (Nota 15.2.6)	Dexco	Itautec	ITH Zux Cayman	XP (Notas 15.2.1 e 15.2.3)	CCR (Nota 15.2.8)	AEGEA (Nota 15.2.4)	Águas do Rio 1 (Nota 15.2.4)	Águas do Rio 4 (Nota 15.2.4)	Copa Energia (Nota 15.2.2)	Total
Saldo em 31/12/2020	**28.971**	**24.241**	–.–	**1.971**	**1.899**	**38**	**3**	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	**1.219**	**58.342**
Resultado de participação societária	5.380	4.735	75	173	635	55	–.–	98	–.–	35	(1)	3	(32)	11.156
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	(1.375)	(1.149)	–.–	(68)	(467)	(1)	–.–	–.–	–.–	(5)	–.–	–.–	(23)	(3.088)
Aquisição de ações	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	2.471	52	49	21	2.593
Alienação de ações	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(367)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(367)
Outros resultados abrangentes	(578)	(537)	(19)	(6)	63	–.–	–.–	(2)	–.–	(2)	–.–	–.–	16	(1.065)
Cisão Itaú Unibanco	(2.018)	–.–	2.018	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–
Incorporação XPART pela XP	–.–	–.–	(2.088)	–.–	–.–	–.–	–.–	2.088	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–
Cisão IUPAR	–.–	(1.783)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	1.838	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	55
Outros	467	423	14	5	(17)	(2)	–.–	10	–.–	–.–	–.–	–.–	(10)	890
Saldo em 31/12/2021	**30.847**	**25.930**	–.–	**2.075**	**2.113**	**90**	**3**	**3.665**	–.–	**2.499**	**51**	**52**	**1.191**	**68.516**
Resultado de participação societária	5.930	5.048	–.–	19	285	(9)	–.–	375	(23)	(35)	2	5	104	11.701
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	(1.953)	(1.581)	–.–	–.–	(76)	(60)	–.–	–.–	(69)	(55)	–.–	–.–	(18)	(3.812)
Aquisição de ações	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	2.868	21	–.–	–.–	–.–	2.889
Alienação de ações	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(2.134)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(2.134)
Aumento de capital social	–.–	–.–	–.–	799	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	799
Outros resultados abrangentes	(1.255)	(1.102)	–.–	(72)	(56)	–.–	–.–	26	(10)	(18)	–.–	–.–	(9)	(2.496)
Outros	204	181	–.–	(5)	(42)	–.–	–.–	(31)	18	51	–.–	–.–	18	394
Saldo em 31/12/2022	**33.773**	**28.476**	–.–	**2.816**	**2.224**	**21**	**3**	**1.901**	**2.784**	**2.463**	**53**	**57**	**1.286**	**75.857**
Valor de Mercado em 31/12/2021 (*)	**40.728**	–.–	–.–	**6.255**	**4.160**	–.–	–.–	**12.265**	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	
Valor de Mercado em 31/12/2022 (*)	**48.602**	–.–	–.–	**3.006**	**2.074**	–.–	–.–	**2.824**	**2.258**	–.–	–.–	–.–	–.–	

(*) O valor de mercado está sendo apresentado apenas para as empresas investidas que possuem suas ações negociadas na bolsa de valores (B3) e representam o percentual de participação da ITAÚSA.
(**) O valor de mercado apresentado para o Itaú Unibanco corresponde apenas à participação direta detida pela ITAÚSA. Considerando a participação indireta detida pela IUPAR, o valor total de mercado corresponde a R$91.250 (R$76.468 em 31 de dezembro de 2021).

Consolidado

	Controladas em conjunto				Controlada indireta	Coligadas indireta		Controlada em conjunto indireta	Coligadas						
	Itaú Unibanco (Nota 15.2.1) (**)	IUPAR (Nota 15.2.1)	XPART (Nota 15.2.1)	Alpargatas (Nota 15.2.6)	Viva Decora	LD Celulose (Nota 15.2.7)	ABC da Construção (Nota 15.2.5)	LD Florestal	XP (Notas 15.2.1 e 11.2.3)	CCR (Nota 15.2.8)	AEGEA (Nota 15.2.4)	Águas do Rio 1 (Nota 15.2.4)	Águas do Rio 4 (Nota 15.2.4)	Copa Energia (Nota 15.2.2)	Total
Saldo em 31/12/2020	**28.971**	**24.241**	–.–	**1.971**	**1**	**852**	–.–	**107**	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	**1.219**	**57.362**
Resultado de participação societária	5.380	4.735	75	173	–.–	(66)	–.–	(3)	98	–.–	35	(1)	3	(32)	10.397
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	(1.375)	(1.149)	–.–	(68)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(5)	–.–	–.–	(23)	(2.620)
Aquisição de ações	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	102	–.–	–.–	–.–	2.471	52	49	21	2.695
Alienação de ações	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(367)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(367)
Aumento de capital social	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	98	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	98
Outros resultados abrangentes	(578)	(537)	(19)	(6)	–.–	70	–.–	–.–	(2)	–.–	(2)	–.–	–.–	16	(1.058)
Cisão	(2.018)	–.–	2.018	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–		–.–	–.–
Incorporação XPART pela XP	–.–	–.–	(2.088)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	2.088	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–
Cisão IUPAR	–.–	(1.783)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	1.838	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	55
Outros	467	423	14	5	(1)	150	–.–	1	10	–.–	–.–	–.–	–.–	(10)	1.059
Saldo em 31/12/2021	**30.847**	**25.930**	–.–	**2.075**	–.–	**1.104**	**102**	**105**	**3.665**	–.–	**2.499**	**51**	**52**	**1.191**	**67.621**
Resultado de participação societária	5.930	5.048	–.–	19	–.–	76	–.–	(22)	375	(23)	(35)	2	5	104	11.479
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	(1.953)	(1.581)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(69)	(55)	–.–	–.–	(18)	(3.676)
Aquisição de ações	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	2.868	21	–.–	–.–	–.–	2.889
Alienação de ações	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(2.134)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(2.134)
Aumento de capital social	–.–	–.–	–.–	799	–.–	311	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	1.110
Outros resultados abrangentes	(1.255)	(1.102)	–.–	(72)	–.–	(20)	–.–	–.–	26	(10)	(18)	–.–	–.–	(9)	(2.460)
Outros	204	181	–.–	(5)	–.–	92	–.–	–.–	(31)	18	51	–.–	–.–	18	528
Saldo em 31/12/2022	**33.773**	**28.476**	–.–	**2.816**	–.–	**1.563**	**102**	**83**	**1.901**	**2.784**	**2.463**	**53**	**57**	**1.286**	**75.357**
Valor de Mercado em 31/12/2021 (*)	**40.728**	–.–	–.–	**6.255**	–.–	–.–	–.–	–.–	**12.265**	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	
Valor de Mercado em 31/12/2022 (*)	**48.602**	–.–	–.–	**3.006**	–.–	–.–	–.–	–.–	**2.824**	**2.258**	–.–	–.–	–.–	–.–	

(*) O valor de mercado está sendo apresentado apenas para as empresas investidas que possuem suas ações negociadas na bolsa de valores (B3) e representam o percentual de participação da ITAÚSA.
(**) O valor de mercado apresentado para o Itaú Unibanco corresponde apenas à participação direta detida pela ITAÚSA. Considerando a participação indireta detida pela IUPAR, o valor total de mercado corresponde a R$91.250 (R$76.468 em 31 de dezembro de 2021).

15.2.1. Reorganização societária envolvendo o investimento do Itaú Unibanco na XP e criação da XPART

Em Assembleia Geral do Itaú Unibanco, realizada em 31 de janeiro de 2021, foi aprovada a proposta de reorganização societária com vistas à segregação da linha de negócio referente à participação de 40,52% detida pelo Itaú Unibanco no capital social da XP, a qual dependia de manifestação favorável do Federal Reserve Board ("FED") (Banco Central Norte Americano) para sua implementação.

Em 31 de maio de 2021, o FED manifestou-se favoravelmente à operação efetivando-se a referida reorganização societária, que resultou na cisão parcial do Itaú Unibanco, e consequente constituição da XPART, que possui como objeto social exclusivo a participação societária no capital social da XP.

A XP, sediada na Ilhas Cayman, é uma companhia aberta com ações negociadas na bolsa de valores americana Nasdaq e apresenta uma plataforma de serviços financeiros, líder de tecnologia, com foco em: (i) serviços de consultoria financeira; e (ii) produtos financeiros que fornecem acesso a investimentos em ações e títulos de renda fixa, fundos mútuos e de *hedge*, produtos estruturados, seguro de vida, planos de pensão, fundos imobiliários entre outros.

Como resultado dessa reorganização societária, os acionistas do Itaú Unibanco tiveram direito ao recebimento de participação acionária na XPART na mesma quantidade, espécie e proporção das ações por eles detidas no Itaú Unibanco, sendo que as ações do Itaú Unibanco e os American Depositary Receipts - ADRs continuaram a ser negociados com o referido direito ao recebimento de valores mobiliários da XPART até a data de corte ("ex-direito" de recebimento de valores mobiliários da XPART), considerada 1º de outubro de 2021.

Com a reorganização societária a ITAÚSA passou a ter direito à participação acionária na XPART direta e indireta, por meio da IUPAR, equivalente à que detinha no Itaú Unibanco, ou seja, 37,32%, e que correspondia a uma participação acionária na XP de 15,12%.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 *(Em milhões de reais, exceto quando divulgado de outra forma) (Continuação)*

15.2.1.1. Incorporação da XPART pela XP

Em 31 de janeiro de 2021 e em 28 de maio de 2021, a ITAÚSA, a IUPAR, os controladores da XP e a XP assinaram documentos contendo os principais termos e condições relativos à proposta de incorporação da XPART pela XP e outros direitos e obrigações das partes.

Em 1º de outubro de 2021, as Assembleias Gerais da XPART e da XP aprovaram a incorporação da XPART pela XP e a consequente extinção da XPART.

Com a incorporação da XPART pela XP, os acionistas do Itaú Unibanco, que até a data de corte tiveram o direito ao recebimento de valores mobiliários de emissão da XPART, receberam: (i) no caso dos acionistas controladores do Itaú Unibanco (IUPAR e ITAÚSA) e dos titulares de ADRs, ações Classe A de emissão da XP; e (ii) no caso dos demais acionistas, *Brazilian Depositary Receipts* - BDRs patrocinados Nível I.

Em decorrência da incorporação, a ITAÚSA passou a ser, direta e indiretamente, detentora de ações Classe A de emissão da XP equivalentes a 15,07% do capital total da XP e 4,74% de seu capital votante.

Ainda, a partir desta data, a ITAÚSA e a IUPAR passaram a ser partes do Acordo de Acionistas da XP, com destaque para o direito de ambas indicarem membros ao Conselho de Administração e Comitê de Auditoria da XP.

15.2.1.2. Cisão do investimento detido na XP - Controlada em conjunto IUPAR

Em 8 de dezembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da IUPAR aprovou a cisão parcial de seu patrimônio líquido, em favor de seus acionistas, correspondente à sua participação societária de 10,58% na XP, deduzido o valor do passivo relativo a tributos diferidos.

Com a incorporação da parcela cindida, a ITAÚSA passou a ser detentora, de forma direta, de 15,06% do capital total da XP e também dos direitos no Acordo de Acionistas da XP, detidos pela IUPAR, do qual a ITAÚSA já era signatária.

15.2.2. Conclusão da alocação do preço de compra da Copa Energia

Em dezembro de 2021 a ITAÚSA concluiu o processo de alocação do preço de compra da coligada Copa Energia, considerando a participação nos ativos e passivos líquidos avaliados a valor justo, a contraprestação paga pela ITAÚSA e o ágio por expectativa de rentabilidade futura *(goodwill)*.

A composição do preço pago na transação foi a seguinte:

Valor pago na data de aquisição	1.212
Integralização de debêntures adquiridas na data de aquisição	21
Total da contraprestação transferida	**1.233**

O laudo de avaliação, elaborado por consultores independentes, apresentou os seguintes montantes de mais valias atribuídas ao Balanço Patrimonial da Copa Energia, os quais foram refletidos na ITAÚSA pelo percentual de participação societária adquirida na data da transação:

	Copa Energia	Itaúsa (48,93%)
Mais valias atribuídas		
Intangível	159	78
Marca	132	65
Relacionamento com clientes	26	13
Licença de uso	1	1
Imobilizado	236	115
Ativos mantidos para negociação	208	102
Demais ativos e passivos	25	12
Total	**628**	**307**
Patrimônio líquido Copagaz	**1.486**	**727**
Ágio *(Goodwill)*	**408**	**199**
Preço pago na aquisição	**–.–**	**1.233**

15.2.3. Alienações das ações da XP

Nos exercícios de 2022 e 2021, a ITAÚSA realizou alienações de ações da XP passando a deter 6,55% do capital total e 2,29% do capital votante da XP (desconsiderando as ações em tesouraria). Os direitos da ITAÚSA firmados anteriormente no Acordo de Acionistas da XP permanecem inalterados.

	Nota	2022	2021
Qtde. de ações		41,0 milhões	7,8 milhões
% vendido do capital social da XP		7,36%	1,39%
Valor da venda (bruto)		4.670	1.270
Custo do investimento		(2.134)	(367)
Outros resultados abrangentes		15	–.–
Resultado da venda	25	**2.551**	**903**

15.2.4. Conclusão do investimento na Aegea, Águas do Rio 1 e Águas do Rio 4

Em 1º de julho de 2021 a ITAÚSA, por meio de Fato Relevante, comunicou que, em complemento aos Fatos Relevantes divulgados em 27 de abril de 2021 e 31 de maio de 2021, concluiu o investimento na Aegea, conforme previsto no Contrato de Investimentos assinado pela ITAÚSA e os demais acionistas da Aegea.

A participação da ITAÚSA ocorreu por meio de subscrição e aquisição de ações ordinárias e preferenciais de classe C da Aegea, cujo desembolso no valor total de R$1.344 ocorreu em 1º de julho de 2021, e subscrição de ações preferenciais classe D de emissão da Aegea no valor total de aproximadamente R$1.110, cujo desembolso ocorreu em 27 de julho de 2021. Como resultado, a ITAÚSA passou a deter 10,20% do capital votante, 19,05% das ações preferenciais e 12,88% do capital total da Aegea. O restante do capital permanece com os atuais acionistas controladores da Aegea e o Fundo Soberano de Singapura ("GIC").

Também em 1º de julho de 2021, a ITAÚSA celebrou Acordo de Acionistas com os demais acionistas da Aegea e passou a ter o direito de indicar um membro para cada um dos seguintes órgãos da Aegea: Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Riscos e Integridade e Comitê de Finanças e Avaliação de Projetos, além de indicar, em conjunto com o GIC, um membro independente para o Conselho de Administração. Adicionalmente, terá outros direitos atribuíveis a acionistas relevantes.

Para financiar a transação, a ITAÚSA emitiu, em 15 de junho de 2021, debêntures não conversíveis em ações no valor de R$2.500. Em 19 julho de 2021, foi integralizado o valor de R$102 nas SPEs (Sociedades de Propósito Específico), representado por ações preferenciais de classe A, com direito a voto, sendo R$52 na Águas do Rio 1 e R$50 na Águas do Rio 4, resultando em uma participação de 8,16% no capital votante e 5,54% no capital total em cada uma das SPEs. Os recursos foram destinados à outorga de concessões para a prestação regionalizada dos serviços públicos de fornecimento de água e esgotamento sanitário e de serviços complementares, dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, anteriormente desenvolvidos pela CEDAE - Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro.

Com o início das operações em 1º de novembro de 2021, as SPEs passaram a atender uma população de aproximadamente 10 milhões de pessoas, em 124 bairros da capital e em outros 26 municípios do estado Rio de Janeiro.

As ações preferenciais detidas pela ITAÚSA, tanto na Aegea quanto nas Águas do Rio 1 e 4, possuem características específicas previstas no acordo de acionistas e, desta forma, a equivalência patrimonial não reflete o percentual de participação total em relação a sua remuneração. As ações preferenciais de classe D da Aegea possuem direito a dividendo de 12,5% do lucro ajustado do exercício (equivalente a 4,11% para as ações detidas pela ITAÚSA), não participando de distribuições remanescentes e dos prejuízos acumulados. Já as ações preferenciais de classe A das SPEs, em caso de lucro, possuem direito a dividendo de 15% do lucro ajustado do exercício (equivalente a 1,45% para as ações detidas pela ITAÚSA) e, em caso de prejuízo, participam com 8,16% que corresponde ao percentual de participação do capital votante.

15.2.4.1. Conclusão da alocação do preço de compra da Aegea

A ITAÚSA concluiu o processo de alocação do preço de compra da coligada Aegea, considerando a participação nos ativos e passivos líquidos avaliados a valor justo, a contraprestação paga pela ITAÚSA e o ágio por expectativa de rentabilidade futura *(goodwill)*.

A composição do preço pago na transação foi a seguinte:

Valor pago na data de aquisição	2.454
Contraprestação contingente	21
Total da contraprestação transferida	**2.475**

O laudo de avaliação, elaborado por consultores independentes, apresentou os seguintes montantes de mais/menos valias atribuídas ao Balanço Patrimonial da Aegea, os quais foram refletidos na ITAÚSA pelo percentual de participação societária adquirida na data da transação:

	Aegea	Itaúsa (12,88%)
Mais (Menos) valias atribuídas		
Intangível (Contratos de concessão)	12.767	1.643
Imobilizado	40	5
Empréstimos e debêntures	(559)	(72)
Demais ativos e passivos	(420)	(54)
Total	**11.828**	**1.522**
Patrimônio líquido Aegea	**5.449**	**702**
Ágio *(Goodwill)*	**–.–**	**251**
Total da contraprestação transferida	**–.–**	**2.475**

O impacto relativo às amortizações e baixas das mais valias do exercício de 2022 foi de R$64 e encontra-ser egistrado em contrapartida da rubrica de "Resultado de participações societárias".

15.2.5. Aquisição de participação minoritária na ABC da Construção - Controlada Dexco

Em 30 de dezembro de 2021 a controlada Dexco concluiu o processo de aquisição de 10% do capital votante da ABC - Atacado Brasileiro da Construção S.A. ("ABC da Construção"), pelo montante de R$102. Com mais de 150 lojas nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, a ABC da Construção é pioneira em implementação digital no varejo de acabamentos e considerada uma das principais construtechs do Brasil. A operação foi aprovada, sem restrições, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

15.2.6. Aquisição de ações em oferta restrita da controlada em conjunto Alpargatas

Em 25 de fevereiro de 2022, a ITAÚSA, no âmbito das Ofertas Prioritária e Institucional da controlada em conjunto Alpargatas, subscreveu com recursos próprios 30.382.808 ações de emissão da Alpargatas (18.745.712 ordinárias e 11.637.096 preferenciais), pelo preço de R$26,30 por ação, totalizando investimento de R$799.

Dessa forma, a ITAÚSA passou a deter 199.355.304 ações de emissão da Alpargatas, sendo 148.274.505 ordinárias e 51.080.799 preferenciais, representativas de 29,57% do capital total da Alpargatas (desconsiderando as ações em tesouraria).

Os recursos líquidos oriundos da oferta restrita foram destinados para financiar o pagamento da aquisição, pela Alpargatas, de participação societária na Rothy´s Inc.

A alocação do preço de compra (segregação do valor justo dos ativos e passivos e do *goodwill*) está apresentada de forma preliminar, representando a melhor estimativa da Administração ao término destas Demonstrações Contábeis, e será concluída ao longo dos próximos meses, após a emissão de laudo de avaliação realizado por avaliador independente.

15.2.7. Início das operações da LD Celulose - Controlada Dexco

Em 12 de abril de 2022, a controlada Dexco comunicou ao mercado o início das operações dos equipamentos e *ramp-up* da produção da nova fábrica de celulose solúvel da LD Celulose, cujo controle é compartilhado entre a Dexco e Lenzing.

O investimento industrial no projeto foi da ordem de US$1,38 bilhão, incluindo toda infraestrutura e os tributos incidentes. Localizada no Triângulo Mineiro (MG), a LD Celulose terá capacidade de produção anual de 500 mil toneladas de celulose solúvel, a qual será 100% direcionada às unidades fabris da Lenzing.

15.2.8. Aquisição de participação societária na CCR

Em 12 de setembro de 2022, a ITAÚSA comunicou ao mercado que, em conjunto com a Votorantim S.A., concluiu a transação para aquisição da totalidade das ações detidas pela Andrade Gutierrez Participações S.A. na CCR.

A transação considerou a aquisição de 300.149.836 ações da CCR, representativas de 14,86% de seu capital total, com investimento total de aproximadamente R$4,1 bilhões. Desse total, a ITAÚSA adquiriu 208.669.918 ações, representativas de 10,33% do capital total da CCR, com investimento total de R$2,9 bilhões, cujos recursos foram provenientes do seu caixa próprio e da 5ª emissão de debêntures (Nota 20).

Conforme disposto no Acordo de Acionistas negociado com os demais acionistas controladores da CCR, a ITAÚSA terá o direito de indicar o mesmo número de conselheiros de administração que os demais signatários do Acordo de Acionistas e 1 membro para cada um dos seus seguintes Comitês de Assessoramento: (i) Gente e ESG; (ii) Auditoria, *Compliance* e Riscos; e (iii) Estratégia.

A CCR, fundada em 1999, é uma das maiores companhias de concessão de infraestrutura e mobilidade da América Latina, com atuação nos segmentos de concessão de rodovias, mobilidade urbana, aeroportos e serviços.

Esse investimento reúne características fundamentais da estratégia de alocação eficiente de capital da ITAÚSA, que considera empresas líderes em seus setores de atuação, a relação risco/retorno atrativa, o potencial de crescimento e impacto positivo para a sociedade, bem como parceiros estratégicos com experiência comprovada no setor de atuação e governança que permitirá à ITAÚSA o exercício de influência e compartilhamento de melhores práticas ESG.

A alocação do preço de compra (segregação do valor justo dos ativos e passivos e do *goodwill*) está apresentada de forma preliminar, representando a melhor estimativa da Administração ao término destas Demonstrações Contábeis, e será concluída ao longo dos próximos meses, após a emissão de laudo de avaliação realizado por avaliador independente.

15.3. Reconciliação dos investimentos

	Controladora								
	31/12/2022								
	Controladas em conjunto			Controladas			Coligadas		
	Itaú Unibanco	IUPAR	Alpargatas	Dexco	Itautec	ITH Zux Cayman	XP	CCR	Copa Energia
Patrimônio líquido da investida	167.953	42.799	5.758	5.872	21	3	17.036	11.465	1.932
% de participação	19,84%	66,53%	29,56%	37,86%	100,00%	100,00%	6,55%	10,33%	48,93%
Participação no Investimento	**33.314**	**28.476**	**1.703**	**2.224**	**21**	**3**	**1.116**	**1.184**	**945**
Resultados não realizados	(11)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–
Ajustes decorrentes de combinações de negócios									
Mais valia	41	–.–	392	–.–	–.–	–.–	1	–.–	137
Ágio *(Goodwill)*	429	–.–	721	–.–	–.–	–.–	784	1.600	204
Saldo contábil do Investimento na controladora	**33.773**	**28.476**	**2.816**	**2.224**	**21**	**3**	**1.901**	**2.784**	**1.286**

	Controladora							
	31/12/2021							
	Controladas em conjunto			Controladas			Coligadas	
	Itaú Unibanco	IUPAR	Alpargatas	Dexco	Itautec	ITH Zux Cayman	XP	Copa Energia
Patrimônio líquido da investida	**152.864**	**39.004**	**3.396**	**5.734**	**90**	**3**	**14.417**	**1.685**
% de participação	19,88%	66,53%	29,18%	36,86%	100,00%	100,00%	13,68%	48,93%
Participação no Investimento	**30.387**	**25.951**	**991**	**2.113**	**90**	**3**	**1.973**	**825**
Resultados não realizados	(13)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–
Outros	–.–	(21)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–
Ajustes decorrentes de combinações de negócios								
Mais valia	44	–.–	410	–.–	–.–	–.–	3	175
Ágio *(Goodwill)*	429	–.–	674	–.–	–.–	–.–	1.689	191
Saldo contábil do Investimento na controladora	**30.847**	**25.930**	**2.075**	**2.113**	**90**	**3**	**3.665**	**1.191**

15.4. Informações consolidadas resumidas das investidas relevantes

	Controladas em conjunto				Coligada	
	Itaú Unibanco		IUPAR		XP	
Setor financeiro	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Qtde. de ações em circulação das investidas (em milhares)	**9.800.867**	**9.779.891**	**1.061.396**	**1.061.396**	**541.316**	**558.822**
ON	4.958.290	4.958.290	710.454	710.454	541.316	558.822
PN	4.842.576	4.821.600	350.942	350.942	–.–	–.–
Qtde. de ações de propriedade da ITAÚSA (em milhares)	**1.944.076**	**1.944.076**	**706.169**	**706.169**	**35.471**	**76.471**
ON	1.943.907	1.943.907	355.227	355.227	35.471	76.471
PN	169	169	350.942	350.942	–.–	–.–
% de participação (1)	**19,84%**	**19,88%**	**66,53%**	**66,53%**	**6,55%**	**13,68%**
% de participação no capital votante (2)	**39,21%**	**39,21%**	**50,00%**	**50,00%**	**2,29%**	**4,30%**
Informações sobre o Balanço Patrimonial	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Caixa e equivalentes de caixa	35.381	44.512	146	15	3.553	2.486
Ativos financeiros	2.172.726	1.915.573	1.098	650	177.682	127.745
Ativos não financeiros	115.333	109.121	43.962	40.087	10.800	9.109
Passivos financeiros	1.836.690	1.621.786	1.139	587	127.709	91.358
Passivos não financeiros	309.407	282.944	1.268	1.161	47.283	33.563
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	167.953	152.864	42.799	39.004	17.036	14.417
Informações sobre a Demonstração do Resultado	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Resultado de produtos bancários	144.857	126.374	–.–	–.–	13.347	12.077
Tributos sobre o lucro	(6.796)	(13.847)	–.–	(1)	136	(223)
Lucro líquido atribuível aos controladores	29.702	26.760	7.588	7.231	3.579	3.589
Outros resultados abrangentes	(6.329)	(2.827)	(1.656)	(807)	216	(547)
Informações sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	24.649	23.805	132	14	1.232	1.468

(1) A ITAÚSA detém participação direta no Itaú Unibanco de 19,84% (19,88% em 31 de dezembro de 2021) e indireta de 17,41% (17,44%31 de dezembro de 2021), por meio do investimento na controlada em conjunto IUPAR, que detêm 26,16% (26,22% em 31 de dezembro de 2021) de participação direta no Itaú Unibanco, totalizando 37,24% (37,32% em 31 de dezembro de 2021) de participação no capital social. (2) A participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco é de 39,21% (39,21% em 31 de dezembro de 2021) e indireta de 25,86% (25,86% em 31 de dezembro de 2021), por meio do investimento na controlada em conjunto IUPAR, que detêm 51,71% (51,71% em 31 de dezembro de 2021) de participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco, totalizando 65,06% (65,06% em 31 de dezembro de 2021) de participação no capital votante.

Itaúsa S.A.
CNPJ 61.532.644/0001-15 - Companhia Aberta
Av. Paulista, 1938 – São Paulo – SP

Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA | ISE B3 | ICO2 B3 | IGPTW B3 | ITSA B3 LISTED N1

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 *(Em milhões de reais, exceto quando divulgado de outra forma) (Continuação)*

	Controlada		Controladas em conjunto		Coligadas				
	Dexco		Alpargatas		CCR	AEGEA		Copa Energia	
Setor não financeiro	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Qtde. de ações em circulação das investidas (em milhares)	**807.921**	**754.474**	**674.350**	**579.082**	**2.019.998**	**1.019.114**	**1.019.114**	**352.430**	**352.430**
ON	807.921	754.474	339.511	302.011	2.019.998	709.956	709.956	352.430	352.430
PN	–,–	–,–	334.839	277.071	–,–	309.158	309.158	–,–	–,–
Qtde. de ações de propriedade da ITAÚSA (em milhares)	**305.897**	**278.088**	**199.355**	**168.972**	**208.670**	**131.300**	**131.300**	**172.430**	**172.430**
ON	305.897	278.088	148.275	129.529	208.670	72.416	72.416	172.430	172.430
PN	–,–	–,–	51.081	39.444	–,–	58.885	58.885	–,–	–,–
% de participação	**37,86%**	**36,86%**	**29,56%**	**29,18%**	**10,33%**	**12,88%**	**12,88%**	**48,93%**	**48,93%**
% de participação no capital votante	**37,86%**	**36,86%**	**43,67%**	**42,89%**	**10,33%**	**10,20%**	**10,20%**	**48,93%**	**48,93%**
Informações sobre o Balanço Patrimonial	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Ativos circulantes	5.174	4.661	3.773	3.224	12.621	3.362	3.642	1.080	806
Ativos não circulantes	10.451	8.759	4.726	4.807	37.926	13.819	12.459	4.151	4.171
Passivos circulantes	3.265	3.372	1.495	4.291	10.767	1.997	1.056	994	674
Passivos não circulantes	6.398	4.314	1.245	273	27.958	9.228	8.641	2.306	2.628
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	5.872	5.734	5.758	3.396	11.465	5.490	5.994	1.932	1.675
Caixa e equivalentes de caixa	1.772	1.421	648	583	5.229	74	106	275	71
Empréstimos, financiamentos e Debêntures	5.600	3.870	1.275	111	29.031	9.805	8.569	2.108	2.227
Informações sobre a Demonstração do Resultado	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**	**2022**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Receitas líquidas	8.486	8.170	4.182	3.949	19.182	4.634	3.711	11.741	10.172
Receita financeira	384	404	439	146	2.222	1.401	1.151	45	27
Despesa financeira	(916)	(307)	(369)	(51)	(5.329)	(2.639)	(1.750)	(355)	(192)
Tributos sobre o lucro	(153)	(263)	(87)	(52)	(2.793)	(374)	(311)	(127)	(42)
Lucro líquido atribuível aos controladores	756	1.725	121	690	4.133	260	501	300	199
Outros resultados abrangentes	(149)	170	(299)	(23)	(180)	(343)	(94)	9	23
Informações sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**	**2022**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	350	(307)	64	(110)	635	46	24	204	(40)

15.5. Teste de avaliação do valor recuperável

Controladora

A ITAÚSA realizou o teste de avaliação ao valor recuperável dos Investimentos e não identificou a necessidade de provisão para perda do valor recuperável dos mesmos.

Para as investidas Itaú Unibanco, XP, Alpargatas, Dexco e CCR, que têm suas ações negociadas em mercado ativo (B3), a avaliação do valor recuperável considerou o valor das ações das referidas companhias multiplicada pela quantidade de ações possuídas pela ITAÚSA na data de encerramento das Demonstrações Contábeis. Para a investida IUPAR, cujo único investimento é a participação acionária no Itaú Unibanco, considerou-se para a avaliação do valor recuperável o mesmo procedimento mencionado acima, contudo, utilizando o valor das ações do Itaú Unibanco.

Para as investidas Itautec, ITH Zux Cayman, Copa Energia, Aegea, Águas do Rio 1 e Águas do Rio 4, o valor recuperável foi determinado com base no valor em uso dos ativos, calculado conforme metodologias de avaliação.

16. IMOBILIZADO

16.1. Composição

Controladora

	31/12/2022				31/12/2021			
	Taxas de depreciação (% a.a.)	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Saldo líquido**	**Taxas de depreciação (% a.a.)**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Saldo líquido**
Imobilizado em operação								
Terrenos	–,–	18	–,–	18	–,–	18	–,–	18
Construções e benfeitorias	2,5%	89	(21)	68	2,5%	86	(18)	68
Máquinas, instalações e equipamentos	De 10,0% a 20,0%	21	(7)	14	De 10,0% a 20,0%	18	(5)	13
Móveis e utensílios	10,0%	5	(3)	2	10,0%	4	(2)	2
Subtotal		**133**	**(31)**	**102**		**126**	**(25)**	**101**
Imobilizados em andamento		**2**	**–,–**	**2**		**6**	**–,–**	**6**
Total		**135**	**(31)**	**104**		**132**	**(25)**	**107**

Consolidado

	31/12/2022				31/12/2021			
	Taxas de depreciação (% a.a.)	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Saldo líquido**	**Taxas de depreciação (% a.a.)**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Saldo líquido**
Imobilizado em operação								
Terrenos	–,–	719	–,–	719	–,–	715	–,–	715
Construções e benfeitorias	De 2,5% a 4,0%	1.286	(565)	721	De 2,5% a 4,0%	1.373	(618)	755
Máquinas, instalações e equipamentos	De 6,3% a 20,0%	5.250	(3.404)	1.846	De 6,5% a 20,0%	5.472	(3.662)	1.810
Móveis e utensílios	10,0%	74	(51)	23	10,0%	81	(57)	24
Veículos	De 20,0% a 25,0%	42	(30)	12	De 20,0% a 25,0%	73	(64)	9
Outros	De 10,0% a 20,0%	293	(213)	80	De 10,0% a 20,0%	321	(244)	77
Subtotal		**7.664**	**(4.263)**	**3.401**		**8.035**	**(4.645)**	**3.390**
Imobilizado em andamento		**654**	**–,–**	**654**		**346**	**–,–**	**346**
Total		**8.318**	**(4.263)**	**4.055**		**8.381**	**(4.645)**	**3.736**

16.2. Movimentação

Controladora

	Terrenos	**Construções e benfeitorias**	**Máquinas, instalações e equipamentos**	**Móveis e utensílios**	**Veículos**	**Outros**	**Imobilizados em andamento**	**Total**
Saldo em 31/12/2020	**18**	**68**	**14**	**2**	**–,–**	**–,–**	**1**	**103**
Aquisições	–,–	3	2	–,–	–,–	–,–	9	14
Baixas	–,–	–,–	–,–	–,–	–,–	–,–	(4)	(4)
Depreciação	–,–	(3)	(3)	–,–	–,–	–,–	–,–	(6)
Saldo em 31/12/2021	**18**	**68**	**13**	**2**	**–,–**	**–,–**	**6**	**107**
Aquisições	–,–	–,–	2	–,–	–,–	–,–	–,–	2
Depreciação	–,–	(3)	(2)	–,–	–,–	–,–	–,–	(5)
Transferências	–,–	3	1	–,–	–,–	–,–	(4)	–,–
Saldo em 31/12/2022	**18**	**68**	**14**	**2**	**–,–**	**–,–**	**2**	**104**

Consolidado

	Terrenos	**Construções e benfeitorias**	**Máquinas, instalações e equipamentos**	**Móveis e utensílios**	**Veículos**	**Outros**	**Imobilizados em andamento**	**Total**
Saldo em 31/12/2020	**738**	**803**	**1.825**	**23**	**12**	**79**	**136**	**3.616**
Aquisições	16	8	96	5	–,–	14	427	566
Baixas	(1)	–,–	(2)	–,–	–,–	(1)	(5)	(9)
Depreciação	–,–	(41)	(285)	(4)	(3)	(20)	–,–	(353)
Transferências	–,–	8	196	2	–,–	5	(212)	(1)
Transferência para Ativos mantidos para venda	(35)	(14)	(1)	–,–	–,–	–,–	–,–	(50)
Outros	(3)	(9)	(19)	(2)	–,–	–,–	–,–	(33)
Saldo em 31/12/2021	**715**	**755**	**1.810**	**24**	**9**	**77**	**346**	**3.736**
Aquisições	15	5	101	3	1	18	593	736
Baixas	(4)	(3)	(11)	(1)	–,–	(1)	(3)	(23)
Depreciação	–,–	(40)	(294)	(4)	(3)	(23)	–,–	(364)
Transferências	1	26	236	–,–	4	9	(276)	–,–
Aquisição de empresas	–,–	–,–	37	1	1	2	1	42
Outros	(8)	(22)	(33)	–,–	–,–	(2)	(7)	(72)
Saldo em 31/12/2022	**719**	**721**	**1.846**	**23**	**12**	**80**	**654**	**4.055**

16.3. Imobilizado em garantia

Em 31 de dezembro de 2022, a controlada Dexco possuía em seu ativo imobilizado terrenos dados como garantia de processos judiciais totalizando R$2 (R$2 em 31 de dezembro de 2021).

16.4. Avaliação do valor recuperável

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável.

16.5. Revisão da vida útil dos ativos

A controlada Dexco e suas controladas revisaram a vida útil estimada dos bens do Imobilizado. Dentre as premissas utilizadas para a revisão das taxas de depreciação, destacam-se: (i) antecedentes internos e externos; (ii) *benchmarking* e recomendações de manuais do fabricante; (iii) estado de conservação e operações dos bens; (iv) histórico da manutenção e utilização dos bens até a destinação para sucata; e (v) alinhamento ao planejamento geral dos negócios.

Após revisão, as taxas de depreciação foram substancialmente mantidas.

17. INTANGÍVEL

17.1. Composição

Controladora

	31/12/2022				31/12/2021			
	Taxas de amortização (% a.a.)	**Custo**	**Amortização acumulada**	**Saldo líquido**	**Taxas de amortização (% a.a.)**	**Custo**	**Amortização acumulada**	**Saldo líquido**
Software	20,0%	9	(5)	4	20,0%	10	(4)	6
Total		**9**	**(5)**	**4**		**10**	**(4)**	**6**

Consolidado

	31/12/2022				31/12/2021			
	Taxas de amortização (% a.a.)	**Custo**	**Amortização acumulada**	**Saldo líquido**	**Taxas de amortização (% a.a.)**	**Custo**	**Amortização acumulada**	**Saldo líquido**
Software	15% a 20%	320	(132)	188	20,0%	262	(120)	142
Marcas e patentes	–,–	209	–,–	209	–,–	209	–,–	209
Ágio por rentabilidade futura	–,–	432	–,–	432	–,–	324	–,–	324
Carteira de clientes	6%	401	(348)	53	6,7%	403	(322)	81
Total		**1.362**	**(480)**	**882**		**1.198**	**(442)**	**756**

17.2. Movimentação

Controladora

	Software	**Intangíveis em andamento**	**Total**
Saldo em 31/12/2020	**4**	**4**	**8**
Amortizações	(2)	–,–	(2)
Transferências	4	(4)	–,–
Saldo em 31/12/2021	**6**	**–,–**	**6**
Amortizações	(2)	–,–	(2)
Saldo em 31/12/2022	**4**	**–,–**	**4**

Consolidado

	Software	**Marcas e patentes**	**Ágio por rentabilidade futura (Nota 17.3)**	**Carteira de clientes**	**Intangíveis em andamento**	**Total**
Saldo em 31/12/2020	**93**	**209**	**324**	**109**	**4**	**739**
Aquisições	62	–,–	–,–	–,–	–,–	62
Baixas	(3)	–,–	–,–	–,–	–,–	(3)
Amortizações	(14)	–,–	–,–	(26)	–,–	(40)
Transferências	4	–,–	–,–	–,–	(4)	–,–
Outros	–,–	–,–	–,–	(2)	–,–	(2)
Saldo em 31/12/2021	**142**	**209**	**324**	**81**	**–,–**	**756**
Aquisições	65	–,–	–,–	–,–	–,–	65
Baixas	(1)	–,–	–,–	–,–	–,–	(1)
Amortizações	(19)	–,–	–,–	(26)	–,–	(45)
Aquisição de empresas	–,–	–,–	108	–,–	–,–	108
Outros	1	–,–	–,–	(2)	–,–	(1)
Saldo em 31/12/2022	**188**	**209**	**432**	**53**	**–,–**	**882**

ITAÚSA

Itaúsa S.A.
CNPJ 61.532.644/0001-15 - Companhia Aberta
Av. Paulista, 1938 – São Paulo – SP

Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA | ISE B3 | ICO2 B3 | IGPTW B3 | ITSA B3 LISTED N1

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 *(Em milhões de reais, exceto quando divulgado de outra forma) (Continuação)*

17.3. Ágio por expectativa de rentabilidade futura
A controlada Dexco reconheceu ágio por expectativa de rentabilidade futura no processo de aquisição dos seguintes investimentos:

	Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**
Satipel	46	46
Metalúrgica Jacareí	2	2
Caetex Florestal	20	9
Cerâmica Urussanga	93	93
Massima	6	6
Cecrisa	168	168
Castelatto	97	–.–
Total	**432**	**324**

17.4. Teste de avaliação do valor recuperável
A controlada Dexco realizou a avaliação do valor recuperável dos seus intangíveis com vida útil indefinida que estão alocados às unidades geradoras de caixa (UGCs) que produzem Painéis, Louças, Metais, Chuveiros e Revestimentos Cerâmicos. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor dos fluxos de caixa das UGCs eram superiores aos valores contábeis não havendo, portanto, a necessidade de contabilização de perda no valor recuperável.
As projeções utilizadas pela controlada Dexco na avaliação do valor recuperável, aprovadas pelo Conselho de Administração, tiveram como base o planejamento estratégico que considera projeções macroeconômicas de crescimento e inflação, bem como suas condições operacionais.
As principais premissas utilizadas foram:

Descrição	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Prazo para o fluxo de caixa	5 anos para todas as áreas de Negócios	5 anos para todas as áreas de Negócios
Taxa de desconto (Custo Médio Ponderado de Capital calculado pelo método CAPM - *Capital Asset Pricing Model*)	Todas as áreas de Negócios: 13,50% a.a.(*)	Todas as áreas de Negócios: 11,15% a.a.(*)
Taxa de crescimento (margem bruta)	Painéis: 0,5 % a.a. Louças: 2,1% a.a. Metais: 1,5% a.a. Chuveiros: 1,2% a.a. Revestimentos cerâmicos: 0,6% a.a.	Painéis: (1,8% a.a.) Louças: 7,9% a.a. Metais: 3,5% a.a. Chuveiros: 4,7% a.a. Revestimentos cerâmicos: 2,4% a.a.
Taxa de crescimento (perpetuidade)	5,6% a.a.	3,0% a.a.

(*) Taxa antes do imposto de renda de 20,5 % para 2022 e 16,67% para 2021.

18. FORNECEDORES

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Nacionais		6	19	805	1.046
Estrangeiros		–.–	–.–	107	152
Partes relacionadas		–.–	–.–	6	5
Risco sacado	18.1	–.–	–.–	325	471
Total		**6**	**19**	**1.243**	**1.674**

18.1. Risco sacado
A controlada Dexco firmou convênios junto aos bancos Santander e Itaú com o objetivo de permitir aos fornecedores do mercado interno a antecipação de seus recebíveis. Nessas operações, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos provenientes das vendas das suas mercadorias para as instituições financeiras e, em troca, recebem antecipadamente esses recursos da instituição financeira descontado por um deságio, cobrado diretamente pelas instituições financeiras no momento da cessão, que por sua vez, passam a ser credoras da operação.
A Administração avaliou que a substância econômica dessas transações é de natureza operacional e que os potenciais efeitos de ajuste a valor presente dessas operações são imateriais para mensuração e divulgação. Adicionalmente, foi avaliado também que estas transações não geraram modificações substanciais nos passivos originais com fornecedores, sendo os pagamentos desses títulos apresentados como saídas de caixa das atividades operacionais, na Demonstração do Fluxo de Caixa, de acordo com o IAS 7 / CPC 03 (R2), conjuntamente com os demais pagamentos com fornecedores.

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

19.1. Composição

				Consolidado			
				31/12/2022		31/12/2021	
Modalidade	**Encargos**	**Amortização**	**Garantias**	**Circulante**	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Moeda nacional							
BNDES (com *swap*)	103,89% CDI	Mensal	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	–.–	–.–	12	60
BNDES (com *swap*)	117,51% CDI	Mensal	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	–.–	–.–	–.–	3
FINAME DIRETO (com *swap*)	IPCA+ 3,82% até 4,42% a.a.	Até Fevereiro 2038	Hipoteca e Aval - 67% Itaúsa e 33% Pessoas Físicas	24	697	17	510
FINAME	Pré até 3,5% a.a.	Mensal	Alienação fiduciária	–.–	–.–	3	–.–
Nota de crédito de exportação	CDI + 0,91% até 1,45% a.a.	Abril de 2025	--	633	400	–.–	546
Cédula de crédito de exportação	CDI + 1,81% a.a.	Maio de 2023	30% de cessão de direitos creditórios de aplicação financeira	40	–.–	96	40
Nota comercial	CDI + 1,71% a.a.	Março de 2028	--	11	299	–.–	–.–
Nota comercial - Lastro do CRA (com *swap*)	IPCA + 6,2% a.a.	Até Junho 2032	--	–.–	386	–.–	–.–
Nota comercial - Lastro do CRA	CDI + 0,6% a.a.	Junho de 2028	--	1	200	–.–	–.–
FINEX - Resolução nº 4.131	CDI + 0,48% a.a.	Agosto de 2027	--	16	400	2	400
Cédula de crédito bancário - GIRO	CDI + 1,45% a.a.	Outubro de 2024	--	7	250	5	250
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	98% CDI	Semestral	Fiança Dexco S.A	–.–	–.–	699	–.–
Nota comercial - Lastro do CRA (com *swap*)	IPCA + 6,2% a.a.	Até Junho 2032	Aval Dexco	–.–	195	–.–	–.–
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE	Pré 4,71% até 7,53% a.a.	Anual	Fiança Duratex Florestal Ltda. e hipoteca de terreno	2	28	2	12
Total moeda nacional				**734**	**2.855**	**836**	**1.821**
Moeda estrangeira							
Leasing	IBR até + 2%	Mensal	Nota promissória	1	1	–.–	1
Resolução nº 4.131 (com *swap*)	US$ + 2,26% até 4,66% a.a.	Janeiro 2027	--	7	783	–.–	–.–
Total moeda estrangeira				**8**	**784**	**–.–**	**1**
Total Empréstimos e financiamentos				**742**	**3.639**	**836**	**1.822**

Os *covenants* relacionados aos contratos de Empréstimos e financiamentos estão apresentados na nota 4.2.3.1.

19.2. Movimentação

	Consolidado
Saldo em 31/12/2020	**2.005**
Ingressos	913
Juros e atualização monetária	121
Amortização - Principal	(309)
Amortização - Juros e atualização monetária	(72)
Saldo em 31/12/2021	**2.658**
Ingressos	2.500
Juros e atualização monetária	371
Amortização - Principal	(876)
Amortização - Juros e atualização monetária	(290)
Aquisição de empresas	18
Saldo em 31/12/2022	**4.381**
Circulante	**742**
Não circulante	**3.639**

19.3. Prazo de vencimento

	Consolidado		
	31/12/2022		
	Moeda nacional	**Moeda estrangeira**	**Total**
Circulante			
2023	734	8	742
Total	**734**	**8**	**742**
Não circulante			
2024	293	–.–	293
2025	471	392	863
2026	86	–.–	86
2027	486	–.–	486
2028 - 2032	1.352	392	1.744
Acima de 2033	167	–.–	167
Total	**2.855**	**784**	**3.639**

20. DEBÊNTURES

20.1. Composição

									31/12/2022		31/12/2021	
Emissão	**Emissor**	**Tipo de emissão**	**Vigência**	**Qtde. de títulos**	**Valor unitário (R$)**	**Valor da emissão (R$ milhões)**	**Encargos**	**Forma de amortização**	**Circulante**	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Controladora												
2ª emissão	ITAÚSA	Série única - ICVM nº 476/09	05/2017 até 05/2024	12.000	100.000	1.200	106,9% do CDI	Juros semestrais e principal em 3 parcelas anuais e sucessivas (05/2022, 05/2023 e 05/2024)	–.–	–.–	411	800
3ª emissão	ITAÚSA	Série única - ICVM nº 476/09	12/2020 até 12/2030	1.300.000	1.000	1.300	CDI + 2,40%	Juros semestrais e principal em 3 parcelas anuais e sucessivas (12/2028, 12/2029 e 12/2030)	8	1.300	7	1.300
4ª emissão	ITAÚSA	1ª série - ICVM nº 476/09	06/2021 até 06/2027	1.250.000	1.000	1.250	CDI + 1,40%	Juros semestrais e principal em 3 parcelas anuais e sucessivas (06/2025, 06/2026 e 06/2027)	8	1.250	6	1.250
4ª emissão	ITAÚSA	2ª série - ICVM nº 476/09	06/2021 até 06/2031	1.250.000	1.000	1.250	CDI + 2,00%	Juros semestrais e principal em 3 parcelas anuais e sucessivas (06/2029, 06/2030 e 06/2031)	8	1.250	6	1.250
5ª emissão	ITAÚSA	1ª série - ICVM nº 476/09	08/2022 até 08/2025	2.500.000	1.000	2.500	CDI + 1,12%	Juros anuais e principal em parcela única (08/2025)	140	2.500	–.–	–.–
5ª emissão	ITAÚSA	2ª série - ICVM nº 476/09	08/2022 até 08/2025	1.000.000	1.000	1.000	CDI + 1,12%	Juros anuais e principal em parcela única (08/2025)	–.–	–.–	–.–	–.–
Subtotal Debêntures									**164**	**6.300**	**430**	**4.600**
3ª emissão	ITAÚSA	Custo de transação	12/2020 até 12/2030	–.–	–.–	(9)	–.–	Amortização mensal	(1)	(5)	(1)	(6)
4ª emissão	ITAÚSA	Custo de transação	06/2021 até 06/2031	–.–	–.–	(9)	–.–	Amortização mensal	(1)	(5)	(1)	(7)
5ª emissão	ITAÚSA	Custo de transação	08/2022 até 08/2025	–.–	–.–	(7)	–.–	Amortização mensal	(2)	(3)	–.–	–.–
Subtotal Custos de transação									**(4)**	**(13)**	**(2)**	**(13)**
Total Controladora									**160**	**6.287**	**428**	**4.587**
Consolidado												
2ª emissão	Dexco	Série única - ICVM nº 476/09	05/2019 até 05/2026	120.000	10.000	1.200	108,0% do CDI	Juros semestrais e principal em 2 parcelas anuais (05/2024 e 05/2026)	20	1.200	13	1.198
Subtotal Debêntures									**20**	**1.200**	**13**	**1.198**
2ª emissão	Dexco	Custo de transação	05/2019 até 05/2026	–.–	–.–	–.–	108,0% do CDI	Amortização mensal	–.–	(1)	–.–	–.–
Subtotal Custos de transação									–.–	**(1)**	–.–	–.–
Total Consolidado									**180**	**7.486**	**441**	**5.785**

As debêntures não possuem garantias e não são conversíveis em ações.
Os *covenants* da controlada Dexco relacionados às Debêntures estão apresentados na nota 4.2.3.1.

Itaúsa S.A.
CNPJ 61.532.644/0001-15 - Companhia Aberta
Av. Paulista, 1938 – São Paulo – SP

Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA | ISE B3 | ICO2 B3 | IGPTW B3 | ITSA B3 LISTED N1

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 *(Em milhões de reais, exceto quando divulgado de outra forma) (Continuação)*

20.2. Movimentação

	Nota	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2020		**2.494**	**3.696**
Ingressos - Principal		2.500	2.500
Ingressos - Custo de transação		(8)	(9)
Juros e atualização monetária		243	300
Apropriação - Custo de transação		2	2
Amortização - Juros e atualização monetária		(216)	(263)
Saldo em 31/12/2021		**5.015**	**6.226**
Ingressos - Principal		3.500	3.500
Ingressos - Custo de transação		(7)	(7)
Juros e atualização monetária		834	991
Apropriação - Custo de transação		6	6
Amortização - Principal	20.2.1	(2.200)	(2.200)
Amortização - Juros e atualização monetária		(701)	(850)
Saldo em 31/12/2022		**6.447**	**7.666**
Circulante		**160**	**180**
Não circulante		**6.287**	**7.486**

20.2.1. Resgate antecipado de debêntures
Do montante de R$2.200, R$1.800 a ITAÚSA resgatou de forma antecipada e facultativa, em dezembro de 2022, a totalidade das seguintes emissões de debêntures: (i) R$800 da série única da 2ª emissão; e (ii) R$1.000 da 2ª série da 5ª emissão. O montante dos juros antecipados foi de R$53, considerando o prêmio por resgate antecipado da 2ª emissão.
O referido resgate faz parte de uma decisão estratégica de desalavancagem, com utilização dos recursos provenientes das últimas transações de venda de ações da XP.

20.3. Prazo de vencimento

	Controladora	Consolidado
Circulante		
2023	160	180
Total	**160**	**180**
Não circulante		
2024	(3)	597
2025	2.915	2.915
2026	414	1.013
2027	415	415
2028 - 2031	2.546	2.546
Total	**6.287**	**7.486**

21. PROVISÕES E ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A ITAÚSA e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, tributária e previdenciária, decorrentes do curso normal de seus negócios.
A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

21.1. Provisões
Segue abaixo a movimentação das provisões durante os exercícios:

	Controladora	Consolidado			
	Tributários	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2020	**1.784**	**2.044**	**141**	**150**	**2.335**
Causas judiciais					
Constituição	282	395	28	32	455
Atualização monetária	46	52	18	5	75
Reversão	–.–	(174)	(27)	(3)	(204)
Pagamentos	–.–	(17)	(22)	–.–	(39)
Combinação de negócios	–.–	1	–.–	(41)	(40)
Subtotal	**2.112**	**2.301**	**138**	**143**	**2.582**
(-) Depósitos judiciais (*)	**(449)**	**(461)**	**(31)**	**(50)**	**(542)**
Saldo em 31/12/2021 líquido de Depósitos Judiciais	**1.663**	**1.840**	**107**	**93**	**2.040**
Não circulante	**1.663**				**2.040**

	Controladora	Consolidado			
	Tributários	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2021	**2.112**	**2.301**	**138**	**143**	**2.582**
Causas judiciais					
Constituição	17	29	38	22	89
Atualização monetária	119	137	14	11	162
Reversão	–.–	(14)	(23)	(30)	(67)
Pagamentos	–.–	(8)	(29)	(8)	(45)
Conversão de depósito judicial	(449)	(449)	–.–	–.–	(449)
Combinação de negócios	–.–	2	9	18	29
Subtotal	**1.799**	**1.998**	**147**	**156**	**2.301**
(-) Depósitos judiciais (*)	**(24)**	**(54)**	**(21)**	**(48)**	**(123)**
Saldo em 31/12/2022 líquido de Depósitos Judiciais	**1.775**	**1.944**	**126**	**108**	**2.178**
Circulante	**1.763**				**1.763**
Não circulante	**12**				**415**

(*) Correspondem aos depósitos vinculados às referidas provisões. Os depósitos relativos aos processos não provisionados, avaliados como possíveis ou remotos, estão apresentados no Balanço Patrimonial na rubrica "Depósitos judiciais".

21.1.1 Tributários
As provisões equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos.

Controladora e Consolidado
Destaca-se o Mandado de Segurança ajuizado pela ITAÚSA no qual discutia o direito de observar o regime cumulativo de PIS e COFINS, à alíquota de 3,65%, considerando a ilegalidade e inconstitucionalidade da inclusão das "holdings puras" no regime não cumulativo (9,25%). A diferença contestada de 5,60% e não recolhida, referente ao período de abril de 2011 a outubro de 2017, foi cobrada em Execução Fiscal, garantida por meio de seguro. A diferença do período de novembro de 2017 a fevereiro de 2020 foi depositada em juízo e, a partir de março de 2020, a ITAÚSA passou a recolher a integralidade do PIS e COFINS enquanto aguardava julgamento de seus recursos pelos Tribunais Superiores. Os recursos foram julgados e a decisão final desfavorável transitou em julgado em abril de 2022, acarretando a conversão dos depósitos em renda da União no 3º trimestre de 2022.
A Administração da ITAÚSA, em 30 de setembro de 2022, procedeu a reclassificação da provisão do Passivo não Circulante para o Passivo Circulante no montante de R$1.733. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da provisão é de R$1.763 (R$ 2.078 em 31 de dezembro de 2021 no Passivo não Circulante), sem qualquer impacto no resultado da ITAÚSA, em razão da decisão desfavorável no Mandado de Segurança o qual provocará o julgamento da Execução Fiscal no período inferior a 12 meses e implicará no desembolso de recursos à União.

21.1.2. Trabalhistas
Referem-se a processos que discutem, de forma substancial, pretensos direitos trabalhistas relativos a horas extras, doença ocupacional, equiparação salarial e responsabilidade subsidiária.

21.1.3. Cíveis
Referem-se, principalmente, a ações por danos morais e materiais.

21.2. Passivos contingentes
A ITAÚSA e suas controladas possuem processos de natureza trabalhista, cível e fiscal em discussão, cuja perda foi avaliada como possível que não requerem a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Tributários	266	222	1.280	987
Trabalhistas	–.–	–.–	21	37
Cíveis	–.–	22	94	60
Total	**266**	**244**	**1.395**	**1.084**

21.2.1. Tributários
Dentre as principais discussões de processos tributários de probabilidade de perda possível, destacamos os processos abaixo:
• Tributação de Reserva de reavaliação: Discussão relativa à tributação de Reserva de reavaliação nas operações societárias de cisão realizadas nos exercícios de 2006 e 2009 cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R$321 (R$304 em 31 de dezembro de 2021) na controlada Dexco;
• IRRF, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS (indeferimento de pedido de compensação): Casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R$319 (R$319 em 31 de dezembro de 2021) na ITAÚSA e suas controladas;
• IRPJ e CSLL sobre a taxa SELIC: Afastar a incidência incorrida na restituição do indébito tributário, cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R$197 na controlada Dexco;
• PIS e COFINS (Glosa de Créditos): Discussão sobre restrição do direito ao crédito de certos insumos relacionados a estas contribuições cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R$88 (R$71 em 31 de dezembro de 2021) na controlada Itautec;
• Incidência e Créditos de ICMS: Discussão sobre a incidência, reconhecimento e utilização de créditos de ICMS cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R$73 (R$64 em 31 de dezembro de 2021) nas controladas Dexco e Itautec;
• Autuação de IRPJ e CSLL referente parcelamento de Lei nº 11.941/09: Discussão relativa IRPJ e CSLL em razão da não tributação da receita gerada quando da adoção do parcelamento da Lei nº 11.941/09 e da não adição de despesas financeiras na apuração de 2009 cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R$57 (R$54 em 31 de dezembro de 2021) na controlada Dexco.

21.3. Ativos contingentes
A ITAÚSA e suas controladas estão discutindo judicialmente o ressarcimento de tributos e contribuições, bem como são parte em processos cíveis, nos quais possuem direitos ou expectativas de direitos a receber.
O quadro abaixo apresenta os principais processos que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, têm probabilidade de êxito considerada provável. Por serem ativos contingentes, os valores respectivos a esses processos e a contabilização ocorrerão na forma e proporção da decisão judicial favorável, quando esta se der de forma definitiva. Desta forma, estes processos não estão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis.

	Nota	Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021
Tributários e Cíveis			
PIS e COFINS	21.3.1	180	66
Crédito prêmio de IPI (1980 a 1985)		157	140
Correção monetária de créditos com a Eletrobras		135	102
Crédito IPI - Insumos Zona Franca de Manaus	21.3.2	114	–.–
INSS - Contribuições previdenciárias		25	23
Lucro no Exterior (levantamento de depósito)		12	12
Cobrança / execução de títulos extrajudiciais		6	3
Outros		19	18
Total		**648**	**364**

21.3.1. PIS/COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo
Para a controlada Dexco, ainda não houve o trânsito em julgado da medida judicial, relativa ao CNPJ extinto da Duratex S.A., após a associação com a Satipel e Duratex Florestal Ltda., que abrange o período de 2001 a 2015.
Para a controlada Itautec, o valor do crédito de PIS e COFINS será discutido em ação de repetição de indébito ajuizada em novembro de 2022 e, após o trânsito em julgado, será recebido mediante precatório judicial.

21.3.2. Crédito de IPI - Insumos Zona Franca de Manaus
Em setembro de 2022 a controlada Itautec obteve decisão judicial definitiva reconhecendo o direito ao crédito do IPI, decorrente de insumos isentos adquiridos da Zona Franca de Manaus, conforme decisão do STF em sede repercussão geral (Tema 322: Recurso Extraordinário nº 592.891/SP).
O critério de atualização monetária dos créditos (SELIC a partir da data do ajuizamento da ação: abril/2008) só foi definido em setembro de 2022. O valor do crédito será apurado em processo de execução judicial visando a expedição de precatório, quando então será reconhecido.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1. Capital social
O capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R$63.500 (R$51.460 em 31 de dezembro de 2021), sendo composto por ações escriturais e sem valor nominal.
Em 13 de dezembro de 2021 o Conselho de Administração da ITAÚSA deliberou o aumento do Capital social, no montante de R$7.945, mediante capitalização de reservas de lucros com bonificação de ações, na proporção de 5novas ações para cada 100 ações da mesma espécie, atribuídas gratuitamente aos acionistas. Como resultado da bonificação, foram emitidas 144.491.889 ações ordinárias e 276.048.858 ações preferenciais.
Em 7 de novembro de 2022, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento de 11.892.300 ações mantidas em tesouraria (3.492.300 ordinárias e 8.400.000 preferenciais), adquiridas no âmbito do Programa de Recompra de Ações de Emissão Própria que esteve vigente entre os meses de fevereiro de 2021 e agosto de 2022. O cancelamento foi realizado mediante a absorção da Reserva de lucros para Reforço do Capital de Giro e sem redução do Capital social.
Adicionalmente, também em 7 de novembro de 2022, o Conselho de Administração da ITAÚSA deliberou o aumento do Capital social, no montante de R$12.040, mediante capitalização de reservas de lucros com bonificação de ações, na proporção de 1 nova ação para cada 10 ações da mesma espécie, atribuídas gratuitamente aos acionistas. Como resultado da bonificação, foram emitidas 303.083.736 ações ordinárias e 578.862.602 ações preferenciais.
A composição do capital social está apresentada conforme a seguir:

	31/12/2022					
	Ordinária	%	Preferencial	%	Total	%
Grupo controlador (família Egydio de Souza Aranha)	2.111.901.708	63,35	1.129.291.576	17,74	3.241.193.284	33,41
Demais acionistas	1.222.019.387	36,65	5.238.197.044	82,26	6.460.216.431	66,59
Total	**3.333.921.095**	**100,00**	**6.367.488.620**	**100,00**	**9.701.409.715**	**100,00**
Residente no país	3.331.540.899	99,93	4.059.247.721	63,75	7.390.788.620	76,18
Residente no exterior	2.380.196	0,07	2.308.240.899	36,25	2.310.621.095	23,82

	31/12/2021					
	Ordinária	%	Preferencial	%	Total	%
Grupo controlador (família Egydio de Souza Aranha)	1.919.910.655	63,27	1.047.918.892	18,08	2.967.829.547	33,61
Demais acionistas	1.114.419.004	36,73	4.740.707.126	81,78	5.855.126.130	66,30
(-) Ações em tesouraria	–.–	–.–	8.400.000	0,14	8.400.000	0,10
Total	**3.034.329.659**	**100,00**	**5.797.026.018**	**100,00**	**8.831.355.677**	**100,00**
Residente no país	3.031.669.932	99,91	3.908.670.409	67,43	6.940.340.341	78,59
Residente no exterior	2.659.727	0,09	1.888.355.609	32,57	1.891.015.336	21,41

As ações preferenciais não possuem direito a voto, contudo, apresentam as seguintes vantagens aos seus detentores:
• Prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R$0,01 por ação, não cumulativo, assegurado dividendo, pelo menos, igual ao das ações ordinárias; e
• Direito de, em eventual alienação de controle, ser incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.
O capital social, por deliberação do Conselho de Administração, poderá ser aumentado até o limite de 10.500.000.000 de ações, sendo até 3.500.000.000 em ações ordinárias e 7.000.000.000 em ações preferenciais.

22.2. Reservas de capital

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Opções de ações outorgadas	688	599
Ágio na emissão de ações	4	4
Incentivos fiscais	2	2
Reserva de reavaliação	6	6
Outras	(137)	(39)
Total	**563**	**572**

22.3. Reservas de lucros

		Controladora					
			Reservas estatutárias				
	Nota	Reserva legal (a)	Equalização de dividendos	Reforço do capital de giro	Aumento de capital de empresas participadas (b)	Dividendos propostos (c)	Total
Saldo em 31/12/2020		**2.615**	**5.656**	**2.656**	**3.570**	**48**	**14.545**
Constituição		610	4.120	1.648	2.472	–.–	8.850
Capitalização de Reservas (Bonificação de ações)	22.1	–.–	(7.938)	–.–	–.–	–.–	(7.938)
Dividendos e juros sobre o capital próprio		–.–	–.–	–.–	–.–	(48)	(48)
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos		–.–	(564)	(91)	(142)	797	–.–
Dividendos prescritos		–.–	6	–.–	–.–	–.–	6
Equivalência patrimonial reflexa		–.–	904	–.–	–.–	–.–	904
Saldo em 31/12/2021		**3.225**	**2.184**	**4.213**	**5.900**	**797**	**16.319**
Constituição		684	4.146	1.658	2.488	–.–	8.976
Capitalização de Reservas (Bonificação de ações)	22.1	–.–	(5.865)	(2.328)	(3.847)	–.–	(12.040)
Cancelamento de ações em tesouraria	22.1	–.–	–.–	(133)	–.–	–.–	(133)
Dividendos e juros sobre o capital próprio		–.–	–.–	–.–	–.–	(797)	(797)
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos		–.–	–.–	–.–	–.–	877	877
Dividendos prescritos		–.–	7	–.–	–.–	–.–	7
Equivalência patrimonial reflexa		–.–	389	–.–	–.–	–.–	389
Saldo em 31/12/2022		**3.909**	**861**	**3.410**	**4.541**	**877**	**13.598**

(a) Reserva legal
É constituída à razão de 5% do lucro líquido, apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do Capital social.

(b) Reservas estatutárias
• **Reserva para equalização de dividendos**: tem por finalidade garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, limitada à 40% do Capital social;
• **Reserva para reforço do capital de giro**: tem por finalidade garantir meios financeiros para a operação da ITAÚSA, limitada à 30% do Capital social; e
• **Reserva para aumento de capital de empresas participadas**: tem por finalidade garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas, limitada à 30% do Capital social.
O montante das referidas reservas estatutárias acima não excederá o limite de 95% do Capital social. Adicionalmente, o saldo dessas reservas, somado ao da Reserva legal, não poderá ultrapassar o Capital social.

(c) Dividendos propostos
Referem-se aos Dividendos e Juros sobre o capital próprio, deliberados pelo Conselho de Administração, a serem ratificados pela Assembleia Geral Ordinária, no exercício seguinte ao das Demonstrações Contábeis.

22.4. Ajuste de avaliação patrimonial

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Benefício pós-emprego	(558)	(537)
Valor justo de ativos financeiros	(2.090)	(912)
Ajuste de conversão / hiperinflação	1.011	2.282
Hedge accounting	(3.227)	(3.201)
Total	**(4.864)**	**(2.368)**

O saldo refere-se, em sua totalidade, à equivalência patrimonial sobre os ajustes de avaliação patrimonial das coligadas e controladas em conjunto.

Itaúsa S.A.
CNPJ 61.532.644/0001-15 - Companhia Aberta
Av. Paulista, 1938 – São Paulo – SP

Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA | ISE B3 | ICO2 B3 | IGPTW B3 | ITSA B3 LISTED N1

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 *(Em milhões de reais, exceto quando divulgado de outra forma) (Continuação)*

22.5. Destinação do resultado, Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - JCP
22.5.1. Destinação do resultado

	Controladora	
	2022	**2021**
Lucro líquido	13.674	12.200
(-) Reserva legal	(684)	(610)
Base de cálculo para Dividendos/JCP	**12.990**	**11.590**
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	**3.248**	**2.898**
Destinação:		
Distribuição aos acionistas		
Dividendos	–.–	336
Juros sobre capital próprio	3.821	3.014
Juros sobre capital próprio propostos	877	–.–
	4.698	**3.350**
Reservas de lucros	**8.292**	**8.240**
	12.990	**11.590**
% bruto pertencente aos acionistas	**36,16%**	**28,90%**

As ações de ambas as espécies participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias, dividendo igual ao mínimo prioritário anual de R$0,01 por ação a ser pago às ações preferenciais.
O valor por ação dos dividendos e JCP, para o exercício de 2022, está apresentado a seguir:

	Data do pagamento (realizado ou previsto)	Valor por ação		Montante distribuído	
		Bruto	**Líquido**	**Bruto**	**Líquido**
Pagos					
Juros sobre capital próprio	01/07/2022	0,02353	0,02000	207	176
Juros sobre capital próprio	30/08/2022	0,01030	0,00876	91	78
Juros sobre capital próprio	30/08/2022	0,11337	0,09636	1.000	850
Juros sobre capital próprio	03/10/2022	0,02353	0,02000	207	176
		0,17073	**0,14512**	**1.505**	**1.280**
Provisionados					
Juros sobre capital próprio	02/01/2023	0,02353	0,02000	228	194
Juros sobre capital próprio	03/04/2023	0,02353	0,02000	228	194
Juros sobre capital próprio	29/12/2023	0,04940	0,04199	436	370
Juros sobre capital próprio	29/12/2023	0,05154	0,04381	500	425
Juros sobre capital próprio	29/12/2023	0,04450	0,03782	432	367
Juros sobre capital próprio	10/03/2023	0,05062	0,04303	492	418
		0,24312	**0,20665**	**2.316**	**1.968**
Propostos					
Juros sobre capital próprio	10/03/2023	0,09038	0,07682	877	745
		0,09038	**0,07682**	**877**	**745**
Total		**0,50422**	**0,42859**	**4.698**	**3.993**

22.5.2. Dividendos e JCP a pagar
A movimentação dos Dividendos e JCP a pagar está apresentada a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Dividendos	**JCP**	**Total**	**Dividendos**	**JCP**	**Total**
Saldo em 31/12/2020	**349**	**883**	**1.232**	**350**	**975**	**1.325**
Dividendos e JCP deliberados	336	2.722	3.058	633	3.268	3.901
Dividendos prescritos	(3)	(3)	(6)	(3)	(3)	(6)
Pagamentos	(673)	(1.729)	(2.402)	(970)	(2.365)	(3.335)
Saldo em 31/12/2021	**9**	**1.873**	**1.882**	**10**	**1.875**	**1.885**
Dividendos e JCP deliberados	–.–	3.944	3.944	–.–	4.084	4.084
Dividendos prescritos	(5)	(2)	(7)	(5)	(2)	(7)
Pagamentos	–.–	(3.851)	(3.851)	–.–	(3.851)	(3.851)
Saldo em 31/12/2022	**4**	**1.964**	**1.968**	**5**	**2.106**	**2.111**

22.6. Ações em tesouraria
Em 22 de fevereiro de 2021 o Conselho de Administração aprovou um Programa de Recompra de Ações de Emissão Própria ("Programa"), para tesouraria, até o limite de 250 milhões de ações (50 milhões de ordinárias e 200 milhões de preferenciais) que representam 4,5% das ações em circulação da ITAÚSA. Em agosto de 2022 terminou o prazo para aquisição de ações de emissão própria dentro do referido programa, sendo o preço médio de aquisição das ações de R$11,18 (R$10,22 Ordinárias e R$11,59 Preferenciais).
Conforme descrito na nota 22.1, em 7 de novembro de 2022, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento das ações mantidas em tesouraria adquiridas no âmbito do Programa.

	Controladora			
	Quantidade de ações			
	Ordinária	**Preferenciais**	**Total**	**Valor**
Saldo em 31/12/2020	–.–	–.–	–.–	–.–
Aquisição de ações	–.–	8.000.000	8.000.000	(90)
Bonificação de ações	–.–	400.000	400.000	(7)
Saldo em 31/12/2021	–.–	**8.400.000**	**8.400.000**	**(97)**
Aquisição de ações	3.492.300	–.–	3.492.300	(36)
Cancelamento de ações	(3.492.300)	(8.400.000)	(11.892.300)	133
Saldo em 31/12/2022	–.–	–.–	–.–	–.–

23. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado	
	2022	**2021**
Receita de venda de produtos e serviços		
Mercado interno	8.706	8.584
Mercado externo	1.756	1.568
	10.462	**10.152**
Deduções da receita		
Tributos sobre as vendas	(1.976)	(1.982)
Total	**8.486**	**8.170**

24. RESULTADO POR NATUREZA

	Controladora - Despesas gerais e administrativas	
	2022	**2021**
Remuneração e encargos com pessoal	(89)	(75)
Serviços de terceiros	(44)	(10)
Seguros	(17)	(16)
Depreciação e amortização	(10)	(10)
Despesas de publicidade	(5)	(9)
Outras despesas	(7)	(23)
Total	**(172)**	**(143)**

		Consolidado							
		Custos dos produtos e serviços		Despesas com vendas		Despesas gerais e administrativas		Total	
	Nota	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Variação nos estoques de produtos acabados e em elaboração		1.012	857	–.–	–.–	–.–	–.–	1.012	857
Variação no valor justo dos ativos biológicos	12	598	129	–.–	–.–	–.–	–.–	598	129
Matérias primas e materiais de consumo		(4.996)	(4.338)	–.–	–.–	–.–	–.–	(4.996)	(4.338)
Remuneração e encargos com pessoal		(991)	(885)	(163)	(161)	(298)	(274)	(1.452)	(1.320)
Depreciação, amortização e exaustão		(788)	(651)	(3)	(4)	(38)	(31)	(829)	(686)
Serviços de terceiros		–.–	–.–	–.–	–.–	(119)	(85)	(119)	(85)
Despesas de publicidade		–.–	–.–	(131)	(115)	(6)	(29)	(137)	(144)
Despesas de transporte		(16)	(13)	(630)	(515)	–.–	–.–	(646)	(528)
Comissões		–.–	–.–	(100)	(144)	–.–	–.–	(100)	(144)
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa - PECLD		–.–	–.–	(16)	(21)	–.–	–.–	(16)	(21)
Seguros		(15)	(9)	(1)	–.–	(17)	(17)	(33)	(26)
Outras despesas		(415)	(386)	(76)	(46)	(70)	(71)	(561)	(503)
		(5.611)	**(5.296)**	**(1.120)**	**(1.006)**	**(548)**	**(507)**	**(7.279)**	**(6.809)**

25. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Resultado na venda de investimentos	15.2.3	2.551	903	2.551	903
Dividendos e Juros sobre capital próprio	6.1	312	209	312	209
Receita de aluguéis		7	7	5	5
Benefícios a empregados		5	(2)	13	(2)
Perda no valor recuperável		–.–	–.–	(4)	5
Resultado na venda de imobilizado		–.–	–.–	(11)	(18)
Doações - COVID - 19		–.–	–.–	(2)	(5)
Reversão de provisão - ICMS base PIS/COFINS		–.–	–.–	–.–	113
Exclusão do ICMS na base do PIS/COFINS		–.–	–.–	–.–	392
Resultado de processos judiciais		(19)	(277)	(20)	(315)
Amortização carteira de clientes		–.–	–.–	(26)	(26)
Outros		31	(18)	65	78
		2.887	**822**	**2.883**	**1.339**

26. RESULTADO FINANCEIRO

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Receitas financeiras					
Rendimentos de aplicações financeiras		317	67	515	132
Valor justo de títulos e valores mobiliários	6.1	567	648	567	648
Variação cambial ativa	26.2	–.–	59	27	105
Atualização de depósitos judiciais		26	15	44	18
Outras atualizações monetárias		6	7	47	33
Atualizações - Créditos de PIS e COFINS		–.–	–.–	45	245
Outras receitas financeiras		–.–	14	85	47
		916	**810**	**1.330**	**1.228**
Despesas financeiras					
Encargos de dívida		(841)	(260)	(1.425)	(447)
Valor justo de títulos e valores mobiliários	6.1	(78)	(124)	(78)	(124)
PIS/COFINS sobre receita financeira	26.1	(347)	(235)	(381)	(249)
Juros de passivo de arrendamento		–.–	–.–	(8)	(6)
Variação cambial passiva	26.2	–.–	(101)	(98)	(147)
Atualização de provisões com processos judiciais		(118)	(51)	(125)	(52)
Outras atualizações monetárias		(1)	–.–	(30)	(25)
Operações com derivativos		–.–	–.–	(92)	(8)
Outras despesas financeiras		(23)	(5)	(106)	(27)
		(1.408)	**(776)**	**(2.343)**	**(1.085)**
		(492)	**34**	**(1.013)**	**143**

26.1. PIS/COFINS sobre Receitas financeiras
Referem-se, substancialmente, ao PIS/COFINS incidentes sobre a receita com JCP recebidos.
26.2. Variação cambial ativa e passiva (Controladora)
Em 2021 a totalidade das rubricas era decorrente do montante a pagar ao fundo Nova Infraestrutura Fundo de Investimento em Participações e Multiestratégia, em virtude da aquisição de 7,65% da NTS. Em 16 de dezembro de 2021 o passivo foi aportado integralmente na NISA.

27. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Os valores registrados como despesas de Imposto de renda (IRPJ) e Contribuição social (CSLL) nas Demonstrações Contábeis estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**13.924**	**11.869**	**14.556**	**13.240**
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais (34%)	**(4.734)**	**(4.035)**	**(4.949)**	**(4.502)**
(Acréscimo)/Decréscimo para a apuração do IRPJ e CSLL efetivos				
Resultado de participações societárias	3.978	3.793	3.903	3.535
Dividendos sobre investimento classificados como ativo financeiro	105	69	105	69
Juros sobre o capital próprio	564	178	650	419
Lucros do Exterior	(154)	(26)	(154)	(26)
Créditos tributários	-	309	(2)	344
Incentivos fiscais	-	-	22	59
Diferença de tributação de empresa controlada	-	-	35	20
Atualização Selic s/ICMS na Base do PIS/COFINS	-	-	15	107
Outros ajustes não dedutíveis	(9)	43	(27)	26
IRPJ e CSLL apurados	**(250)**	**331**	**(402)**	**51**
Correntes	-	(7)	(129)	(278)
Diferidos	(250)	338	(273)	329
Alíquota efetiva	**1,8%**	**-2,8%**	**2,8%**	**-0,4%**

28. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

	Controladora e Consolidado	
	2022	**2021**
Numerador		
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		
Preferenciais	8.974	8.007
Ordinárias	4.700	4.193
	13.674	**12.200**
Denominador		
Média ponderada das ações em circulação		
Preferenciais	6.367.488.620	6.372.710.183
Ordinárias	3.334.460.517	3.337.762.625
	9.701.949.137	**9.710.472.808**
Lucro líquido por ação - Básico e Diluído (Em Reais)		
Preferenciais	1,40941	1,25638
Ordinárias	1,40941	1,25638

29. REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES

Plano para Outorga de Opções de Ações - Controlada Dexco
Conforme previsão estatutária, a controlada Dexco possuía, até o exercício de 2019, plano para outorga de opções de ações que tinha por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da mesma, a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trariam para as ações representativas de seu Capital social.
As opções conferiam aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no plano, subscrever ações ordinárias do Capital social autorizado da controlada Dexco.
As regras e procedimentos operacionais relativos ao plano eram propostos pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação ("Comitê"), designado pelo Conselho de Administração da controlada Dexco. Periodicamente, esse comitê submetia à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do plano.
Só houve outorga de opções com relação aos exercícios em que houve apuração de lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções outorgadas em cada exercício não ultrapassou o limite de 0,5% da totalidade das ações da Dexco que os acionistas controladores e não controladores possuíam na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.
O preço de exercício a ser pago à Dexco foi fixado pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções, o Comitê de Pessoas considerou a média dos preços das ações ordinárias da Dexco nos pregões da B3, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse Comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos serão reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.
Segue abaixo as características das ações outorgadas e as principais premissas para o cálculo do valor justo:

	2016	**2018**	**2019**
Principais características			
Total de opções de ações outorgadas	1.002.550	1.046.595	1.976.673
Preço de exercício na data da outorga	5,74	9,02	9,80
Valor justo na data da outorga	4,00	5,19	5,17
Prazo limite para exercício	8,9 anos	8,8 anos	8,8 anos
Prazo de carência	3,9 anos	3,8 anos	3,7 anos
Principais premissas para cálculo do valor justo			
Volatilidade do preço da ação	39,82%	38,09%	38,49%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco (Cupom IGP-M)	6,95%	4,67%	4,05%
Taxa efetiva de exercício	94,90%	94,90%	94,90%

A controlada Dexco efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos. Nos exercícios de 2015 e 2017 não houve outorga de opção de ações.

Itaúsa S.A.
CNPJ 61.532.644/0001-15 - Companhia Aberta
Av. Paulista, 1938 – São Paulo – SP

Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA | ISE B3 | ICO2 B3 | IGPTW B3 | ITSA B3 LISTED N1

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 *(Em milhões de reais, exceto quando divulgado de outra forma) (Continuação)*

Segue abaixo a apropriação das opções outorgadas:

	Saldo de ações a exercer		Competência						
Exercício da outorga	**31/12/2022**	**Valor Total**	**Vencidas**	**2016 e 2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**
Vencidas em anos anteriores			95	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–
2016	58.830	5	–.–	3	1	1	–.–	–.–	–.–
2018	651.118	5	–.–	–.–	1	2	1	1	–.–
2019	1.755.602	10	–.–	–.–	–.–	2	3	3	3
Total	**2.465.550**	**20**	**95**	**3**	**2**	**5**	**4**	**4**	**3**
Efetividade de exercício		**95,19%**	**96,63%**	**96,63%**	**94,90%**	**94,90%**	**94,90%**	**94,90%**	**94,90%**
Valor apurado		**20**	**92**	**3 (1)**	**2 (2)**	**5 (3)**	**4 (4)**	**4 (5)**	**3 (6)**

(1) Valor contabilizado contra o resultado nos exercícios de 2016 e 2017;
(2) Valor contabilizado contra o resultado em 2018;
(3) Valor contabilizado contra o resultado em 2019;
(4) Valor contabilizado contra o resultado em 2020;
(5) Valor contabilizado contra o resultado em 2021;
(6) Valor contabilizado contra o resultado em 2022.

Em 31 de dezembro de 2022 a controlada Dexco possuía 29.138.345 ações em tesouraria (6.489.405 em 31 de dezembro de 2021), que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

30. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

30.1. Planos de previdência privada

A ITAÚSA e suas controladas no Brasil fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial ("Fundação"), entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade operar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social, sendo regulada pelos órgãos competentes.

A Fundação administra o Plano de Contribuição Definida - PAI - CD ("Plano CD") e o Plano de Benefícios Definido - BD ("Plano BD"), sendo que os colaboradores contam com a opção de participar voluntariamente do Plano CD.

30.1.1. Plano de Contribuição Definida - Plano CD

Este plano é oferecido a todos os colaboradores das patrocinadoras e contava em 31 de dezembro de 2022 com 6.271 participantes (6.833 em 31 de dezembro de 2021).

No Plano CD não há risco atuarial para as patrocinadoras, ou seja, não há obrigação adicional de pagamento depois que as contribuições são efetuadas.O regulamento vigente prevê a contribuição das patrocinadoras com percentual entre 50% e 100% do montante aportado pelos funcionários.

Devido a posição superavitária do plano, demonstrada no item (a) abaixo, a ITAÚSA e suas controladas não realizaram contribuições nos exercícios de 2022 e 2021.

(a) Fundo Previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram um Fundo Previdencial que, de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições futuras das patrocinadoras.

O valor presente das contribuições normais futuras, utilizando-se o percentual médio de contribuição normal das patrocinadoras, foi calculado pelos atuários independentes e está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Valor presente das obrigações	(123)	(106)	(1.882)	(1.756)
Valor justo dos ativos	139	170	3.026	2.804
Restrição no reconhecimento do ativo	(3)	(55)	(1.021)	(939)
Ativo reconhecido (Não circulante)	**13**	**9**	**123**	**109**

A variação positiva do saldo a receber, na ITAÚSA no valor de R$4 e no consolidado no valor de R$14, foram registrados no resultado em contrapartida da rubrica "Outras receitas e despesas".

30.1.2. Plano de Benefício Definido - Plano BD

É um plano que tem como finalidade básica a concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento, os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado por vedar o acesso de novos participantes.

Os recursos do plano são convertidos em benefícios em caso de aposentadoria por tempo de contribuição, especial, por idade e invalidez além de prêmio por aposentadoria, renda mensal vitalícia e pecúlio por morte.

Em dezembro de 2019 a PREVIC aprovou a destinação de reserva especial do Plano BD, relativa ao exercício de 2016, a ser restituída a todas as patrocinadoras, em 36 parcelas mensais a partir do mês de janeiro de 2020, no montante de R$2 na ITAÚSA e de R$18 no consolidado, tendo sido o último recebimento desta reserva em dezembro de 2022.

Em outubro de 2020 a PREVIC aprovou a destinação de reserva especial do Plano BD, relativa ao exercício de 2017, a ser restituída a todas as patrocinadoras, em 36 parcelas mensais a partir do mês de novembro de 2020, no montante de R$1 na ITAÚSA e de R$14 no consolidado.

Ambas as restituições foram registradas no Balanço Patrimonial na rubrica "Outros ativos" (Nota 11) em contrapartida do resultado do exercício na rubrica "Outras receitas e despesas".

Devido a posição superavitária do plano, demonstrada no item (a) abaixo, a ITAÚSA e suas controladas não esperam realizar contribuições no exercício de 2023.

(a) Movimentação dos ativos e passivos atuariais

		Controladora							
		31/12/2022				31/12/2021			
	Nota	**Valor presente das obrigações do plano**	**Valor justo dos ativos do plano**	**Restrição no reconhecimento do ativo**	**Ativo (Passivo) líquidos reconhecidos**	**Valor presente das obrigações do plano**	**Valor justo dos ativos do plano**	**Restrição no reconhecimento do ativo**	**Ativo (Passivo) líquidos reconhecidos**
Saldo inicial		**(15)**	**25**	**(9)**	**1**	**(16)**	**26**	**(8)**	**2**
Juros		(1)	2	(1)	–.–	(1)	2	(1)	–.–
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas demográficas		(2)	–.–	–.–	(2)	(1)	–.–	–.–	(1)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas econômicas		1	–.–	–.–	1	1	–.–	–.–	1
Mudança no superávit irrecuperável		–.–	–.–	1	1	–.–	–.–	–.–	–.–
Contribuições pagas pelas patrocinadoras empresa		–.–	(1)	–.–	(1)	–.–	(1)	–.–	(1)
Benefícios pagos		2	(2)	–.–	–.–	2	(2)	–.–	–.–
Saldo final		**(15)**	**24**	**(9)**	–.–	**(15)**	**25**	**(9)**	**1**
Circulante	11				–.–				**1**
Não circulante	11				–.–				**–.–**

		Consolidado							
		31/12/2022				31/12/2021			
	Nota	**Valor presente das obrigações do plano**	**Valor justo dos ativos do plano**	**Restrição no reconhecimento do ativo**	**Ativo (Passivo) líquidos reconhecidos**	**Valor presente das obrigações do plano**	**Valor justo dos ativos do plano**	**Restrição no reconhecimento do ativo**	**Ativo (Passivo) líquidos reconhecidos**
Saldo inicial		**(141)**	**229**	**(70)**	**18**	**(156)**	**254**	**(72)**	**26**
Juros		(12)	19	(6)	1	(11)	18	(5)	2
Retorno sobre os ativos do plano		–.–	(2)	–.–	(2)	–.–	(14)	–.–	(14)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas demográficas		(16)	–.–	–.–	(16)	(4)	–.–	–.–	(4)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas econômicas		8	–.–	–.–	8	13	–.–	–.–	13
Mudança no superávit irrecuperável		–.–	–.–	11	11	–.–	–.–	7	7
Contribuições pagas pelas patrocinadoras		–.–	(14)	–.–	(14)	–.–	(12)	–.–	(12)
Benefícios pagos		18	(18)	–.–	–.–	17	(17)	–.–	–.–
Saldo final		**(143)**	**214**	**(65)**	**6**	**(141)**	**229**	**(70)**	**18**
Circulante	11				**6**				**13**
Não circulante	11				–.–				**5**

(b) Classes de ativos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Classe de ativos	**%**	**%**	**%**	**%**
Renda fixa	100	100	100	100
Total	**100**	**100**	**100**	**100**

(c) Principais premissas atuariais

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**
Premissas econômicas		
Taxa de desconto	9,67%	9,13%
Taxa de inflação	3,50%	3,75%
Taxa de crescimento salarial	3,50%	3,75%
Crescimento dos benefícios	3,50%	3,75%
Premissas demográficas		
Tábua de mortalidade	AT-2000 (desagravada em 10%)	AT-2000 (desagravada em 10%)
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB - 1983	RRB - 1983
Tábua de entrada em invalidez	ARRB - 1944 (desagravada em 70%)	ARRB - 1944 (desagravada em 70%)
Tábua de rotatividade	Nula (ITAÚSA e Itautec) / Experiência do atuário (Dexco)	Experiência do atuário
Idade de aposentadoria	Primeira idade com direito a um dos benefícios	Primeira idade com direito a um dos benefícios

(d) Análise de sensibilidade

Segue abaixo uma análise de sensibilidade considerando os efeitos decorrentes de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar o resultado do Plano BD:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Taxa de desconto				
+1,0%	15	14	135	130
-1,0%	17	16	154	148

(e) Análise de vencimento dos benefícios

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	**31/12/2022**
2023	2	18
2024	2	17
2025	2	17
2026	2	17
2027	2	16
2028 - 2032	9	76
Total	**19**	**161**

30.2. Planos de assistência médica

A controlada Dexco oferece 2 planos de assistência médica:

- **Plano de assistência médica pós-emprego**: A Dexco oferece planos que foram contributários, atualmente, com coparticipação aos seus colaboradores e respectivos dependentes. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, 10 operadoras de saúde totalizavam 29.408e 28.299 vidas, respectivamente, (ativos, demitidos, aposentados e dependentes), caracterizando a obrigação de extensão de cobertura para demitidos e aposentados conforme a Lei nº 9.656/98.
- **Plano de assistência médica a funcionários afastados**: A Dexco oferece plano de benefício de plano de saúde para empregados afastados.

A controlada Dexco contratou atuários independentes para realização de avaliação atuarial dos passivos dos planos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. As hipóteses e o método atuarial utilizado para a avaliação estão em conformidade com os princípios atuariais e com o CPC 33 (R1) / IAS 19 - Benefícios a empregados.

(a) Movimentação dos passivos atuariais

	Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**
Valor presente das obrigações do plano		
Saldo inicial	**38**	**50**
Custo dos juros	3	4
Retorno/Perda sobre os ativos do plano	(5)	(3)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas econômicas	–.–	(13)
Saldo final	**36**	**38**
Reconhecidos no Resultado	(2)	1
Reconhecido em Outros resultados abrangentes	–.–	(13)

30.3. Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP

A controlada Dexco e suas controladas aprovaram, em 30 de abril de 2020, Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP. O ILP tem por finalidade: (i) estimular o compromisso dos executivos no longo prazo, de forma a incentivar que busquem o êxito em todas as suas atividades e a consecução dos objetivos da companhia; (ii) atrair e reter os melhores profissionais oferecendo incentivos que se alinhem com o crescimento contínuo da companhia; e (iii) proporcionar, no que se refere a remuneração variável, diferencial competitivo em relação ao mercado. O ILP está subdividido da seguinte forma:

- ***Performance shares***: Serão transferidas ações de emissão da controlada Dexco aos participantes em caso de atingimento da meta de *performance*, com base no planejamento estratégico da controlada Dexco, para o período de 5 anos. É elegível somente aos diretores não empregados (diretores estatutários).
- ***Matching***: A controlada Dexco convidará o beneficiário a investir um percentual do seu Incentivo de Curto Prazo - ICP comprando ações da companhia, devendo o beneficiário permanecer com as ações durante o período abrangido pelo programa. Ao completar 4 anos, a controlada Dexco procederá a transferência de adicional corresponde a 50% das ações adquiridas pelo beneficiário e, ao completar 5 anos, a controlada Dexco concluirá a integralidade do aporte dos 50% restantes, completando 100% do matching. É elegível somente aos diretores não empregados (diretores estatutários).
- **Ações restritas**: Serão transferidas ações da controlada Dexco aos seus colaboradores, sem custo, desde que, no período de um ano, os mesmos tenham atingido desempenho diferenciado e garantido alto impacto para o negócio da companhia. Serão elegíveis ao programa os colaboradores admitidos sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. As ações serão transferidas após o prazo de 3 anos da sua concessão.

Em relação aos planos descritos acima, durante o exercício de 2022 foram reconhecidos no resultado o valor de R$10 (R$6 em 2021), sendo o saldo no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2022 de R$14 (R$6 em 31 de dezembro de 2021).

31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais divulgados refletem, de modo consistente, a gestão para tomada de decisões e o acompanhamento de resultados do Comitê Executivo, principal tomador das decisões operacionais na ITAÚSA.

As empresas nas quais a ITAÚSA investe têm autonomia para definir seus padrões diferenciados e específicos na gestão e segmentação dos seus respectivos negócios.

As políticas contábeis de cada segmento são uniformes às utilizadas pela ITAÚSA, em todos os aspectos materiais. Os segmentos possuem carteira de clientes pulverizada, sem nenhuma concentração de receita.

Os segmentos operacionais da ITAÚSA foram definidos de acordo com os relatórios apresentados ao Comitê Executivo. Os segmentos considerados na Demonstração Consolidada da ITAÚSA são os seguintes:

- **Dexco**: Apresenta 4 segmentos de negócio: (i) Deca - fabrica e comercializa louças, metais sanitários e chuveiros, negociados sob as marcas Deca, Hydra, Belize, Elizabeth e Hydra Corona; (ii) Revestimentos - produz e comercializa revestimentos para piso e parede, utilizando as marcas Ceusa, Portinari e Castelatto; (iii) Madeira - fabrica e comercializa painéis de madeira de média e alta densidade, mais conhecidos como MDP, MDF e HDF, feitos a partir de pinus e eucalipto, utilizando as marcas Duratex e Durafloor; e (iv) Celulose solúvel - nova fábrica de celulose solúvel com capacidade de produção anual de 500 mil toneladas, em parceria com a empresa austríaca Lenzing.
- **Outros**: Referem-se às informações da Itautec e ITH Zux Cayman.

Itaúsa S.A.
CNPJ 61.532.644/0001-15 - Companhia Aberta
Av. Paulista, 1938 – São Paulo – SP

Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA | ISE B3 | ICO2 B3 | IGPTW B3 | ITSA B3 LISTED N1

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 *(Em milhões de reais, exceto quando divulgado de outra forma) (Continuação)*

	Dexco	ITAÚSA	Outros	(-) Eliminação	Consolidado	Dexco	ITAÚSA	Outros	(-) Eliminação	Consolidado
Balanço patrimonial			31/12/2022					31/12/2021		
Total do Ativo	15.625	83.254	68	(2.310)	96.637	13.420	74.602	165	(2.206)	85.981
Total do Passivo	9.663	10.457	45	(63)	20.102	7.686	8.716	71	–,–	16.473
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	5.872	72.797	24	(5.896)	72.797	5.734	65.886	92	(5.826)	65.886
Demonstração de resultado			2022					2021		
Receita líquida	8.486	–,–	–,–	–,–	8.486	8.170	–,–	–,–	–,–	8.170
Mercado interno	6.893	–,–	–,–	–,–	6.893	6.742	–,–	–,–	–,–	6.742
Mercado externo	1.593	–,–	–,–	–,–	1.593	1.428	–,–	–,–	–,–	1.428
Resultado de participações societárias	55	11.701	–,–	(277)	11.479	(69)	11.156	–,–	(690)	10.397
Resultado financeiro	(532)	(492)	11	–,–	(1.013)	97	34	12	–,–	143
Depreciações e amortizações	(845)	(10)	–,–	–,–	(855)	(712)	(10)	–,–	–,–	(722)
Tributos sobre o lucro	(153)	(250)	1	–,–	(402)	(263)	331	(17)	–,–	51
Lucro líquido	765	13.674	(8)	(277)	14.154	1.725	12.200	56	(690)	13.291
Análise de desempenho										
ROE (1)	13,7%	20,0%	–,–	–,–	–,–	31,3%	20,1%	–,–	–,–	–,–

(1) Representa a relação entre o Lucro líquido e o Patrimônio líquido médio, ambos atribuíveis aos acionistas controladores

Embora o Itaú Unibanco, a XP, a CCR, a Alpargatas, a Aegea, a Copa Energia e a NTSnão sejam empresas controladas e, por consequência, não sejam consideradas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, a Administração revisa suas informações e as considera como um segmento de negócio por serem parte do portfólio de investimentos da ITAÚSA. O detalhamento de suas atividades e o resumo de suas informações financeiras está demonstrado a seguir:

- **Itaú Unibanco**: é uma instituição financeira que oferece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de produtos de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no Exterior.
- **XP**: plataforma provedora de produtos e serviços financeiros no Brasil.
- **CCR**: opera empresas de concessão de infraestrutura e mobilidade na América Latina, atuando nos segmentos de concessão de rodovias, mobilidade urbana, aeroportos e serviços.
- **Alpargatas**: suas atividades são a fabricação e comercialização de calçados e respectivos componentes; artigos de vestuário; artefatos têxteis e respectivos componentes; e artigos de couro, de resina e de borracha natural ou artificial.
- **Aegea**: líder no setor privado em serviços de saneamento básico no Brasil.
- **Copa Energia**: consolida as marcas Copagaz e Liquigás que respondem juntas por cerca de 25% da distribuição de GLP no Brasil. Possuem operações em 24 estados e Distrito Federal e cerca de 90 mil colaboradores diretos e indiretos.
- **NTS**: transportadora de gás natural, por meio de sistema de gasodutos, operando nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, os quais respondem por aproximadamente 50% do consumo de gás no Brasil. Esse sistema possui conexões com o gasoduto Brasil-Bolívia, com os terminais de gás natural liquefeito (GNL) e com as unidades de processamento de gás.

	Itaú	XP Inc.	CCR	Alpargatas	Aegea	Copa Energia	NTS
Balanço Patrimonial				31/12/2022			
Total do Ativo	2.323.440	192.035	50.547	8.499	17.181	5.231	11.836
Total do Passivo	2.146.097	174.992	38.725	2.740	11.225	3.300	15.978
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	167.953	17.036	11.465	5.758	5.490	1.932	(4.142)
Demonstração de Resultado				2022			
Receita líquida (1)	278.042	13.347	19.182	4.182	4.634	11.741	6.778
Mercado interno	211.139	12.856	18.200	2.970	4.634	11.741	6.778
Mercado externo	66.903	491	982	1.212	–,–	–,–	–,–
Resultado de participações societárias	672	(12)	254	(186)	240	2	–,–
Resultado financeiro (2)	–,–	–,–	(3.107)	70	(1.238)	(310)	(1.223)
Depreciações e amortizações	(5.750)	(206)	(1.733)	(164)	(443)	(154)	(425)
Tributos sobre o lucro	(6.796)	136	(2.793)	(87)	(374)	(127)	(1.532)
Lucro líquido atribuível aos controladores	29.702	3.579	4.133	121	260	300	3.075
Análise de desempenho							
ROE	18,7%	22,1%	–,–	2,3%	9,4%	–,–	–,–

	Itaú	XP Inc.	Alpargatas	Aegea	Copa Energia	NTS
Balanço Patrimonial			31/12/2021			
Total do Ativo	2.069.206	139.340	8.031	16.101	4.977	11.410
Total do Passivo	1.904.730	124.921	4.564	9.697	3.302	8.945
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	152.864	14.417	3.396	5.994	1.675	2.465
Demonstração de Resultado			2021			
Receita líquida (1)	192.192	12.077	3.949	3.711	10.172	5.766
Mercado interno	150.708	11.724	2.704	3.711	10.172	5.766
Mercado externo	41.484	353	1.245	–,–	–,–	–,–
Resultado de participações societárias	1.164	(8)	–,–	64	2	–,–
Resultado financeiro (2)	–,–	–,–	95	(599)	(165)	(209)
Depreciações e amortizações	(5.548)	(232)	(131)	(326)	(182)	(414)
Tributos sobre o lucro	(13.847)	(223)	(52)	(311)	(43)	(1.521)
Lucro líquido atribuível aos controladores	26.760	3.589	690	501	(199)	3.060
Análise de desempenho						
ROE	18,2%	28,6%	21,7%	15,2%	–,–	-

(1) Para o Itaú Unibanco corresponde à: (i) Receita de juros, rendimentos e dividendos; (ii) Ajuste ao valor justo de ativos e passivos financeiros; (iii) Resultado de operações de câmbio e variações cambiais sobre transações no exterior; (iv) Receita de prestação de serviços e tarifas bancárias; e (v) Resultado de operações de seguros e previdência privada.
(2) Devido o Itaú Unibanco e a XP pertencerem ao "Setor financeiro" as receitas e despesas financeiras encontram-se incorporadas no item de "Receita líquida"

32. PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas decorrem do curso normal dos negócios e são efetuadas a valores e taxas usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.
A ITAÚSA possui "Política para Transações com Partes Relacionadas", aprovada pelo Conselho de Administração, que visa estabelecer regras e procedimentos para assegurar que as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas assegurando comutatividade e transparência, garantindo aos acionistas, investidores e outras partes interessadas que as transações foram pautadas nas melhores práticas de Governança Corporativa. Em 9 de agosto de 2021 foi criado o Comitê de Partes Relacionadas com o objetivo de avaliar e deliberar previamente sobre a viabilidade das transações com partes relacionadas, conforme critérios indicados na referida política.
Além dos montantes de Dividendos a receber (Nota9), os demais saldos e transações entre partes relacionadas estão apresentados abaixo:

	Natureza	Relacionamento	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Ativo						
Caixa e Equivalentes de caixa			–,–	–,–	**35**	**15**
Itaú Unibanco	Conta corrente e aplicações financeiras	Controlada em conjunto	–,–	–,–	29	15
XP	Aplicações financeiras	Coligada indireta	–,–	–,–	6	–,–
Clientes			–,–	–,–	**53**	**23**
Leo Madeiras Máquinas & Ferramentas Ltda.	Venda de produtos	Acionista não controlador da controlada Dexco	–,–	–,–	50	22
LD Celulose	Venda de produtos	Coligada indireta	–,–	–,–	3	1
Ativo Biológico			–,–	–,–	**63**	**38**
LD Celulose	Coligada indireta		–,–	–,–	61	38
LD Florestal	Controlada em conjunto indireta		–,–	–,–	2	–,–
Total			–,–	–,–	**151**	**76**
Passivo						
Empréstimos			–,–	–,–	**(623)**	**(546)**
Itaú Unibanco	Crédito de Exportação	Controlada em conjunto	–,–	–,–	(623)	(546)
Arrendamentos			–,–	–,–	**(34)**	**(32)**
Ligna Florestal Ltda.	Aluguéis	Acionista não controlador da controlada Dexco	–,–	–,–	(34)	(32)
Debêntures			**(1.165)**	**(1.162)**	**(1.165)**	**(1.162)**
Itaú Unibanco	Debêntures	Controlada em conjunto	(1.175)	(1.173)	(1.175)	(1.173)
Itaú Unibanco	Custo de transação - Debêntures	Controlada em conjunto	2	2	2	2
Itaú BBA	Custo de transação - Debêntures	Controlada em conjunto	8	9	8	9
Outros passivos			**(1)**	**(1)**	**(24)**	**(12)**
Itaú Unibanco	Prestação de Serviços	Controlada em conjunto	–,–	–,–	(18)	–,–
Itaú Corretora	Prestação de serviços	Controlada em conjunto	(1)	(1)	(1)	(1)
LD Celulose	Contas a pagar	Coligada indireta	–,–	–,–	(5)	(7)
LD Celulose	Fornecimento de produtos	Coligada indireta	–,–	–,–	–,–	(4)
Total			**(1.166)**	**(1.163)**	**(1.846)**	**(1.752)**

Resultado	Natureza	Relacionamento	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita líquida			–,–	–,–	**290**	**190**
Leo Madeiras Máquinas & Ferramentas Ltda.	Venda de produtos	Acionista não controlador da controlada Dexco	–,–	–,–	262	188
LD Celulose	Venda de produtos	Coligada indireta	–,–	–,–	28	1
Itaú Unibanco	Venda de produtos	Controlada em conjunto	–,–	–,–	–,–	1
Custo dos produtos e serviços			–,–	–,–	**(7)**	**(4)**
Ligna Florestal Ltda.	Custos com arrendamentos	Acionista não controlador da controlada Dexco	–,–	–,–	(3)	(3)
LD Celulose	Fornecimento de produtos	Coligada indireta	–,–	–,–	(2)	(1)
LD Florestal	Fornecimento de produtos	Controlada em conjunto indireta	–,–	–,–	(2)	–,–
Despesas gerais e administrativas			**(9)**	**(8)**	**(13)**	**(12)**
Itaú Corretora	Prestação de serviços	Controlada em conjunto	(9)	(8)	(10)	(9)
Liquigás	Fornecimento de gás	Outras partes relacionadas	–,–	–,–	(3)	(3)
Outras receitas e despesas			**7**	**7**	**3**	**3**
Dexco	Receita de aluguel	Controlada	4	4	–,–	–,–
Fundação Itaú para a Educação e Cultura	Receita de aluguel	Outras partes relacionadas	3	3	3	3
Resultado financeiro			**(177)**	**(53)**	**(248)**	**(81)**
Itaú Unibanco	Aplicações financeiras	Controlada em conjunto	–,–	–,–	1	1
XP	Aplicações financeiras	Coligada indireta	–,–	–,–	5	2
Copa Energia	Debêntures	Coligada	–,–	1	–,–	1
Itaú Unibanco	Despesas financeiras	Controlada em conjunto	–,–	–,–	(77)	(31)
Itaú Unibanco	Resultado de derivativo	Controlada em conjunto	–,–	15	–,–	15
Itaú Unibanco	Despesas de Juros - Debêntures	Controlada em conjunto	(174)	(68)	(174)	(68)
Itaú Unibanco	Custo de transação - Debêntures	Controlada em conjunto	(1)	–,–	(1)	–,–
Itaú BBA	Custo de transação - Debêntures	Controlada em conjunto	(2)	(1)	(2)	(1)
Total			**(179)**	**(54)**	**25**	**96**

Itaúsa S.A.
CNPJ 61.532.644/0001-15 - Companhia Aberta
Av. Paulista, 1938 – São Paulo – SP

Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA   ISE B3   ICO2 B3   IGPTW B3   ITSA B3 LISTED N1

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 *(Em milhões de reais, exceto quando divulgado de outra forma) (Continuação)*

32.1. Demais transações
(a) Itaú BBA
Para assessorar o processo de aquisição da coligada CCR, a ITAÚSA contratou o Itaú BBA, pelo montante de R$11, apresentado como parte do custo da aquisição na rubrica "Investimento".
(b) XP
Em novembro de 2022, dentre as alienações de ações da XP mencionadas na nota 15.2.3, 5.500.000 ações foram alienadas de forma privada à própria XP, na mesma data e condições de preço estabelecidas na transação realizada via *block-trade* entre partes independentes, pelo montante de R$559, apresentado como parte do "Resultado na venda de investimentos" na rubrica "Outras receitas e despesas".
32.2. Garantias prestadas
A ITAÚSA é garantidora das seguintes transações demonstradas abaixo:

Parte relacionada	Relacionamento	Tipo	Objeto	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021
Dexco (1)	Controlada	Aval	Empréstimo	483	375
Duratex Florestal Ltda.	Controlada indireta	Aval	Empréstimo	–.–	30
Itautec	Controlada	Aval	Seguro garantia em processos judiciais	40	40
Águas do Rio 1 (2)	Coligada	Alienação fiduciária de ações	Debêntures	53	51
Águas do Rio 4 (2)	Coligada	Alienação fiduciária de ações	Debêntures	57	53
Copa Energia (3)	Coligada	Alienação fiduciária de ações	Debêntures	1.007	1.061
Total				**1.640**	**1.610**

(1) Em março de 2021, a controlada Dexco, com o objetivo de aprimorar seu perfil de liquidez e endividamento, assinou contrato de financiamento com o BNDES no valor de R$697 (saldo de R$720 em 31 de dezembro de 2022), sendo 67% deste valor garantido pela ITAÚSA.
(2) Em julho de 2021, a ITAÚSA outorgou alienação fiduciária da totalidade das ações, existentes ou futuras, representativas do capital social das SPEs Águas do Rio 1 e Águas do Rio 4, de titularidade da ITAÚSA, nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações" celebrado entre a ITAÚSA e demais acionistas das SPEs, na qualidade de alienantes fiduciantes, para assegurar o cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, a serem assumidas pelas SPEs no âmbito da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e no montante total contratado de R$8 bilhões.
(3) Em janeiro de 2021, a ITAÚSA outorgou alienação fiduciária da totalidade das ações existentes ou futuras, representativas do capital social da Copa Energia, de titularidade da ITAÚSA, nos termos do "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças" celebrado entre a ITAÚSA e o outro acionista da Copa Energia, na qualidade de alienantes fiduciantes, para assegurar o cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, a serem assumidas pela Copa Energia no âmbito da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e no montante total contratado de R$1,95 bilhão.

32.3. Remuneração da Administração

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Remuneração	47	39	79	80
Encargos sociais	7	6	12	10
Benefícios de curto prazo (1)	2	2	2	2
Plano de remuneração baseado em ações	–.–	–.–	12	10
Total	**56**	**47**	**105**	**102**

(1) Compreendem: Assistência médica e odontológica, Auxílio alimentação e Seguro de vida.

33. TRANSAÇÕES NÃO-CAIXA

Em conformidade com o CPC 03 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.
As atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da Demonstração do Fluxo de Caixa, estão demonstradas abaixo:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Dividendos/JCP deliberados não recebidos	1.694	949	1.631	(949)
Dividendos/JCP deliberados não pagos	(1.958)	(1.871)	(2.099)	(1.871)
Contraprestação contingente na aquisição de investimentos	(21)	–.–	(21)	–.–
Aumento de capital em investida com integralização de debêntures	–.–	21	–.–	21
Instrumentos derivativos de dívida	–.–	–.–	(210)	10
Novos contratos e atualizações de arrendamentos	–.–	–.–	(285)	(68)
Baixa de contratos de arrendamento	–.–	–.–	48	2
Total	**(285)**	**(901)**	**(936)**	**(2.855)**

34. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

Impactos da COVID-19
A ITAÚSA, em conjunto com as companhias investidas, tem envidado esforços para minimizar os impactos decorrentes da atual pandemia da COVID-19 nas operações e na sociedade, além de adotar diversas medidas de proteção à saúde, bem-estar e segurança de seus colaboradores.
A Administração da ITAÚSA vem monitorando de forma constante os impactos econômico-financeiros desta pandemia que afetam adversamente os seus resultados próprios e os resultados advindos das companhias investidas.
Para o exercício de 2022, não houve impactos significativos nas Demonstrações Contábeis da ITAÚSA e de suas controladas. Destacamos abaixo alguns reflexos apresentados pelas nossas principais companhias investidas:
• **Itaú Unibanco**: (i) aumento em 2021 e 2022 de operações de empréstimo e financiamento, em especial para micro, pequenas e médias empresas cujo saldo em dezembro de 2022é de R$18.662; (ii) extensão de carências, prazos e melhores condições de taxa de juros para clientes pessoa física e micro e pequenas empresas; (iii) provisão para créditos de liquidação duvidosa de R$52.324 impactada em função do nível de risco e atraso devido à alteração das perspectivas financeiras dos clientes e deterioração visível de variáveis macroeconômicas. Em dezembro de 2022, o nível de cobertura de provisões da carteira de crédito representava 177% ante 193% em dezembro de 2021. Especificamente para perda esperada de operações que não apresentaram qualquer sinalização de deterioração até o momento (atraso ou redução de rating do cliente), o provisionamento apresentou aumento de 18,1% no exercício; e (iv) aumento nas despesas com sinistros relativos a COVID-19, no exercício de 2022, de R$52, principalmente, relacionado aos seguros de vida e prestamistas.
• **Alpargatas**: A companhia permanece monitorando os impactos da crise e, durante o exercício de 2022, operou com sua capacidade normal de produção.
• **Dexco**: Operou o exercício de 2022 com todas as suas unidades industriais em nível de utilização superior ao registrado no período pré COVID-19. Os prazos de recebimentos de clientes e os prazos de pagamentos aos fornecedores estão normalizados não havendo, também, saldo de impostos prorrogados.
Cabe destacar que a ITAÚSA e suas investidas continuam acompanhando e avaliando os impactos da pandemia em seus resultados, bem como os efeitos nas estimativas e julgamentos críticos que envolvem suas Demonstrações Contábeis.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

35.1. Constituição de PECLD - Controlada em conjunto Itaú Unibanco
A controlada em conjunto Itaú Unibanco reconheceu em suas Demonstrações Contábeis os impactos provenientes de evento subsequente relacionado a um caso específico de empresa de grande porte do varejo, que entrou em recuperação judicial, mas cujas condições creditícias já existiam em 31 de dezembro de 2022. Houve reforço na PECLD para cobrir 100% da exposição gerando um impacto adicional no resultado da investida de R$1,3bilhão (R$719, líquidos de impostos).
35.2. Decisão STF - Limitação da coisa julgada tributária
Em 8 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal ("STF"), por meio do julgamento dos Temas 881 e 885, que trataram da limitação da coisa julgada, deliberou que as decisões por ele proferidas em ação direta ou em sede de repercussão geral, interrompem automaticamente os efeitos temporais das sentenças transitadas em julgado envolvendo relação jurídica tributária de trato continuado.
Considerando o teor do entendimento do STF publicado até o momento, a Companhia e suas controladas analisaram suas decisões individuais transitadas em julgado e não identificaram nenhum caso que tenha sofrido modificação no posicionamento desta corte em controle de constitucionalidade.
35.3. Obtenção de linha de crédito - Controlada Dexco
Em 10 de fevereiro de 2023, a controlada Dexco obteve uma linha de crédito de financiamento à exportação (FINEX), junto ao Banco Santander, no valor de R$500, com vencimento previsto para dezembro de 2023.
35.4. Oferta Pública de Aquisição de Ações do Itaú Corpbanca - Controlada em conjunto Itaú Unibanco
Em 2 de março de 2023, a controlada em conjunto Itaú Unibanco divulgou Fato relevante comunicando que foi aprovado pelo Conselho Administração a contratação de assessores para o início dos trabalhos relacionados à intenção de realização de uma oferta pública voluntária para a aquisição, por si ou por suas afiliadas, de até a totalidade das ações de emissão do Itaú Corpbanca em circulação(instituição financeira sediada em Santiago, no Chile), no qual detém atualmente, por si e por suas afiliadas, 65,62% do seu capital social total e votante.
O valor a ser ofertado por ação será de CLP 2,00 (dois pesos chilenos), que equivale, na data da divulgação do Fato relevante, a um prêmio de aproximadamente 10% sobre o valor por ação conforme a cotação média na Bolsa de Santiago dos últimos 60 pregões, sendo certo que esse preço será ajustado para refletir declaração e/ou pagamento de dividendos pelo Itaú Corpbanca antes da liquidação da oferta.
A oferta ainda não foi iniciada e espera-se que seja realizada ainda no primeiro semestre de 2023. A aquisição das ações objeto da oferta estará sujeita ao cumprimento das condições usuais para este tipo de operação, incluindo a obtenção das aprovações regulatórias aplicáveis do Banco Central do Brasil e da Comisión para el Mercado Financiero de Chile ("CMF").
35.5. Pagamento de JCP
Em 10 de março de 2023 a ITAÚSA realizou o pagamento da primeira parcela do JCP declarado em 01 de dezembro de 2022, tendo como data-base a posição acionária final do dia 08 de dezembro de 2022, no valor de R$0,141 por ação com retenção de 15% de imposto de renda na fonte, resultando em juros líquidos de R$0,11985 por ação.
35.6. Deliberação de JCP - Controlada em conjunto Itaú Unibanco
Em 13 de março de 2023, o Conselho de Administração da controlada em conjunto Itaú Unibanco declarou JCP no valor de R$0,262por ação, que serão pagos até 31 de agosto de 2023, com retenção de 15% de imposto de renda, resultando em juros líquidos de R$0,2227 por ação, tendo como data-base a posição acionária final do dia 23 de março de 2023.
35.7. Deliberação de JCP
Em 20 de março de 2023, o Conselho de Administração declarou, antecipadamente, JCP no valor de R$0,0773 por ação, que serão imputados ao dividendo obrigatório do exercício de 2023 e pagos até 31 de agosto de 2023, com retenção de 15% de imposto de renda, resultando em juros líquidos de R$0,065705 por ação, com base na posição acionária final do dia 23 de março de 2023.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Henri Penchas

Vice-Presidentes
Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela
Roberto Egydio Setubal

Conselheiros
Alfredo Egydio Setubal
Edson Carlos De Marchi
Fernando Marques Oliveira (*) (**)
Patrícia de Moraes (*)
Rodolfo Villela Marino
Vicente Furletti Assis (*)

Conselheiros Suplentes
Ricardo Egydio Setubal
Ricardo Villela Marino
Victório Carlos De Marchi

(*) Conselheiros Independentes
(**) Afastado temporariamente

CONSELHO FISCAL

Presidente
Tereza Cristina Grossi Togni

Conselheiros
Eduardo Rogatto Luque
Guilherme Tadeu Pereira Júnior
Isaac Berensztejn
Marco Tulio Leite Rodrigues

Conselheiros Suplentes
Felício Cintra do Prado Junior
Gustavo Amaral de Lucena
João Costa
Patrícia Valente Stierli
Rodolfo Latini Neto

COMITÊ DE AUDITORIA

Coordenador
Edson Carlos De Marchi

Membros
Henri Penchas
Patrícia de Moraes
Ricardo Egydio Setubal

DIRETORIA

Diretor Presidente
Alfredo Egydio Setubal (*)

Diretores Vice-Presidentes Executivos
Alfredo Egydio Arruda Villela Filho
Ricardo Egydio Setubal
Rodolfo Villela Marino

Diretores Gerentes
Frederico de Souza Queiroz Pascowitch
Maria Fernanda Ribas Caramuru
Priscila Grecco Toledo

(*) Diretor de Relações com Investidores

Contadora
Sandra Oliveira Ramos Medeiros
CRC 1SP 220.957/O-9

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução
O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Itaúsa S.A. ("Itaúsa" ou "Companhia") é órgão de caráter de assessoramento, não estatutário, com funções técnicas e com reporte ao Conselho de Administração da Itaúsa, sendo que suas recomendações não possuem caráter vinculante.
Compete ao Comitê zelar: (i) pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da auditoria interna; e (v) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos.
Composto por 4 membros, sendo um deles independente, o Comitê exerce as atribuições e responsabilidades estabelecidas pela legislação aplicável e pelo Conselho de Administração da Itaúsa por meio do Regimento Interno do Comitê.
Instituído em 15 de agosto de 2022, o Comitê se reuniu em uma única oportunidade no exercício de 2022 com a participação de representantes da Diretoria de Administração e Finanças e dos Auditores Independentes. Os trabalhos realizados sobre os temas de competência do Comitê foram reportados por seu Coordenador em reunião do Conselho de Administração da Companhia.
No exercício de suas funções, o Comitê analisou e discutiu os seguintes temas, consignando suas recomendações ao Conselho de Administração:
i. Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas do 3º trimestre/2022, acompanhadas do Relatório da Administração; e
ii. proposta para contratação da nova empresa de auditoria independente, em razão do rodízio obrigatório, bem como para a contratação de outros serviços que não os de auditoria das Demonstrações Contábeis da Itaúsa.
Conclusão
O Comitê, com base nas informações e esclarecimentos prestados pelos representantes da Companhia e da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, e nas atividades desenvolvidas pelo Comitê em 2022, ponderadas as suas responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, analisou as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, acompanhadas do Relatório da Administração, referentes ao exercício findo em 31.12.2022, e entende que foram elaborados em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e recomenda sua aprovação pelo Conselho de Administração da Itaúsa.
São Paulo, 17 de março de 2023. (a) Edson Carlos De Marchi - Coordenador; Henri Penchas, Patrícia de Moraes e Ricardo Egydio Setubal - membros.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da ITAÚSA S.A. ("Companhia") procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2022, as quais foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC"), na qualidade de auditores independentes.
Os Conselheiros Fiscais verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, considerando o relatório sem ressalvas emitido pela PwC, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Itaúsa no período e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2023. São Paulo (SP), 20 de março de 2023. (aa) Tereza Cristina Grossi Togni - Presidente; Eduardo Rogatto Luque, Guilherme Tadeu Pereira Júnior, Isaac Berensztejn e Marco Tulio Leite Rodrigues - Conselheiros.

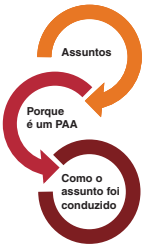
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas
Itaúsa S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Itaúsa S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaúsa S.A. e da Itaúsa S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Assuntos
Porque é um PAA
Como o assunto foi conduzido

Principais Assuntos de Auditoria
Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Considerando a atividade de holding desempenhada pela Companhia, os PAA são temas advindos dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas, a seguir apresentados. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Itaúsa S.A.
CNPJ 61.532.644/0001-15 - Companhia Aberta
Av. Paulista, 1938 – São Paulo – SP

Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA ISE B3 ICO2 B3 IGPTW B3 ITSA B3 LISTED N1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS *(Continuação)*

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Controladas em conjunto - Itaú Unibanco Holding S.A. ("IUH") e Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR") - (Nota 15) Os investimentos no IUH e na IUPAR representam parte substancial dos ativos individuais e consolidados da Companhia, sendo registrados na rubrica "Investimentos" e contabilizados por equivalência patrimonial. A IUPAR é uma holding constituída para controle do IUH, sendo este seu principal ativo. O IUH por sua vez é uma instituição financeira que atua nas diversas modalidades bancárias, bem como em atividades de seguros, previdência e capitalização. O IUH realiza um volume expressivo de operações em todas as modalidades e devido ao porte de suas operações, a sua estrutura de tecnologia é composta por mais de um ambiente com processos distintos e controles segregados. Dessa forma, o IUH é altamente dependente de seu ambiente de Tecnologia da Informação para processamento dessas operações. Adicionalmente, as demonstrações contábeis do IUH apresentam estimativas contábeis críticas relacionadas a operações que requerem elevado nível de julgamento, em especial em decorrência do ambiente econômico, para registro e mensuração das transações e apuração dos saldos contábeis. Essas estimativas contábeis envolvem as seguintes principais áreas: • Provisão para perda esperada de créditos. • Mensuração de ativos e passivos financeiros, incluindo derivativos. • Provisões e passivos contingentes. Em função do exposto acima, continuamos a considerar essas estimativas contábeis, assim como o próprio ambiente de Tecnologia da Informação, como áreas de foco de auditoria.	Como parte de nossos procedimentos de auditoria, realizamos testes sobre a apuração da equivalência patrimonial realizada pela Administração da Companhia em relação aos investimentos no IUH e na IUPAR, comparando os resultados obtidos com os registros contábeis. Também avaliamos as divulgações nas demonstrações contábeis da Companhia em conformidade com os requerimentos das normas contábeis. Os resultados de nossos procedimentos de auditoria estão consistentes com as divulgações em notas explicativas. Adicionalmente, nossos procedimentos como auditores do IUH, abrangeram, entre outros, os seguintes principais procedimentos de auditoria: • Em relação ao ambiente de Tecnologia da Informação: Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do ambiente de Tecnologia da Informação e dos controles automatizados dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis. Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes em controles relevantes e a execução de testes sobre certos aspectos relacionados à segurança da informação, incluindo gestão de acessos e segregação de função. A combinação dos testes sobre os controles e outros testes adicionais nos permitiram estabelecer um adequado nível de confiança de auditoria na operação dos sistemas e controles automatizados do IUH para o propósito de nosso trabalho. • Em relação às estimativas contábeis críticas: Aplicamos testes sobre o desenho e a operação dos principais controles para registro, mensuração, baixa e divulgação das operações, em conformidade com o IFRS 9 - *Financial Instruments*. Com auxílio de nossos especialistas, analisamos, quando aplicável, a razoabilidade de determinadas premissas e julgamentos da Administração do IUH, considerando também o contexto atual das operações e o cenário econômico. Também, testamos a integridade das bases de dados e os modelos de cálculos envolvidos para apuração dos saldos. Realizamos testes relacionados à existência, valor correto, integridade, valor recuperável e registro no momento correto das operações, bem como realizamos confirmação de informações sobre a probabilidade de perda dos processos judiciais junto aos assessores jurídicos do IUH. Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Administração para a determinação dessas estimativas críticas produzem valores que estão consistentes e dentro de intervalos aceitáveis frente às normas contábeis.
Outros investimentos em Controladas, Controladas em conjunto e Coligadas (Nota 15) Os demais investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas ("Investidas"), somados representam aproximadamente 16% do total de ativos nas demonstrações contábeis individuais da Companhia e são contabilizados por equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais. As demonstrações contábeis das Investidas apresentam estimativas contábeis críticas relacionadas às operações que requerem elevado nível de julgamento para registro, mensuração das transações e apuração dos saldos contábeis. Devido às incertezas inerentes às estimativas contábeis críticas, os eventuais impactos nas demonstrações contábeis das Investidas e, consequentemente, na apuração da equivalência patrimonial da Companhia, esta foi considerada área de foco na auditoria.	Em relação à equivalência patrimonial das Investidas, realizamos testes sobre a apuração dos saldos comparando os resultados obtidos com os registros contábeis da Companhia. Também avaliamos as divulgações nas demonstrações contábeis em conformidade com os requerimentos das normas contábeis. Os procedimentos de auditoria em relação às estimativas contábeis críticas das Investidas, conforme o caso, incluíram comunicação com as equipes de auditoria e/ou outros auditores com o objetivo de discutir os riscos de auditoria identificados, o enfoque, alcance e época dos trabalhos. Também, revisamos seus papéis de trabalho e discutimos os resultados alcançados. Especificamente, em relação às estimativas contábeis críticas das Investidas, consideramos: • Os trabalhos executados e as conclusões dos auditores, incluindo seus especialistas quando aplicável, quanto a avaliação das premissas e metodologia usadas pela administração das referidas investidas. • As correspondentes divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Itaúsa. Após aplicação desses procedimentos, consideramos que as premissas e as metodologias utilizadas para as estimativas contábeis são adequadas para mitigar os riscos associados de distorções relevantes.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Emerson Laerte da Silva
Contador CRC 1SP171089/O-3

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DA DIRETORIA REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2023

DATA, HORA E LOCAL: em 20 de março de 2023, às 13h00, realizada na sede social da ITAÚSA S.A., localizada na Avenida Paulista, 1938, 5º andar, em São Paulo (SP). **PRESIDENTE:** Alfredo Egydio Setubal, Diretor Presidente. **QUORUM:** a totalidade dos membros do Comitê Executivo, com a presença dos Diretores Gerentes convidados a participar da reunião. **DELIBERAÇÕES TOMADAS:** após exame das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, acompanhadas do relatório da administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, que foram objeto de recomendação favorável pela Comissão de Finanças, a **Diretoria deliberou**, por unanimidade e em observância às disposições dos incisos V e VI do § 1º, do Artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, conforme alterada, declarar que: (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório sem ressalvas emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, na qualidade de auditores independentes da Companhia, referentes às demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2022; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. **ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata que foi lida e aprovada pelo Comitê Executivo. São Paulo, 20 de março de 2023. (aa) Alfredo Egydio Setubal - Diretor Presidente; Alfredo Egydio Arruda Villela Filho, Ricardo Egydio Setubal e Rodolfo Villela Marino - Diretores Vice-Presidentes Executivos.